



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA- MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE

**MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no
Baixo Sul da Bahia**

Adriana Vilas Bôas Borges
Orientadora: Lilian Reichert Coelho

PORTO SEGURO (BA), 2023



ADRIANA VILAS-BÔAS BORGES

**MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no
Baixo Sul da Bahia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Estado e Sociedade

Linha de Pesquisa Sociedade, Cultura e Ambiente

Orientadora: Lilian Reichert Coelho

PORTO SEGURO (BA), 2023

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

B732m Borges, Adriana Vilas-Boas, 1973 -
Mulheres e economia solidária: ressignificação de papéis e trajetórias no
Baixo Sul da Bahia. / Adriana Vilas-Boas Borges. – Porto Seguro, 2023.
213 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Reichert Coelho
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de
Formação em Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Estado e Sociedade. Campus Sosígenes Costa.

1. Mulheres. 2. Economia Solidária. 3. Mudanças de Trajetórias. 4. Território
Baixo Sul da Bahia. 5. Cooperativismo. I. Coelho, Lilian Reichert. II. Título.

CDD – 334.6

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

**MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no
Baixo Sul da Bahia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Estado e Sociedade

Linha de Pesquisa Sociedade, Cultura e Ambiente

Porto seguro, 13 de junho de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br LILIAN REICHERT COELHO
Data: 15/07/2023 09:14:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

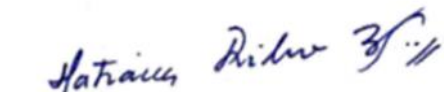
Lilian Reichert Coelho
PPGES/UFSB
(Orientadora)



Ana Carneiro Cerqueira
PPGES/UFSB

Documento assinado digitalmente
gov.br CHRISTIANNE BENATTI ROCHEBOIS
Data: 15/07/2023 19:05:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Christianne Benatti Rochebois
PPGES/UFSB



Tatiana Ribeiro Veloso
PPGEDUCAMPO/UFRB



Camila Capacle Paiva
Núcleo de Extensão e Pesquisa em
Economia Solidária, Criativa e
Cidadania/UNESP-Ararquara

Documento assinado digitalmente
gov.br NARA ELOY MACHADO MATURINO
Data: 15/07/2023 19:43:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nara Eloy Machado Maturino
CCAAB/UFRB

Para João Vitor, minha melhor parte, meu presente maior,
meu amor incondicional...

Aquele que me ensinou que temos e podemos ser diferentes
versões todos os dias... Ele que me mostra que o
aprendizado é constante e através dele vamos nos
transformando em pessoas melhores, por meio do exercício
de amar o outro e amar tudo a que nos dedicamos...

Não lembro da minha versão antes de você, filho, mas
lembro todos os dias que posso ser melhor do que ontem,
aprendendo no hoje, para me tornar melhor para ti e para o
mundo no amanhã.

TOCANDO EM FRENTE...

Ando devagar porque já tive pressa
 E levo esse sorriso
 Porque já chorei demais
 Hoje me sinto mais forte
 Mais feliz, quem sabe
 Só levo a certeza
 De que muito pouco sei
 Ou nada sei

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs

É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida
 Seja simplesmente
 Compreender a marcha
 E ir tocando em frente

Como um velho boiadeiro
 Levando a boiada
 Eu vou tocando os dias
 Pela longa estrada, eu vou
 Estrada eu sou

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs

É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir

Todo mundo ama um dia
 Todo mundo chora
 Um dia a gente chega
 E no outro vai embora

Cada um de nós compõe a sua história
 Cada ser em si
 Carrega o dom de ser capaz
 E ser feliz

(Almir Sater)

Que tenhamos a coragem de compor a nossa própria história, seguirmos em frente,
 contribuirmos com a história do outro e

SER capaz e SER feliz....

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer nos remete ao reconhecimento por uma pessoa ou por pessoas que nos auxiliou em algo ou coisa assim... Posso entendê-la também como uma experiência, porque envolve a percepção e apreciação de elementos muito positivos em nossa vida.... Em um sentido mais amplo a gratidão associa-se a reconhecimento pelas dádivas e situações da vida tão almeçadas e conquistadas, às vezes com muita consciência das nossas lutas, por outras através do que não conseguimos explicar.... É assim, com esse sentimento que quero fazer meus agradecimentos pela realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, não posso de forma alguma, deixar de agradecer no sentido mais amplo pelas dádivas da vida, em especial, a dádiva de ter concluído esse trabalho. Então, **agradeço-Te Deus**, por que sei que estiveste o tempo inteiro ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis durante essa caminhada, mesmo quando totalmente duvidei que estivesse aqui, cuidando de mim! E olha que não foram poucas as adversidades trazidas pelas mais variadas situações da minha vida durante o percurso deste doutorado, tanto as de ordem pessoal, como também as foram enfrentadas dentro do próprio programa, que muito mexeram com meu estado emocional e psicológico.

Agradeço a **Universidade Federal Sul da Bahia** e ao **Programa de Doutorado em Estado e Sociedade**, por oportunizar a formação de nós profissionais e pesquisadores de forma integrada, levando em consideração as realidades da região Sul e Extremo Sul da Bahia, considerando aspectos ligados às comunidades locais, sua história, cultura e saberes, bem como a sua pluralidade e diversidade. **Já o PPGES, meu programa de doutorado**, vou levar sempre comigo no coração, o qual tenho um enorme carinho e gratidão! Foi lá que me tornei a pesquisadora que sou hoje, através dele meu olhar perante a pesquisa, a ciência, o conhecimento foi completamente transformado, e para essa mudança 360°, a gente fica quase sem palavras.... A saudade dessa convivência no *campus* e no ambiente do programa será enorme...

Em consonância à UFSB, como também ao PPGES, não poderia deixar de agradecer aos **professores do programa** pelos conhecimentos e experiências compartilhadas que tanto enriqueceram e contribuíram para este trabalho, em especial a professora Ana Carneiro e Luciane Lucas que trouxeram um rico componente sobre feminismos, essencial para a minha

pesquisa, e a professora Christiane Rechebois, membro da minha banca de qualificação e defesa, pelas orientações metodológicas tão ricas para o estudo.

Meus agradecimentos especiais a minha querida orientadora Lilian Reichert Coelho, sim, querida! Por todo o apoio constante, sempre, desde o início quando apenas existiam as inúmeras ideias deste estudo, e principalmente, pelo apoio no meu pior momento... sua paciência, seu senso de consciência pelo momento que eu atravessava, por me deixar tão à vontade e ao mesmo tempo me fortalecer... por muitas vezes, suas palavras e o seu apenas ouvir me sustentaram e me deram a certeza de que eu iria conseguir! Obrigada Lilian! Fostes além de apenas me orientar, soubeste com sabedoria realizar um papel primoroso do “ser professor”, com toda a maestria que é digna de aprendizado e de experiência a ser seguida por todos teus colegas.

Agradeço também à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB**, pela concessão da Bolsa de Estudos, tão necessária durante o período da pesquisa.

Como não poderia deixar de ser, meus agradecimentos **A toda minha família**, que mesmo longe, estão sempre presentes, através das mensagens incentivadoras, das preocupações e cuidados, sempre demonstrando muito amor... Toda minha gratidão a minha mãe Maria Guerrieri, que me ensinou a ser quem sou hoje, meu pai Oséas Filho, que me olha orgulhoso e mesmo no seu silêncio, é um eterno incentivador de meus projetos, aos meus irmãos Lucas e Edson pela torcida e a todos os demais, que não consegui citar aqui, cunhado, cunhadas, inclusive, a família do meu esposo, mas que acompanharam a minha trajetória e torceram por mim todo o tempo... Tenho um **agradecimento especial a minha irmã Flávia**, que durante quatro anos foi meu suporte nas tantas dificuldades, foi a minha escuta ativa, os meus conselhos mais assertivos.

Agradeço a Carlos Henrique, meu esposo, que por muitas vezes me trouxe valiosas dicas que enriqueceram o trabalho. Durante esse processo, caminhamos também, através das publicações científicas que fizemos juntos, com as suas contribuições para os dados parciais do estudo, entre outros auxílios e subsídios de valor.

Filho, querido e amado, meu João Vitor, a você minha gratidão imensa, por todas as horas durante esse longo processo, de ausências, de dias difíceis, nervosos e ansiosos, mas que você com sua ainda pouca maturidade soube entender e me confortar...

Gratidão à querida **Danielle Araújo**, colega desde o mestrado, muito obrigada Dani! Você foi minha mentora na construção do projeto antes da qualificação, deu dicas valiosas e por muitas vezes me ouviu aflita sem saber que direção tomar, sempre com uma palavra amiga, me forneceu importantes direcionamentos.

Agradeço também a minha amiga Nara Eloy, pelas palavras amigas de sempre, pelo ombro e escuta amiga, pelo carinho demonstrado, expressado em palavras, nas mensagens e em áudios fortalecedores.... Obrigada amiga, por dividir a alegria de sua família comigo, principalmente através de seus filhos Marina e Heitor.

E como é que agradeço a amigos especiais? Eu não consigo nem ter palavras... mesmo porque eles foram muito mais que amigos, foram confidentes, parceiros, pilares de sustentação nas horas das quedas, foram os terapeutas necessários, os parceiros de grupo de autoajuda. **Likem Edson e Eva Dayane**, vocês foram do mestrado para a vida, de colegas a amigos, de amigos ao que a gente diz ser irmãos inseparáveis, até quando se está do outro lado do oceano, não é Eva? Quantas lágrimas minhas vocês dois enxugaram, quantas palavras fortalecedoras, encorajadoras, quanto apoio, quanto cuidado, quanta luta!!! Poxa! Aqui o espaço não cabe não! E as palavras são insuficientes para que eu possa expressar tudo.... Minha gratidão a vocês é por toda a vida, obrigada queridos por tudo e por tanto! Obrigada por todo o amor de vocês!

Por fim, mas não menos importante, por sinal, é justamente por ser MUITO importante, **agradeço profundamente a COOMAFES**, primeiro na pessoa de Branca, presidente da cooperativa por abrir as portas do coletivo para esta pesquisa, **e agradeço, carinhosamente a todas as mulheres dessa cooperativa de agricultoras familiares e da economia solidária**, por compartilhar as suas histórias lindíssimas, encorajadoras, fortes, cheias de lutas e conquistas inigualáveis. Muito obrigada a todas vocês, mulheres guerreiras e poderosas da COOMAFES, foi um enorme aprendizado estar com vocês! Essa experiência estará marcada para sempre na minha memória e no meu coração.

MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia

RESUMO

Esta tese, teve como objetivo analisar como e de que forma as práticas de economia solidária podem contribuir nos processos de ressignificação dos papéis sociais, empoderamento e construção de novos laços produtivos, reprodutivos, sociais e econômicos das mulheres trabalhadoras da COOMAFES. Para isso, foi realizado um estudo na Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária - COOMAFES, no município de Valença-Ba, que tem se apresentado como importante instrumento e espaço coletivo de trabalho, reconhecimento e luta por melhoria de condições socioeconômicas, socioprodutivas e de construção de relações das mulheres na região Baixo Sul. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa e, por meio do estudo de caso na COOMAFES, foram analisadas as histórias de vida das mulheres pesquisadas. Os resultados apontam que a economia solidária, para as mulheres da cooperativa, foi e é capaz de promover processos de autonomia, emancipação e empoderamento, bem como ajuda a ressignificar papéis sociais e identitários, favorecendo mudanças nas trajetórias de vidas das mulheres, contribuindo para a construção de novos laços produtivos, reprodutivos, econômicos e sociais, baseados nos princípios da economia solidária e nas vivências no coletivo solidário. As principais conclusões do estudo apontam para o entendimento de que a economia solidária constitui um instrumento que pode promover mudanças nas histórias e nas trajetórias de vida de quem desenvolve atividades produtivas e, especificamente neste estudo, transformou as histórias de vidas das mulheres da COOMAFES. Dessa forma, entendemos que pode servir de modelo para outros grupos da economia solidária, sejam mistos ou de mulheres, a partir de como as pessoas se organizam, de como as experiências de cada mulher é valorizada, da importância que a cooperativa confere às formações dos membros do coletivo em termos de comercialização, organização de atividades produtivas, controle econômico-financeiro, bem como o incentivo à participação nos espaços, na busca por reconhecimento, autonomia, emancipação, estimulando a ajuda mútua, valorizando as histórias individuais e a cultura das comunidades, fortalecendo laços sociais e identitários e orientando a acessarem as políticas públicas, de modo a fortalecer as pessoas pela geração de trabalho e renda, bem como desenvolver os empreendimentos econômicos solidários do território.

Palavras-Chave: Mudanças de Trajetórias; Mulheres no Cooperativismo; Autonomia e Empoderamento Feminino.

WOMEN AND SOLIDARY ECONOMY: resignifications of roles and path in the Southern Bahia Lowlands

ABSTRACT

This thesis, nature, aimed to analyze how and in what way solidarity economy practices can contribute to the processes of re-signification of social roles, empowerment, and construction of new productive, reproductive, social, and economic ties of women workers in the COOMAFES. For this, a study was carried out at the Cooperative of Women in Family Agriculture and Solidarity Economy - COOMAFES, in the municipality of Valença-Ba, which has been presented as an important instrument and collective space for work, recognition, and struggle for the improvement of socioeconomic, socioproductive conditions and building relationships with women in the Southern Bahia Lowlands. The methodology used was qualitative, and through the case study at COOMAFES, the life stories of the researched women were analyzed. The results indicate that solidarity economy, for the women of the cooperative, was and is capable of promoting processes of autonomy, emancipation, and empowerment, as well as helping to re-signify social and identity roles, favoring changes in the trajectories of women's lives, contributing to the construction of new productive, reproductive, economic, and social ties, based on the principles of the solidarity economy and experiences in the solidarity collective. The main conclusions of the study point to the understanding that the solidarity economy is an instrument that can promote changes in the histories and life trajectories of those who develop productive activities and, specifically in this study, transformed the life stories of the women of COOMAFES. In this way, we understand that it can serve as a model for other groups in the solidarity economy, whether mixed or made up of women, based on how people organize themselves, how the experiences of each woman are valued, the importance that the cooperative gives to the training of its members, the organization of productive activities, economic-financial control, as well as encouraging participation in spaces in the search for recognition, autonomy, emancipation, stimulating mutual help, valuing individual stories and the culture of communities, strengthening social and identity ties, and guiding them to access public policies to empower people by generating work and income, as well as developing solidarity economic enterprises in the territory.

Key words: Trajectory Changes; Women in Cooperativism; Autonomy and Female Empowerment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Primeira tentativa da aplicação procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa ..	37
Figura 2- Primeira tentativa da aplicação procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa ..	37
Figura 3 -Aplicação do procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa no ambiente de trabalho das cooperadas.....	38
Figura 4 - Observações na Feira Semanal das Mulheres da COOMAFES	39
Figura 5 - Desenho do Estudo de Campo	40
Figura 7 Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2016	51
Figura 8- Mapa dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Território Baixo Sul do Estado da Bahia, 2010	52
Figura 9 - Manifestação Cultural Terno de Reis da comunidade Quilombola de Lagoa Santa Ituberá-Ba	59
Figura 10 - Atividades Econômicas	60
Figura 11 - Bens Arquitetônicos e Culturais do Território.....	61
Figura 12 - Zona Litorânea Baixo Sul da Bahia.....	61
Figura 13 - Comercialização peixes e mariscos oriundos pesca artesanal Baixo Sul da Bahia	62
Figura 14 - Produção e comercialização produtos mulheres da COOMAFES	66
Figura 15 - Cidade de Valença-Bahia	83
Figura 16 - Mulheres da COOMAFES.....	86
Figura 17 - COOMAFES no Encontro de Mulheres Agricultoras da Região Cacaueira/UESC	87
Figura 18 - Mulheres da COOMAFES no Treinamento em Técnicas de Vendas/UNEB.	88
Figura 19 - Espaços de Comercialização.....	89
Figura 20 - Estrutura das Comunidades e Grupos da COOMAFES em Rede das Mulheres de Valença-Ba, 2022	90
Figura 21 - Fotos Formações na COOMAFES	146
Figura 22 - Formação Princípios Solidários para as cooperadas da COOMAFES	171
Figura 23 - Formação para Empreendimentos Solidários no Baixo Sul da Bahia	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Comunidade Quilombolas certificadas no Baixo Sul da Bahia.	56
Tabela 2- – Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Grau de Escolaridade.....	92
Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Renda Média.....	93
Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Estado Civil	93
Tabela 5- Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Cor/Raça	94
Tabela 6 - – Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Faixa Etária.....	94
Tabela 7 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Quantidade de moradores no domicílio.....	95
Tabela 8- Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Quantidade de Filhos/as e Netos/as das pesquisadas e Quantidade de Netos/as que moram no domicílio da pesquisada	96

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APUB	Associação dos Professores Universitários da Bahia
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CIACOQ	Conselho Territorial Quilombola
CODETER	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IFBAIANO	Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IMT	Instituto Mãe Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Índice do Nível de Educação
INS	Índice Nível de Saúde
IRMCF	Índice da Renda Média dos Chefes de Família
ISB	Índice da Oferta de Serviços Básicos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas

MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo
MMTR-NE	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais Região Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PGP	Programa de Governo Participativo
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PPA-P	Plano Plurianual Participativo
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDSS	Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares
SEPROMI	Secretaria Estadual para Promoção da Igualdade Racial
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL	Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – METODOLOGIA DO ESTUDO	33
CAPÍTULO II – BAIXO SUL DA BAHIA: o território também é das mulheres.....	49
2.1 Aspectos Gerais do Território.....	49
2.2 Aspectos constituintes do território.....	54
2.3 Atividades econômicas, uso da terra e agricultura familiar.....	65
2.4 Lutas, Organização, Participação e Movimentos Sociais das Mulheres	74
CAPITULO III - MULHERES DA COOMAFES: construindo caminhos	79
3.1 Baixo Sul da Bahia: mulheres na economia solidária e agricultura familiar protagonizando o território.....	79
3.2 COOMAFES: os primeiros passos	82
3.3. Quem são as mulheres da COOMAFES – caracterização sociodemográfica.....	91
3.4 A importância da COOMAFES no Território de Identidade Baixo Sul.....	97
CAPÍTULO IV – MULHER DA COOMAFES, QUAL O TEU LUGAR? ENTRE REFLEXÕES TEÓRICAS, RUPTURAS, LUTAS, CONQUISTAS E HISTÓRIAS DE VIDA: (re)escrevendo trajetórias a partir da experiência na COOMAFES.....	105
4.1 O lugar da mulher na sociedade e sua participação no mundo do trabalho.....	105
4.2 Os Sentidos e Significados do Trabalho para as Mulheres da COOMAFES	112
4.2.1 Os diferentes sentidos e significados do trabalho nas trajetórias de vida das mulheres da COOMAFES.....	115
4.3 Mulher e Economia Solidária: protagonismo e participação.....	123
4.4 Economia Solidária, Gênero e Desigualdades: perspectivas feministas.....	128
4.5 MULHERES DA COOMAFES: ressignificação de papéis sociais, processos de empoderamento, mudanças de trajetórias.....	138
CAPÍTULO V – PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COOMAFES: reforço do modelo capitalista ou caminhos para autonomia e emancipação?	155
5.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA, MODOS DE PRODUÇÃO X MODOS DE VIDA: será essa economia uma alternativa ao capitalismo?	156
5.2 Situando a economia solidária, outras economias e as suas contradições.....	164
5.3 PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COOMAFES: caminhos para autonomia e emancipação.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
APÊNDICE A	206
APÊNDICE B	208
APÊNDICE C	210
APENDICE D	211

INTRODUÇÃO

A proposta desta tese surgiu durante minha experiência de campo, quando realizava o estudo para minha dissertação de mestrado sobre políticas públicas de economia solidária no Território de Identidade Baixo Sul da Bahia (2017-2019). O território é fortemente ligado à construção de minha identidade, por ser meu local de origem, e as vivências do cotidiano se entrelaçam com os mais diversos atores locais, modos de vida, saberes e culturas, estabelecendo laços e vínculos sociais e identitários.

Sempre admirei muito meu território de identidade, as histórias de formação social, as histórias dos atores sociais e das comunidades rurais e das “beiradas”, a beleza natural da Mata Atlântica, das Cachoeiras, Praias e Manguezais¹, a cultura e as suas manifestações populares, os modos de vida, o contato e as relações com as pessoas. Sabe aquele lugar onde todo mundo se conhece? Onde a gente não sabe onde começa nem onde termina um vínculo de parentesco? E, aos poucos, entre uma história e outra, entre um “causo” e outro, a gente descobre uma raiz, um vínculo. Todos esses elementos sempre me ligaram muito a minha origem. Sinto-me filha e parte da comunidade. Quero sempre poder contribuir de alguma forma para o desenvolvimento das pessoas, das comunidades. Quero, de alguma forma, levar algo que faça com que me sinta parte de um processo de cooperação, ainda que não viva mais lá.

E é por isso que, como pesquisadora, cada vez que tenho a oportunidade de desenvolver estudos e pesquisas que possam retribuir algo para o território, para as comunidades, para os municípios ou, ainda, que possam divulgar as potencialidades, as belezas, as histórias do meu

¹ Importante destacar que entre agosto de 2019 e março de 2020, houve um enorme derramamento de óleo na Costa do Nordeste Brasileiro, afetando 09 estados nordestinos e 02 do Sudeste e que se estendeu por mais de 3000 km em toda a costa brasileira, incluindo Áreas de Proteção Marinha, a exemplo de corais e manguezais (disponível em <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/12/02>). A zona costeira do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, também foi afetada pelo desastre e isso impactou não só o meio ambiente e os recursos marinhos naturais, mas também as atividades econômicas de marisqueiras e pescadores de comunidades ribeirinhas locais, bem como empreendimentos e empreendedores solidários que trabalham com atividades ligadas a pesca e mariscagem.

território, me sinto impelida a ir ao campo de pesquisa e trabalhar. Além dos vínculos afetivos e identitários, que muito pesaram na escolha para a realização das minhas pesquisas de mestrado e de doutorado, o contexto do território, bem como sua constituição e formação social, sempre me mobilizou inúmeras inquietações, advindas das potencialidades do território, mas também das suas múltiplas vulnerabilidades.

O Território Baixo Sul da Bahia apresenta altos índices de vulnerabilidade social e baixos índices de escolaridade e qualificação de mão de obra, como poderá ser observado no segundo capítulo, no qual são apresentados dados e informações sobre isso. Portanto, as pesquisas e estudos que desenvolvi até aqui visam expor a realidade territorial com o objetivo de que, de alguma forma, por meio delas, possam ser apresentados elementos que subsidiem tanto as comunidades locais na busca por melhores condições de vida como também o Estado, quando da implementação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Além das vulnerabilidades, o território também possui diversas potencialidades, incluindo aspectos ligados à diversidade histórico-cultural, pela presença de comunidades quilombolas, grupos de tradições folclóricas, artistas, e aspectos relacionados a atividades econômicas, como marisqueiras, artesãos/ãs, agricultores/as, pescadores/as e empreendedores/as solidários/as. Esses fatores fazem do Baixo Sul da Bahia um campo rico para estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, que contribuem para refinar debates nos campos científico e social.

Antes de adentrarmos aos aspectos mais específicos da pesquisa, é muito importante destacar as condições pelas quais atravessei para realizar este estudo, uma vez que durante o processo de doutorado, mais exatamente no momento de ir a campo, fomos atravessados pela Pandemia da COVID-19. Uma terrível crise pandêmica e sanitária que assolou famílias, comunidades, cidades, países inteiros em todo o mundo. Atravessar a pandemia e estarmos aqui, neste momento de conclusão dessa pesquisa, pode ser considerado um verdadeiro milagre, diante de tantas milhões de mortes, diante de tantas milhões de vidas interrompidas...

A COVID-19, trouxe perdas afetivas a inúmeras famílias, perdas econômicas para países, empresas, trabalhadores, indivíduos. Impactou a saúde física, sim, e, sobretudo, também, a saúde mental das pessoas. Enfrentamos confinamento e distanciamento social por medo da doença e da morte, as relações foram brutalmente afetadas, casos de depressão e problemas de ansiedade identificados, apatias, síndromes do pânico, estados mentais foram sendo diagnosticados como extremamente danosos aos indivíduos.

Em meio a todo esse caos, fiquei impossibilitada de ir a campo para realizar a pesquisa, devido às regras de distanciamento social por conta dos *lockdowns*, podendo somente acessar o campo de pesquisa e as sujeitas do meu estudo a partir do segundo semestre de 2021 e no ano de 2022, tendo dessa forma, que traçar novas rotas para a coleta de informações e contato com as participantes da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo realizada no mestrado e considerando as ações do governo do estado da Bahia em relação à Economia Solidária, foi possível identificar como as pessoas envolvidas com o trabalho em arranjos produtivos solidários percebem o desenvolvimento das ações governamentais. A Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do Estado da Bahia, pesquisada durante a experiência no mestrado, tem como principal objetivo apoiar a geração de trabalho e renda, cooperativas e associações, promovendo sua formalização, fornecendo apoio a crédito e finanças solidárias, organizando eventos para divulgação dos empreendimentos e produtos, fortalecendo a comercialização e prestando assistência técnica aos empreendimentos em questões administrativas, comerciais, produtivas, contábeis e jurídicas.

Dentre as Políticas Públicas de Economia Solidária do Estado da Bahia, a política pública pesquisada foi a de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, voltada mais especificamente para promover trabalho, emprego e renda a empreendimentos e atores sociais ligados às atividades produtivas solidárias. A partir dessa experiência, surgiu o desejo de continuar os estudos sobre economia solidária no território, desta vez, buscando analisar de modo mais aprofundado as histórias de vida das mulheres envolvidas em atividades cooperativas e associativas, pois, durante a pesquisa de campo do mestrado, foi observado o protagonismo dessas mulheres nos empreendimentos econômicos solidários pesquisados.

A partir dos resultados alcançados com a dissertação, foi possível identificar outra possibilidade de análise que considerasse não apenas os aspectos de renda, emprego, trabalho, comercialização e o mercado (foco da política pública) mas, sobretudo, aspectos e elementos relacionados aos processos de mudanças de trajetórias, valorização identitária, empoderamento e construção de novos laços produtivos, reprodutivos², econômicos e sociais das mulheres envolvidas em atividades produtivas baseadas na economia solidária no Baixo Sul.

Assim, a partir do contexto observado, importa destacar o cuidado para um alargamento epistemológico nos caminhos e no desenvolvimento deste estudo, considerando como

² O trabalho reprodutivo se refere a todo trabalho realizado para o sustento da vida e da sobrevivência humana, desenvolvido na esfera doméstica e do cuidado, feito pela mulher (SANTOS, 2016; HILLEKAMP; NOBRE, 2018)

relevantes as diversas culturas, saberes, histórias e relações sociais dos atores envolvidos. Sobre isso, Boaventura de Souza Santos (2009, p.9) argumenta que as relações sociais são sempre “culturais (intraculturais ou interculturais)³ e políticas (representam distribuições desiguais de poder)” e, dessa forma, qualquer conhecimento é válido, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. Nesse sentido, as experiências sociais são constituídas por diversos conhecimentos, possuidora, portanto, de critérios de validade.

Ao fazer essa afirmação, o autor reflete que não existe uma epistemologia geral e se baseia no reconhecimento da “pluralidade de saberes”, que vai além do conhecimento científico, considerando outras formas de conhecimento. A essa ideia o autor conceituou como “ecologia de saberes”, baseado no pensamento pós-abissal⁴, que diz respeito “a uma diversidade de saberes, e não se compreende um saber sozinho sem se referir aos outros saberes”. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 46).

A exclusão das influências culturais, sociais e históricas no processo de construção do conhecimento científico fundamentou a noção de neutralidade científica, ignorando o sujeito, os sofrimentos e a afetividade, invisibilizando uma rede de poder e interesses sociais, aniquilando as culturas não ocidentais (MORIN, 2008). Além disso, a força totalizadora da ciência clássica ocultou os fragmentos e as parcialidades que compõem a realidade da vida. Os saberes localizados oportunizam novas formas de conexões e dialéticas. Pensar de forma situada (social e historicamente) significa dar visibilidade não apenas para a parcialidade, mas à corporalidade (que enfrenta o “lugar nenhum” da ciência neutra), localizando o sujeito cognoscente em um campo de visão (HARAWAY, 1995).

Portanto, com este trabalho, se propõe romper com as linhas paradigmáticas que possam limitar perspectivas de compreensão dos fenômenos em um processo dinâmico, multidisciplinar e composto por uma profusão de objetos e sujeitos distintos, buscando aspectos como relações, contextos, culturas, subjetividades, intersubjetividades e saberes dos atores envolvidos com as atividades solidárias no Território de Identidade estudado.

Para a realização dessa tarefa, é necessário buscar propostas epistemológicas adequadas e que atendam os objetivos pretendidos, considerando toda a diversidade implicada.

³ A interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural (SANTOS, 2009).

⁴ O pensamento abissal é excludente em sua hegemonia, por suprimir outras versões epistemológicas e operar pela definição unilateral de linhas: os inteligíveis e os ininteligíveis. O pensamento pós-abissal parte da ideia que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada, partindo da concepção de pluralidade de conhecimentos heterogêneos e de uma diversidade epistemológica (SANTOS, 2009).

Parafrazeando Prigogine (2003, p. 50), trata-se de entender os “sistemas complexos que nos conduzem a uma nova forma de racionalidade que ultrapassa a racionalidade clássica do determinismo e de um futuro já definido”. Ou seja, é necessário levar em conta fatores considerados centrais no desenvolvimento de novas formas complexas de organização⁵, comportamentos, padrões de interação e conseqüentemente novas estruturas (PRIGOGINE; STENGERS, 1991). O pensar complexo abre portas para aproximação da multidimensionalidade, a singularidade, a temporalidade e a localidade dos fenômenos em sua concretude (MORIN, 2008).

No Brasil, existem diversas experiências de economia solidária, envolvendo inúmeros empreendimentos e grupos com atividades diferenciadas⁶. Cada um desses empreendimentos é composto por uma diversidade de atores sociais, resultando em ampla variedade de experiências. Por essa razão, não é possível considerar determinados aspectos, elementos, histórias, comportamentos e relações produtivas e sociais como experiências únicas e universalizantes.

As experiências e práticas ligadas à Economia Solidária estão associadas a diferentes formas de autogestão e experiências socioprodutivas como forma de valorização do trabalho (inclusive os invisibilizados), entendido como suporte identitário, de inclusão social e valorização da vida como autônoma e digna, constituindo redes de aprendizagem e solidariedade. Representa também o enfrentamento à precarização do trabalho e das condições de vida geradas por um padrão de reprodução capitalista neoliberal que, na América Latina e, especialmente, no Brasil, assume a forma Neoextrativista (ESCOBAR, 2015; GUPTA; POUW, 2017; BRAND; BOOS; BRAD, 2017; NIEDERLE et al., 2019).

Em todo o mundo, há graves crises e problemas sociais provocados pelo modelo de produção capitalista, incluindo a falta de acesso à educação, à moradia, à saúde, à renda e ao emprego, dentre outros. Dito de forma muito sintética, com a hegemonia do neoliberalismo e

⁵ Prigogine e Stengers (1991), estudaram sistemas físico-químicos não lineares, afastados do equilíbrio, onde a instabilidade e a desordem levam a novas formas de comportamento, novos padrões de interação e novas estruturas. Estes sistemas são estruturas dissipativas, compostas por uma variedade de subsistemas que interagem de forma não linear, tanto interna quanto externamente, o que dá origem ao Paradigma da Complexidade, que leva em consideração a uma nova percepção dos fenômenos organizacionais.

⁶ De acordo com o último levantamento oficial realizado pelo SIES – Sistema de Informações de Economia Solidária, ligado a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, extinta ainda no governo Temer, denominado de II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil que ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013, identificou-se 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. No entanto, devido a extinção da SENAES é importante salientar que não existem estudos recentes sobre números da Economia Solidária no Brasil, uma vez que o SIES deixou de ser alimentado desde a extinção a secretaria (BORGES, 2019).

com a globalização da economia, estabeleceu-se uma dupla crise no mundo: a do mercado formal, enquanto crise econômica e social, marcada pelo elevado número de excluídos do mercado de trabalho; e a paradigmática, dos valores preceituados pelo capital, como o individualismo, a meritocracia, o consumismo, o pragmatismo e o funcionalismo nas relações interpessoais e de trabalho (ANTUNES, 1996). Nesse contexto, emerge a necessidade de se pensar em formas alternativas de produção e distribuição de bens e serviços que promovam a emancipação do indivíduo e a inclusão social da “massa marginal” (NUN, 2000) produzida pela economia capitalista globalizada.

Além disso, no contexto da sociedade capitalista, o trabalho e o emprego se (re) configuram na atual conjuntura política, econômica e social, desencadeando inseguranças nos/as trabalhadores/as quanto à manutenção de seus postos de trabalho. O temor pelo desemprego envolve não apenas a sobrevivência concreta do/a trabalhador/a e de sua família, mas, também, tem implicações subjetivas, uma vez que o reconhecimento social do indivíduo na sociedade se dá através da sua inserção no universo do trabalho (BORGES, 2019).

O trabalho sempre ocupou lugar de transformações na condição humana, desde a capacidade de reinvenção do sujeito, seja como trabalhador/a, seja no campo profissional, seja no campo das transformações como ser humano. A partir de Mézaros (2004), o trabalho pode ser entendido como modo de sustentação e autopreservação do ser humano, capaz de promover transformações sociais e culturais historicamente construídas. Dessa forma, a importância do trabalho na vida das pessoas não se dá apenas pelo seu caráter pragmático, mas, sobretudo, pelo reconhecimento e valorização de suas subjetividades nas sociedades contemporâneas.

A esse respeito, Dejours (1992, p. 139) considera que “o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização social do trabalho”, sendo necessário buscar outros modos de trabalhar, organizados de forma coletiva, de modo que os/as trabalhadores/as reconheçam e desenvolvam suas potencialidades e habilidades, sentindo-se inteiros e fazendo parte de um todo, de um coletivo maior, não só uma “célula de produção”.

Já sobre o aspecto do trabalho na sociedade capitalista, Monteiro (2009) acrescenta que o modo de produção capitalista trouxe dupla afetação ao/a trabalhador/a, haja vista que, além de ameaçar sua empregabilidade e sobrevivência econômica, criou a falácia de que dependeria do esforço próprio do/a trabalhador/a a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, isto é, os/as mais esforçados/as e qualificados/as seriam reabsorvidos/as, como se a questão fosse meritocrática e individual, no lugar de socialmente determinada.

Diante de tais circunstâncias e da necessidade de provimento e sustento dos atores sociais e suas famílias que, de alguma forma, foram ou estão excluídos do modo de produção capitalista e que aparecem de diferentes maneiras ao longo da história, surge a economia solidária, como resultado de experiências de auto-organização comunitárias e práticas de relações econômicas e sociais por meio de alternativas associativistas e cooperadas para gerar trabalho e renda. A proposta é promover melhoria na qualidade de vida das pessoas por meio de práticas ancoradas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. A Economia Solidária, então, emerge como possibilidade de promover uma sociedade mais justa e igualitária, que seja capaz de alterar a relação entre capital, trabalho e renda, de modo que o homem passe ao centro do processo, no lugar da exacerbação e maximização de lucros que privilegiam uma minoria.

Com efeito, conforme afirma Singer (2004, p. 2), “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa”. Dessa forma, de acordo com o autor, em função das múltiplas crises sociais, a economia solidária toma corpo e forma, tornando-se viável e se constituindo como alternativa real ao capitalismo, pois a maioria da sociedade, que não é detentora do capital, começa a tomar consciência de que é do seu próprio interesse “organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social” e é nesse sentido que outro tipo de economia começa a ganhar força.

Do ponto de vista conceitual, a economia solidária pode ser compreendida a partir de diversas abordagens que suscitam múltiplas definições, como atividades econômicas organizadas coletivamente pelos/as trabalhadores/as, os/as quais, de forma associada, praticam a autogestão de seus empreendimentos. Ou ainda, como proposta de trabalho e de vida que visa transpor a lógica da acumulação capitalista por meio do estabelecimento de relações solidárias e cooperativas, considerando a dimensão humana e o contexto socioambiental (SINGER, 2002). Em especial na América Latina, segundo Osorio-Cabrera (2014), o conceito de Economia Solidária surgiu como categoria para nomear uma série de experiências socioeconômicas impulsionadas por uma longa tradição de movimentos sociais, também como estratégia para gerar bem-estar para amplos setores vulneráveis, assumindo a ideia de um mercado solidário, caracterizado pelo filósofo Luis Razeto (1997) como fator C da economia, justamente por pautar-se na cooperação, corresponsabilidade, comunicação e comunidade.

Outro aspecto que precisa ser contemplado e que confirmam as discussões empreendidas até aqui são as considerações em torno da pluralidade da economia, pela qual as atividades econômicas não se restringem apenas a princípios mercantis, sendo considerados aspectos de organização da vida como, por exemplo, a domesticidade, as relações reciprocidade, a cooperação, dentre outros (POLANYI, 2012; HESPANHA; SANTOS, 2016), bem como acerca das invisibilidades que a economia puramente mercantil pode provocar. A esse respeito, Gibson-Graham (2003) compara a economia real a um *iceberg*, em que somente o modo de produção capitalista fica visível, enquanto são invisibilizadas outras formas de organização da vida material e que, por meio de valores, pilares e princípios da economia solidária e de estruturação de coletivos, essas formas de organização podem ser fortalecidas.

Nesse sentido, Hespanha e Santos (2016) apresentam um alargamento epistemológico da economia, ao salientarem que há outras formas de se realizar trocas econômicas e que as economias comunitárias ultrapassam o estabelecimento de comensurabilidades, remuneração do trabalho e distribuição de excedentes. Como exemplo disso, os autores citam os clubes e feiras de troca e as moedas sociais que, na ausência do dinheiro, constituem forma alternativa de remunerar o trabalho, inclusive, de voluntários. Outro exemplo que pode ser lembrado diz respeito à distribuição desigual de excedentes, que na economia solidária, o poder de decisão fica a cargo dos grupos, via autogestão, redistribuindo recursos recolhidos coletivamente, de acordo com as necessidades específicas de seus membros, dentre outros (HESPANHA; SANTOS, 2016).

Outro olhar sobre a economia solidária que merece referência é o de Boaventura de Sousa Santos. De acordo com esse autor, ela emerge da necessidade de se buscar um novo modelo de convivência social, em que se privilegiem formas inovadoras de produção mais justas, solidárias e capazes de criar novos padrões de convivência humana. O autor, em consonância com os teóricos mencionados, também ressalta a importância de vínculos além do econômico e defende que o êxito das alternativas de produção depende da inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo. Defende ainda, que, para que seja concretizado um desenvolvimento global, justo e sustentável, primeiro há de se pensar e agir em âmbito local, sem abrir mão às possíveis articulações a nível mundial (SOUSA SANTOS, 2002).

Nas últimas décadas a Economia Solidária tem sido considerada por diversos/as autores/as como “uma outra economia possível” (SINGER 2002; MANCE, 2000; GAIGER, 2004; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), principalmente no que diz respeito ao enfrentamento dos vários problemas econômicos e sociais que afetam famílias e pessoas ao redor do mundo e, assim, vem sendo encarada de forma plural.

Nessa perspectiva, a economia solidária insere-se em um quadro mais amplo de movimentos de resistência e transição civilizatória, social e ecológica (ESCOBAR, 2015) e oferece instrumentos emancipatórios e de luta contra a exclusão social, a exploração do trabalho humano, reforçando o combate aos efeitos negativos do capitalismo, tentando buscar respostas aos variados desafios da inclusão social digna e permeando a construção e produção de práticas que valorizam a autonomia e a solidariedade, baseados no trabalho associativo e cooperado.

Os atores sociais envolvidos em redes de atividades produtivas e colaborativas desenvolvidas em bases solidárias, segundo Osorio-Cabrera (2019), fazem parte de verdadeiros movimentos de resistência. Movimentos esses por meio dos quais os sujeitos localizados no Sul Global questionam os modelos civilizatórios organizadores do mundo a partir da promessa de transformação das sociedades tradicionais em modernas, oferecendo progresso, qualidade de vida e bem-estar (BOESNER, 1996; ESTEVA, 2010; ACOSTA, 2016).

Corroborando essas discussões, Borges, Borges, C. e Maturino (2019) apontam que algumas experiências têm demonstrado a força de movimentos não-alienados de reprodução social e em comunhão com a natureza, pautados em valores de inclusão e justiça social em perspectiva ecossistêmica. São movimentos agroecológicos, empreendimentos sócio solidários, economias feministas etc., constituindo-se aquilo que Harvey (2018, p.194) chama de espaços de resistência ou brechas com “espaços heterotópicos⁷” onde, em meio a alienação, grupos buscam construir modos não alienados de viver e de ser.

Portanto, ao pensar a Economia Solidária, deve-se ater a novas formas de socialização, de significados que o indivíduo atribui à experiência de trabalho, às maneiras como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo, à construção social que determina o lugar que cada pessoa ocupa na sociedade, no trabalho ou na comunidade, entre outros fatores. Em suma, é necessário o aprofundamento de uma discussão que extrapole a abordagem economicista baseada em trocas apenas mercadológicas.

Nessa direção, ao se pensar sobre os atores ligados ao contexto da economia solidária considerando aspectos para além apenas das trocas mercadológicas, principalmente quando passamos a refletir sobre suas relações, formas de socialização e os significados que o indivíduo atribui à experiência do trabalho, emerge um debate acerca da mulher que tem protagonizado iniciativas e experiências solidárias e construído caminhos que as têm tornado sujeitos políticos, participativos e empoderados, ressignificando seus papéis na superação da exclusão e a

⁷ Termo cunhado por Michel Foucault que diz respeito ao conceito de heterotopia e quer dizer “o espaço do outro”.

invisibilidade social. Ao longo dos séculos, gerações de mulheres das mais diversas classes sociais têm concentrado forças e lutas para promover o que Veronese (2007) chama de contra condutas individuais e coletivas, tanto no que tange aos modos de objetivação como também de subjetivação em espaços públicos e privados.

Historicamente, o trabalho atribuído à mulher esteve intimamente ligado à divisão de tarefas e funções entre os sexos. Por natureza, à mulher coube o processo reprodutivo de gestar, parir, amamentar e os primeiros cuidados necessários à garantia da vida (BONUMÁ, 2015). Mais adiante, esse processo torna-se mais complexo e provoca o enraizamento de relações desiguais baseadas na dominação e opressão femininas, mais conhecidas como patriarcalismo⁸ e que até hoje deixou marcas e heranças impregnadas em nossa sociedade. A condição de dominação gera o que se nomeia divisão sexual do trabalho e, para as mulheres, ao longo da história, foram sendo atribuídas as reponsabilidades e tarefas reprodutivas como cuidado com a família, filhos, com o doméstico e que definiu seu lugar na sociedade.

Nesse contexto, quando se reflete a respeito da sexualidade, esta ainda é pensada por muitos/as como algo natural que homens e mulheres possuem. Porém, ao levar-se em conta essa premissa, deixa-se de pensar sobre a sua proporção política e social, como também em sua construção histórica. A noção de que a sexualidade seria “concedida” pela natureza, específica do ser humano, ampara-se no corpo e na hipótese de que nossos corpos existem de forma absolutamente igual (LOURO, 2000).

De acordo com Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, ou seja, ela é entendida como uma criação social, visto que se compôs no decorrer da história, apoiado em diversas ponderações sobre o sexo, ponderações que fixam, padronizam, elaboram saberes e implementam verdades. Os movimentos sociais femininos deram espaço para questões como a relação de gênero, permitindo pensar em mudanças na forma de se compreender o papel de homens e mulheres na sociedade, a partir de uma concepção relacional entre os sexos e não mais pelo determinismo biológico ou por essencializações.

Hoje, podemos perceber algumas transformações na realidade da família contemporânea em relação a séculos passados quando se pensa na divisão de papéis realizados por cada membro, ainda que, mesmo com tais transformações, haja muito ainda que se avançar, em especial entre as mulheres do campo. Tradicionalmente, os papéis de gênero cultural e

⁸ Durante os períodos caracterizados como História Antiga e Idade Média, as mulheres estavam destinadas à subordinação e à reprodução, sendo o seu lugar de pertencimento o âmbito doméstico. A elas, cabia o direito de serem mães e esposas, sendo consideradas guardiãs da moral e dos bons costumes. Na sociedade patriarcal, o papel imposto às mulheres não lhes dava o direito de se expressar socialmente fora do espaço doméstico (LINS, 2012).

socialmente construídos estabeleciam às mulheres o trabalho reprodutivo circunscrito no âmbito privado/doméstico, e o produtivo aos homens (RAMUNDO STADUTO e ALVES NASCIMENTO, 2013). No mundo moderno e no contemporâneo, novos papéis foram e são agregados ao seu modo de vida das mulheres.

É importante destacar que esse debate não se restringe apenas às relações formais de trabalho dos mais diversos setores da economia. Ele também se faz importante e necessário no âmbito da economia solidária, vez que as trabalhadoras enfrentam dificuldades como cuidados com os/as filhos/as menores e demais dependentes no horário de trabalho. Isso as leva a recorrer a redes informais de parentesco, vizinhança ou amizade para ajudá-las, já que muitas não têm acesso a creches ou escolas. Ademais, a maioria não obtém colaboração dos maridos ou companheiros nas tarefas domésticas e, muitas vezes, são obrigadas a realizar saídas paliativas para atender ao trabalho do cuidado com a casa e com os/as filhos/as. Tais episódios revelam a diferença de posição entre homens e mulheres também nos espaços onde se desenvolvem atividades ligadas à economia solidária, o que pode ser entendido como expressão da divisão sexual do trabalho na nossa sociedade, que acarreta desigualdades de condições em desfavor das mulheres.

No contexto das atividades ligadas aos coletivos solidários, considerando tanto as discussões sobre reconhecimento das atividades geradas pelo trabalho solidário e melhoria de condições socioeconômicas, socioprodutivas, entre outras, argumenta-se também, em relação a à perspectiva de gênero, sobre os desafios de incorporar princípios como justiça social, solidariedade, equidade, ligados à Economia Solidária, em contraponto aos processos de discriminação, subalternidade e silenciamento vivenciados pelas mulheres em espaços decisórios, de debates sobre economia, política, cultura e mercado. Nesse sentido, é necessário considerar aspectos que se interseccionam com gênero, como classe, raça, idade e cor, como revelam contribuições das economias feministas pois, como demonstram estudos nessa área, as questões étnico-raciais, de classe, faixa etária, entre outros, juntos, constituem elementos que favorecem condição de maior desigualdade (BIROLI, 2018; LUGONES, 2020; DAVIS, 2016; BAIROS, 2020).

Dessa forma, para que se possa perceber o que é a desigualdade, inclusive no que tange ao econômico, é imprescindível entender como diferentes formas de assimetria se combinam, produzindo efeitos de aprofundamento dessa desigualdade (SANTOS, 2017). Isto se reflete nas maneiras de organização da vida material e cotidiana dos sujeitos e, no caso do estudo desta tese, no cotidiano das mulheres, bem como das dificuldades que cada uma delas pode enfrentar. Ou seja, diferentes formas de assimetria num corpo, numa história, na vida, dialogam entre si,

reforçando as condições de desigualdade de diferentes mulheres, sendo necessário entender os elementos que se entrelaçam e, assim, buscar compreender as lutas, as dificuldades e as estratégias de resistência das diferentes mulheres no que se refere à construção e manutenção da vida material cotidiana e os desafios que elas enfrentam (SANTOS, 2017).

Sabe-se que a trajetória histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho sempre foi marcada por discriminação, silêncio, divisão social e sexual de tarefas. Toda essa condição sempre esteve presente historicamente nas mais diversas sociedades em que o trabalho era dividido por diversos critérios, segundo os quais o qual o papel das mulheres se restringia ao trabalho da casa e o dos homens expandia-se à rua e ao campo, acentuando-se a destituição de poder às mulheres, principalmente quando se tratava da população negra (QUIJANO, 2000 citado por LUGONES, 2020).

Do mesmo modo, o trabalho das mulheres brancas, dependendo de sua classe social, também ficava restrito aos cuidados com esposo, casa, filhos, cozinha, bordados, etc. Mais tarde, mais especificamente a partir do século XIX, com o advento da revolução industrial, a inserção da mulher no mercado de trabalho também se deu de forma precária, incorporando a concepção de inferioridade, ancorada na ideia da natureza frágil da mulher, justificando menores salários, por ser considerada baixa a sua produtividade, mesmo realizando a mesma carga horária de trabalho dos homens (OLIVEIRA, 2008; OST, 2009).

No decorrer da história, é possível notar as inúmeras conquistas da mulher nos mais diversos espaços, sejam estes públicos ou privados, como o escolar, político, cultural, nos movimentos sociais, mercado de trabalho, entre outros. Apesar de muitas dessas conquistas serem evidentes, ainda é possível perceber que, quando se trata de aspectos relacionados ao trabalho da mulher, as leituras de gênero e as formas de entender as relações socioeconômicas, segundo Pérez-Orozco (2015), ainda perpetuam relações de hierarquia, poder e dicotomias como produtivo/reprodutivo, público/privado, trabalho/não trabalho, dificultando análises transversais que levam à compreensão da complexidade de determinados processos.

Nesse sentido, a autora destaca que os estudos feministas têm contribuído de forma significativa para essa discussão, principalmente no que diz respeito a reflexões de superação da crise civilizatória mundial que pressionam a necessidade de mudanças no sistema socioeconômico dominante não só em termos materiais, mas, sobretudo, na possibilidade de um diálogo que tenha como foco a construção de relações mais equitativas, o que corrobora princípios ligados à Economia Solidária (OSORIO-CABRERA, 2017).

Diversos estudos e autores/as têm apontado a expressiva participação das mulheres em várias iniciativas de economia solidária⁹, tanto em países do Norte quanto em países do Sul, seja em grupos de produção artesanal como também agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2016). É nesse contexto que localizamos a Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOMAFES, no município de Valença, Território Baixo Sul do Estado da Bahia. A Cooperativa é formada por 102 mulheres, distribuídas em 32 comunidades rurais e 04 Bairros Urbanos. Cada comunidade rural e dos bairros urbanos que fazem parte da COOMAFES tem uma liderança feminina.

Essa cooperativa é a primeira organização social formada só por mulheres rurais (e agora (2023), mais recentemente, urbanas) no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia e, logo no primeiro capítulo, contamos sua história, surgimento, organização e estrutura. A COOMAFES tem se apresentado como importante instrumento e espaço coletivo de trabalho, reconhecimento e luta por melhoria de condições socioeconômicas, socioprodutivas e de construção de relações que podem sugerir e suscitar a redefinição de papéis, interferindo nos processos de emancipação, empoderamento, valorização identitária e autoestima das mulheres ligadas ao trabalho na cooperativa.

As discussões acerca do novo papel social das mulheres em iniciativas solidárias têm sido tema de diversos estudos, debates, pesquisas e relatos de experiências, tanto mundialmente como no Brasil. Tais estudos têm abordado o protagonismo das mulheres nas mais diversas iniciativas e experiências ligadas à Economia Solidária (HILLENKAMP e NOBRE, 2018; SANTOS, 2017; OSORIO-CABRERA, 2017; BAUHARDT, 2014) e têm considerado aspectos de gênero, classe, raça, etnia, cor, idade, entre outros elementos que podem contribuir na superação das vulnerabilidades a que, muitas vezes, as mulheres são expostas, diante de uma sociedade montada nos moldes patriarcais e coloniais.

Para além dos estudos acerca das iniciativas e experiências ligadas a economia solidária empreendidas por mulheres, há que se enfatizar também a importância da organização dessas mulheres em redes, uma vez que o ponto primordial que se estabelece nas redes de mulheres

⁹ Dados do SIES/SENAES/UNISINOS, por exemplo, apontam para a participação de 620 mil mulheres em 19,7 mil empreendimentos solidários e 1,4 mil associados e dos 54, 8% empreendimentos rurais cadastrados, há uma expressiva participação de mulheres em diversas atividades de plantio e cultivo de produtos, bem como atividades da cozinha produtiva (GAIGER E ECOSOL, 2014). No caso da COOMAFES, as mulheres se destacam em número de lideranças dos empreendimentos nas mais diversas comunidades rurais espalhadas pelo território Baixo Sul (Dados da Pesquisa, 2023).

está fundada na relação entre pessoas e empreendimentos como condição de possibilidade de sua viabilidade econômica e social, pois, estabelecem a solidariedade como elemento referencial da articulação. Dessa maneira, a perspectiva solidária que funda essas redes¹⁰ é a garantia da circulação de tecnologias, saberes e insumos que permitem não só o reordenamento da cadeia produtiva, mas também a socialização dos acúmulos individuais e coletivos para um projeto alternativo de sociedade (COSTA, 2011).

É importante ressaltar que, até iniciarmos este estudo (2020 até sua finalização, em 2023), não haviam sido encontrados em fonte bibliográficas de pesquisa, no Estado da Bahia, especificamente no Território de Identidade do Baixo Sul, estudos e pesquisas que investigassem as iniciativas e o protagonismo de mulheres em atividades de economia solidária, abordando os elementos acima referidos, até porque as iniciativas são recentes neste contexto e por outro lado há uma invisibilidade de tais estudos, principalmente em relação aos interesses dos estudos que se tem na academia.

Também não foram localizados trabalhos que apontassem princípios de integração econômica postulados por Polanyi (domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado) e, tampouco, elementos que fazem parte dos processos de sociabilidade, emancipação e empoderamento feminino. Dessa forma, tornou-se importante realizar um estudo sobre tais aspectos ligados às mulheres no contexto da economia solidária. Para realizar tal pesquisa, escolheu-se a Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária, por ser esta a primeira cooperativa formada e liderada só por mulheres no Território de Identidade Baixo Sul da Bahia.

O estudo buscou por meio da perspectiva das histórias e trajetórias de vida das mulheres da COOMAFES, das suas práticas e experiências no contexto da economia solidária, entender como e de que forma se desenvolvem os processos de autovalorização identitária e reconhecimento individual, coletivo e familiar nos espaços de que fazem parte essas mulheres e onde vivenciam suas experiências.

Além dos resultados científicos, outro aspecto importante nessa discussão são as contribuições que este estudo aponta para o campo social, ao impulsionar reflexões sobre

¹⁰ Podemos citar aqui exemplo de iniciativas solidárias em Rede de Mulheres como a Rede Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias), que promove o protagonismo de mulheres, por meio da conquista de autonomia no campo e na cidade, através de justiça social e equidade de gênero, além de garantir representação feminina na diretoria nacional Unicopas (Disponível em: <<https://unicopas.org.br/eixos/mulheres/>>); bem como outras redes como a SOF (Sempre Viva Organização Feminista), a RESF (Rede Economia Solidária e Feminista), que são redes formadas por mulheres e que fortalecem a integração e intercâmbio de empreendimentos solidários de mulheres, visando o fortalecimento da produção, comercialização e consumo solidário (Disponível em: <<http://portal.resf.com.br/>>), entre outras.

sociedades como a nossa, onde prevalece a desigualdade social e se acentua a pobreza de extratos majoritários da população, conforme apresentam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - que revelam que a concentração de renda aumentou em 2018, reforçando a extrema desigualdade social no país, quando o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade mais pobre. Essa parcela da população teve ganho médio mensal de R\$ 27.744,00 enquanto os 50% menos favorecidos ganharam R\$ 820,00, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. A pesquisa mostra ainda que esse resultado influenciou o aumento do Índice de Gini, instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Quanto mais perto de 1, maior a concentração de renda em um país. Em 2018, o índice no Brasil chegou a 0,545.

Para além de todos esses dados, não se pode deixar de apontar o resultado da última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada entre junho de 2017 e julho de 2018, que aponta a volta do Brasil ao Mapa da Fome, indicando a insegurança alimentar como grave, em que a falta de alimentos em um domicílio, atingia 5% da população brasileira no período, ou seja, mais de 10 milhões de pessoas. Esse percentual é comparado ao de 2013, em que 3,6% da população estava nessa situação (IBGE, 2020).

Dessa forma, esforços de pesquisas para se compreender as discussões e contribuições sobre o papel da mulher no contexto da economia solidária, na sociedade contemporânea, das suas potencialidades emancipatórias na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, através de um modelo que extrapole o economicismo¹¹, são necessários, urgentes e de inegável importância.

Considerou-se também, na relevância do estudo, aspectos de sustentabilidade social, política, cultural e ambiental, por meio da resignificação dos papéis da mulher, da reescrita de suas trajetórias de socialização, em consonância com o pressuposto de que o trabalho coletivo não se constitui apenas como gerador econômico, mas, sobretudo, através de novas sociabilidades, identidades e subjetividades.

Assim, diante da importância que suscitam debates sobre o potencial feminino no trabalho e do papel social das mulheres no contexto da Economia Solidária, bem como as vivências e os papéis desempenhados por essas trabalhadoras, buscou-se responder a seguinte

¹¹ Termo utilizado para criticar o reducionismo econômico, que é a redução de todos os fatos sociais a dimensões econômicas.

questão: **Como e de que forma as práticas de economia solidaria podem contribuir nos processos de ressignificação dos papéis sociais, empoderamento e de construção de novos laços produtivos, reprodutivos, sociais e econômicos das mulheres trabalhadoras associadas à COOMAFES?**

Conseqüentemente, ao estabelecer o **objetivo geral**, tem-se: Analisar como e de que forma as práticas de economia solidaria podem contribuir nos processos de ressignificação dos papéis sociais, empoderamento e de construção de novos laços produtivos, reprodutivos, sociais e econômicos das mulheres trabalhadoras da COOMAFES.

Para alcançar o objetivo geral, guiando-se por trajetórias de exclusão e invisibilidades impostas às mulheres ao longo do processo histórico de formação da sociedade, da sua inserção no mercado de trabalho, mais especificamente, no caso deste estudo, das atividades ligadas às práticas de economia solidária e dos significados que as mulheres atribuem ao trabalho que realizam, bem como elas estabelecem novos laços sociais, produtivos e reprodutivos, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

- I** - Caracterizar sociodemograficamente as mulheres da COOMAFES;
- II** - Apresentar caracterização, história e organização da Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOMAFES, de Valença-Ba;
- III** - Investigar os sentidos e significados da noção de trabalho para as mulheres da COOMAFES;
- IV** - Avaliar como as mulheres pesquisadas identificam processos de ressignificação dos seus papéis sociais a partir das práticas de economia solidária;
- V** - Identificar como o trabalho associativo e cooperado na COOMAFES pode favorecer mudanças de trajetórias de socialização, de modo a superar a exclusão e invisibilidade social; e por fim,
- VI** - Analisar como as práticas de economia solidária vivenciadas pelas mulheres da COOMAFES se inserem em um contexto de tensionamentos entre uma perspectiva de reforço da exclusão social determinada pelo modelo capitalista ou de autonomia e emancipação.

A tese buscou fundamentos teóricos baseados nos conceitos sobre Economia Solidária, suas características fundamentais, como se organiza e os/as principais autores/as que discorrem sobre o assunto. Fundamentou-se também nas literaturas que abordam as relações de gênero, economias feministas, interseccionalidades, processos de empoderamento, autonomia e emancipação, por meio das principais autoras que abordam a temática e também em pesquisas

realizadas no Brasil, América Latina e Europa, relacionando a temática com a participação das mulheres na Economia Solidária, expondo aspectos a respeito da mulher rural, suas lutas e movimentos sociais, perpassando discussões sobre a reforma agrária e políticas públicas para a agricultura familiar.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo, indica a metodologia do estudo e especifica toda a trajetória da pesquisa, os métodos, tipos de pesquisa e procedimentos utilizados. No Segundo capítulo, foram apresentados os traços gerais do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, mostrando como o território está organizado geograficamente, bem como dados e informações sobre índices de vulnerabilidade, índices de desenvolvimento humano –IDH, formação social, aspectos culturais, históricos, arquitetônicos e econômicos, trazendo também referências sobre comunidades quilombolas, pois, no processo de formação social, há significativa influência dos/as negros/as escravizados/as e fugitivos/as.

Além disso, angariamos informações sobre como estão organizadas e direcionadas as ações e investimentos estaduais voltados ao desenvolvimento socioeconômico de suas regiões, tal como definido pela Política Territorial, conforme *sites* oficiais como IBGE, SEPLAN, SEI, entre outros, e fundamentados em autores/as como Velloso (2013), Delgado e Leite (2011), Porto (2016), que discutem organização e políticas públicas de territórios e regiões.

Esse capítulo aborda também atividades econômicas, uso da terra e agricultura familiar em uma de suas seções e faz referência a aspectos sobre reforma agrária e políticas para agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2022; GRISA, 2017; BERGAMASCO e DELGADO, 2017; SCHNEIDER, 2000; MALUF, 2001), uma vez que a cooperativa pesquisada tem em sua maioria mulheres rurais e que desenvolvem atividades produtivas ligadas a agricultura e economia solidária.

No terceiro capítulo apresento reflexões sobre o protagonismo das mulheres em iniciativas territoriais, em especial, no caso do nosso estudo, as iniciativas solidárias, mostrando o processo de formação e constituição da COOMAFES, bem como as características do perfil sociodemográfico das mulheres com dados como idade, escolaridade, renda, cor, raça, etc, além de destacar a importância da cooperativa para o Território de Identidade, inclusive, durante o período da crise pandêmica da COVID-19. Neste capítulo, utilizamos como principal referência Andrade (2019), que é quem conta todo o processo de história e formação da cooperativa COOMAFES.

O quarto capítulo enfatiza as histórias e trajetórias de vida das mulheres da COOMAFES, percorrendo sobre os significados que elas atribuem ao trabalho, o protagonismo

e a participação dessas mulheres no território, em especial, em iniciativas solidárias e também no meio rural. O capítulo expõe, pelas histórias das mulheres, as adversidades enfrentadas quanto às relações de gênero, relações de poder e dominação exercidas por parte de seus parceiros de vida, desigualdades, invisibilidades, entre outras dificuldades. O capítulo apresenta também as histórias das mulheres da COOMAFES em relação aos processos de empoderamento e ressignificação de seus papéis sociais no que diz respeito às transformações em suas trajetórias de vida.

Para fundamentar as análises realizadas no quarto capítulo, buscamos abordagens baseadas nas perspectivas feministas à luz da economia solidária, dos processos de empoderamento e ressignificação de papéis sociais, apoiando-nos em autores/as como: Biroli (2018), Guérin (2015), Berth (2019), Hillekamp (2016), Nobre (2018), Butler (2010), Pérez-Orozco (2014), Friedmann (1992), Bonumá (2015), entre outros/as. Esses/as autores/as tratam especificamente de teorias relacionadas ao empoderamento feminino, às questões das relações de gênero em espaços públicos e privados e no ambiente e desenvolvimento do trabalho e de atividades produtivas, inclusive, as solidárias.

No quinto e último capítulo, discorreu-se sobre as práticas de economia solidária vivenciadas pelas mulheres da COOMAFES como reforço ao modelo capitalista em uma perspectiva de exclusão social ou como caminhos para autonomia e emancipação, cujas análises basearam-se em autores/as como: Gaiger, 2003; Nobre, 2003; Hillenkamp e Nobre, 2018; Junior, 2013; Hillenkamp, Guérin e Verschuur, 2016; Simon e Boeira, 2017. Tais autores/as desenvolveram trabalhos e estudos voltados especificamente às ambiguidades sobre a economia solidária como reforço ao modelo capitalista ou caminho para autonomia e emancipação. Foram esses estudos que fundamentaram as análises das práticas de economia solidária das mulheres da COOMAFES. Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA DO ESTUDO

Neste trabalho, optou-se pela pesquisa do tipo estudo de caso, de natureza qualitativa, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e buscando o entendimento de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, envolvendo o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde, de acordo com Minayo (2001), a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além disso, a abordagem qualitativa evidencia e valoriza a perspectiva dos agentes nela envolvidos para a compreensão, reconstrução e explicação de processos sócio-histórico-culturais. Portanto, no campo das Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa ocupa-se do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores e atitudes, conjuntos de fenômenos humanos que constituem parte da realidade social, pois o ser humano se distingue pelo agir, pelo pensar e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivenciada e compartilhada com seus semelhantes.

Minayo (2002), ainda afirma que, diferentemente da pesquisa quantitativa - que busca explicar ou descrever fenômenos que produzem regularidade -, a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados - um nível que não é visível e que precisa ser mostrado e interpretado. Nesse sentido, a análise qualitativa não se resume apenas a descrever ou classificar o que foi dito pelas fontes, mas busca compreender e interpretar seus símbolos e códigos sociais a partir das teorias e da contextualização da realidade dos sujeitos.

Mirian Goldenberg (2004) reforça essa ideia ao se basear nos conceitos de Max Weber para afirmar que o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento pelo qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos, considerando a compreensão dos valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, que só ocorre se a ação é inserida num contexto de significados, o que somente é possível por meio de análises qualitativas. Nessa perspectiva, busquei estudar como as mulheres da Cooperativa de Mulheres da Agricultura

Familiar e Economia Solidária (COOMAFES) constroem os significados atribuídos ao trabalho, como percebem mudanças em suas trajetórias de vida e socialização, como ressignificam seus papéis, considerando as práticas de economia solidária vivenciadas por elas dentro desse coletivo.

Conforme já citado em parte da introdução deste estudo, a ideia dessa pesquisa começa a se delinear ainda durante a minha experiência de campo, durante a coleta de informações da pesquisa de mestrado. Nessa oportunidade eu estava estudando sobre a Política Pública de assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária do Estado da Bahia, acerca da percepção dos atores sociais de trinta e três empreendimentos solidários do Território Baixo Sul, sobre as ações de tal política, quando obtive meu primeiro contato com algumas das mulheres da COOMAFES que também faziam parte da pesquisa à época. Foi no campo durante o mestrado que identifiquei a possibilidade de estudo para o doutorado, dessa vez, somente trabalhando com as mulheres da cooperativa e buscando apreender outros aspectos para além da política que era estudada. O foco se concentraria, como de fato ocorreu, em buscar as transversalidades trazidas pelas ações da política pública de economia solidária.

Para isso, utilizei o método da história de vida, pois relatos orais e trajetórias singulares de vida podem possibilitar estudos que evidenciam a riqueza das especificidades das narrativas, das percepções e do vivido, conforme sinaliza Goldenberg (2004, p.38), ao explicar que a abordagem da história de vida “cria um tipo especial de documento no qual a experiência individual entrelaça-se à ação histórica, diluindo os antagonismos entre subjetividade e objetividade”. O objetivo é articular as histórias e trajetórias individuais ao contexto histórico e social, o que acaba por construir a “liga” coletiva.

O interesse pelo método de história de vida nesta pesquisa justifica-se por permitir ressaltar os momentos vivenciados pelas sujeitas da pesquisa, de forma a possibilitar um estudo sobre a vida das mulheres, enveredando por suas trajetórias históricas, buscando compreender a dinâmica das relações que elas estabeleceram ao longo de sua existência. Sobre esse aspecto, Brioschi e Trigo (1987) descrevem que a escolha metodológica pela história de vida é necessariamente histórica, vez que a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico, é dinâmico, apreendendo as estruturas de relações sociais e os processos de mudança e dialético, visto que teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação.

Dessa forma, busquei não só captar as histórias e trajetórias individuais das mulheres pesquisadas durante o estudo, mas, sobretudo, tentar entender como elas se comunicam, dando sentido a um corpo social que passa a compartilhar novos sentidos, e se e como, a partir das

vivências em um coletivo solidário, através das práticas ali adotadas e vivenciadas entre elas no dia-a-dia, favoreceram transformações dos seus papéis femininos, nas suas maneiras de apreender o mundo, significados, mobilizando novos modos de ser.

Assim, quando escolhi a história de vida como método de estudo, o que me interessava como pesquisadora era o ponto de vista do sujeito, pois o principal objetivo desse tipo de estudo, conforme defendem Spinola e Santos (2003), é apreender e compreender a vida e suas trajetórias, conforme ela é relatada pelo próprio autor. As autoras reforçam ainda que, através das histórias de vida, “podemos caracterizar a prática social de um grupo e que toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente valores, definições e atitudes do grupo o qual o indivíduo pertence” (SPINOLA e SANTOS, 2003, p. 121).

Dessa forma, ao partir para o desenvolvimento das aplicações dos procedimentos técnicos na pesquisa de campo e coleta de dados informações, em um primeiro momento, fiz uso da pesquisa documental, pela qual busquei os registros sobre a história e formação da cooperativa COOMAFES, além da utilização de fontes bibliográficas.

Em seguida, realizei a aplicação de um questionário de pesquisa (Apêndice A) para levantamento sociodemográfico das mulheres que fazem parte da cooperativa, disponibilizado a todas as cooperadas por meio da ferramenta do *Google Forms*, por meio do compartilhamento de um *link* de acesso, pelo qual foi possível mapear o perfil das mulheres, a partir de questões fechadas, de múltipla escolha, relacionadas à idade, gênero, escolaridade, raça, cor e renda.

Após a aplicação do questionário, destinado a levantar os dados sociodemográfico das mulheres cooperadas, iniciei os trabalhos de aproximação e coleta das primeiras informações por meio de reuniões realizadas pela ferramenta do *Google Meet*, vez que, quando foi dado início à coleta de dados e informações, estávamos em meio à pandemia do COVID-19¹².

Nessas reuniões, comecei explicando a finalidade e os objetivos da pesquisa, garanti o sigilo das informações pessoais, expliquei sobre os principais benefícios que os resultados da pesquisa poderiam oferecer, tanto à COOMAFES como também ao território, às comunidades e a outros grupos de economia solidária, dentro e fora do Baixo Sul da Bahia. Nessa etapa de aproximação, meu principal objetivo era estabelecer vínculo com as mulheres, de maneira que elas pudessem ir sentindo à vontade com a minha presença, bem como elas fossem adquirindo uma relação de confiança com a pesquisadora.

¹² Lei nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, inclusive no que diz respeito a necessidade de distanciamento social (BRASIL, 2020). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso em: 13. Mai.2023.

Após a liberação dos *lockdowns*¹³, quando finalmente pude ir a campo, com uso de recursos como gravador de voz e de vídeo, realizei o Roteiro de Entrevistas (Apêndice B), aplicado por meio das Entrevistas em Profundidade com 08 mulheres, com o objetivo de identificar percepções a respeito da possível redefinição, construção e/ou reconstrução de seus papéis sociais, inserção socioproductiva, econômica, social e política, reconhecimento e autoestima, além de buscar entender se tais experiências e vivências, após seu ingresso na cooperativa e em atividades ligadas à Economia Solidária, foram capazes de transformar suas trajetórias de vida. Foi utilizado o método da história de vida, conforme referido. As Figuras 1 e 2 mostram alguns desses momentos das entrevistas:

Realizei também, para além das entrevistas em profundidade, individualmente, a técnica do grupo focal, em rodas de conversa com dez participantes, a fim de apreender informações, sentimentos, valores, crenças, motivações, significados e vivências, relações, conforme as temáticas abordadas (Apêndice C), com a finalidade de atender parte dos objetivos específicos do estudo. Nesses encontros, foi possível identificar semelhanças acerca de significados e percepções de outras mulheres sobre temáticas também abordadas com as entrevistadas individualmente, as quais tiveram oportunidade de contar suas histórias mais detalhadamente. Sobre a técnica do grupo focal, Gatti (2005, p.7) refere que “[...] é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. E conclui que o grupo focal “[...] oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado” (GATTI, 2005, p. 13).

É muito importante detalhar como foi realizada a aplicação da técnica do grupo focal. Em um primeiro momento, tentamos realizá-la no formato de rodas de conversa, conforme apresentam as Figuras 1 e 2; contudo, na prática, observei que os relatos, opiniões, significados acerca das temáticas abordadas não fluíam de forma satisfatória. As mulheres apresentavam-se tímidas para falar, expor suas impressões e opiniões, relatar os significados e práticas vivenciadas dentro do coletivo.

Por esse motivo, e percebendo essa dificuldade, resolvi mudar a aplicação do procedimento, adaptando-o a realidade encontrada em campo. Passei então, a apreender as informações através da técnica de grupo focal, por meio de rodas de conversa, não sentadas

¹³ Recomendação nº 036/2020 que trata da implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>>. Acesso em: 13. Mai.2023.

uma de frente para as outras, pois, muitas vezes, elas ficavam apreensivas ao falar, pela timidez, vergonha em se expressar, etc.

Observando através das Figuras 1 e 2, tem-se um panorama do “porquê” as mulheres sentiam-se tímidas para falar, o que acabariam comprometendo a qualidade das informações adquiridas em campo.

Figura 1- Primeira tentativa da aplicação procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa



Fonte: Pesquisa de Campo (Espaço Comunitário Derradeira, 2022)

Figura 2- Primeira tentativa da aplicação procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa



Fonte: Pesquisa de Campo (Espaço Comunitário Derradeira, 2022)

Dessa forma, comecei a aplicar a técnica do grupo focal com a finalidade de captar as informações das temáticas abordadas, durante o processo de trabalho no dia-a-dia das mulheres. Ou seja, nos encontros das feiras, nas cozinhas produtivas, no desenvolvimento de suas atividades diárias, como é demonstrado nas Figura 3 abaixo, com as mulheres da cozinha produtiva da Comunidade do Orobó – Valença – Ba, com as mulheres da Associação das Dálías e com as mulheres na Feira Semanal.

Enquanto as mulheres trabalhavam na cozinha, na feira semanal e/ou na costura, à medida que íamos discutindo as temáticas abordadas, elas iam ganhando confiança, perdendo a timidez, e a relação foi se desenvolvendo de forma que as informações apreendidas eram mais valiosas. Além disso, elas abordavam espontaneamente, também, um pouco de suas histórias, o que tornou a aplicação da técnica do grupo focal e das rodas de conversa muito mais enriquecedora.

Figura 3 -Aplicação do procedimento Grupo Focal e Rodas de Conversa no ambiente de trabalho das cooperadas



Imagem: Cozinha do Orobó



Imagem: Espaço de Costura – Casa Dona Áurea



Imagem: Feira semanal das Mulheres da COOMAFES
Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Fiz uso também da técnica da Observação não Participante durante as feiras semanais realizadas pelas mulheres em espaço destinado exclusivamente a elas, para identificar como as mulheres realizam seu trabalho, como se relacionam com a atividade da feira e com os demais pares. Tudo foi registrado em caderno de campo e em gravações de vídeo, conforme apresento nas Figura 4 abaixo:

Figura 4 - Observações na Feira Semanal das Mulheres da COOMAFES

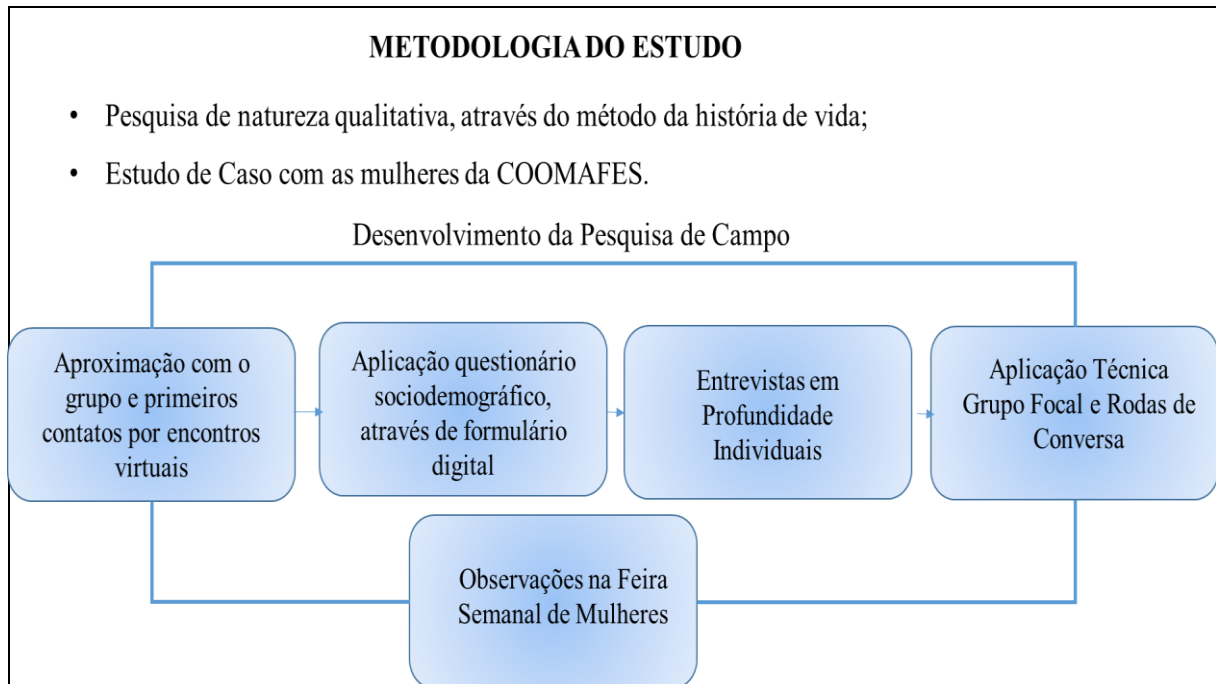


Imagens: Feira Semanal das Mulheres da COOMAFES
Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Por fim, a Pesquisa Bibliográfica foi utilizada para fundamentar o estudo pela literatura, de acordo com os temas e assuntos abordados nos capítulos e seções dispostos na estrutura da tese.

Para melhor ilustrar o desenvolvimento da pesquisa, o desenho do estudo e de campo se apresentou da seguinte forma:

Figura 5 - Desenho do Estudo de Campo



Fonte: Elaboração Própria, 2023

Por meio das figuras apresentadas (Figuras 3 e 4), é fácil identificar que quando iniciamos a pesquisa de campo, ainda estávamos vivenciando o período pandêmico, uma vez que, como é possível observar ainda obedecíamos às regras do uso obrigatório das máscaras e demais cuidados, apesar do término dos períodos de *lockdowns*.

Esse processo de estar em campo ainda em período pandêmico da COVID-19, por melhor que se tenha procurado encarar como algo que faria parte de nossa vida cotidiana, trouxe várias dificuldades como: uma tensão no cuidado meticuloso ao marcar às visitas, cheias de muitas regras para o uso das máscaras, do uso da higienização constante, e mesmo podendo realizar encontros presenciais, ainda assim manter certo distanciamento entre as pessoas.

Quem são os sujeitos da pesquisa

As sujeitas da pesquisa foram as mulheres da Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOMAFES, do município de Valença-Bahia, que fazem parte de 32 comunidades rurais e 04 urbanas no Território Baixo Sul Bahia. A cooperativa é composta por cerca de 102 mulheres. As trinta e duas comunidades rurais, bem como as quatro urbanas, são compostas cada uma pelo que se chama de um ou dois empreendimentos solidários dos quais as mulheres são lideranças e juntamente com elas participam das atividades de cada

empreendimento, ou seja, ajudam na “lida do trabalho” seus familiares (esposos, filhos, cunhados, netos, etc).

Participaram das entrevistas individuais de campo oito mulheres, cuja escolha foi realizada considerando-se o tempo de participação delas na cooperativa. A partir desse critério, foram selecionadas sete mulheres, que fazem parte desde o início do coletivo, quando ainda estava sendo gestado, entre elas, a presidente da cooperativa e uma outra, que acompanhou todo o processo de formalização, mas que, nessa época, ainda não era cooperada, mas, no período da coleta das informações para este trabalho (2022), atuava como Diretora de Educação da cooperativa, já tendo, portanto, a essa época, se tornado cooperada.

Além das histórias de vida dessas oito mulheres foram realizadas, conforme já citado na descrição dos procedimentos de coleta de informações, as técnicas de grupo focal, em rodas de conversas com um grupo de mais dez mulheres, identificando, assim, outras mulheres da cooperativa que não apresentaram suas histórias de vida, mas que compartilharam suas impressões acerca das temáticas abordadas durante a pesquisa e se tais leituras se relacionavam com os mesmos significados, aspirações, motivações e relatos atribuídos pelas mulheres entrevistadas individualmente.

O critério de escolha das dez mulheres se deu pela disponibilidade para a realização e a aplicação da técnica, de dia, horário e local para realização da coleta de informações, bem como do acesso às comunidades rurais, ou seja, distância, condições da estrada, etc. No caso das dez mulheres que participaram dessa etapa da pesquisa, estivemos na comunidade do Orobó, na comunidade de Una-Mirim, e na comunidade de São Fidelis.

Seguindo a mesma linha do estudo de Aline Andrade (2019), o qual foi a minha principal referência sobre a história e formalização da cooperativa (e que está mais bem apresentada e descrita no Capítulo III do estudo), em que foi preservada a identidade das entrevistadas e onde ela utilizou nome de flores para identificar os trechos de suas entrevistas, do mesmo modo, foi acordado, a pedido das participantes da pesquisa, que contaríamos suas histórias e trajetórias de vida, mas elas não seriam identificadas com seus nomes no trabalho e, por isso, foram utilizados codinomes de joias e/ou pedras preciosas para as entrevistadas. A escolha da utilização dos nomes de joias/pedras preciosas ocorreu em função do filme do gênero documentário, produzido por mim, autora deste estudo, feito sobre as mulheres da COOMAFES durante a pesquisa, o qual recebeu o nome de “*As Joias do Baixo Sul*”.

Identificando as participantes

Além de diferentes valores comerciais, as pedras preciosas também possuem significados místicos e/ou espirituais que lhes são atribuídos pela cultura popular. Cada nome de joia/pedra preciosa indicado e dado a cada participante entrevistada foi escolhido devido ao significado de cada pedra preciosa relacionado à história de vida e características de cada mulher, conforme apresentamos na lista abaixo:

Cooperada da COOMAFES - Safira

Significado da pedra Safira e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – pedra ligada a belos sonhos, abençoados com a paz e a sabedoria.

Safira é uma mulher nascida na década de 1970, tem 52 anos e se identifica como “uma mulher rural”, agricultora familiar, cuja história de sua vida sempre esteve ligada aos movimentos sociais e lutas para melhores condições de vida em sua comunidade. Considera que vive os princípios do associativismo e da economia solidária desde a sua adolescência, iniciando essa vivência dentro dos movimentos das Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral da Juventude da Igreja Católica. Ela mesma afirma que seu maior desejo e seu maior sonho foi estar na luta pela transformação da vida do povo, que sempre teve dentro de si um compromisso com isso. Assim foi também quando visualizou o projeto da cooperativa de mulheres, cuja organização e formação começou a ser gestada em 2013/2014. Um sonho coletivo manifestado em suas próprias palavras, quando ela diz: “ *a gente sonhou juntas...*”

Cooperada da COOMAFES Pérola

Significado da pedra Pérola e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – pedra que simboliza saúde, paz, riqueza de alma e bons presságios.

Pérola é uma mulher nascida no ano de 1965 e criada na zona rural. Um/a dos/as 23 filhos/as de Dona Maria de Bier. Desde a infância, teve uma vida muito difícil. Trabalhava desde os seis anos de idade, conta que sua vida foi pobre, permeada pela dominação por parte do pai, de quem a mãe acabou se separando. Quando se casou, ainda muito cedo, conta que sua

vida foi de muito sofrimento com o marido e que, depois de 20 anos, não suportou a vida ao lado dele e separou-se, mas, durante esse período, 1 viveu momentos muito difíceis.

Sua vida mudou após fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos da Secretaria de Ação Social e Agricultura do município de Valença-Ba, onde conheceu Safira e outras mulheres e, ao juntar-se a elas, viu sua vida se transformar pelas vias do trabalho ligado à economia solidária. Hoje, afirma que sua vida é cheia de muita riqueza interior, força para o trabalho e muitos projetos futuros.

Cooperada da COOMAFES

Significado da pedra Jade e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – representa clareza, sabedoria e intuição, prosperidade.

Jade, 32 anos, é da zona rural do município de Valença-Ba, filha de agricultores familiares e sua chegada à cooperativa se deu por volta dos anos de 2015/2016, enquanto as mulheres estavam no processo ainda de formalização. Ela se aproximou através do seu trabalho de mestrado em Educação do Campo da UFRB. Ela conta que se aproximou das mulheres com um olhar de pesquisadora, mas acabou se envolvendo e contribuindo no processo de formação da cooperativa. Contudo, após a conclusão do mestrado, pelos laços que foram construídos, Jade se cooperou na COOMAFES. Segundo ela, a participação diária e o convívio com as mulheres contribuíram e muito em seu processo de identidade de mulher rural. Hoje, Jade afirma que fazer parte da cooperativa é um verdadeiro processo de construção de sua identidade e de seu papel como mulher, trabalhadora, agricultora e de seu papel social. Foi e é um processo de encontro e de redescoberta.

Cooperada da COOMAFES Coral

Significado da pedra Coral e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – Amuleto, proteção, equilíbrio

Coral é da zona rural, mãe de 07 filhos. Casou-se aos 15 anos e logo foi para a cidade trabalhar como doméstica, pois a vida na roça ficou muito difícil. Durante o tempo que passou casada teve vários problemas ligados às relações de gênero e à responsabilidade de seu então esposo na criação dos filhos. Após a separação, ela ainda continuou trabalhando como

doméstica até que, após seus filhos criados, ela retornou para viver na zona rural, ainda que no começo os filhos não aceitassem muito. Foi então que ela, através do PAA do município, teve os primeiros contatos com as mulheres e passou a sonhar com a formação da cooperativa junto com as outras. Elas se uniram e, juntas, se empenharam nesse projeto e hoje é uma das cooperadas que fez parte do seu processo de fundação.

Coral traz em sua história as transformações de suas trajetórias de vida a partir da união e vivência na COOMAFES. Ela afirma que sua vida foi totalmente transformada para melhor em todos os aspectos: econômico, social, reconhecimento, autoestima, trabalho, entre outros.

Cooperada da COOMAFES Ágata

Significado da pedra Ágata e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – pedra de força, que significa coragem, longevidade, cura e proteção

Ágata traz, em vários momentos dos relatos de sua história, demonstração de muita força, coragem, proteção à família. Tem 46 anos, viveu na roça durante muito tempo após se casar, onde criou os filhos e trabalhava duro na enxada. Levava os filhos para a lida desde bebês, cuidava das atividades domésticas, plantava e colhia, mas relatou que nunca teve autonomia sobre o que produzia e vendia, pois tudo ficava nas mãos do marido. Sua relação com ele sempre foi difícil, segundo ela, principalmente por conta de que seu esposo trazia traços de machismo, dominação e poder perante ela e a família.

Sua vida começou a mudar quando como ela mesma diz: “*conheci as meninas*”. Para ela, fazer parte da cooperativa representa a sua independência financeira, seu empoderamento como mulher, a conquista de seu espaço, sua autonomia, entre outras conquistas.

Cooperada da COOMAFES Rubi

Significado da pedra Rubi e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – representa confiança, vitalidade, amor, força e parcerias

Rubi é filha de agricultores familiares de uma comunidade quilombola de Valença-Ba. Nasceu em 1981. É formada em Pedagogia e estuda relações étnico-raciais para que, segundo ela, possa contribuir com a comunidade na qual nasceu e cresceu. É casada, mãe e, na oportunidade da realização da pesquisa, estava grávida de 07 meses de gestação. Na cooperativa

é atual (2022) diretora de comercialização. Rubi conta que percebe que sempre viveu dentro do processo da economia solidária, uma vez que sempre fez parte de movimentos ligados à coletividade, a exemplo do trabalho de mutirões em casas de farinha, quando ainda era criança. A partir da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária do Estado da Bahia, através do Centro Público de Economia Solidária - CESOL do Território, imergiu nos conceitos, princípios e filosofia da economia solidária e pôde entender melhor a organização e funcionamento de grupos produtivos ligados a essas atividades.

Para Rubi, a cooperativa COOMAFES contribuiu para o seu fortalecimento enquanto mulher, mãe, agricultora, trabalhadora da economia solidária e acredita que a cooperativa veio só somar com a sua vida pessoal e vida profissional.

Cooperada da COOMAFES Esmeralda

Significado da pedra Esmeralda e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – pedra neutralizadora de campos e forças negativas, significa equilíbrio, força e visão

Esmeralda, 42 anos, é filha de agricultores familiares, identifica-se também como agricultora e formou-se em Serviço Social. Desde criança vivencia experiências comunitárias, lutas e movimentos, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e, em seus relatos, conta que trabalhava e ajudava os pais na roça, além das contribuições nas atividades domésticas. Apesar de tudo, ela e os irmãos, com muito esforço dos pais, tiveram a oportunidade de estudar e, assim, buscaram outras perspectivas de vida, mas foi através do trabalho associativista, inserida no meio da coletividade, que as portas para o trabalho, seu crescimento e seu desenvolvimento, de fato, se efetivaram.

Na COOMAFES, além de cooperada como agricultora familiar, ela também desenvolve atividades a partir de suas vivências no Centro de Referência da Mulher do município de Valença, onde ela já desenvolvia atividades ligadas ao enfrentamento da violência doméstica. Em contato com outras mulheres, Esmeralda passou a trabalhar na busca por políticas públicas que fortalecessem o trabalho das mulheres na cooperativa e as motivassem para uma melhor autoestima.

Esmeralda considera que a COOMAFES representa para ela e para as demais mulheres fonte de melhoramento na qualidade de vida em vários aspectos, pois, segundo ela, *“quando a gente convive com pessoas de várias realidades, tudo é muito enriquecedor e o olhar da*

economia solidária, quando a gente trabalha com o cooperativismo, isso traz uma ressignificação do fazer nosso”.

Cooperada da COOMAFES Ametista

Significado da pedra Ametista e a sua relação com a entrevistada e sua história de vida – Pedra que tem o significado da renovação, coragem e felicidade. Conversora de pensamentos negativos em positivos.

Nascida em outubro de 1981, filha de agricultores familiares, foi criada, segundo ela, para casar. E casou-se, aos 16 anos. Logo teve seu primeiro filho. Não passou por muitas dificuldades, digamos, econômico-financeira, pois seus pais tinham alguns recursos. Teve professora particular de costura, pois sua mãe queria dar-lhe uma profissão. Até juntar-se a uma associação comunitária de moradores da zona rural, nunca havia tido nenhuma experiência com o associativismo, cooperativismo ou com a economia solidária, tampouco estava inserida em movimentos e lutas sociais.

A partir de um curso de roupas íntimas que fez através da associação de moradores em sua comunidade rural, conheceu Safira, atual presidente da COOMAFES e, desse encontro, as primeiras sementes pela busca de melhorias da vida coletiva foram plantadas. Ametista se identificou com os princípios e se redescobriu no trabalho cooperado e associativista. Em suas palavras, ela diz que *“Depois eu me vi no processo... eu vi que aquilo ali era o que eu queria. O coletivo me proporcionou conhecimento intelectual, conhecimento pessoal”*.

Na COOMAFES, Ametista conta que já exerceu cargos de diretoria, hoje (2022), ajuda a gerir a Loja Espaço Solidário e se sente extremamente realizada. Entende que o coletivo a fortalece e às demais mulheres em vários âmbitos e enfatiza que, talvez, muitas pessoas que não conhecessem o trabalho ligado à economia solidária possam achar que uma cooperativa, por exemplo, vai visar apenas o potencial de comercialização. Porém, como ela mesma fala: *“não conheçam esse outro lado do social, que muda a vida das pessoas, que você dentro do coletivo você consegue almejar outras situações que te elevam”*.

Demais mulheres entrevistadas pelas técnicas de grupo focal e rodas de conversa

Seguindo a mesma linha de preservação de identidades, as mulheres citadas abaixo, através dos codinomes, participaram da técnica do grupo focal e das rodas de conversa.

Algumas delas se destacaram por meio de alguns relatos importantes e que trouxemos no corpo do trabalho. São elas:

Cristal, Amazonita, Jaspe, Madrepérola, Opala, Topázio, Quartzo-Rosa, Turmalina, Turquesa, Olho de Tigre.

Como foram analisadas as informações de campo

Ao analisar as informações colhidas, através das histórias de vida e depoimentos das mulheres, tomando por base, no primeiro momento, a observação das vivências, interpretações e representações que as sujeitas da pesquisa fizeram de suas experiências e acontecimentos, utilizei diversos critérios, de acordo com cada objetivo específico proposto, portanto:

Para analisar o primeiro objetivo específico do estudo, que tratou da caracterização sociodemográfica das mulheres envolvidas na pesquisa, foi feita uma análise quantitativa-descritiva, cujas informações foram obtidas das sujeitas tais como elas aparecem, ou seja, informações puramente objetivas, constituídas na frequência simples ou de ocorrência, seguido de cálculo percentual. A este tipo de análise damos o nome de estatística descritiva; os sujeitos são caracterizados por meio das medidas de posição central e dispersão aplicadas às variáveis relacionadas às características sociais, econômicas e demográficas, no caso, das mulheres pesquisadas (idade, gênero, raça, cor, localização, escolaridade, renda, etc). Foi por esses dados que traçamos um perfil sociodemográfico das mulheres que compõem a cooperativa.

No caso do segundo objetivo específico, que trata de apresentar a caracterização da COOMAFES, sua história, construção e organização da cooperativa, foi realizada coleta de informações sobre esses aspectos por meio de documentos e entrevistas à presidente da cooperativa, bem como acesso a fontes bibliográficas, no caso deste estudo, principalmente baseado em Andrade (2019). Logo após a coleta dessas informações, as descrevemos no capítulo destinado para a apresentação da cooperativa.

Atendendo ao terceiro, quarto e quinto objetivos específicos, optou-se pelo sistema de análise qualitativa. Para fazer emergir sentidos ou intenções, manifestados pelas sujeitas participantes da pesquisa, utilizamos o método da história de vida, realizada por meio de entrevistas e escuta em profundidade, com a finalidade de focar a posição discursiva da entrevistada, legitimada socialmente pela união do social, da história, da ideologia, dos

contextos e trajetórias vivenciadas pelas mulheres pesquisadas, tentando identificar os processos de subjetivos, intersubjetivos e as possíveis contribuições para emancipação e empoderamento feminino no contexto da economia solidária. Por esse sistema de análise, buscamos apreender profundamente os significados presentes nas falas, comportamentos, sentimentos e expressões das entrevistadas.

Essa apreensão se deu a partir abordagem conceitual da entrevistadora, trazendo à tona, por intermédio da fala, do relato oral, a sistematização baseada na qualidade, que tenta apreender o universo de significações do/a entrevistado/a, visando, por meio de procedimentos científicos que se concretizam por processos de categorização, a validação dos resultados.

Para colaborar na compreensão dos fatos e fenômenos relatados, recorreremos a pressupostos interpretativistas que, por sua vez, buscam desenvolver interpretações do mundo e da vida social pela perspectiva histórica e cultural para, assim, compreender os fenômenos sociais. De acordo com Rosa e Arnoldi (2006), o processo de análise qualitativa requer a interação do/a pesquisador/a com os dados, o que acontece a partir de um trabalho repetitivo de leitura e interpretação (ROSA; ARNOLDI, 2006). Dessa forma, trata-se de um processo interativo influenciado pelas características do sujeito estudado - seja pela sua história pessoal de vida, sua trajetória profissional, seu gênero, sua inserção cultural, suas relações em sociedade, sua etnicidade, sua identidade racial, entre outros e também por aquelas pessoas que fazem parte do cenário da pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para tentar alcançar o sexto e último objetivo específico, recorreremos a análises entre as informações colhidas no campo e as ações propostas pela Política Pública de Economia Solidária no Estado da Bahia e, com base no modelo do sistema capitalista, analisamos se as ações da política aliadas à prática de economia solidária apresentaram-se como reforço de exclusão social ou caminhos para a autonomia e emancipação das sujeitas.

Em todo o processo de análise, recorreremos às teorias específicas acerca de cada categoria adotada e escolhida para a discussão, tentando aliá-las às interpretações das falas das mulheres em relação aos aspectos discutidos no texto sobre gênero, práticas solidárias, significados do trabalho, autonomia, emancipação, empoderamento, entre outras.

Nesse contexto, buscando responder às questões e aos objetivos desta investigação, recorreremos a um caminho metodológico que pudesse colocar o objeto de pesquisa em outro patamar, retirando-o da condição de objeto e dando-lhe vida, valor e oportunidade de serem sujeitos da história, de recuperar a história com todas as suas especificidades, a partir do lugar que ocupam na sociedade em suas múltiplas condições.

CAPÍTULO II – BAIXO SUL DA BAHIA: o território também é das mulheres

Neste capítulo apresento o Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, onde se desenvolveu a pesquisa, seus aspectos constituintes, expondo suas características geográficas, econômicas, história e formação social. Sobre este, abordamos a organização das comunidades quilombolas, vez que é significativa a presença da população negra no Baixo Sul da Bahia¹⁴ e, para além disso, como se dá o reconhecimento de tais comunidades e a regularização da posse e uso da terra, uma vez que todo esse processo está intimamente ligado à COOMAFES, pois trata-se de uma cooperativa rural, em um território onde há uma predominância de descendência negra, organização de comunidades quilombolas e de agricultores familiares. Destacamos também a agricultura familiar enquanto uma das principais atividades econômicas no território, pois a cooperativa em estudo é constituída, em sua maioria, por mulheres agricultoras familiares.

Apresento também nosso objeto de estudo – a COOMAFES, seu processo de surgimento e constituição, além de apresentar um perfil socioeconômico das mulheres que fazem parte desse coletivo. Em seguida, abordo a importância da cooperativa para o Baixo Sul da Bahia como potencial coletivo gerador de trabalho e renda, em especial para as mulheres cooperadas, bem como para outros coletivos solidários locais e da região. Dessa forma, neste capítulo, apresentamos os resultados dos objetivos específicos I e II do estudo.

2.1 Aspectos Gerais do Território

O Baixo Sul ocupa uma área de 7.695 km² e população estimada em 359.109 habitantes (IBGE, 2016). É cortado no sentido Norte-Sul por duas estradas: a BR-101 e a BA-001. O

¹⁴ De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, a distribuição da população por cor/raça negra, incluindo pretos e pardos do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia é de 84,55%, assim distribuídos: 62, 22 % de pessoas pardas e de 22,33 de negros (IBGE, 2010). Disponível em: <infovis.sei.ba.gov.br/demografia>.

Território de Identidade é composto administrativamente pelos municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (BAHIA, SEI, 2016).

Sobre os moradores, são aproximadamente 151.525 da zonal rural, com 22.040 unidades da agricultura familiar (MDA, 2015). A população rural que compõe o território é responsável por movimentar parte considerável da economia dos municípios e são a agricultura familiar e a pecuária as principais responsáveis por fixar as famílias no campo, além reafirmar os valores, cultura e tradições religiosas e familiares das comunidades.

Nos últimos anos, aproximadamente no final da década de 1980 e início 1990, passa a crescer no território o interesse de agentes econômicos ligados à atividade turística (PORTO, 2016) e, nos dias atuais, o turismo também tem se apresentado como importante fator para o desenvolvimento econômico do Baixo Sul, sendo esta região denominada pelo Mapa do Turismo Brasileiro como Costa do Dendê. O litoral compreende 115 km de praias e a região abriga ilhas, rios cachoeiras, restingas, manguezais, recifes de corais, que propiciam desde o ecoturismo até aventuras e esportes radicais (PRODETUR – BRASIL, 2009). A Figura 6 apresenta os territórios de Identidade do Estado da Bahia¹⁵ e a localização do Baixo Sul da Bahia no Estado.

¹⁵ Os Territórios de Identidade se consolidam como objeto de planejamento e implementação de políticas públicas, em que são reconhecidas as necessidades de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento local/regional (SEPLAN, 2018). Esse assunto será melhor abordado uma pouco mais adiante quando fizermos sobre essa política pública.

Figura 6 Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2016



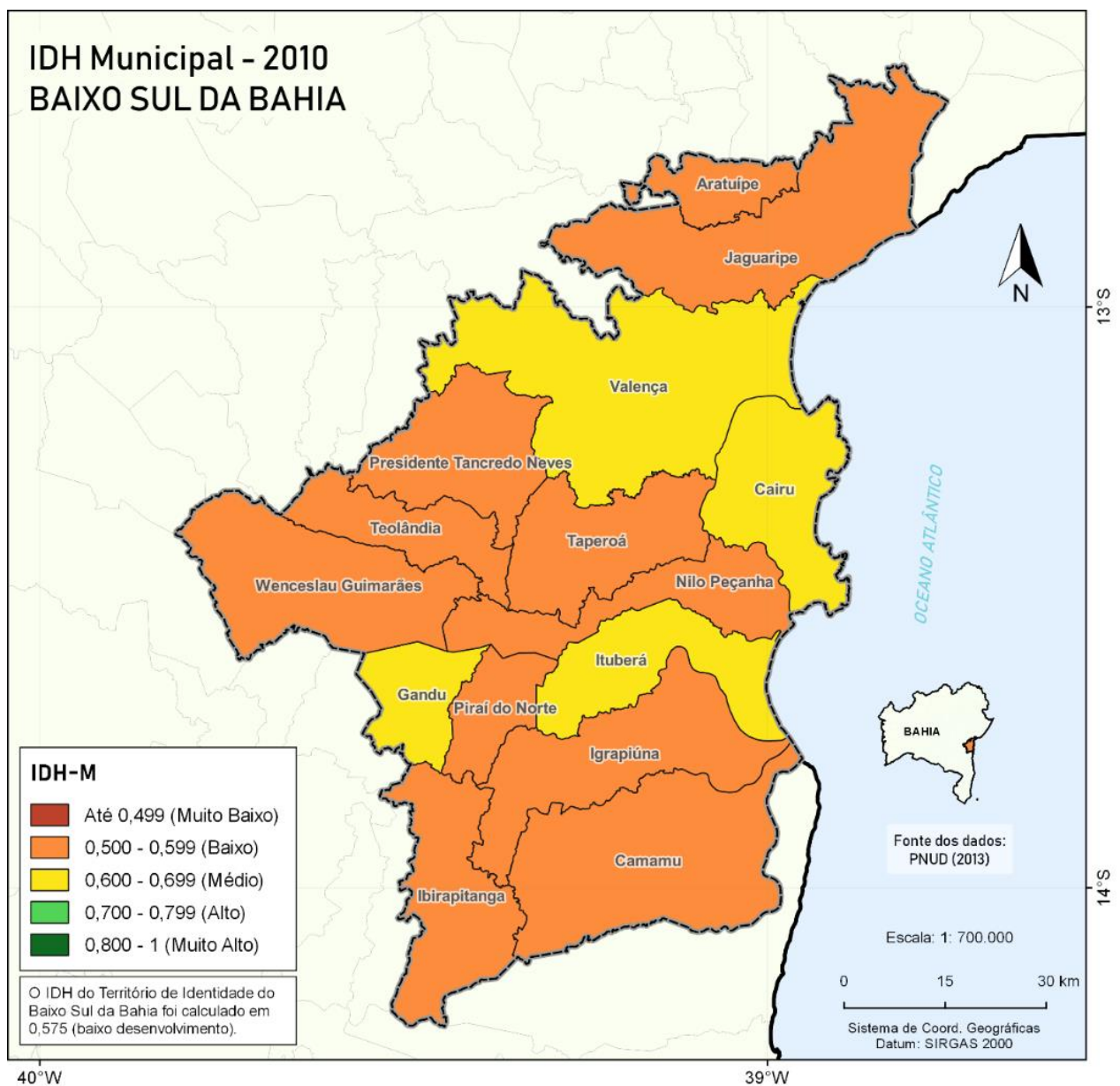
Fonte: SEPLAN, 2016

Mesmo com toda essa diversidade, o território estudado apresenta altos índices de vulnerabilidade social, carece de mão de obra qualificada, possui baixos índices de escolaridade e oportunidades de trabalho, emprego e renda para as populações locais, conforme apresenta a Figura 7, no Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Ou seja, a

diversificação produtiva não é capaz de garantir um nível de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social digno para todas as populações do território para o território.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela ONU e caracteriza-se como medida sintética do progresso em longo prazo considerada em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Apresenta-se como alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Figura 7- Mapa dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Território Baixo Sul do Estado da Bahia, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010

De acordo com os últimos dados divulgados para o IDHM e espacializados na Figura 7, o Baixo Sul da Bahia foi classificado, no ano de 2010, como um território que apresentava baixo desenvolvimento humano, com índice igual a 0,575. Para efeitos de comparação, no mesmo período, o Brasil apresentou um IDH de 0,727 (alto) e, para o Estado da Bahia, o índice apresentou um valor de 0,660 (médio). Dentre os municípios do Baixo Sul, apenas quatro apresentaram índices categorizados como médio desenvolvimento humano: Gandu (0,632), Cairu (0,627), Valença (0,623) e Ituberá (0,606). Sabemos que o índice IDH dos municípios brasileiros são calculados por indicadores de renda, educação e longevidade baseada na saúde dos municípios. O IDH médio dos municípios acima citados em comparação com os demais do território, conforme apresenta a Figura 7, se apresentam como médios por esses municípios demonstrarem renda superior em comparação aos demais. Isso se explica por suas atividades econômicas estarem ligadas a polos comerciais e de serviços como Gandu e Valença, ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, como Cairu, Valença e Ituberá e atividades de exploração do petróleo (Cairu).

Outro indicador que contribui para se ter um retrato das condições sociais do território é o Índice de Desenvolvimento Social – IDS. O IDS foi criado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de determinado território, município, estado ou país em comparação com outros semelhantes. O IDS combina o Índice do Nível de Saúde (INS), o Índice do Nível de Educação (INE), o Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e o Índice da Renda Média dos Chefes de Família (IRMCF). Ele permite estabelecer um *ranking* entre todos os municípios da Bahia e, assim, identificar aqueles que apresentam as melhores e as piores condições sociais no Estado. De acordo com os últimos dados divulgados, para o ano de 2006, os municípios que obtiveram os mais altos índices de desenvolvimento social e que estavam mais bem posicionados no *ranking* foram Cairu (26°), Valença (34°), Gandu (41°). Já aqueles que apresentaram as piores pontuações, inclusive dentre todos os 417 municípios do Estado, foram Igrapiúna (390°), Wenceslau Guimarães (389°) e Jaguaripe (337°).

Quando se trata da concentração de renda, apesar da tendência nacional motivada pelo aumento do salário mínimo, pela adoção de programas sociais de combate à pobreza e pelo crescimento do emprego formal, o GINI do Território de Identidade de acordo com o IBGE, no ano 2000 era de 0,599; em 2010, foi reduzido para 0,552, o que demonstrou queda em relação ao apresentado pelo Estado, segundo o qual o índice variou de 0,664 para 0,631 (SEI, 2016). O Índice Gini mede a concentração de renda de determinado território e vai de 0 a 1, portanto, quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda.

Entre os municípios do TI Baixo Sul, dez apresentaram queda de concentração de renda, com destaque para Aratuípe (-0,086) e Teolândia (-0,078). O que apresentou a menor queda de concentração de renda entre os municípios do território foi o de Wenceslau Guimarães (0,455), no entanto, tal resultado pode não refletir melhoria real, visto que de nada adianta uma desigualdade insignificante em ambientes de extrema pobreza (SEI, 2016).

Entre os municípios do Baixo Sul, a proporção de extremamente pobres apresentava comportamentos diferenciados. Três municípios possuíam proporções abaixo de 15,0%: (Gandu, 12,5%), Ituberá (12,1%) e Valença (13,5%). Outros seis possuíam proporções entre 15,0% e 20,0%. E os seis restantes tinham proporções acima de 20,0% (SEI, 2016).

Os dados da amostra do Censo 2010 indicam que o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas com rendimento no TI era de R\$ 543,41, muito abaixo do rendimento médio do Estado (R\$ 901,85). Os maiores rendimentos médios no TI foram encontrados nos municípios de Gandu (R\$ 697,82) e Cairu (R\$ 640,14). Por sua vez, os menores rendimentos médios foram observados em Jaguaripe (R\$ 384,01) e Nilo Peçanha (R\$ 405,04). No TI, de acordo com o Censo, existem 13.620 pessoas sem ocupação, representando 1,9% do Estado (SEI, 2016).

Em relação às taxas e índices de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais do TI, de acordo com a SEI (2016), no período compreendido entre 2000 e 2010 (IBGE), as taxas mostraram-se decrescentes para todos os municípios. Em 2010, a taxa de analfabetismo do território foi de 23,6%, permanecendo acima do nível de analfabetismo do Estado (16,3%), e apenas três municípios apresentaram taxas inferiores a 20%: Cairu (15%), Ituberá (17,9%) e Valença (18,3%). Os maiores contingentes de analfabetos foram encontrados em Ibirapitanga (34,4%), Teolândia (30,4%) e Jaguaripe (28,4%).

2.2 Aspectos constituintes do território

A formação das cidades que compõem o Território de Identidade Baixo Sul da Bahia tem, em sua história, a colonização na formação de vilas, onde podemos encontrar igrejas construídas ainda pelos jesuítas, bem como a formação de inúmeras comunidades quilombolas, vez que muitos negros foram trazidos forçadamente na época da colonização para trabalhar em terras de cana-de-açúcar.

Ao estudarmos a história do Baixo Sul, encontramos em Silva (2013), além do início da colonização dos povos indígenas que habitavam o território, e através dos jesuítas da Igreja Católica por volta do século XVI informações de que, a partir do século XVII, vários/as negros/as fugiram do regime de escravidão e fundaram quilombos na região, seja em áreas remotas no interior do território, protegendo-se nas densas florestas dos vales, como também em áreas de difícil acesso em meio à rede de canais do estuário na Baía de Camamu. Em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil, no entanto, o Baixo Sul já possuía número significativo de negros/as e muitas comunidades quilombolas foram sendo formadas ao longo desse tempo, compostas por negros/as fugitivos/as, alforriados/as e, após a abolição, libertos/as. Essa população se estabeleceu em zonas rurais em todo o território (SILVA, 2013) e, atualmente, registra-se a presença de 47 aglomerados de comunidades remanescentes de quilombos, sobretudo em Camamu, Valença e Cairu (SDR, 2015).

Dessa forma, conforme apresenta Silva (2013), a formação dos quilombos na região Baixo Sul foi expressiva, contudo, a historiografia oficial não foi capaz de registrá-la integral e adequadamente. Merece destaque o quilombo Santo Antônio (1692), situado em Camamu, que tem elevado grau de organização política e realizou incursões revoltosas, questionando e enfrentando a ordem estabelecida na sede do município. Também vale pontuar os quilombos situados nas ilhas de Cairu (1699 e 1722) e o quilombo do Oitizeiro (1806) que, embora ficasse na região do atual município de Itacaré, recebeu negros/as fugidos/as das fazendas de Maraú, Cairu e Camamu.

Atualmente, no Território de Identidade Baixo Sul, há diversas comunidades quilombolas, razão pela qual abrimos um parêntese aqui para tecer algumas considerações, vez que nosso objeto e sujeitas em estudo trazem essa referência em suas raízes. Algumas dessas comunidades já foram certificadas e outras estão em processo de regularização, representadas pelo Conselho Interterritorial de Quilombolas - (CIACOQ)¹⁶, além de inúmeras outras organizações presentes na região, principalmente diante da intensa dinâmica social de lutas pela terra e outras reivindicações (BAHIA, 2018). A tabela a seguir demonstra a atual situação das comunidades quilombolas no Baixo Sul.

¹⁶ Os Conselhos Territoriais Quilombolas são uma iniciativa da SEPRMI-BA - Secretaria Estadual para a Promoção da Igualdade Racial, e tem como objetivo a construção de espaços participativos e deliberativos onde as comunidades quilombolas possam se organizar, defender e reivindicar seus interesses e necessidades; em especial, seu acesso às políticas e a programas públicos, contemplando assim o conceito de governança política por meio de um processo de controle social no âmbito do território baiano. Este processo, por sua vez, proporciona inúmeros desafios e perspectivas na construção cultural e política dessas práticas democráticas, com vistas à valorização do povo negro, de suas raízes e da edificação de novas expectativas acerca do planejamento de seus territórios (PEDREIRA e ARAÚJO, 2018).

Tabela 1- Comunidade Quilombolas certificadas no Baixo Sul da Bahia.

		(Continua)
Cidade	Comunidade	Total
Ituberá	Ingazeira*	5
	Lagoa Santa*	
	São João de Santa Bárbara*	
	Brejo Grande e Curral da Pedra**	
	Cágados*	
Camamu	Acará**	10
	Barroso*	
	Garcia**	
	Jetimana*	
	Pedra Rasa*	
	Porto do Campo*	
	Pratigi**	
	Ronco*	
	Tapuia*	
Pimenteiras**		
Igrapiúna	Laranjeiras*	3
	Sapucaia*	
	Amba**	
Presidente Tancredo Neves	Alto Alegre*	2
	Pau da Letra**	
Wenceslau Guimarães	Nova Esperança**	6
	Rio Preto*	
	Jericó*	
	Sarilândia**	
	Mucugê**	
Nilo Peçanha	Riachão das Flores*	2
	Boitaraca*	
Teolândia	Jatimane*	2
	Boqueirão*	
Taperoá	Paraíso*	4
	Graciosa*	
	Lanmego**	
	Miguel Chico**	
	Pedra Branca do Riacho do Ouro**	
Cairu	Vila Monte Alegre**	6
	Torrinhas*	
	Cajazeiras, Prata e Rua de Fogo**	
	Galeão**	
	Batateira*	
	Garapuá*	

Tabela1: Comunidade Quilombolas certificadas no Baixo Sul da Bahia.

		(Conclusão)
Cidade	Comunidade	Total
Valença	Novo Horizonte I**	7
	Sarapui**	
	Arueira**	
	Buraco Azul **	
	Jaqueira**	
	Candimba e Rio Vermelho**	
	Vila Velha do Jequiçá**	

Fonte: Fundação Palmares/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/>

*Possui certificação pela Fundação Palmares

**Possui certificação pela Fundação Palmares, mas não possui processo de posse no INCRA

Sobre os quilombos, é válido destacar não só sua importância histórica para o povo negro, mas seu significado no espaço e do tempo. Segundo Silva (2013), ao longo do período colonial e imperial, o quilombo configurou-se como uma das formas mais expressivas de que os/as negros/as lançavam mão para resistirem ao regime escravista e proliferaram em todo o território brasileiro. Quilombos e quilombolas foram interpretados por pesquisadores/as, até meados do século XX, como espaço singular da luta do povo negro pela liberdade, sendo a partir da segunda metade do século XX, encarado como forma de resistência dos escravizados, além de serem espaços de reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.

Uma sociedade que representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico, conforme afirma Nascimento (2002, p.269), e que deve ser encarada, de acordo com o autor, como tarefa da atual geração afro-brasileira: “edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo”. Isso significa conjugar os mecanismos operativos, articulando os diversos níveis da vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano, não estabelecendo determinações da propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza, pois todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Dessa forma, tornar-se-á uma sociedade criativa no seio da qual o trabalho não se define como forma de castigo, opressão ou exploração, mas, sim, como forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social, liberto da exploração e tecno-capitalista (NASCIMENTO, 2002).

Do mesmo modo, Gonzalez (1988) explica como diferentes grupos étnicos, dominados hierárquica e racialmente, especialmente na América Latina, de modo violento, sujeitos ao

controle social e político. Historicamente, a sociedade dominante herdou ideologias de classificação social, racial e sexual, e, uma vez racialmente estratificadas, sendo as hierarquias garantidoras da superioridade dos brancos, enquanto grupo soberano, o racismo latino-americano foi e é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados. No interior das classes mais exploradas foi possível, portanto, insurgir uma categoria que possibilitasse a evidência de uma unidade específica forjada no interior de diferentes sociedades (GONZALEZ, 1988). Com isso, se engendra continuamente um processo histórico de “intensa dinâmica cultural, adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de se organizarem”, que a autora chamou de Amefricanidade” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Há que se pontuar também as trocas e influências socioculturais em relação às comunidades quilombolas, mais notadamente, conforme destaca Silva (2013), sobre problemas e dificuldades comuns, para além dos diferentes aspectos culturais e histórias de acesso, sobretudo, pela permanência e relacionamento com a terra, pois há comunidades em que o uso da terra é coletivo e comunidades em que o uso da terra é feito de forma individual. Como exemplo, podemos citar, no território Baixo Sul, a comunidade quilombola de Lagoa Santa, no município de Ituberá, onde a modalidade de apossamento da terra caracteriza-se e está apoiada em bases tradicionais, isto é, na unidade familiar¹⁷, entendida como individual. Entretanto, a comunidade também realiza ações coletivas em suas práticas cotidianas, tais como: “adjuntes¹⁸” e outras práticas socioculturais solidárias realizadas em espaços comunitários, como a Casa de Farinha, além do usufruto coletivo de recursos naturais, como rios, lagoas, estradas e caminhos” (SILVA, 2013, p. 28).

Essas práticas e ações coletivas, bem como outras atividades solidárias adotadas e realizadas por membros das comunidades quilombolas, seja em espaços comunitários, de comercialização, de usufruto coletivo dos recursos naturais, de realização de atividades produtivas, aspectos esses que estão ao que podemos chamar da gênese da economia solidária, além da troca de saberes, de contação de “causos” e memórias, da manutenção das manifestações populares e religiosas. Um exemplo é o Terno de Reis da comunidade quilombola da Lagoa Santa, no município de Ituberá, realizado exclusivamente por mulheres.

¹⁷ Em todo o território a modalidade de apossamento da terra quilombola mais comum é na unidade familiar.

¹⁸ Forma de auxílio gratuito que agricultores e comunidades costumam prestar uns aos outros em processos de colheita, construção de casas, plantios, etc., onde se reúnem todos os indivíduos das comunidades e/ou agricultores de uma determinada localidade e redondeza para realizar um determinado trabalho em prol de um só. Configura como ajuda a outrem ou mutirão.

Essas práticas incidem em seus modos de vida e relações sociais, culturais e religiosas, influenciando outros grupos da região agregando, inclusive, a esta manifestação mulheres da zona urbana brancas, negras, entre outras descendências e de comunidades circunvizinhas, que passaram a integrar o grupo e a fazer parte das apresentações da manifestação cultural.

Figura 8 - Manifestação Cultural Terno de Reis da comunidade Quilombola de Lagoa Santa Ituberá-Ba



Imagem Mulheres Terno de Reis/Ituberá-BA

Imagem Bumba Meu Boi/Terno de Reis/tuberá-BA

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ituberá – Bahia, 2011

Ainda sobre o processo de formação social do Baixo Sul da Bahia, localizamos também comunidades ribeirinhas, que vivem da pesca artesanal e da mariscagem. Podem ser encontradas em todo o território, em especial nos municípios de Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Cairu, Camamu e Valença, e mantêm culturas, tradições e modos de vida peculiares. A origem dessas comunidades está na mistura dos povos oriunda do processo de colonização, como também da migração de famílias impulsionadas pela necessidade de produção, fornecimento de alimentos e instalação do comércio.

Essas populações sobrevivem, basicamente, de uma economia agrícola apoiada no cultivo de culturas nativas para a subsistência, da pesca e do turismo (Figura 9). As atividades de pesca são realizadas ainda de forma artesanal e tanto os produtos da pesca como os das culturas nativas (frutos) são comercializados nas feiras locais e nas beiras da estrada, nos mais diversos povoados e comunidades que compõem o território de identidade.

Ao longo de toda a BA-001 é possível notar a comercialização dos produtos e encontramos também na beira da estrada, para além da comercialização das culturas nativas (frutos), o de cravo e cacau secando ao sol, nos acostamentos do asfalto, bem como os fardos de piaçava para a confecção de vassouras, artesanato e outras mercadorias.

Figura 9 - Atividades Econômicas



Imagem Pesca artesanal – Baixo Sul
Fonte: Porto, 2016



Imagem Comércio produção diversificada
Fonte: Porto, 2016

Para além da economia agrícola e do turismo praticado, o território conta também com um rico patrimônio natural, e dispõe, ainda, de bens arquitetônicos e culturais como: casarões, igrejas, conventos, casas de fazendas, manifestações populares que compõem seu valioso acervo cultural, conforme apresentamos exemplos na Figura 9 (PORTO, 2016).

Figura 10 - Bens Arquitetônicos e Culturais do Território



Imagem Igreja Vila de Santo André – Ituberá-Ba
Fonte: <https://www.visiteobrasil.com.br/>



Imagem Casarões na cidade Cairu-Ba
Foto: <http://dicadeturista.com.br/>

Trata-se de uma zona litorânea, onde também estão instaladas comunidades rurais e de pescadores desde o período colonial. Nessas áreas, é comum o cultivo do dendê, explorado em regime extrativista, assim como a piaçava, outra importante fonte de renda das chamadas comunidades de beirada. Atualmente, o turismo tem se apresentado como principal movimento de expropriação que avança sobre as comunidades tradicionais no Baixo Sul, ameaçando seus territórios e os recursos naturais necessários para a reprodução socioeconômica das mesmas (PORTO, 2016).

Figura 11 - Zona Litorânea Baixo Sul da Bahia



Imagem Zona litorânea Ituberá-Bahia
Fonte: <http://informativonossagente.blogspot.com/>



Imagem Zona litorânea Baía de Camamu
Fonte: <https://1000dias.com/>

Entre as economias locais do território, para além da agricultura de base familiar e sua diversificação de culturas, outras atividades como a pesca e a mariscagem. Ao longo de toda a BA-001, é possível encontrar diversas comunidades de pescadores, barcos, equipamentos de trabalho e bancadas de comercialização dos pescados e mariscos e de outros frutos do mar que as comunidades exploram economicamente. Nesse aspecto, o território destaca-se pela presença de 95 comunidades pesqueiras artesanais, presentes em quase todos os municípios do Baixo Sul.

Figura 12 - Comercialização peixes e mariscos oriundos pesca artesanal Baixo Sul da Bahia



Imagem Comercialização peixes e mariscos



Imagem Comercialização peixes e mariscos

Fonte: Walter e Wilkison (2011). Disponível em: <http://aspta.org.br/>

Tão importante quanto conhecer os dados sobre as condições socioeconômicas e informações sobre a formação social do território Baixo Sul, é entender como, no estado da Bahia, estão organizadas e direcionadas as ações e investimentos estaduais voltados ao desenvolvimento socioeconômico de suas regiões, que, prioritariamente, é definido por uma abordagem territorial. A Política Territorial no estado da Bahia teve por base a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais em 2003 que, quando implantada, em 2014, visava ao processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e ao fortalecimento e dinamização de sua economia.

Conforme aponta Velloso (2013), a abordagem territorial surge, principalmente, no debate do desenvolvimento rural, ao reconhecer a dinâmica das desigualdades regionais, com a finalidade de promover a inclusão social, “da realização do planejamento com o envolvimento dos sujeitos do campo, como também da integração das políticas públicas e de outras dimensões além da econômica e da lógica de oferta” (VELOSO, 2013, p. 30).

Em 2007, o governo Jaques Wagner adotou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia. Inicia-se então o planejamento para uma nova política pública. Em 2014, os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade que, segundo a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, visa:

Identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. O Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar (SEPLAN, 2018).

Assim, o processo de estruturação dos territórios envolve aspectos: culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, considerando costumes, valores, religiosidades, características geográficas e ambientais, objetivos coletivos, cooperação em comunidade, produção e distribuição de renda, etc. Além disso, outro conceito associado ao de território é o de pertencimento dos indivíduos, quando estes pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico (BAHIA, 2018).

A adoção dos Territórios de Identidade foi um avanço para o planejamento público na Bahia (VELLOSO, 2013). Conforme apresentam Delgado e Leite (2011) sobre as Políticas de Desenvolvimento Territorial, especialmente no Brasil, que tais políticas permitem ativos no processo de definição de programas inovadores de distintas procedências, ao considerarem que as arenas decisórias e os espaços públicos institucionais existentes devem ser priorizados não apenas como lócus de representação e participação dos atores no processo da política propriamente dita, mas também como fóruns de articulação das políticas.

Todo esse arranjo se fundamenta, justamente, porque a abordagem territorial se estrutura pela descentralização das políticas públicas, a promoção e o desenvolvimento local, ao enxergar o território como a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento. Os

programas, na abordagem territorial, estabelecem como objetivo garantir que os processos de “desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental” (DELGADO e LEITE, 2011, p. 91).

Assim, o território não apenas revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no Estado, mas, sobretudo, estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas, fazendo com que o governo planeje juntamente com a sociedade, respeitando organização espacial, pertencimento e seus vínculos e inter-relações (BAHIA, 2018).

Dessa forma, a ideia é que as políticas e programas desenvolvidos pelo e no Estado, bem como a destinação de recursos, estejam organizados e distribuídos tendo por base a Política de Territórios de Identidade do Estado da Bahia, em consonância com as necessidades e especificidades das comunidades e indivíduos assistidos, geralmente observando as discussões e o planejamento da matriz dos Planos de Desenvolvimento Social e Solidário realizados pelos Colegiados Territoriais (PTDSS/CODETER), com a participação de diversas entidades do poder público, organizações e movimentos sociais, sociedade civil em geral, cujas reivindicações estão condensadas no Plano Plurianual Participativo – PPA-P¹⁹.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Baixo Sul da Bahia – PTDSS/2018²⁰, há, para o TI, o encaminhamento de projetos específicos para atender suas principais demandas, dentre as quais se destacam, principalmente, ações na área da agricultura familiar. Nesse sentido, como fonte e busca de soluções foi fundada, no território, em 2015, a Central Mata Atlântica, gestora dos empreendimentos da agricultura

¹⁹ O PPA no Estado da Bahia é um plano pelo qual o governo define suas diretrizes e programas a cada 04 anos, o qual é apresentado e apreciado pela Assembleia Legislativa. Para elaborar o PPA, o governo do estado realiza o PPA Participativo – PPA-P, cuja prática iniciou-se em 2007. Através do PPA-P, o governo apresenta à sociedade as diretrizes estatais e também ouve as necessidades sociais, dentro de um processo democrático, por meio da participação social, consubstanciada pela Escutas Sociais, oitivas da sociedade, conduzidas por técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN) e CODETER – Colegiados Territoriais, nas quais se reúnem as representações dos segmentos institucionais, produtivos, sociais e econômicos, públicos e privados a fim de definir, em ambiente dialógico, suas principais necessidades, seus problemas e soluções, incluídos nos Planos de Desenvolvimento Social e Solidário – PTDSS, os quais podem ser incluídos nos Programas de Governo Participativo, os chamados PGP’s.

Com o novo PDI da Bahia – Plano de Desenvolvimento Integrado, que é um documento instituído mais a longo prazo (2035), em 2023, o governo está realizando as escutas territoriais, com vistas à construção do novo PPA-P 2024-2027, tomando por base o PGP – Programa de Governo Participativo, realizado durante a Campanha do então governador Jerônimo Rodrigues. *Link* para o documento (PDI Bahia 2035): <https://www.seplan.ba.gov.br/publicacoes/plano-de-desenvolvimento-integrado-bahia-2035/> Acesso em 10 de maio de 2023.

²⁰ Documento na íntegra disponibilizado pela SEPLAN/BA: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2023.

familiar e economia solidária do território, com o objetivo de possibilitar a gestão e comercialização dos grupos e entidades produtivas do território (BAHIA, 2018).

A Rede Central Mata Atlântica do Baixo Sul da Bahia trabalhava intermediando as demandas dos empreendimentos cadastrados na Rede e o trabalho realizado pelo Centro Público de Economia Solidária – CESOL, no intuito de dinamizar a assistência técnica prestada para os empreendimentos solidários do território. A iniciativa abrangia ações de capacitação administrativa, comercial, produtiva, contábil e jurídica dos empreendimentos solidários, além de fazer a gestão do Espaço Solidário Territorial – que é uma loja comercial onde os grupos e empreendimentos da Rede dispunham para comercializar sua produção (BORGES, 2019). Atualmente, a gestão do Espaço Solidário está sob a responsabilidade da COOMAFES, a Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária, na qual se desenvolveu este estudo.

2. 3 Atividades econômicas, uso da terra e agricultura familiar

Historicamente, os municípios do Baixo Sul tiveram suas atividades econômicas ligadas ao extrativismo do pau-brasil e da cana-de-açúcar, primeiras tentativas de plantio de mandioca e determinadas fruteiras, além da cultura cacaueteira. Entre as principais atividades agrícolas desenvolvidas no Baixo Sul hoje, encontram-se o dendê, o cacau, a borracha, a mandioca e o gado bovino, segundo indica o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. Pelo clima úmido e floresta ainda conservada, é comum o cultivo e a comercialização, na beira da estrada, de uma variedade de frutas como cajá, rambutam, cupuaçu, seriguela, jambo, banana, entre outros produtos.

O TI conta também com a agricultura de base familiar como uma das principais atividades econômicas rurais e, dentre essas propriedades, muitas são conduzidas por mulheres, que desenvolvem atividades produtivas ligadas ao cultivo de frutas, verduras e hortaliças. Parte dessa atividade está ligada ao processo agroecológico²¹ e à produção orgânica²². Além do

²¹ O cultivo agroecológico prega pela diversificação de plantações, respeitando o perfil biológico de cada solo e bioma, cujos conceitos estão ligados às ciências naturais e sociais, uma vez que a produção está ligada homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Também produz alimentos e produtos de forma orgânica (PRIMAVESI, 2006).

²² Os produtos orgânicos não fazem uso de produtos químicos sintéticos ou alimentos geneticamente modificados (BRASIL, 2020).

plantio, há também a criação de galinhas, produção de ovos, leite e itens da cozinha produtiva como beiju, bolos e licores, o que denota diversificação de produtos e atividades no campo, conhecida por pluriatividade.²³

Figura 13 - Produção e comercialização produtos mulheres da COOMAFES



Imagem Produção Hortaliças



Imagem Comercialização Espaço Solidário



Imagem Comercialização Feira Mulheres da COOMAFES

Fonte: Trabalho de campo, 2021-2022

²³ Novas formas de organização da produção que acolhem também novos significados para as antigas práticas no campo. Conta com a diversificação de atividades produtivas em unidades familiares de cultivo, criação de animais, cozinha produtiva, entre outras, até atividades de lazer e turismo nas propriedades, bem como a realização de trabalho no ambiente urbano realizado pelo camponês quando possível, sem necessariamente praticar êxodo rural (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2001).

Ao se abordar a temática da agricultura familiar brasileira, é importante destacar que se trata de um segmento que está entre os maiores do mundo e representa tanto para o Brasil como para outros países forte fonte de alimentos e matéria prima, pois agrega os diversos modos de se praticar a agricultura. Além disso, trata-se de uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira, por suas contribuições materiais e imateriais, pelos discursos identitários e demandas sociais, assumindo extensão e profundidade no mundo rural, além da convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução (DELGADO e BERGAMASCO, 2017).

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017), para falar de agricultura familiar no Brasil é preciso, antes de tudo, reconhecer o protagonismo social e político do segmento, pela valorização dos movimentos e organizações sociais da agricultura familiar. Tais movimentos têm sido atores importantes do processo de construção da pauta da Reforma Agrária e das políticas públicas para o meio rural no Brasil, e dessa forma, têm desempenhado papel fundamental tanto na definição de outro modelo de agricultura como na proposição dele como categoria agregadora de direitos e de identidade política unificadora de diversidade de unidades familiares no campo (DELGADO e BERGAMASCO, 2017).

Sobre a questão Agrária no Brasil, ao se fazer um breve apanhado histórico, observam-se, de acordo com Delgado (2017, p. 17), duas mudanças significativas e ao mesmo tempo contraditórias, operadas na estrutura agrária brasileira:

I – a mudança conceitual formal do direito de propriedade fundiária rural, configurada desde a Constituição de 1988 pelos critérios expressos de sua função social e ambiental legitimadora (Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186); acrescida das salvaguardas aos direitos territoriais dos povos indígenas (Art. 231) e ainda das comunidades quilombolas (ADCT – Art. 68);

II – um novo ciclo de economia política, claramente configurado nos anos 2000, mediante reestruturação de uma economia política do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa “mercadorização” dos espaços territoriais (DELGADO, 2017, p. 17).

Após a Constituição Federal de 1988 - CF-88, por volta dos anos 1990, ocorreu um processo de valorização dos preços das terras e arrendamentos fundiários, por conta dos mercados de *commodities*, entre outros fatores e, nos anos 2000, devido à reestruturação da economia política do agronegócio, ligada à reprimarização do comércio exterior, aliada à captura da renda fundiária. Com isso, ocorre um retrocesso na política fundiária brasileira, que se torna propriedade capitalista, isenta da função social e ambiental, tendo como consequência a desestruturação da Reforma Agrária, dos direitos constitucionais dos povos indígenas e quilombolas, da preservação ambiental, segundo a regra legítima do direito à propriedade

(DELGADO, 2017). Como consequência desses processos, podemos citar o aumento dos conflitos agrários, também ambientais e indígenas, todos ligados à propriedade, posse e uso da terra.

Reforma Agrária é entendida como a demanda resultante das distintas formas de luta pela terra empreendidas por diferentes sujeitos subalternizados nos mais diferentes contextos regionais do país, bem como diferentes ações públicas voltadas ao atendimento de demandas, necessidades e melhoria das condições de vida no campo (BARONE e FERRANTE, 2017). Os autores complementam ainda que tais sujeitos subalternos recebem alguma chancela de reforma agrária por estarem vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criado no final da década de 1990 e extinto em 2016, responsável pela reforma agrária no Brasil e também por ações articuladas às atividades produtivas associadas à Economia Solidária.

Especificamente, ao se tratar de Reforma Agrária no Brasil, tem-se em mente:

- 1) As lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política e economicamente;
- 2) O conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas, bem como
- 3) Os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 24-25).

É importante ressaltar aqui que o MDA foi extinto no governo Temer²⁴, no qual foi dado início ao desmantelamento de várias políticas públicas tanto no campo quanto de cunho social e que se estendeu ainda mais durante por todo o governo Bolsonaro. Ainda no governo Temer, o MDA foi rebaixado à categoria de secretaria responsável pelas ações voltadas para a reforma agrária, subsídios para minifúndios e para a agricultura familiar, entre outras políticas voltadas para aqueles que são subalternizados no campo e às atividades ligadas à economia solidária. Tudo isso foi marcado por inúmeros retrocessos, como ocorreu também nas áreas social e trabalhista, além da redução significativa dos recursos. O cenário não foi diferente no governo Bolsonaro, salvo ações pontuais com tom eleitoral.

²⁴ No ano de 2016, o então Vice-Presidente da República, Michel Temer, assumiu a Presidência, após golpe de Estado, por meio de um processo de impeachment, cuja alegação foi o crime de responsabilidade fiscal, que ficou conhecido à época como “as pedaladas fiscais”, por meio de decretos que criaram gastos sem autorização do Congresso Nacional, além de denúncias de corrupção oferecidas contra a então Presidente da República Dilma Rousseff, mas que até hoje, por tais crimes permanecem inúmeras divergências de opiniões de juristas, especialistas, políticos e toda a nação, se de fato, o impeachment foi legal, configurando dessa forma, todo um arranjo dos partidos políticos e dos parlamentares para interromperem o mandato da então Presidenta da República, ferindo os preceitos da nossa constituição e da democracia.

Após o vice, Michel Temer assumir o mandato, passamos a experienciar o desmantelamento de importantes políticas públicas para a população, em especial para os mais vulneráveis, dando lugar a um projeto político voltado ao neoliberalismo.

Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), as ações adotadas pelo Ministério da Agricultura priorizaram e favoreceram o agronegócio, reforçando condutas e práticas que sempre foram praticadas. A posse da terra, portanto, principalmente para agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas tornou-se mais distante, bem como políticas públicas de apoio, fomento, desenvolvimento e recursos disponibilizados para estas populações e unidades produtivas rurais. Diante disso, frente ao poderoso fluxo do capitalismo agrário em vigor no país, a luta de grupos mais ou menos significativos denuncia diferentes aspectos regressivos desse processo avassalador de acumulação, sem a preocupação com possibilidades de alternativas que privilegiem a cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente.

Nesse cenário, podemos, inclusive, inferir sobre a posse da terra no Território Baixo Sul - conforme já apresentado historicamente em seu processo de formação e nos dados dispostos na Tabela 1, referente às Comunidades Quilombolas certificadas no Baixo Sul da Bahia, em que muitas das propriedades (48,93%), não possuem regularização de posse pelo INCRA, - que faltam uma política e ações de maior eficácia no que diz respeito à regularização das propriedades rurais quilombolas no território.

Em se tratando dos aspectos ligados às discussões que cercam a temática da posse da terra, há que fazermos uma pequena consideração sobre a temática da Reforma Agrária, visto que esse não é o foco do nosso estudo, mas, importante reflexão, ainda que tímida a se considerar, em especial no que tange aos títulos de posse para assentados, assunto vastamente analisado pela literatura científica, quando, desde a década de 1984, após uma série de lutas de camponeses contra a concentração fundiária no Brasil, surgiu o movimento unificado pela Reforma Agrária, mais conhecido como Movimento dos Sem Terra – MST.

Nesse início de século XXI, como resultado da atuação dos movimentos sociais nota-se, especialmente no que diz respeito às questões da concentração fundiária, ressignificações e significados em disputa na cena pública, devido também à ação pública que, de certo modo, intenciona intervir no meio rural com vistas à ampliação da democracia, pelo incremento das liberdades. Tudo isso ocorre, em especial, após as inúmeras manifestações e atuação dos movimentos sociais, após a Constituição Federal de 1988, quando se passou a identificar maior pressão exercida pelos movimentos e participação social, como também da opinião pública (SEN, 2000).

Dessa forma, ao incrementar liberdades no que diz respeito à Reforma Agrária, Sen (2000) aponta que sempre haverá disputa com a altíssima concentração fundiária, característica estrutural do desenvolvimento agrário e sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre

geradora de desigualdades que confrontam uma proposta de desenvolvimento como liberdade. Contudo, ainda assim, a ação pública [salvo iniciativas em governos retrógrados e autoritários como tivemos no Brasil de 2016 a 2022] tem visado intervir, propondo liberdades e democracia, ampliando a participação e as dinâmicas territoriais.

Todavia, é na diversidade social e regional dessas lutas e consequentes respostas que brotam distintas dinâmicas territoriais, entendidas aqui como a “apropriação concreta de projetos políticos e econômicos acerca dessa necessária (re)distribuição de terras, numa tensa relação entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido” (BARONE e FERRANTE, 2017, p.25). E é nesse contexto, na tensa relação entre utopia, política pública, entre o projetado e o vivido, que se destacam como de fundamental importância os movimentos sociais organizados pela sociedade civil, com vistas às lutas pela posse da terra, entre outros direitos reivindicados.

Tais lutas remontam pelo menos desde 1940, quando começaram a surgir os primeiros movimentos de lavradores/as que instituíam como seu principal adversário o latifúndio, cujas reivindicações giravam em torno de um sistema de relações sociais, expressão de determinadas relações de poder que conjugavam laços de dependência pessoal, com o uso da violência para impor obediência e coibir protestos. Mais adiante, novos movimentos de luta de trabalhadores/as agrícolas na busca por melhores salários e condições de trabalho deram origem às greves, na década de 1960, como a de 1963, que paralisou a zona canavieira, requisitando, inclusive, lotes para garantir suas roças de alimentos (MEDEIROS, 2015).

Nos anos que se seguiram, em torno de 1970, a ênfase política voltou-se para a modernização tecnológica e raras desapropriações ocorreram, principalmente por conta do amplo apoio dos governos militares, o que intensificou os conflitos fundiários e, entre 1970 e 1980, passaram a ocorrer as ocupações em diversas partes do país (MEDEIROS, 2015).

Como contraponto, além do MST, a Via Campesina passa a se articular, já no começo da década de 1990, e em 2010, diversos países das Américas, África, Europa, Ásia, Brasil, entre outros países, e passam a ser representados por diversos movimentos sociais, organizados pela sociedade civil, a exemplo do MST, do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, pelo Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, pela Comissão Pastoral da Terra, entre outros movimentos e organizações. Assim, a existência de políticas públicas voltadas para a população rural sempre esteve fortemente relacionada com a capacidade desses grupos sociais de se constituírem em movimentos, criarem organizações para apresentar suas demandas, adquirir legitimidade junto à sociedade e ao Estado, e, portanto, de incidir sobre a agenda pública (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2015).

As políticas públicas no Brasil que envolvem relações fundiárias têm, de certa forma, refletido alguma multiplicidade; no entanto, os efeitos e a eficácia de tais políticas ainda continuam desiguais para os diversos segmentos de produtores.

As unidades da agricultura familiar destacam-se não só pela sua diversificação, mas também pela capacidade de unificar a produção para o mercado com outras estratégias de reprodução familiar, de vida comunitária e cultural, bem como com o desenvolvimento de experiências de consumo alternativo, busca de sustentabilidade e de condições econômicas solidárias e participativas, considerando a soberania alimentar e a agroecologia (BERGAMASCO e DELGADO, 2017).

Entre as principais ações, políticas e programas voltados para a agricultura familiar podemos citar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF²⁵, criado em 1996, que se tornou uma das principais iniciativas para a criação de outras políticas públicas e instrumentos diferenciados de desenvolvimento rural que, aliado à criação da Secretaria da Agricultura Familiar²⁶, em 1999, ao Programa Garantia Safra²⁷, em 2002, e outras políticas públicas nos anos seguintes, como o Programa de Aquisição de Alimentos²⁸, o Seguro da Agricultura Familiar²⁹, o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar³⁰, Programa Nacional de Habitação Rural³¹, entre outros, culminou com a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 2006, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando ao atendimento das necessidades das unidades familiares e seus atores (GRISA, 2017).

No entanto, conforme descreve Grisa (2017), análises e estudos identificaram diversas tipologias de agricultura familiar, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO/INCRA/1994, classificando-a em “agricultura familiar consolidada”, “em transição” e “periférica”. A recomendação era de se criar políticas públicas adequadas às tipologias, sendo que o foco das políticas agrícolas governamentais deveria ser a categoria intermediária, visando torná-la consolidada, enquanto para os periféricos deveriam ser elaboradas políticas agrárias e sociais (GRISA, 2017, p. 293) vez que, para parte importante

²⁵ Criado pelo Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

²⁶ Criada pelo Decreto 9.667/1999 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

²⁷ Criado pela Lei 10.420/2002 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

²⁸ Criado pelo Art. 19 da Lei 10.696/2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

²⁹ Criado pela Lei 10.420/2002 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o fundo de Garantia-Safra

³⁰ Criado pelo Decreto 5.996/2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

³¹ Programa integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio da Lei 11.977/2009, pelo então Presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva

da agricultura familiar, “falta-lhes capital humano, terra, água, infraestrutura física e capacitação, para que possam eventualmente desenvolver atividades agropecuárias de forma eficiente” (GUANZIROLI, DI SABBATO E VIDAL, 2014, p. 12).

Não cabe aqui apresentarmos todos os programas voltados ao atendimento da agricultura familiar, conforme referenciados no parágrafo anterior, porém, citamos os principais, ou seja, os que mais se destacam em termos de políticas direcionadas especificamente para o segmento, abordando os dois mais utilizados pelos/as agricultores/as familiares do Baixo Sul, principalmente pelas mulheres da cooperativa pesquisada, como é o caso do PRONAF. Conforme apontam Schneider, Cazella e Mattei (2004), tem a finalidade de crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que eram excluídos das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Isso marca o reconhecimento do Estado brasileiro a essa categoria social, legitimando as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais dos/as trabalhadores/as rurais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem suas especificidades.

Um dos principais focos do PRONAF é considerar a importância econômica e social da agricultura familiar, ao creditar no desenvolvimento dos pequenos municípios marcados pela presença massiva dessa categoria social, via Pronaf Infraestrutura e serviços, contribuindo para a valorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, a partir do incremento das possibilidades de reprodução social das famílias rurais (ABRAMOVAY, 1998; 2002).

O outro programa de notoriedade no segmento da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Em termos de políticas públicas, é considerado inovador, com destaque para as seguintes ações: a) recursos e metodologia específica para compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais; b) definição de processos de compras por dispensa de licitação, nos moldes da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, permitindo a relação direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado desses segmentos (GRISA, 2017).

A agricultura familiar do território Baixo Sul participa ativamente do PAA, bem como do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. São os dois programas que mais dão sustentabilidade financeira aos/às agricultores/as familiares no território, aliados às atividades produtivas e comercialização de produtos respaldados pelas políticas públicas de economia solidária. No caso da COOMAFES, conforme será possível observar adiante, são agricultoras familiares que participam tanto do PAA como do PNAE (que são programas específicos voltados para apoiar e incentivar agricultores familiares). São os dois principais programas de maior peso na renda das agricultoras, apesar de outros meios de comercialização utilizados pela

cooperativa e suas integrantes. Prova disso é o surgimento da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que teve início a partir dos encontros das mulheres quando da entrega dos produtos pelo programa do PAA.

Na verdade, a maioria dos empreendimentos solidários do território dependem desses programas, que contam com a parceria das prefeituras na busca de recursos para incrementarem a renda e para comercializarem seus produtos, sendo os/as agricultores/as familiares beneficiados/as por parte dessa fonte de recursos quando da comercialização da sua produção. Neste aspecto, o PAA, conforme afirma Maluf (2001), tem enfatizado e valorizado a diversidade interna à categoria social, buscando promover formas mais equitativas de produzir os alimentos, orientado para a segurança alimentar e nutricional, procurando evidenciar a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar do meio rural brasileiro e, como bem salienta Wanderley (2009, p. 308),

Esta “ruralidade” da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária e à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade que aceita o meio rural, socialmente vazio.

Isso quer dizer que a agricultura familiar difere do grande empresário rural não só pelo tamanho das propriedades, mas, sobretudo, pelos valores sociais, econômicos e políticos, pois são agricultores/as que veem e valorizam a terra que está cotidianamente perto, diferentemente do grande empresário, que se relaciona com a terra pela mediação fundiária. O pequeno agricultor familiar a vê como mediação e condição de um modo de vida e na perspectiva do valor de uso, sendo necessário, diante dos desafios que a categoria enfrenta, privilegiar e fortalecer um “rural com gente” e uma forma de relacionamento distinta com a terra (MARTINS, 2014).

Diante do exposto até aqui sobre os programas e políticas para a agricultura familiar no Brasil, pode-se inferir que, apesar dos inúmeros desafios enfrentados, como, por exemplo, a incorporação dos/as agricultores/as familiares menos estruturados/as economicamente e a diversidade de sistemas produtivos da categoria social no PRONAF, bem como os poucos recursos empreendidos para o programa do PAA e para a quantidade de agricultores/as beneficiados/as, entre outras, tais políticas têm realizado movimentos no sentido do reconhecimento da diversidade regional, econômica, produtiva e social da categoria social, sendo necessária a adoção de outras políticas públicas que se somem a este esforço, para que assim possa ser potencializadas mutuamente as suas ações (GRISA, 2017) .

A autora complementa, apontando a necessidade de medidas como: a) assistência técnica e extensão rural enquanto elementos fundamentais, seja para construir projetos de crédito rural promotores de autonomia, seja para auxiliar no planejamento e na organização produtiva das unidades familiares beneficiárias, em especial para aquelas que atendem o PAA; b) o acesso à informação e a infraestruturas viárias, seja para oportunizar o acesso e a compreensão dos programas já existentes, seja para viabilizar a produção e a comercialização da produção agropecuária; c) melhorias nas condições das estradas e nos meios de transporte e, por fim, d) o acesso à terra, à água, à educação etc, além da sucessão rural, com a saída dos mais jovens do campo, cujas migrações sazonais e ou pendulares se apresentam como desafios, tanto na avaliação da dinâmica da própria agricultura familiar quanto na formulação de políticas públicas para o setor (GRISA, 2017).

E, para finalizar esta seção, é imprescindível destacar – vez que o foco aqui é o protagonismo das mulheres e as transformações em suas trajetórias de vida a partir da participação em coletivos solidários –, dentre os movimentos ligados ao segmento da agricultura familiar, as lutas das mulheres rurais por acesso aos direitos e pela construção de espaços de autonomia.

2.4 Lutas, Organização, Participação e Movimentos Sociais das Mulheres

A participação social e política dos mais diferentes indivíduos e grupos em movimentos organizados tem suas origens centrais na sociedade capitalista, por meio das lutas de classes, em especial. Nas últimas décadas do século XX, por meio da fragmentação da classe trabalhadora, cujos objetivos se centravam na busca de direitos e políticas sociais que pudessem viabilizar pactos sociais-democratas, principalmente, entre capital e trabalho. Nesse cenário, surgiram os chamados “novos movimentos sociais”, denominadas por Gohn (2012), associando as pautas tradicionais a uma multiplicidade de reivindicações por múltiplos direitos. Tais movimentos são construções sociais, cujos sistemas de ação e estruturas construídas gravitam em torno de objetivos, crenças, decisões e intercâmbios, operando em um campo sistêmico na busca por Bem-Estar Social (ANTUNES, 2000; MELUCCI, 2001).

Explicando de maneira mais simples, os movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas cuja intenção é propor mudanças em determinadas relações sociais ou que buscam preservar determinado estado ou condição, com os quais os/as participantes se

identificam coletivamente, apresentando demandas sociais semelhantes e se organizam para buscarem soluções coletivas para suas necessidades. Mocelin (2009, p.49) conceitua como segmentos sociais que “são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo”. Para Maria da Glória Gohn (2009, p. 4):

[...] um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas, e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Ao longo de décadas, temos experimentado a agressividade do neoliberalismo, cujos delineamentos no plano econômico, social, tecnológico, cultural e político tem acentuado um vertiginoso crescimento das desigualdades. Associado a esse processo, surgiram diversos movimentos sociais, cujos debates plurais são pautas em diversas partes do mundo e também no Brasil. Nesse contexto, destacam-se as lutas e movimentos sociais das mulheres, cujas raízes históricas remontam há séculos e que deram origem aos mais diversos movimentos e pautas feministas. São lutas por equidade e respeito, direito a voto, educação, igualdade salarial, proteção às trabalhadoras, participação política e em espaços privados e públicos, vez que a opressão e a desigualdade de gênero sempre foram fenômenos presentes em todas as sociedades do mundo, principalmente pela sua característica estrutural patriarcal.

Um dos divisores de águas no processo das lutas e movimentos sociais das mulheres, segundo Santos (2020), se deu a partir da Primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907, na Alemanha, cujas pautas foram fundamentais para o surgimento do movimento feminista no século seguinte. O feminismo desponta como movimento organizado nos Estados Unidos por volta da década de 1960, tomando proporções em diversos países do Ocidente, com a proposição da libertação e emancipação da mulher. No entanto, as lutas organizadas das mulheres por seus direitos civis e políticos ganharam força a partir do final do século XIX e início do século XX (TAVARES, BENTO e MAGALHÃES, 2004). Vale lembrar que, durante todo esse percurso até nossos dias, eventos como Marchas, Encontros, Conferências, os Fóruns Sociais Mundiais, entre outros, foram imprescindíveis para fortalecer os movimentos organizados pelas mulheres.

No Brasil, no final da década de 1970 e início de 1980, com as graves crises econômica e política que marcaram o fim da ditadura militar e a valorização dos ideais democráticos, ocorre um acentuamento das lutas sociais e, nesse cenário, surge também a presença das mulheres em movimentos organizados no esforço por reconhecimento de seu trabalho (LUSA, 2017), até então identificado apenas como “ajuda”. Elas também reivindicaram participação social e fizeram mobilizações em torno das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas sofridas por elas e que estavam presentes (e ainda estão) na sociedade, atravessadas por intersecções de classe, raça, etnia e gênero.

Conforme explica Lusa (2017), surge, entre os mais diversos movimentos sociais organizados, a luta das mulheres camponesas. Um deles é o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, cujas reivindicações começam a serem ouvidas pela sociedade a partir da participação da mulher agricultora, que passou a se fazer presente em espaços políticos e públicos, como sindicatos, apoiadas pelas comunidades eclesiais de base – CEBs, bem como em partidos políticos e nas esferas legislativas. Esse movimento (MMC) trazia em suas pautas a desigualdade de gênero, de classe, raça e etnia, entre outros direitos silenciados, devido à posição de subalternidade imposta às mulheres ao longo dos séculos, permitindo a construção de uma nova identidade sobre seu lugar social, político e cultural.

Tais lutas e movimentos, conforme já citado, têm origem e apoio nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujas atividades eram conduzidas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, que, “à luz das mensagens bíblicas ressignificadas pela Teologia da Libertação, reflete sobre suas condições de vida e relações de caráter assujeitado com o trabalho e a terra” (ESMERALDO, 2013, p. 242). Assim, mulheres camponesas, a partir da década de 1980, passaram a tomar assento em espaços públicos e ingressaram em partidos políticos, participando das atividades das centrais sindicais e reivindicando lugares de participação da mulher na luta política, a exemplo de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, mulheres trabalhadoras rurais³² da Paraíba, importantes personalidades que se destacaram na luta contra o latifúndio a exploração do trabalho, pela organização dos

³² As mulheres citadas no texto foram lideranças que assumiram a presidência de sindicatos rurais e revelaram-se na região e no país como ícones da luta pelo direito de organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. **Margarida Maria Alves** iniciou sua vida sindical em 1967, com mandatos de presidente nas gestões de 1973, 1976, 1979 e 1982, e participou da fundação, em 1980, do CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Foi assassinada em 1983, em razão de sua atuação frente ao sindicato. **Elizabeth Teixeira**, que substituiu o marido João Pedro Teixeira, como liderança da Liga Camponesa na Paraíba e foi assassinado em 1962 e protagonizou o filme *Cabra Marcado para Morrer* de Eduardo Coutinho. **Maria da Penha Nascimento** foi dirigente do sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande e do Movimento de Mulheres do Brejo. Morreu em um acidente de carro que não foi devidamente esclarecido (ESMERALDO, 2013).

trabalhadores, pelo acesso à terra, à educação e à participação das mulheres (ESMERALDO, 2013).

Além dessas lutas e movimentos no Estado da Paraíba, Esmeraldo (2013) indica ainda outros movimentos organizados nas mais diversas regiões do país entre as décadas de 1980 e 1990, como no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e que passaram a se apoiar em encontros anuais da Região Nordeste, a exemplo do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste -MMTR-NE³³, que realiza atividades conjuntas e a organização de grupos femininos e formação de mulheres rurais no município de Itapipoca, estado do Ceará, que se estende para municípios do sertão central e do Cariri, buscando fortalecer a organização específica de mulheres trabalhadoras rurais nos estados e como articulação regional. A articulação e organização das mulheres realizam-se em duas frentes: uma para ingressarem em movimentos sociais rurais (sindical e MST) e outra pela criação de movimentos autônomos de mulheres, nos quais elas passam a se organizar e se articular entre si para se reconhecerem como gênero com diferenças e gestarem o seu fortalecimento para a conquista de espaços no campo político, sindical e partidário.

Os movimentos de mulheres rurais foram ganhando visibilidade e se nacionalizaram, conforme descrevem Siliprandi e Cintrão (2015), priorizando problemas apontados por elas, considerando as especificidades regionais. Os autores também apontaram as tensões que passaram a existir nos movimentos mistos, o que deu origem aos movimentos autônomos, entre eles os Movimentos de Mulheres Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país, a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste que, mais tarde, transformou-se no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), entre outros, além de diversas organizações de representações específicas de pescadoras, de indígenas e de quilombolas.

Dessa forma, conforme analisa Butto (2011), a superação da subordinação e da invisibilidade das mulheres rurais passou a ser objeto da ação política de tais mulheres e de sua auto-organização em movimentos sociais específicos ou mistos que ganharam força

³³ Esse movimento originou-se do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo – MMTR, da Paraíba e que ao tornar-se um movimento de cunho regional passou a conduzir formação sobre temas como o conhecimento do corpo feminino, a reprodução e os cuidados contraceptivos, conjuntura política com vistas à constituição da autonomia e do empoderamento das mulheres. Mais tarde, o movimento regional MMTRE-NE, passa a ter uma articulação nacional chamada Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, cujo campo político de mulheres rurais se posiciona no universo das lutas políticas de caráter geral e de classe, sendo esses um espaço para a acumulação de conhecimentos, o acesso a saberes, a formação militante e a ação política fora e no interior de seus movimentos (ESMERALDO, 2013).

principalmente nas suas lutas por afirmarem-se como agricultoras e como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Essas reivindicações são fruto da realização de grandes mobilizações nacionais, a exemplo da Marcha das Margaridas, buscando assim um maior reconhecimento social de suas reivindicações e criando condições mais favoráveis para “a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural” (BUTTO, 2011, p.14).

Butto (2011) complementa ainda que as demandas das mulheres rurais para além de conteúdos voltados aos direitos à terra, reforma agrária, direitos sociais como previdência e reconhecimento como trabalhadora agricultora, licença maternidade, também abrangiam inclusão e participação nos movimentos sindicais e adoção de políticas para mulheres no meio rural, como também pautas de autonomia e cidadania que, com o passar dos anos, se transformaram e amadureceram, ajudando-as a enfrentar as dificuldades para superarem as desigualdades de gênero e as articulações perante as desigualdades de classe.

É importante explicarmos que enfatizamos os movimentos de mulheres, em especial as mulheres no meio rural, por este estudo ser composto por mulheres da agricultura familiar, sujeitas da nossa pesquisa, e que desenvolvem atividades produtivas também ligadas à economia solidária, principalmente no que diz respeito a sua forma de organização e comercialização de produtos, conforme será descrito no próximo capítulo.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de destacar, conforme mostram Siliprandi e Cintrão (2015), as mulheres rurais e sua importância também na participação ativa da construção de associações de produtores/as, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país, como é o caso da cooperativa de mulheres, a COOMAFES, objeto de nosso estudo, e cujas sujeitas da pesquisa mostram seu protagonismo na esfera do trabalho, nas conquistas de autonomia, de emancipação, empoderamento e estabelecimentos de laços sociais produtivos, reprodutivos econômicos e culturais.

CAPITULO III - MULHERES DA COOMAFES: construindo caminhos

Este capítulo traz o processo de formação da cooperativa, como as mulheres da COOMAFES se organizaram para formar o coletivo solidário, bem como apresenta o perfil sociodemográfico dessas mulheres distribuídos em raça, idade, escolaridade, renda média, entre outros dados. Traz também aspectos sobre a importância da cooperativa para o Baixo Sul, tanto para as cooperadas que fazem parte dela, quanto para outros empreendimentos de economia solidária dentro do território. Além disso, abordou-se também as ações e estratégias adotadas pela COOMAFES durante o período da COVID-19, uma vez que, durante o processo da pesquisa fomos atravessados pela pandemia que assolou o mundo.

Como trata-se de uma cooperativa de agricultura familiar e economia solidária, foi importante abordar sobre o protagonismo das mulheres em atividades produtivas solidárias, como também rurais, uma vez que a maioria das cooperadas são agricultoras familiares, conforme discorre a nossa primeira seção.

3.1 Baixo Sul da Bahia: mulheres na economia solidária e agricultura familiar protagonizando o território

Apesar do estudo estar centrado na temática da economia solidária, foi imprescindível transversalizarmos a questão rural, especialmente, por meio de pontuações em relação às mulheres do campo, vez que muitas das mulheres que compõem a cooperativa desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar. Dessa forma, apresentamos um brevíssimo panorama sobre os enfrentamentos e lutas desse grupo social.

A participação das mulheres nos processos produtivos sempre esteve ligada ao próprio processo de construção humana e social, pois as atividades desenvolvidas por elas foram e são determinantes para assegurar a sobrevivência e continuidade dos seres humanos, no que diz respeito às atividades de reprodução da vida, seja na produção da alimentação e cuidado (que

não são naturais, mas construções sociais) como também na preservação do meio ambiente e, inclusive, na garantia da renda familiar, seja na totalidade de responsabilidade, seja como parceira (HIRATA e KERGOAT, 2007).

No entanto, apesar de sua importância em todos esses processos, a participação da mulher ocupou lugar secundário na organização social capitalista, bem como nas relações sociais de gênero, pela divisão sexual do trabalho em uma sociedade machista e dominada pelo patriarcalismo, em que o reconhecimento do trabalho da mulher é invisibilizado, principalmente por não considerar o doméstico e o que é considerado não produtivo. Esse cenário repete-se nos mais diversos espaços e ambientes em que as mulheres atuam, não sendo diferente também nos espaços e meios em que as atividades produtivas são ligadas ao trabalho associativo e cooperado, bem como no meio rural (SANTOS e HESPANHA, 2016).

Nessa perspectiva, muitas foram as lutas travadas pelas mulheres para conquistarem direitos e espaços, e, ainda hoje, elas continuam a vivenciar tais lutas, na busca por alcançarem igualdade de direitos e participação. Conforme Paulilo e Boni (2017), as lutas específicas das mulheres do campo ganham forma na década de 1980, no Brasil, na América Latina e em vários outros países, questionando os modelos econômicos concentradores de riqueza, falta de democracia e participação popular, por meio dos movimentos sociais de mulheres agricultoras. Tais movimentos reivindicavam, principalmente, direitos trabalhistas e previdenciários das agricultoras como “produtoras rurais” e não apenas como esposas ou “do lar”, direito à sindicalização, além de lutas ligadas à reivindicação por melhores condições de saúde e educação para suas famílias (PAULILO e BONI, 2017).

As mulheres rurais sofrem por não participarem da tomada de decisão e do planejamento das atividades produtivas, bem como do seu “pedaço de terra”, fosse ligado a atividades de cunho particular e familiar ou relacionadas a um trabalho associativo e cooperado. Seu lugar invisível no modo de produção rural refletiu e, por vezes, ainda reflete a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que demonstra padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada, diferenciando e hierarquizando o trabalho segundo o sistema sexo/gênero (GRISA, 2017; BIROLI, 2018). Dessa forma, durante muito tempo, as mulheres desconheciam ou eram impedidas de acessar financiamento, crédito e comercialização e tinham como função ajudar a gerir seu próprio espaço, vindas de um tempo regido pelo olhar do outro, sem poder imprimir a essa gestão iniciativas próprias (HEREDIA, 1979; FERRANTE, et.al, 2017; PAULILO e BONI, 2017).

Diante de todo o histórico de invisibilização sofrido pelas mulheres, seja dentro ou fora do meio rural, gerado pelas relações desiguais de gênero, pela hierarquização da divisão

sexuada do trabalho, pela imposição patriarcal, como também pela organização do próprio sistema capitalista, que sempre negligenciou principalmente as atividades reprodutivas (apesar de necessárias para a própria manutenção do sistema), houve o impulsionamento de diversos movimentos de mulheres na busca por igualdade de condições de trabalho, reconhecimento e participação política e social.

Nesse contexto, de acordo com Esmeraldo (2013), principalmente com o apoio da Igreja Católica e suas pastorais, as mulheres rurais passaram a se articular e se organizar em movimentos sociais, tanto de cunho sindical quanto ao Movimento dos Sem Terra – MST, além da participação em movimentos autônomos de mulheres, cuja finalidade tem função política de conscientizar e proporcionar, por meio de informações e lutas, a formação da consciência da categoria profissional “mulher rural” para acessar seus direitos.

Assim, após e no decorrer dessas mobilizações, percebeu-se – e ainda hoje é possível perceber – que as mulheres rurais, conforme apontam as autoras Bonfim e Velloso (2022), desempenham papel de importância como agentes transformadoras e empreendedoras de estratégias da manutenção e reprodução da agricultura familiar, ainda que enfrentem inúmeras desigualdades impostas pela sociedade machista e patriarcal nos mais diversos espaços, seja no seio familiar, nos relacionamentos familiares e conjugais, na vida do trabalho, no acesso a políticas públicas e direitos.

Contudo, completam Bomfim e Velloso (2022), a mulher rural busca constantemente atuar na vida comunitária, nos movimentos e nas organizações da agricultura familiar, mesmo que, para isso, precise muitas vezes enfrentar a resistência masculina, bem como da própria estrutura de preconceitos que envolvem sua participação em espaços públicos. E ponderam que:

A presença e trabalho da mulher rural na conjuntura de luta, de produção e de resistência são notáveis no campo brasileiro, a agricultora tem feito história, pois a organização do trabalho da mulher rural sempre existiu e contribuiu efetivamente para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar. Entretanto, não se tem a devida visibilidade e reconhecimento no contexto de sua importância nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais (BONFIM e VELLOSO, 2022, p. 224).

É nesse cenário, da atuação da mulher rural na construção de projetos voltados à agricultura familiar e ao campesinato, que se pode notar diferentes formas de conquistas, resistências e participação das mulheres em lutas sociais em seus cotidianos. O posicionamento das mulheres tem sido fundamental para que possam continuar lutando para sair da invisibilidade social histórica à qual foram submetidas, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias. E lutar pela condição de protagonista é assumir publicamente a necessidade

de libertação do campesinato das práticas, dos costumes e das tradições machistas que, sendo hegemônicas na sociedade, oprimem as mulheres e, pela cumplicidade das relações de poder aí em jogo, de certa forma também os homens (MPA/BRASIL).

Não tem sido diferente com as mulheres sujeitos desta pesquisa. São mulheres que, em seu dia-a-dia têm assumido o papel principal de suas próprias histórias a partir do trabalho, união, participação em um coletivo ligado a atividades produtivas da economia solidária, além de travarem suas lutas pelo acesso a direitos, políticas públicas e participação em espaços sociais e políticos, assumindo lugares de poder e tomada de decisão sobre suas próprias vidas, seus empreendimentos e comercialização de produtos, bem como a forma de desenvolverem e gerirem suas atividades, conforme apontam Albuquerque e Fisher (2016), citados por Neves e Stopilha (2019, p. 151):

[...] as mulheres assumem uma postura protagonista na medida em que enfrentam a barreira imposta pela divisão sexual do trabalho, que reserva aos homens o espaço público - espaço do poder - e a mulher o espaço privado - do lar e, por que não dizer, da invisibilidade - expressão máxima do patriarcado, sistema de dominação masculina na sociedade.

Assim, apesar das invisibilizações e opressões sofridas pelas mulheres, a partir das relações dominantes de gênero, entre outros processos de subalternização e exclusão, muitas mulheres têm buscado superar essas dificuldades, em especial no campo do trabalho, por meio da organização coletiva. Na próxima seção, apresentamos como as mulheres de um coletivo específico, a COOMAFES, assumiram a tarefa de conquistarem por si mesmas seu lugar em espaços públicos e privados, constituindo-se protagonistas do território onde vivem.

3.2 COOMAFES: os primeiros passos

A COOMAFES está localizada no município de Valença, cujo processo de formação iniciou-se com a fundação da Vila da Nova Valença do Sagrado Coração de Jesus, instalada por volta de 1779 e, em dezembro de 1849, elevada à condição de cidade. Trata-se do maior município do Território Baixo Sul, com população estimada em 97.233 habitantes e uma área territorial de 1.123,975 km² (IBGE, 2020), constituindo-se como um núcleo de desenvolvimento regional em termos de serviços públicos e privados, agregando um polo urbano de médio porte.

A população rural compreende 24.328, habitantes correspondendo a 27% da população total, enquanto a população urbana corresponde a 73%, com 64.401 habitantes. A população encontra-se além da sede, nos distritos de Maricoabo, Serra Grande, Guaibim e Guerém, que juntos geram a fonte de renda pela agricultura familiar, comércio e turismo (ANDRADE, 2019).

Figura 14 - Cidade de Valença-Bahia



Fonte: <http://encontroscomainclusao.blogspot.com>, 2014

As principais atividades econômicas do município, assim como as descritas para o território, uma vez que Valença é um dos municípios do Baixo Sul, baseiam-se no turismo local, pesca e agricultura de base familiar. A população rural é formada por povos tradicionais, agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas, marisqueiras, movimentos sociais e outros segmentos que lutam direta ou indiretamente pela terra, por qualidade de vida no campo. São pequenas propriedades, com produção agrícola muito específica como cravo, cacau, dendê, pimenta do reino, piaçava, frutas nativas, entre outros (SOUSA, 2015; ANDRADE, 2019).

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Agricultura de Valença, 188 pessoas estão cadastradas na Secretaria com produção de farinha de mandioca, aipim, banana da terra, banana da prata, couve, alface, massa de puba, massa de aipim, coco seco, coco verde, biscoito de goma, beiju, entre outros produtos. Essas pessoas estão vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do

Governo Federal, que possibilita a comercialização de sua produção, entre outras, para as famílias que desenvolvem atividades produtivas ligadas à agricultura familiar, a exemplo da organização de grupos em coletivos solidários³⁴ (ANDRADE, 2019).

Sobre a organização de grupos em coletivos solidários no Território Baixo Sul, pesquisa realizada por Borges (2019) demonstrou que 76,3% dos empreendimentos solidários atuam na Zona Rural com atividade da agricultura familiar. Em Valença, de acordo com Andrade (2019), das pessoas cadastradas na Secretaria de Agricultura do município que trabalham com agricultura familiar, 48% são mulheres, o que demonstra a participação feminina nas atividades camponesas.

Aliada à participação das mulheres nas atividades da agricultura familiar, a partir de 2013, as gestões municipais passaram a desenvolver, juntamente com as políticas públicas de agricultura familiar, ações voltadas à economia solidária, em relação direta com estruturas de organizações públicas e sociais, tais como: escritório da Central de Cooperativa e Empreendimentos Solidários (UNISOL); Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF); Espaço Solidário do Centro Público de Economia Solidária (CESOL); Central das Associações da Agricultura Familiar; unidade da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), mais de vinte associações cadastradas como comunidades rurais e duas cooperativas ligadas à Agricultura Familiar, entre elas a COOMAFES, formada só por mulheres de grupos rurais (ANDRADE, 2019).

Conforme apresentado e descrito até aqui, o Baixo Sul demonstra inúmeras potencialidades de desenvolvimento, em especial no que diz respeito a sua evidente diversidade de atividades econômicas, o que engloba Valença.

Para contar o processo de construção e formação da COOMAFES, utilizamos como referência e documento de pesquisa o trabalho de mestrado de Andrade (2019), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, intitulado *O Semear de uma Construção Coletiva: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-Ba (COOMAFES)*, por ser este o único trabalho que localizamos sobre a cooperativa até este momento, desde que iniciamos este estudo (janeiro/2019, até a conclusão, em maio/2023). O estudo caracterizou-se como Pesquisa-Ação, pela qual a autora narra o processo de surgimento e formalização da cooperativa, bem como participa de seu processo de

³⁴ Entenda-se aqui, no contexto desse estudo, por coletivos solidários, a organização de grupos informais, associações e/ou cooperativas ligadas a atividades produtivas, baseados nos pilares e princípios fundamentais da economia solidária.

construção, no sentido de subsidiar as mulheres a se organizarem melhor para sistematizar informações e organização de documentos que pudessem facilitar a cooperativa a comercializar, formar parcerias, participar de editais, dentre outras demandas. Para consolidar informações sobre a história de formação da cooperativa, apresentamos aqui dados atuais [2023] sobre o perfil socioeconômico das cooperadas, colhidos durante esta pesquisa.

A COOMAFES é a primeira cooperativa formada só por mulheres rurais, tanto no município quanto no território estudado e, nesse sentido, podemos afirmar que a participação das mulheres nos empreendimentos ligados à economia solidária tem merecido destaque, como aponta Culti (2004) sobre a expressividade, inclusive, das mulheres líderes, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos, desconstruindo a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. Em um estudo sobre *Mulheres na Economia Solidária: desafios sociais e políticos*, a autora afirma que, ao se ampliar o olhar sobre a economia solidária considerando as relações de gênero, percebe-se a significativa participação das mulheres em atividades e empreendimentos solidários, chegando a 51% no total dos 131 empreendimentos pesquisados (CULTI, 2004).

Outro ponto que suscita a discussão é que, sendo a primeira cooperativa formada só por mulheres tanto no município quanto no território, inicialmente seu principal intuito foi o de fortalecer a comercialização, conforme fica explícito nas palavras de Safira:

A gente criou a cooperativa exatamente para fortalecer a comercialização porque nós temos a realidade, nossa realidade dentro do município de Valença é que a produção... existe a produção, mas existe muita dificuldade na questão da organização da produção e da comercialização. Então a cooperativa ela nasceu com esse com esse desejo com esse objetivo que era organizar a produção e proporcionar a buscar meios de comercialização (SAFIRA)

A partir dessa organização, exclusiva unicamente por mulheres³⁵ predominantemente rurais, com o objetivo de comercializar os produtos, conforme traz Safira em seu relato, outros ganhos e outras nuances foram surgindo e as sendo experienciadas pelas mulheres, o que lhes trouxe inúmeras transformações, conquistas e mudanças de trajetórias de vida, conforme acompanharemos ao longo de todo este estudo.

De acordo Andrade (2019), a idealização da COOMAFES deu-se entre os anos de 2013 e 2014, com o acesso a um edital do PAA do município de Valença. Na interação entre as

³⁵ Retomando novamente aqui a discussão da organização de mulheres em Redes na Economia Solidária, conforme foi citado nas páginas 27-28, podemos inferir que a organização das mulheres da COOMAFES, inicia-se dentro dessa articulação em redes, de maneira interna, dentro do próprio território de identidade, uma vez que, elas passam a se organizar por meio de diversas comunidades rurais diferentes.

agricultoras, elas constataram a existência de produção e ausência de espaço de comercialização, detectando a necessidade de organização das agricultoras para a comercialização. O PAA no município ficou vinculado à Secretaria de Promoção Social, que criou um setor denominado Diretoria de Associativismo e Cooperativismo, com sede no centro da cidade, que recebia alimentos três vezes por semana. Para coordenar as atividades, foi preciso articular alguém que orientasse os trabalhos, tendo sido escolhida uma das agricultoras e liderança comunitária. Esta mulher foi, então, uma das idealizadoras e mobilizadoras para a constituição da COOMAFES.

Figura 15 - Mulheres da COOMAFES



Fonte: Rede Social Cooperativa. <https://www.facebook.com/coomafes.ba>, 2019

Ainda conforme Andrade (2019), a liderança escolhida para articular as mulheres, movida pelo espírito do trabalho coletivo e social na comunidade rural onde residia, foi a presidente da Associação de Moradores e, no período de sua gestão, desenvolveu ações que transformaram vidas, dando visibilidade, em especial, ao trabalho das mulheres rurais, gerando renda, conquistando bens materiais para o coletivo e reconhecimento do trabalho associado. Para que todas essas transformações se concretizassem, ela buscou qualificar as mulheres da comunidade com cursos e oficinas, a fim de despertar nelas as possibilidades do trabalho coletivo e associativista. Por meio dessa liderança, outros grupos e outras dirigentes de comunidades rurais também surgiram no município.

Com a participação no programa do PAA, o trabalho das agricultoras evoluiu para além apenas da compra de produtos. Com as entregas semanais do programa, aos poucos foram sendo identificados os potenciais de cada localidade rural na produção de alimentos e organização de grupos produtivos e, como eram as próprias agricultoras que realizavam as entregas dos produtos na sede do PAA, foram sendo organizados encontros com outras mulheres rurais que, aos poucos, trocavam experiências e ideias, se fortalecendo mutuamente. Foi dessa forma, com a realização de diálogos inicialmente com oito lideranças de suas comunidades rurais, que as mulheres encabeçaram o movimento que culminou na organização e surgimento da COOMAFES.

Figura 16 - COOMAFES no Encontro de Mulheres Agricultoras da Região Cacaueira/UESC



Fonte: Rede Social Cooperativa. <https://www.facebook.com/coomafes.ba>

Pouco tempo depois, as agricultoras quiseram ampliar os canais de comercialização para seus produtos e, assim, foi criada uma feira semanal, no ano de 2014, que acontecia todas as sextas-feiras na área livre que dava acesso ao prédio de recebimento do PAA Municipal. Essa feira foi o marco de consolidação da COOMAFES. Nos anos seguintes (2015 e 2016), outras

agricultoras uniram-se ao trabalho coletivo da cooperativa, e as mulheres passaram a participar de eventos para comercialização, cursos e oficinas de formação, palestras sobre diferentes temáticas para as mulheres rurais e também da criação de parcerias para a consolidação da cooperativa. Assim, em 10 de julho de 2017, oficializou-se a composição da COOMAFES, constituída por conselho administrativo e fiscal, entre outras diretorias organizadas para educação, comercialização e comunicação.

Em seu primeiro ano já organizada, a cooperativa participou de vários eventos e cursos, desde o Fórum Mundial Social, festivais, feiras e cursos de qualificação, como também realizou vários eventos com e para as mulheres da cooperativa, com convidados/as e participantes, fortalecendo datas comemorativas importantes, a exemplo do Dia da Mulher e Aniversário de formalização da cooperativa, bem como encontros que lembrassem e fortalecessem as tradições e culturas locais.

Figura 17 - Mulheres da COOMAFES no Treinamento em Técnicas de Vendas/UNEB.



Fonte: Rede Social Cooperativa. <https://www.facebook.com/coomafes.ba>

Em relação aos avanços em termos de trabalho e de conquistas, a COOMAFES realizava e ainda realiza reuniões mensais para traçar estratégias e ações de planejamento e

comercialização, buscar acesso a editais e eventos, formalizar parcerias, adquirir materiais, dentre outras atividades que possam fortalecer e impulsionar seu trabalho e crescimento.

Atualmente (2023), a cooperativa mantém três espaços de comercialização: a Feira Semanal de Agricultura Familiar e Economia Solidária, a Feira do Ifbaino e Espaço Solidário (apoiada pelo CESOL) e expandiu seus produtos para a loja do CESOL, localizada em um shopping, na capital.

Figura 18 - Espaços de Comercialização



Imagem Feira Semanal da Agric. Familiar e ECOSOL
Fonte: <https://www.facebook.com/coomafes.ba>



Imagem Comercialização Cantina Solidária (hoje extinta)
Fonte: <https://www.facebook.com/coomafes.ba>

No ano de 2018, a cooperativa passou a emitir notas fiscais, a participar do PNAE, de projetos de pesquisa, ensino e extensão pela UNEB e pela UFRB, adquiriu máquinas de cartão de crédito para viabilizar melhor a comercialização de seus produtos, contratou serviços de comunicação para divulgação de ações e produtos da cooperativa e passou a atuar nas redes sociais com foco em divulgação e vendas.

Esses foram os primeiros passos no processo de construção e formação da COOMAFES, uma cooperativa organizada unicamente por mulheres rurais e que hoje é conhecida tanto no município de Valença quanto em todo o Território Baixo Sul. Hoje, a COOMAFES é formada por 32 comunidades rurais e 04 comunidades urbanas, como já informado, que, juntas, constituem o grupo de mulheres. Tem aproximadamente 102 cooperadas, que vivenciam experiências associativistas nas suas localidades, por meio de associações, associações de moradoras e grupos informais nas comunidades rurais, apresentadas na figura a seguir:

Figura 19 - Estrutura das Comunidades e Grupos da COOMAFES em Rede das Mulheres de Valença-Ba, 2022



Fonte: COOMAFES (2022), adaptado pela autora, 2023.

Conforme a disposição da Figura 28 – Estrutura das Comunidades e Grupos da COOMAFES em Rede das Mulheres de Valença-Ba, podemos observar que elas estão organizadas nas comunidades rurais. Cada comunidade rural apresentada na imagem possui entre um a três grupos solidários organizados, não necessariamente formados por associações. Em algumas dessas comunidades, as atividades ligadas à economia solidária ocorrem também por meio de grupos informais ou empreendimento individual familiar, porém, cada empreendimento, grupo, associação ou mulher ligada à COOMAFES tem seu registro como cooperada.

Além das 32 comunidades rurais dispostas na imagem, há, atualmente (2023), quatro bairros urbanos cadastrados na cooperativa. As mulheres que fazem parte desses grupos e/ou empreendimentos urbanos são também cooperadas na COOMAFES. É importante destacar que

esses bairros hoje, urbanos, tem suas origens no rural, ou seja, tais bairros eram locais rurais, mas com o crescimento populacional, crescimento da cidade, o processo de urbanização, necessidades de saneamento, organização de ruas, etc, tais espaços passaram por transformações, tornando-se dessa forma, bairros urbanos, contudo, desenvolvendo atividades econômicas ligadas a agricultura familiar. Além do registro oficial de cooperação, elas passam por todo um processo de formação para que possam atuar na cooperativa.

A cooperativa apresenta peculiaridades positivas na sua composição, vez que as agricultoras envolvidas entendem a dinâmica do coletivo, seja nos grupos de produção, nas associações ou ainda nos empreendimentos individuais familiares, característica que possibilita dinamismo na produção e o desejo de outras mulheres rurais e urbanas se envolverem em atividades cooperadas solidariamente.

3.3. Quem são as mulheres da COOMAFES – caracterização sociodemográfica

Quanto à caracterização sociodemográfica das cooperadas, a Tabela 2, abaixo, apresenta o nível de escolaridade, renda média, estado civil, cor e raça, entre outros dados que permitem delinear o perfil. Salienta-se que as informações foram coletadas por um questionário sociodemográfico aplicado por meio da ferramenta *Google Forms*. Das 102 cooperadas, 62 mulheres responderam ao questionário, o que representa uma amostra não probabilística de aproximadamente 60% da população total pesquisada, analisada pela estatística descritiva, por meio de cálculos percentuais e frequência média das respostas.

Conforme dados dispostos na tabela 2, observa-se que os níveis de escolaridade que mais se destacam entre as cooperadas são os de ensino médio completo e últimas séries do ensino fundamental (antiga 5ª a 8ª série, atual 6º e 9º anos), com 27% e 24%, respectivamente, seguido dos percentuais do ensino médio incompleto (14%) e as primeiras séries do ensino fundamental (da 1ª a 4ª séries iniciais), com 10% das pesquisadas. Ao observar esses valores percentuais, notamos que os índices de escolaridade entre as mulheres ainda são baixos, apesar da tabela demonstrar dados em crescimento, revelando a continuidade dos estudos, inclusive no esforço para realizar o ensino superior completo (3%), ensino superior incompleto (8%) e pós-graduação (5%), o que demonstra preocupação com a qualificação por parte dessas mulheres; contudo, há que se constatar um nível de escolaridade ainda baixo.

Tabela 2- – Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES –
Grau de Escolaridade

Caracterização Sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Grau de Escolaridade	Frequência	%
Ensino médio completo	17	27%
Ensino médio incompleto	10	16%
Ensino superior completo	2	3%
Ensino superior incompleto	5	8%
Ensino técnico completo	1	2%
Ensino técnico incompleto	1	2%
Pós-Graduação completo	3	5%
Pós-Graduação incompleto	2	3%
Primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	6	10%
Últimas séries do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	15	24%
Total Geral	62	100%

Dados da pesquisa, 2021-2022

Nesse aspecto, pesquisas sobre o nível de escolaridade de atores ligados às atividades produtivas solidárias no Brasil (ABRAHIM et al., 2008; RUTKOWSKI, 2008; ARAÚJO; CASTRO, 2016) têm feito referência à baixa escolaridade e que, muitas vezes, tais atores enfrentam inúmeros desafios devido a isso e à falta de capacitação técnica para lidar com as atividades produtivas e gestão dos empreendimentos.

No entanto, apesar dos dados da Tabela 2 sobre o nível de escolaridade ter refletido maiores percentuais entre ensino médio completo e incompleto e ensino fundamental completo e incompleto, percebe-se, na cooperativa em estudo, principalmente em entrevistas, a preocupação das mulheres com a escolaridade, a busca de muitas delas para concluir pelo menos o ensino médio e, principalmente, a participação em oficinas, treinamentos e capacitações ofertadas pela cooperativa, seja de forma autônoma, seja em parceria com outras instituições, como universidades públicas, órgãos governamentais do Estado e do Município, Organizações Sociais e ONGs.

Quanto às informações colhidas sobre a renda mensal das mulheres pesquisadas, a Tabela 3 traz dados percentuais mais significativos, com renda média de até um salário mínimo.

Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Renda Média

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Renda Média	Frequência	%
Até 1 salário mínimo	48	77%
Mais 2 e até 3 salários mínimos	1	2%
Mais de 1 e até 2 salários mínimos	12	19%
Mais de 3 e até 4 salários mínimos	1	2%
Total Geral	62	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

Somente 19% declararam que, por meio de suas atividades produtivas, conseguem apurar de um a dois salários mínimos/mês. É importante salientar que parte significativa das atividades produtivas realizadas por essas mulheres está ligada ao plantio e cultivo de hortaliças, frutas, verduras, criação de galinhas, entre outras atividades da agricultura familiar, além da diversificação, como a cozinha produtiva, fabricação de beijus, farinha de mandioca, temperos prontos, entre outros produtos que abarcam a pluriatividade dos arranjos produtivos³⁶ de empreendimentos solidários e da agricultura familiar, atualmente.

Quanto ao estado civil das respondentes, as mulheres da cooperativa declararam-se casadas (50%) e de convivência marital - juntos (24%), respectivamente. 33% delas se declararam solteiras. Nas entrevistas qualitativas, muitas mulheres que se declararam casadas afirmaram que as atividades ligadas à cooperativa são responsáveis pela maior fatia do sustento da família. (Tabela 4)

Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Estado Civil

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Estado Civil	Frequência	%
Casada	31	50%
Convivem juntos	15	24%
Solteira	14	23%
Viúva	2	3%
Total Geral	62	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

³⁶ São aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Disponível em: <[http:// https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais](http://https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais)>

A partir do que já foi descrito no histórico de formação social do território Baixo Sul, entendeu-se como necessário buscar dados sobre a caracterização Cor/Raça das mulheres pesquisadas, conforme descrito na Tabela 5.

Tabela 5- Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Cor/Raça

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Cor/Raça	Frequência	%
Amarela	1	2%
Branca	7	11%
Preta	25	40%
Parda	29	47%
Total Geral	62	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

No quesito cor/raça, observa-se predominância da raça negra, sendo pretas (40%) e pardas (47%) as mulheres que fazem parte da COOMAFES; também há mulheres brancas (11%) e amarelas (2%). É possível relacionar os percentuais das que se autodeclararam pretas e pardas à própria constituição e formação social do território, conforme já apresentado em seção anterior (seção 2.2), que traz em sua história a vinda de negros/as para o trabalho forçado na região e a formação de quilombos, o que proporcionou alta concentração de negros/as desde o período colonial em todo o território.

Importante também para a caracterização do perfil sociodemográfico das mulheres da COOMAFES são dados acerca da faixa etária das cooperadas, conforme disposto na Tabela 6.

Tabela 6 - – Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Faixa Etária

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Faixa Etária das Mulheres	Frequência	%
De 18 a 25 anos	4	7%
De 26 a 35 anos	15	24%
De 36 a 45 anos	18	29%
Acima de 45 anos	25	40%
Total Geral	62	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

Como podemos observar, a distribuição por faixa etária das cooperadas está caracterizada por mulheres de 18 a 25 anos e de 26 a 35 anos, com 6% e 15%, respectivamente, o que corresponde a um total de 29 mulheres. Na faixa etária de 36 a 45 anos, contamos com 29% das cooperadas e as mulheres que fazem parte da cooperativa, cujo percentual de faixa etária é o mais alto, contando com 40% das pesquisadas possuindo idade acima de 45 anos, sendo, portanto, um total de 25 mulheres nessa faixa de idade. Importante observarmos que as faixas etárias que refletem a maioria das cooperadas estão concentradas entre 36 a 45 anos e acima de 45 anos (totalizando 69% das entrevistadas); na grande maioria, mulheres rurais, mães e agricultoras familiares.

Considerou-se fundamental também apurar a quantidade de moradores/as nos domicílios das mulheres da cooperativa, pois muitas dessas mulheres têm parcela de responsabilidade na renda da casa. A Tabela 7 traz esses dados percentuais detalhados.

Tabela 7 - Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Quantidade de moradores no domicílio

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Qtde. Moradores no Domicílio	Frequência	%
Apenas Eu	3	5%
Apenas eu e meu esposo	7	11%
De 02 a 04 pessoas	44	71%
De 04 a 06 pessoas	7	11%
Mais de 06 pessoas	1	2%
Total Geral	62	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

Conforme já citado, muitas das mulheres da cooperativa têm a maior fatia de responsabilidade pelo sustento de suas famílias, por meio das atividades produtivas solidárias que desenvolvem. Nesse sentido, ao se apurar sobre a constituição das famílias do coletivo da COOMAFES, em termos de quantidade de moradores/as no domicílio, conforme apresenta a Tabela 7, a maior concentração de pessoas que moram em suas casas está na faixa de 02 a 04 pessoas (71%). Em 11% dos domicílios das entrevistadas moram apenas duas pessoas e de quatro a seis pessoas, respectivamente.

Por fim, buscamos identificar a quantidade de filhos/as, netos/as e quantos/as ainda moram junto com as pesquisadas, conforme aponta a Tabela 8.

Tabela 8- Caracterização sociodemográfica das mulheres cooperadas na COOMAFES – Quantidade de Filhos/as e Netos/as das pesquisadas e Quantidade de Netos/as que moram no domicílio da pesquisada

Caracterização sociodemográfica das Mulheres da COOMAFES		
Qtde. Filhos das Pesquisadas	Frequência	%
Não tenho filhos	6	10%
Apenas um filho	14	23%
Dois filhos	19	31%
Três filhos	14	23%
Quatro filhos	3	5%
Mais de quatro filhos	6	10%
Total Geral	62	100%
Qtde. filhos e netos morando no domicílio	Frequência	%
Não	52	84%
Sim	10	16%
Total Geral	62	100%
Qtde. Netos morando no domicílio	Frequência	%
Nenhum	10	56%
Apenas um	6	33%
Dois	2	11%
Total Geral	18	100%

Dados da Pesquisa, 2021-2022

Em relação à quantidade de filhos/as, o maior percentual das pesquisadas (31%) revela dois/duas filhos/as e 23% apenas um/a. O mesmo percentual de 23% se repete também para as pesquisadas que possuem três filhos. Do mesmo modo, se igualam os percentuais de mulheres que não possuem filhos. As mulheres que possuem mais de quatro filhos/as totalizam 10% das pesquisadas. Dos/as moradores/as da casa da mulher da COOMAFES, uma minoria (16%) respondeu ter filhos/as e netos/as morando em suas casas. No entanto, um total de 44% respondeu possuir netos/as morando em suas casas, distribuídos/as em um/a neto/a (33%) e dois/duas netos/as (11%).

Esses números revelam a forma como estão constituídas e organizadas as famílias das cooperadas, apontando quem ainda está sob e/ou divide responsabilidades da renda e das despesas da casa. De acordo com as pesquisas realizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2016), o número de mulheres responsáveis tanto financeiramente como pelo cuidado, do lar e filhos/as, dentre outras atividades que a sociedade sempre naturalizou como inerente às mulheres, vem crescendo a cada ano e já chega a aproximadamente 34,4 milhões de casas brasileiras chefiadas por mulheres.

Do mesmo modo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA demonstra que o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25% em 1995 para 45% em 2018, em especial devido ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, apesar de as desigualdades entre os gêneros ainda persistir. Esse panorama se acentuou durante o período mais crítico da pandemia, vez que muitos homens perderam seus postos de trabalho e as mulheres passaram a assumir o comando dos lares brasileiros (IBGE, 2016; IPEA, 2018).

3.4 A importância da COOMAFES no Território de Identidade Baixo Sul

Antes de apresentarmos a discussão sobre a importância da COOMAFES no Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, é necessário entender como tem se configurado a Economia Solidária nesse território, pois a cooperativa desenvolve atividades produtivas solidárias.

Nesse TI, a economia solidária tem se desenvolvido a partir da Política Pública de Economia Solidária do Estado da Bahia desde 2007, sob responsabilidade da Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, através do Programa *Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda*. Esse programa constitui o primeiro passo para a consolidação de uma política pública de economia solidária no Estado, por meio de ações voltadas para fortalecer os empreendimentos já existentes e para estimular a criação de outros (SETRE, 2018), e também, pela Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, que tem como principal dispositivos³⁷ os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL).

Os Cesol's são espaços permanentes e multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários assistência técnica multidisciplinar em diversas áreas relevantes para a sustentabilidade dos grupos e fornecem assessoria técnica de cunho administrativo, comercial, produtivo, contábil e jurídico, além de atividades de formação e

³⁷ O termo dispositivo possui diversas acepções nos mais variados ramos do conhecimento. No estudo sobre “o que é um dispositivo” de Giorgio Agamben (2005), o conceito descreve o conjunto de elementos técnicos e ideológicos operados estrategicamente pelo poder, principalmente para definir as estratégias do pensamento de Foucault, em que as teorizações acerca dos dispositivos são feitas com base em como estes atuam nas relações, nos mecanismos e nos “jogos de poder”.

Em políticas públicas, os dispositivos são tratados como aparatos ou arranjos que operacionalizam as ações de uma política pública. No contexto desse estudo, os Centros Públicos de Economia – CESOL são considerados dispositivos por que são esses centros que operacionalizam a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva.

comercialização, espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária, como também promoverem a articulação de ações de desenvolvimento local e territorial (REIS; ALMEIDA FILHO, 2016).

Especificamente, a assistência técnica oferecida por esses centros visa à melhoria da gestão e à profissionalização dos Empreendimentos Solidários, na medida em que fomentam a adoção e utilização de ferramentas e processos que contribuem para uma gestão eficiente, eficaz e efetiva na rotina diária, capacitando os/as trabalhadores/as no sentido de melhor atender aos/às clientes e ao mercado com níveis de qualidade. Dessa forma, a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva desenvolve papel ativo na promoção de ações de apoio a grupos produtivos, empreendimentos e redes de economia solidária, representando real alternativa de geração de emprego, renda e trabalho para cidadãos/ãs excluídos/as pelo sistema capitalista (BORGES, 2019).

Deduz-se, então, que a assistência técnica promovida pelos Centros Públicos, ao contribuir para a gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários, tem o potencial de torná-los mais competitivos e, conseqüentemente, promover maior distribuição de renda, mais democratização da economia e desenvolvimento econômico e social, com mais justiça, na região.

Ao tratar da importância da COOMAFES no Baixo Sul da Bahia, é importante tecer alguns comentários sobre a participação das mulheres nos espaços de trabalho, seja no âmbito privado, público ou coletivo. Nota-se, nas últimas décadas, significativo número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, resultado das transformações econômicas e, também, culturais pois, antes, o trabalho feminino se restringia aos cuidados com o lar e educação dos/as filhos/as.

Diante de tais transformações, muitas mulheres passaram a ser também provedoras financeiras de seus lares, apesar das inúmeras desigualdades ainda enfrentadas. Esse cenário não foi muito diferente para mulheres que exercem atividades produtivas na Economia Solidária. Neste sentido, Borges (2019), ao discorrer sobre tal quadro, enfatiza que após o surgimento da Economia Solidária como alternativa voltada àqueles e àqueles excluídos/as do sistema produtivo capitalista, a possibilidade de reinserção de tais indivíduos, vítimas do desemprego, subemprego e da falta de renda para atender suas necessidades básicas, passa a se efetivar cada vez mais.

A esse respeito, Hespanha e Namorado (2009) explicam que a economia solidária pode ser entendida como forma de trabalhadores e trabalhadoras satisfazerem suas necessidades econômicas e de existência sem sucumbirem ao mercado ou à lógica da competição. Desse

modo, pode ser entendida como forma de resistência política à imposição do mercado global. Nesse contexto, desponta também a participação da mulher, que tem protagonizado iniciativas e experiências solidárias e construído caminhos que as têm tornado sujeitos políticos, participativos e empoderados, ressignificando seus papéis na superação da exclusão e da invisibilidade social.

A participação das mulheres no desenvolvimento de atividades associativas e cooperadas solidárias tem se expressado na cena pública brasileira desde o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, ocorrido em Brasília no ano de 2004. Dos 2.500 participantes, 57% eram mulheres, de acordo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2004). Dados apontados pelo SIES (2013) - que divulga a participação de mulheres sócias (1.481) - revelam a superação em relação aos homens (1.293).

No sentido de participação feminina, a COOMAFES destaca-se pelo trabalho que as mulheres vêm realizando desde a sua fundação e demonstrado a força e a capacidade de organização que empreendimentos solidários podem ter quando estabelecem e fortalecem laços e parcerias, ao mesmo tempo em que buscam se desenvolver pela partilha de conhecimentos e saberes. Sobre esse aspecto, há que se comentar as experiências compartilhadas entre as mulheres da cooperativa, desde os saberes ligados à agricultura, suas práticas produtivas, bem como as relações na comunidade, que alimentam e fortalecem seus laços e relações sociais. Isso é imprescindível, pois nesse processo de trocas, segundo Neves e Stopilha (2020, p.157):

[...] há uma reelaboração de seus saberes traduzidos em modos de vida e em práticas produtivas e sociais, as quais lhes conferem a própria sobrevivência, transmutando-os em inovação, criatividade, novos saberes e conhecimentos que lhes concebem visibilidade e fortalecimento alinhados à emancipação e autonomia própria e da comunidade em que vivem.

Os autores complementam, afirmando que:

[...] o compartilhamento de saberes pode constituir-se em instrumento de perpetuação dos saberes tradicionais e da própria experiência social. Igualmente, surge como alternativa para grupos invisibilizados, a exemplo de mulheres campesinas, transporem os modelos hegemônicos vigentes no sentido de valorizar seus saberes e práticas subalternizados, sufocados e desperdiçados ao longo do tempo (NEVES; SPOTILHA, 2022, p.158).

Tais grupos revelam solidariedade e reciprocidade no trato com suas semelhantes, estabelecendo trabalho coletivo, de cooperação, compartilhamento e de socialização de saberes, filosofias, que também se encontram ancoradas nos princípios da economia solidária.

A cooperativa tem demonstrado, ao longo de sua existência, apesar de ainda jovem, importante vetor econômico para as cooperadas, no sentido de oportunizar trabalho, renda e sustento para suas famílias, além de proporcionar considerável visibilidade às atividades ligadas à economia solidária, demonstrando que, a partir da organização associativa e cooperada, empreendimentos solidários podem se fortalecer, firmar parcerias e obter renda. Além disso, a COOMAFES, no Território do Baixo Sul, funciona como uma espécie de empreendimento “guarda-chuva” para outros empreendimentos solidários, por ser estruturado, formalizado, de posse de toda documentação necessária e exigida para operar comercialmente, podendo participar de editais de fomento à produção e comercialização, por exemplo. Quando contemplada, distribuiu as atividades de produção com demais grupos informais e associações no território, compartilhando inclusão socioproductiva a outros grupos e empreendimentos.

Uma das experiências mais recentes que manifesta a importância da COOMAFES tanto para as participantes do coletivo como também para os demais coletivos de economia solidária do território foi durante a Pandemia da COVID-19. Como sabido, a doença acarretou inúmeros impactos para as mais diversas atividades econômicas e produtivas, seja do modelo hegemônico centrado no capital, que não conseguiu resolver os problemas e os efeitos danosos provocados à economia dos mais diversos países, o que levou à quebra de empresas, redução de lucros, endividamentos, além do aumento das desigualdades sociais, seja para as atividades ligadas à economia solidária que, também sofreram com as profundas dificuldades, tendo o agravante, conforme aponta Cruz (2021), de não possuírem acesso a subsídios e condições crédito na mesma proporção dos grupos empresariais.

Dessa forma, de acordo com os relatos de Safira (2021), a cooperativa, visando atender as necessidades de comercialização dos produtos no período mais acirrado da crise pandêmica, propôs a mudança de foco nos produtos oferecidos e também na forma de comercialização por alguns empreendimentos, como foi o caso do esforço para produção de máscaras e o aumento da procura por frutas, legumes e hortaliças orgânicos, com venda e entrega pelo *site* da loja do espaço solidário, além da demanda por cestas agroecológicas, que passaram a ser os itens mais solicitados dos grupos do território.

Segundo Safira e a equipe do CESOL que presta assistência aos empreendimentos solidários do território, com a finalidade de garantir a subsistência das famílias e dos empreendimentos durante o período mais conturbado da crise sanitária, ampliaram-se as articulações em rede com os parceiros e demais atores públicos e privados e se lançou mão do uso de tecnologias que pudessem facilitar a comunicação como estratégia para suprir as limitações impostas pela crise. Parcerias firmadas, principalmente com o Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA), Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), CÁRITAS e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais/Bahia (SASOP), possibilitaram a comercialização de cestas agroecológicas alimentares e a inserção de produtos em novos mercados como, por exemplo, a plataforma de comercialização do Raízes do Brasil, iniciativa gerenciada pelo MPA/BA.

Além disso, a participação da COOMAFES no início da crise pandêmica em dois editais de dispensa de licitação³⁸ para produção e comercialização de 120 mil máscaras, em articulação e movimento orientado para grupos que trabalhavam com o artesanato no território, funcionou como vetor de distribuição de trabalho e renda. Caso não houvesse esses editais e a COOMAFES não tivesse se articulado com outros grupos no início e durante a pandemia, muitos teriam ficado sem atividade produtiva, comercialização e renda, devido a não realização de feiras, à baixa procura e queda nos números das encomendas e demandas por seus produtos devido aos *lockdowns*, principalmente porque os pontos de comercialização como, por exemplo, a loja do Espaço Solidário do território estaria fechada, entre outros fatores.

Assim, a cooperativa funcionou como empreendimento “guarda-chuva”, ao distribuir trabalho e renda a outros grupos solidários de menor porte no território, a exemplo da Associação das Dálías³⁹, no município de Valença, e a Associação Mãos que fazem Arte⁴⁰, no município de Ituberá.

Ainda durante a pandemia, de acordo com os relatos de Safira, com a finalidade de garantir a subsistência das famílias e dos empreendimentos, foi possível não só ampliar as articulações em rede com os parceiros e demais atores públicos e privados, mas também lançar mão do uso de tecnologias e uso de ferramentas virtuais que facilitassem a comunicação como estratégia para suprir as limitações impostas pela crise, conforme segue no relato abaixo:

Como tudo né, no início da pandemia, foi assustador... estava muito assustador essa questão da pandemia. No início houve uma parada na questão da realização da feira e a gente teve que se reinventar mesmo! A gente teve que criar outras formas de comercialização, porque a produção não podia perder, então a gente começou a fazer

³⁸ Dispensa de Licitação/Emitente: Universidade Federal do Sul da Bahia, nota de empenho nº 2020NE800197

³⁹ Associação formada por mulheres moradoras da zona rural de Valença-Ba, também são vinculadas à COOMAFES e que produzem gêneros da agricultura família. Trabalham com hortas e quintais produtivos, fabricação de temperos e produtos da cozinha produtiva, além de atividades de costura como produção de tapetes, cortinas e artesanato.

⁴⁰ Associação formada por mulheres na cidade de Ituberá-Ba, um dos municípios do Território Baixo Sul, que desenvolvem atividades de costura e artesanato, como também produtos da cozinha produtiva. Nessa associação, as mulheres não são cooperadas da COOMAFES, no entanto, a cooperativa, conforme foi descrito no texto do estudo, funciona muitas vezes como empreendimento guarda-chuva para outros tipos de coletivos solidários no território, além de ser referência e inspiração para esses outros coletivos.

uma divulgação, criamos as páginas nas redes sociais, criamos um site, e aí a gente foi fazer comercialização virtual, foi fazendo comercialização virtual, porque aí veio também, nesse meio tempo aí, veio a questão da gente fazer a gestão do espaço solidário, que é a loja territorial que nós temos né, que é da política pública da Superintendência de Economia Solidária do Estado, então a cooperativa ela fez (e ainda faz) a gestão dessa loja, que é um ponto central por onde as pessoas faziam as compras, fazem suas compras virtuais, elas retiram na loja, ou elas são feitas entregas também em delivery, também a gente faz dessa forma, e também a gente começou a ter outros clientes nas ilhas, porque a gente mora na região de Beirada, e várias pessoas das ilhas também são clientes da cooperativa, compram através do site, os produtos são enviados por barco, enfim, e a gente foi criando formas para não parar questão da comercialização (SAFIRA, 2022).

Conforme discorre Andrade (2019), a COOMAFES articula-se com outros empreendimentos solidários para o fortalecimento da rede cooperativa no território para a formalização de novas parcerias, formações e aquisição de material. O fortalecimento das parcerias remete às considerações de Euclides Mance (2000, p.39) sobre a articulação de empreendimentos em redes de colaboração, para quem a ideia principal “baseia-se no trabalho em conjunto, mediante a interligação entre movimentos de consumo e produção”.

Sobre esse aspecto, uma das cooperadas da COOMAFES, Jade, explicou, em entrevista, que formações sobre economia solidária e redes sociais, estudos de viabilidade econômica, finanças solidárias, saúde e bem-estar emocional foram algumas das muitas outras atividades desenvolvidas “pelas e para” as cooperadas durante o período da pandemia, para que estivessem mais fortalecidas e munidas de informações que as ajudassem na manutenção das atividades e na continuidade da geração de trabalho e de renda.

Outro aspecto que tem demonstrado a relevância da cooperativa no território é a importância simbólica da COOMAFES. Ela tornou-se referência para muitas outras mulheres em termos de trabalho e organização de um grupo que “deu certo”. A partir da experiência da COOMAFES, surgiram outras organizações de mulheres em associações e grupos informais gestadas unicamente por mulheres no Baixo Sul. Como exemplo podemos citar a Associação Mãos que Fazem Arte, no município de Ituberá, e a Associação de Mulheres Nova Esperança, no município de Taperoá, entre outras associações e grupos que se formaram nos municípios de Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves.

Evidentemente, a COOMAFES tem importância para as próprias cooperadas, para além da questão econômica, pois se configura como espaço de fortalecimento do vínculo entre as agricultoras; de confiança para pedirem dicas, orientações e compartilhar os dilemas vividos; de fortalecimento de amizade e geração de outras; de encorajamento para superar barreiras

personais; de incentivo para retomar os estudos e a elevação da autoestima e da consciência sobre a importância do seu trabalho na agricultura familiar (ANDRADE, 2019).

Durante a pandemia, o fortalecimento de laços e vínculos sociais tornou-se fator preponderante de ajuda mútua entre as mulheres. O distanciamento social⁴¹ por conta da COVID-19 foi uma das medidas de maior impacto tanto para as economias quanto para as relações sociais entre os indivíduos, sejam eles jovens, adultos/as, crianças ou idosos/as. Foi possível perceber, mesmo após a vida ter retomado as atividades presenciais, os efeitos que a medida deixou na sociedade em geral. Como exemplo, podemos citar relatos de casos de depressão, quadros de ansiedade, tristeza, falta de esperança no futuro, pânico, como também o aumento de casos de intolerância e agressões, em especial com jovens, nas escolas, após o retorno das aulas presenciais.

Também não foi diferente, tampouco fácil, para os atores sociais ligados ao trabalho associativo e cooperado que participam de atividades produtivas da economia solidária. Foi necessário, durante os piores momentos da crise, que os laços solidários se aprofundassem, se reforçassem entre as mulheres para que elas pudessem enfrentar as dificuldades trazidas pela pandemia e pela doença.

Ainda sobre o fortalecimento e apoio mútuo durante a pandemia, as mulheres da COOMAFES entrevistadas relataram que os grupos também buscavam se apoiar no período de distanciamento social por meio das redes sociais, em especial o *Whatsapp*. Elas se comunicavam por mensagens e também agendavam chamadas de vídeo coletivas pelo aplicativo e pelo *Google Meet* para conversarem, a fim de se alinharem quanto a sugestões de trabalho e também se apoiarem, principalmente quando alguém adoecia, inclusive afetada pela doença da COVID, entre outros assuntos. Esses momentos estabeleciam, segundo elas, uma rede de apoio muito significativa para se manterem fortalecidas, o que as uniu. É o que narrou Pérola:

Durante a pandemia, a gente deixou de realizar a feira, deixou de se encontrar nas reuniões, de sair para os eventos, as feiras que às vezes a gente fazia fora do território até, e isso foi muito triste, muito triste mesmo! Então a gente começou a se falar mais pelo Whatsapp e também nas reuniões que a gente fazia por chamada de vídeo. A gente aprendeu muito e também se ajudou. Era muito bom quando a gente se reunia mesmo de longe, assim... Porque a gente tinha certeza que mesmo longe a gente se ajudava do mesmo jeito. Essa forma de a gente conversar mesmo de chamada de vídeo ajudou muito a gente que tava longe assim uma da outra (PÉROLA, 2022).

⁴¹ Decreto Estadual nº 19.529/2020, de 18 de março de 2020, que regulamenta no Estado da Bahia medidas temporárias para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e demais decretos de alterações das medidas a partir deste.

Ainda sobre a pandemia, as mulheres da COOMAFES entrevistadas mencionaram o engajamento dos empreendimentos e demais parceiros locais/regionais nas ações de arrecadação e doação de alimentos e outros produtos para famílias necessitadas. A exemplo, destacamos uma ação conectada ao movimento fomentado pelo Comitê Popular Solidário⁴² – Articulação Solidária – Saúde, Emprego e Renda: um novo mundo possível. Foram doadas mais de quatro toneladas de alimentos distribuídos em cestas agroecológicas, compostas por frutas, legumes, raízes, hortaliças, biscoitos, beijos, sequilhos, tapioca, entre outros produtos, para famílias carentes da região.

De acordo com Cristal, cooperada da COOMAFES, *“foi uma ação muito bonita! Os empreendimentos se organizaram para fazer essas doações. Não havia, assim, desperdício da nossa produção e a gente ainda ajudava quem não tinha”*. Essa ação indica que, por mais que a melhoria na geração de renda e o fortalecimento da economia solidária na região seja uma busca constante, ela nunca está dissociada da realidade, tampouco indiferente ao sofrimento de outras pessoas.

Diante de todos os elementos até aqui apresentados sobre a importância da COOMAFES para o território e para as comunidades, em especial as que fazem parte da cooperativa, não podemos deixar de mencionar que a experiência dessas mulheres agricultoras solidárias, baseadas no cooperativismo, construiu também fortes laços para a militância e participação política em espaços coletivos e públicos, buscando “ter e dar voz” ao que elas acreditam, bem como reivindicar, através das políticas públicas como mulheres, trabalhadoras, tomadoras de decisões, agricultoras que são, a valorização de seus produtos, do seu trabalho, das suas identidades, servindo de inspiração para tantas outras mulheres e grupos ligados à Economia Solidária no Território.

⁴² Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2020/04/noticias/solidariedade/comite-popular-solidario-lanca-campanha-para-arrecadar-doacoes/>

CAPÍTULO IV – MULHER DA COOMAFES, QUAL O TEU LUGAR? ENTRE REFLEXÕES TEÓRICAS, RUPTURAS, LUTAS, CONQUISTAS E HISTÓRIAS DE VIDA: (re)escrevendo trajetórias a partir da experiência na COOMAFES

Neste capítulo apresentamos relações sobre mulheres, sua representação e o seu lugar na sociedade, em atividades produtivas e reprodutivas, no mundo do trabalho, bem como com os significados do trabalho para as mulheres da COOMAFES. Nas últimas décadas, a posição adotada pelas mulheres modificou-se consideravelmente em todas as partes do mundo, não sendo diferente também no Brasil. Tais posicionamentos trouxeram transformações profundas nas vivências e na compreensão dos papéis assumidos por elas.

Aqui, tratamos das mulheres em sua relação com a economia solidária, objeto de estudo deste trabalho, mais precisamente das mulheres da COOMAFES. Enfatizamos o protagonismo e a participação das mulheres na economia solidária, as problemáticas enfrentadas nas relações de gênero e desigualdades sofridas no passado (e ainda no presente); para isso, apresentamos abordagens baseadas em perspectivas feministas à luz da economia solidária, dos processos de empoderamento e ressignificação dos papéis das mulheres da COOMAFES, da inserção e participação nesse coletivo solidário.

4.1 O lugar da mulher na sociedade e sua participação no mundo do trabalho

O lugar da mulher no processo de construção da maioria das sociedades foi marcado pela relação de dominação e divisão entre os sexos:

Está na ordem das coisas, natural, a ponto de ser inevitável, em estado objetivado das coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando

como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2019, p. 22).

Por essa construção, o mundo social organiza-se, entremeando arbitrárias divisões, começando pela classificação socialmente construída e hierarquizada entre os sexos, imposta como natural e evidente, tendo desenvolvido dispositivos de reconhecimento e legitimação. Para Bourdieu (2019), nas sociedades, a ordem social funciona como poderosa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição de atividades entre os sexos, estrutura de espaços públicos ou privados reservados a homens – assembleias ou mercados – e espaços privados, íntimos, às mulheres – a casa, o lar. Aos homens, o salão, a rua; às mulheres, a casa, a cozinha, estruturando-se o tempo a partir das atividades repetitivas do dia-a-dia, enquanto para os homens, espaços e momentos de ruptura com o cotidiano (BOURDIEU, 2019; BIROLI, 2018; BAIROS, 2020; CARVAJAL, 2020).

No decorrer da história, a mulher ideal foi retratada como a mãe perfeita e do lar, responsável pelo trabalho doméstico e praticamente pela confecção de tudo o que era necessário para a família (roupas, velas, sabão, alimento, etc)⁴³, além de “ajudar” os homens no cultivo da terra. A dominação masculina sobre as mulheres exercia um papel hierarquizado e estas eram submissas às ordens primeiro dos pais, depois dos maridos. Submissão em termos financeiros, religiosos, de suas vontades, desejos e corpos (BOURDIEU, 2019).

Por volta dos anos de 1830, segundo Davis (2016), por conta da Revolução Industrial⁴⁴, o sistema fabril absorveu muitas atividades econômicas tradicionais das mulheres; com isso muitas delas foram “libertadas” de suas velhas tarefas opressivas e passaram a “gozar” de igualdade econômica, vez que, para muitas, a possibilidade de obter seu próprio dinheiro, através dos salários, tornou-se uma realidade. Contudo, a “liberdade”, por meio do trabalho fora de casa, favoreceu a acumulação de tarefas: a do trabalho fora de casa e as domésticas, do cuidado e do lar, fosse o cuidado com os filhos nos ambientes fabris, fosse o trabalho doméstico em casa após as longas jornadas de trabalho (DAVIS, 2016).

⁴³ Atividades realizadas e ao que damos o nome de trabalho reprodutivo. Todo o trabalho necessário à manutenção da vida, desconsiderado da ordem econômica do sistema capitalista (SANTOS, 2017; NOBRE, 2003; HILLEKAMP e NOBRE, 2018).

⁴⁴ A Revolução industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas. (SOUZA e GUEDES, 2016)

No entanto, a industrialização da economia deteriorou a condição social das mulheres que, até então, tinham o “prestígio do lar” e, com o capitalismo industrial, a mulher foi reduzida a uma rigorosa inferioridade feminina, tendo sido relatados, nesse contexto, casos de abusos, assédios sexuais e morais nas fábricas, comparados à servidão medieval (SOUZA e GUEDES, 2016). Todo esse cenário considerava também os aspectos relacionados à classe⁴⁵ a que pertenciam as mulheres trabalhadoras, mesmo as de origem branca, mais pobres, como também as de origem negra (DAVIS, 2016, p.44-46).

Davis conta, ainda, que nesse período (final do século XVIII e início do século XIX), por conta das condições de trabalho vividas pelas mulheres trabalhadoras, houve muitas greves e paralisações reivindicando melhores condições de trabalho, redução da carga horária e melhores condições para os jovens e crianças que também estavam inseridos no trabalho fabril. Além disso, as mulheres brancas e de classes mais abastadas começavam a lutar pelo direito à educação, por uma carreira fora de casa e libertação da natureza opressiva dos casamentos. As mulheres dessa classe chegaram a sentir certa afinidade com as mulheres e homens negros, comparando o casamento à escravidão e muitas delas foram ativamente atraídas na época para o movimento abolicionista (DAVIS, 2016).

Quando recorremos à história, nas sociedades em geral, principalmente voltando nos séculos XVIII e XIX, nas chamadas sociedades capitalistas (especialmente na Europa) pode-se perceber uma nítida divisão entre os domínios do público e privado. Durante essa época, os homens desempenhavam o papel de provedores da família no domínio do público e as mulheres pertenciam ao domínio do privado, com as atividades do cuidado no lar. (SOUZA; GUEDES, 2016).

Esse tipo de trabalho silenciou e tornou invisíveis as relações assimétricas de poder entre os sexos, bem como a opressão e a subalternidade e, com isso, mesmo com o passar dos séculos, tanto histórica como culturalmente nas sociedades capitalistas, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda, o trabalho doméstico⁴⁶ sempre recaiu sobre as

⁴⁵ Conceito utilizado por Harvey (2018), entre outros autores que se refere a divisão e desigualdade econômica entre os povos nas sociedades pós-capitalistas industriais, cuja estratificação social que é o fenômeno social que gera a divisão de classes é uma consequência do capitalismo e da intensa divisão social do trabalho produzida por esse sistema.

⁴⁶ Sobre esse aspecto, uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas (2007) traz dados sobre o “*Trabalho das Mulheres no Brasil*”, a partir de 1970, com estatísticas sobre o crescimento do trabalho feminino, a relação entre família e o trabalho feminino, trabalho doméstico, escolaridade e trabalho, lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho e qualidade do trabalho feminino, em que estando ou não no mercado, todas as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”. É possível constatar que elas consomem, mais do que eles, horas de dedicação ao trabalho em geral

mulheres, o que permanece vivo até hoje, como natural para o cuidado o sexo feminino (SOUSA; GUEDES, 2016).

Isso quer dizer, de acordo com Delphy (2013), que a distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é colocada, no cerne das formas de exploração, como uma das principais características muito peculiares do sistema patriarcal no mundo capitalista. Ou seja, o trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos/as filhos/as e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. E são apenas elas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento ou a convivência marital. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo.

Para Delphy (2013, p. 123), “os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora da casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas que não o marido”. Para a autora, isso inclui a produção de alimentos, as roupas lavadas, o cuidado com as crianças e as formas de apoio moral e trabalho sexual e reprodutivo que têm sido parte do casamento ou da convivência a dois.

Com isso, segundo Hirata e Kergoat (2007), essa atribuição social limitou a vida de inúmeras mulheres nos domínios privados e, posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca por independência feminina, notam-se desvantagens potenciais em relação aos homens na atuação econômica e social. No entanto, a partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como atividade laboral⁴⁷, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos⁴⁸ para se pensar em termos de divisão sexual do trabalho

- 65,4 horas elas, 57,7 eles, por semana, em 2007. A estreita relação entre atividades produtivas e reprodutivas também pode ser observada por meio do tempo semanal gasto em afazeres domésticos, por um e outro sexo, segundo sua condição de ocupação e dessa forma são mantidas grandes diferenças entre os sexos. Disponível em: < <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series> >

⁴⁷ O trabalho doméstico e de cuidados exercidos de forma remunerada, no caso brasileiro evidencia a intersecção de três características de nossa sociedade: a) as heranças escravocratas de um passado muito recente no qual cabia à população negra o lugar da servidão, e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; b) nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal; e c) a expressiva desigualdade de renda que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores. (PINHEIRO, et.al. 2019).

No entanto, a primeira norma contemplando o trabalho doméstico surgiu em 1830 e se limitava a tratar do contrato escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiros ou estrangeiros, dentro ou fora do Império. Em 1916, o Código Civil disciplinou contratos trabalhistas ligados à locação de serviços dos empregados, inclusive domésticos. Disponível em: < <http://https://dayanerose.jusbrasil.com.br/artigos/206890453/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150-15#:~:text=A%20primeira%20norma%20contemplando%20o,dentro%20ou%20fora%20do%20Imp%C3%A9rio> >

⁴⁸ Alguns caminhos relacionados ao trabalho doméstico como atividade profissional passou a serem considerados a partir da constituição 1988, alguns direitos como salário mínimo (no período da aprovação da Lei 10.208/2001, era de R\$180,00), irredutibilidade de salário, férias anuais, aviso prévio, etc, Fundo de Garantia, seguro-

adotando como referência o trabalho, já as relações sociais acerca do sexo transversalizaram todos os campos do social.

Sobre esse aspecto, Biroli (2018, p.21) explica que, historicamente, o trabalho da mulher vem sendo definido dessa forma: “trabalho de mulher”, “competência de mulher” e “lugar de mulher”, cujas classificações e hierarquias determinaram seu papel como aquele voltado a uma posição semelhante, vez que a elas são atribuídas tarefas das quais os homens são liberados. Isso ocorre porque as mulheres se distinguem de outros atores, pois elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades, segundo recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem (BIROLI, 2018).

Contudo, a mesma autora (BIROLI, 2018) entende que, de acordo com as tendências verificadas em outros países latino-americanos nas últimas décadas do século XX, o perfil do acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado alterou-se significativamente e, entre os anos de 1970 e o início do século atual, o número de mulheres economicamente ativas subiu de 18,5% para cerca de 55%, alcançando percentual de 59% em 2005, modificando, assim, os ritmos e feições da vida cotidiana, bem como suas posições nos níveis de escolarização. Hoje têm média maior na educação formal do que os homens e maioria das matriculadas no ensino superior, além de obterem maior profissionalização, apesar de que estes dados ainda não são capazes de alterar as diferenças de rendimento médio das mulheres em relação aos homens, permanecendo em torno de 25%, não garantindo acesso e salários igualitários às diferentes ocupações (BIROLI, 2018). E complementa: “Em todos os casos, é na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições relativas se estabelecem de fato” (BIROLI, 2018, p. 22).

Isso quer dizer que, na interseccionalidade⁴⁹ entre gênero, classe e raça, em especial quando se trata de renda e acesso a postos de trabalho, escolarização e profissionalização, as

desemprego a partir da Lei 10.208/2001 e direitos como cessação dos descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, higiene, vestuário e moradia, e garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto e, por meio da Lei 11.324/2006, direitos esses como de qualquer outro trabalhador. Disponível em: < [http// https://dayanero.jusbrasil.com.br/artigos/206890453/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150](http://https://dayanero.jusbrasil.com.br/artigos/206890453/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150).

Contudo, ainda que direitos passassem a ser conquistados perpetuou-se as características relacionadas a divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2018).

⁴⁹ Podemos conceituar a interseccionalidade como o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Através dele podemos compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Carla Akotirene (2019), Mestre e Doutora em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos e pesquisadora sobre racismo e sexismo, diz que a interseccionalidade como perspectiva, instrumento heurístico ou metodologia traz à tona experiências de opressão não narradas pelos primórdios do feminismo e aponta para diferenças ligadas à colonialidade, violências e ao poder.

mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens, inclusive, em relação aos homens negros. Já as mulheres negras, juntamente com seus/suas filhos/as, são as que fazem parte da faixa mais pobre e vulnerável da população. Isso, conforme explica Lugones (2020), toma ainda mais forma quando, em termos estruturais gênero, classe e raça, adquirem significado a partir do momento em que o poder se estrutura em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle de áreas da existência humana como sexo, trabalho, autoridade coletivo e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

Apesar de tudo isso, como também dos desafios presentes empreendidos pelas mulheres para conquistarem seu lugar na sociedade, para que superem as desigualdades das relações de gênero e as invisibilidades a que foram e são expostas cotidianamente, bem como as restrições e desvantagens que, muitas vezes, modulam suas trajetórias, devido às inúmeras hierarquias de posição de classe e raça que lhes foram e lhes são impostas, as mulheres, ao longo do tempo, demonstram enorme capacidade de articulação e organização na luta por direitos e isso também se deu no mundo do trabalho.

Trabalho pode ser definido como conjunto de atividades produtivas a que são atribuídos importância e valor, especialmente quando definido em termos econômicos, principalmente dentro do sistema capitalista em que vivemos. Ele está presente na vida das sociedades desde os tempos mais primitivos e é imprescindível nas rotinas de muitas pessoas (SOUZA, LOPES e HILAL, 2016). No entanto, não se restringe apenas à importância e valoração econômica. O trabalho possui características de ações transformadoras, dando sentido e ajudando na construção de identidades individuais e sociais pois, através dele, o indivíduo é capaz de descobrir suas potencialidades, limitações, habilidades, criatividade e imaginação, considerando as relações e afetos que é capaz de desenvolver nos espaços e ambientes onde desenvolve as suas atividades produtivas, além de poder tomar consciência de sua capacidade transformadora, seja de recursos, seja do próprio ser (ARAÚJO e SACHUK, 2007). Nesse sentido, os aspectos e fundamentos que gravitam em torno do trabalho, se dão justamente porque:

Não somos como abelhas ou formigas que nascem com instinto para cooperar. Em vez disso, somos socializados para nos voltarmos para a sociedade. As peculiaridades biológicas, orgânicas, da espécie *homo sapiens* não explicam, por si mesmas, o comportamento humano típico e as suas formas de convívio. Sem um aprendizado constante da necessidade da integração humana, seríamos tão diferentes que não haveria possibilidade de cooperação ou ordem social (CRUZ, 2006, p. 2).

Ou seja, para a autora, um arranjo social que pudesse humanizar, educar e fazer com que o homem se reconhecesse enquanto ator de dada comunidade só foi possível pela constituição, produção e sustentação social pela esfera do trabalho, vez que, através dele foi possível concretizar e estabilizar os processos materiais e simbólicos de integração e sustentação do grupo (CRUZ, 2006).

A partir desse entendimento (da necessidade de reconhecimento, participação, constituição, produção e sustentação social), o trabalho representa importante significado para cada indivíduo. Nesse contexto, Morin (1996) explica que o significado do trabalho é a tradução da representação social que as atividades executadas têm para o/a trabalhador/a, seja no âmbito individual, quando a identificação do seu trabalho lhe traz os resultados do que ele próprio produziu, seja no âmbito voltado para o grupo, quando está voltado ao sentimento de pertencimento a uma classe ou unidade para a execução de atividades e concretização de objetivos, ou ainda no âmbito social, quando o sentimento da execução do trabalho contribui para o todo e para a sociedade.

Do mesmo modo, podemos trazer a concepção de trabalho em Marx (1844), cujo pensamento Morin (1996) corrobora, vez que, para Marx, o trabalho humano difere da atividade produtiva dos demais seres vivos, pois o indivíduo, ao desenvolver o trabalho, desenvolve consciência, vontade e comportamentos próprios de seu gênero, não realizando, portanto, uma mera atividade animal ou instintiva para satisfazer suas necessidades imediatas, conforme descrito na citação abaixo:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2004, p. 85)

Ou seja, a produção da vida por meio do trabalho não se restringe à mera reprodução da existência física dos homens e da mulher. Ela é, antes, um determinado modo de vida dos sujeitos, o ato de exteriorização de sua vida, ou seja, a vida dos homens em cada época histórica coincide com a sua produção; os homens e as mulheres são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho (OLIVEIRA, 2010).

É nesse contexto, da compreensão dos significados do trabalho para os sujeitos, entendendo-os como seres sociais, quer no desenvolvimento de uma atividade coletiva ou individual, que tais indivíduos são capazes de revelar suas subjetividades, suas particularidades e sociabilidades, por meio do conteúdo de suas atividades, que nos debruçaremos sobre os significados do trabalho para as mulheres da COOMAFES.

4.2 Os Sentidos e Significados do Trabalho para as Mulheres da COOMAFES

O lugar da mulher na sociedade e no mundo do trabalho ao longo da história foi permeado por inúmeras discriminações, que se revelam na divisão sexual do trabalho, em menores salários, dentre outros aspectos que visam a determinar sua posição na sociedade e quais tipos de atividades podem desenvolver. Conforme reivindicações acerca dos direitos das mulheres por igualdade, entre outras pautas, foram avançando, os movimentos feministas e as lutas por acesso a tais direitos foram tomando força e, apesar das evidentes vitórias, muito ainda há que se conquistar para que as mulheres possam alcançar os direitos e a visibilidade que lhes são dignos como pessoas humanas.

Contudo, após a inserção da mulher no mercado de trabalho e da tomada de consciência das suas capacidades transformadoras, o significado do trabalho para elas tomou uma dimensão que atravessa os campos do econômico, do produtivo, do reprodutivo e do social. Woodward (2008) aponta que, no campo econômico, não se trata apenas do trabalho remunerado, mas, sobretudo, da relação que o trabalho tem para a mulher como bem-estar social seu e de sua família, não se restringindo apenas a fonte de renda, mas a uma forma de dar segurança a sua família, meio de alcançar aspirações pessoais e também independência financeira do homem. No campo produtivo, representa também fonte de satisfação, realização pessoal, bem-estar pessoal, psicológico e um ato de civismo⁵⁰.

Importante destacar que, se por um lado, o trabalho pode ser representado como fundador de criações, aspirações, satisfações, realizações, bem-estar e estabelecedor de novas formas de relações sociais, por outro, a sociedade capitalista o reduz a fonte de trabalho assalariado, na maioria das vezes explorador, em especial, para a grande massa de

⁵⁰ Entende-se aqui por civismo práticas assumidas como deveres fundamentais para a vida coletiva, visando preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos e não como algo de interesse público, fundamentado pela política de um país, fidelidade, paz ou honra em relação à pátria ou patriotismo.

trabalhadores/as, conforme aponta Cruz (2006). Desse modo, o que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham, resultando em um processo de alienação do trabalho, do produto do trabalho e do próprio ato de produção. Nas palavras de Antunes (2000, p.9), “[...] significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho”. Sob essa perspectiva, o trabalho, no sistema capitalista, torna-se uma ação desumanizadora, fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro.

A relação social estabelecida entre capital e trabalho sempre foi permeada por contradições na trajetória da modernidade. Esse processo se iniciou de forma mais intensa com o advento da Revolução Industrial, iniciado na Europa, mais precisamente na Inglaterra, onde as atividades econômicas eram predominantemente agrícolas e artesanais, voltadas para a subsistência, relações servis de trabalho, relações de mestre, oficial e aprendiz e que foram substituídas pelas máquinas e pelo trabalho assalariado, que passou a vender a sua força de trabalho, em que as motivações eram regidas pela acumulação de bens e lucro (POLANIY, 2012). Para o autor, a revolução industrial e seu progresso em escala grandiosa produziu significativa desarticulação social, com comprometimento na busca da lucratividade pelos detentores dos meios de produção e pela degradação da mão de obra em mercadoria, transformando a economia em um sistema de mercado autorregulável.

Mais recentemente, a partir do século XX, em todo o mundo, bem como no Brasil, em especial por volta das décadas de 1980 e 1990, continuou a se acentuar a precarização das condições de trabalho, baseado na expropriação e exploração do trabalhador, perdas de direitos trabalhistas, por meio da desregulamentação das leis, na repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais, por meio do capitalismo e estabelecimento de ideias neoliberais, responsáveis por instituir um processo ainda mais excludente, gerador e reproduzidor da pobreza e com aumento da massa de desempregados (KOROSUE e GUIMARÃES, 2012; ANTUNES, 2000).

Essa precarização tornou-se ainda mais evidente no Brasil após a “reforma trabalhista”, aprovada à época do Governo Temer (2016 a 2018), por meio da Lei n. 13.467/2017, e que sofreu profundas alterações em seu ordenamento jurídico desde a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT em 1943, mudando substancialmente o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro (CARVALHO, 2017). Entre as muitas mudanças que representam a precarização do trabalho e do emprego nos dias de hoje (2023), podemos citar: os empregos em tempo parcial, subcontratações, perda de direitos (redução de salários e postos de trabalho),

troca das horas extras por banco de horas, alterações na rescisão do contrato de trabalho, diminuição das forças sindicais, entre outras perdas. Todo esse cenário impregnado de mazelas ao/à trabalhador/a foi provocado pelas metamorfoses nas relações geradas no mundo do trabalho, tais como:

[...] desenvolvimento tecnológico instaurado pela Terceira Revolução Industrial, como a microeletrônica e a robótica; a globalização da economia e a descentralização de capital financeiro que redefiniram a divisão internacional do trabalho; a generalização da corrente neoliberal nos países ocidentais como fio condutor das práticas públicas e privadas da gestão social. Um dos principais efeitos dessa gestão privatista do social nas sociedades organizadas em torno da economia de mercado foi o dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social e, conseqüentemente, a perda de benefícios já consagrados em acordos internacionais. Tudo isso serviu para aguçar o desemprego, conferindo a este uma túnica estrutural, quase irreversível e muito perversa. (CRUZ, 2006, p.9)

Contudo, se a crise quase irreversível da qual fala a autora afeta profundamente a condição humana e a sua capacidade de criar e de reelaborar o conteúdo das relações sociais, encontra-se nessa mesma crise a possibilidade de mudança, por meio do entendimento de que o mundo do trabalho, por excelência, ainda representa a efetivação dos sentidos da ação humana, que não se restringe apenas à dimensão e explicação racional-utilitária, mas representa também a afirmação e a confirmação do vínculo social entre os sujeitos. (CRUZ, 2006)

É nesse contexto que emergem novas formas de organizar o trabalho ou outros modos de trabalhar, organizados de forma coletiva, proporcionando aos/às trabalhadores/as o desenvolvimento de potencialidades e habilidades, permitindo-lhes sentirem-se inteiros/as e fazendo parte de um todo, um coletivo maior e não apenas uma célula de produção (DEJOURS, 1992). É diante desse panorama que surge a temática da Economia Solidária como busca de soluções capazes de minimizar os efeitos adversos que o capitalismo gerou e tem gerado para as pessoas excluídas do sistema, proporcionando a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida e que será tema de discussão nas próximas seções deste estudo.

Os elementos que envolvem relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, bem como toda a sua forma de organização baseada nas transformações e metamorfoses sofridas e impostas pelo sistema capitalista e todas as mazelas trazidas por ele, principalmente à massa de trabalhadores/as, assim como as novas formas de se perceber e organizar atividades produtivas, entre elas as coletivas, associativas, cooperadas e solidárias, podemos chegar a um entendimento de como os indivíduos passaram a compreender e dar novos sentidos ao trabalho a partir de uma ótica não tão utilitarista, mas que considera também vínculos e papéis sociais.

4.2.1 Os diferentes sentidos e significados do trabalho nas trajetórias de vida das mulheres da COOMAFES

Antes de passarmos às reflexões desta seção é importante destacar aqui, ainda que esteja explicado na metodologia do estudo, que o método de coleta de informações utilizado na pesquisa foi a história de vida, pela qual, por relatos das mulheres, identificamos diferentes trajetórias na vida delas, que permitiram identificar as transformações.

Neste ponto, nos debruçamos nos sentidos e significados do trabalho para a mulher. Mais especificamente, sobre as formas de organização voltadas às atividades associativas e cooperadas, ligadas à economia solidária, objeto de nosso estudo, ancorado nas atividades das mulheres da COOMAFES, sujeitas da nossa pesquisa, e como elas compreendem os sentidos e significados da noção “do” e “do seu” trabalho.

Essa noção de um novo sentido e de um novo significado para o trabalho pode ser identificado na fala de Pérola, cooperada da COOMAFES desde a sua fundação, em 2013, em que ela relata a relação com o trabalho ao longo da vida, desde a infância, e como tece sentidos sobre o trabalho que realiza hoje. Pérola é uma mulher negra de 57 anos, nascida na comunidade Maria de Bié (nome de sua mãe), em Una-Mirim, município de Valença-Bahia, em 17 de fevereiro de 1965. Sempre viveu na zona rural. É filha de uma família de 23 filhos, sempre teve uma vida muito complicada, difícil em vários aspectos, segundo ela, especificamente na relação do pai com a mãe e entre ela e seus/suas irmãos/ãs, permeada por violências, dependência do álcool, muitas dificuldades financeiras, pobreza, falta de acesso à escola, transporte, entre outras. O pai abandonou a mãe quando a irmã caçula tinha apenas dois anos de idade e ela começou a trabalhar aos seis anos para ajudar a mãe. De acordo com Pérola, ela e todos/as os/as irmãos/ãs sempre trabalharam na roça, carregando cachos de dendê na cabeça.

De acordo com a história narrada por Pérola, ao se referir ao trabalho e como ele passou a fazer parte da sua vida desde a infância, podemos identificar elementos como:

a) Atividades produtivas que Pérola fala que estavam ligadas à agricultura de base e em uma unidade familiar na qual todos/as trabalhavam para o sustento da família, característica já citada em outras seções desta tese, em especial no território onde as mulheres, sujeitas da pesquisa, vivem;

b) Havia inúmeras dificuldades e a família enfrentava situação de pobreza, sendo o financeiro elemento que pesava para manter o sustento de todos/as, o que liga toda a estrutura

do trabalho desenvolvida por todos/as os/as integrantes da família a uma fonte de renda, revelando o econômico como elemento preponderante; e

c) O trabalho era algo que passava a fazer parte das rotinas e atividades de todos/as da família, inclusive as crianças ainda bem pequenas, ocorrendo de forma compulsória para que se pudesse manter a sobrevivência de todos/as. Isso revela também relações de poder sustentadas pelo patriarcalismo, muitas vezes permeadas por violências tanto a ela como aos/às irmãos/ãs e à mãe.

Nesse contexto, as relações com o trabalho no início da vida de Pérola foram atravessadas por elementos de opressão e fizeram parte da vida de muitas mulheres desde a construção das sociedades, assim como pela estrutura do sistema capitalista, segundo já apontavam Antunes (2009) e Cruz (2006), em relação à falta de realização e alienação do ser social pelo trabalho quando este é estabelecido apenas pela fonte opressora do capital.

Para além disso, há que se evidenciar as demarcações de gênero, em especial no meio rural, como expõem Silva e Portela (2006), onde a figura masculina determina as atribuições das mulheres e a “ajuda” que os homens devem receber de todos os membros da família nas tarefas da terra, alocando o poder, a autoridade e invisibilizando as atividades realizadas pelas mulheres, em especial, as atividades reprodutivas de demais membros da família.

Aos 18 anos, Pérola casou-se e, para além da vida complicada na relação com o esposo, continuou a trabalhar na roça. Carregava os/as filhos/as para a lida na enxada. Em suas palavras: *“trabalhava de manhã, chegava de tardinha, mas levava os meus filhos. Colocava os menino debaixo de uma moitazinha e trabalhava na roça”*. Separou-se do marido aos 21 anos por não suportar mais as múltiplas violências⁵¹ que sofria, mas essa parte da vida de Pérola é assunto para outra seção deste estudo. Ao separar-se do esposo, ela ficou com uma parte da terra e ele com a outra. Na sua parte, ela ficou com seus três filhos, trabalhando; no entanto, a vida continuou ainda com muitas dificuldades, principalmente no campo econômico. Havia entraves financeiros para realizar o trabalho e vender os produtos, pois a comercialização sempre foi muito difícil, principalmente para uma mulher sozinha. Desse modo, notam-se inúmeros desafios sobreviver e sustentar a família.

⁵¹ Importante destacar que, como o estudo envolve mulheres e suas histórias e trajetórias de vida, muitas vezes perpassaremos a temática da violência contra a mulher, apesar de não ser a temática da pesquisa. Essas violências são enraizadas, principalmente nas relações patriarcalistas, nas relações de gênero, na divisão sexual do trabalho, que são aspectos e elementos presentes nas discussões do estudo. Importante destacar também que nem sempre, quando nos referimos à violência contra a mulher aqui, ela estará ligada à violência física. A saber, a violência contra a mulher se classifica em vários tipos: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, segundo o Instituto Maria da Penha (IMP, 2023).

[...] eu comecei a trabalhar para mim no meu sítio, aí eu plantava as hortaliças, plantava aipim, só que quando a gente ia para cidade para vender ninguém dava valor. Era uma humilhação total. Eu chegava lá eles ficava botando defeito, a gente tinha que vender por aquele preço que eles queria porque não tinha outro lugar para gente vender, aí era muito humilhação, às vezes a gente vendia, às vezes não recebia o dinheiro e aí eu comecei desistir. Eu quis desistir de tudo... (Pérola)

E continua: “...até quando veio o PAA e aí eu comecei a me incentivar, comecei a criar coragem mesmo para plantar, já dormia pensando em acordar para trabalhar”. É nesse momento da vida de Pérola que os sentidos e os significados do trabalho começam a mudar para ela. Ela passa a se reunir com outras mulheres e a fazer parte de uma cooperativa, a COOMAFES. Hoje em dia, quando Pérola fala seu trabalho, ela se refere dessa forma:

A partir do programa do PAA, aí pronto! Eu plantava, eu tinha alegria, porque eu trazia e não voltava mais com os produtos, porque tinha onde vender, onde entregar... E foi daí quando a cooperativa, a gente foi incentivada pra a gente fazer parte da cooperativa. E a gente também acreditou e auxiliou a cooperativa. Daí para cá, pronto! Teve a feirinha, a feira do espaço solidário. Um espaço muito legal! Aí a gente faz a feirinha dia de sexta-feira, a gente traz nossos produtos, vende tudo, é uma maravilha! Agora, haja força para trabalhar! Porque lugar de vender a gente tem. Agora me sinto muito, muito alegre, porque eu sei que agora eu vou chegar com produto e vou voltar com o dinheiro ou então já sabendo que na data certa tem aquele dinheiro para levar para casa.

Pela fala de Pérola, observamos como o sentido e o significado de seu trabalho sofreu profundas transformações, seja no campo econômico, em relação à aquisição de uma fonte de renda, a forma de lidar com a comercialização dos produtos que cultivava, de sentir mudança na estabilidade financeira e, principalmente, no campo social, no produtivo e reprodutivo como fonte de subsistência para a vida, como também pela forma de se reconhecer como agricultora, em como lidar com a terra e com os frutos e fontes de renda, pelas relações e laços criados com as companheiras, como ela mesma se refere a outras cooperadas, sejam eles afetivos ou sociais, pelos papéis de que se deu conta que atualmente desempenha, por uma nova identidade de mulher criada a partir de sua inserção no coletivo de mulheres da COOMAFES.

Do mesmo modo, Cristal, também cooperada, em uma das Rodas de Conversas realizadas durante a pesquisa de campo, relatou sobre a importância do seu trabalho:

... Então, aqui é o meu trabalho! Trabalho em outras atividades da roça também, mas o forte mesmo é esse aqui [referindo-se ao plantio de hortaliças e outras atividades da agricultura familiar na sua propriedade]. Então, as hortaliças eu vendo na feira da economia solidária, levo para o abastecimento da loja no Espaço Solidário, tudo

produto orgânico, já que nossos clientes fazem questão de comprar nossos produtos por serem orgânicos. Tanto eu e as minhas outras companheiras, as meninas ali do espaço da cozinha de produção. Esse é o nosso serviço e a gente fica muito gratificante, porque hoje a gente planta nossas coisa e tem onde comercializar: no espaço solidário, na feira, nos clientes particulares que entram em contato e pedem, entregas nos mercado... E é assim, hoje a gente se sente mais realizada porque trabalhando em família, trabalhando em grupo, na coletividade, junto com as companheiras da cooperativa, é muito bom, muito bom mesmo. A gente sente que... a gente trabalha desde a infância e a gente nunca teve uma oportunidade dessa e hoje a gente tem, então eu me sinto realizada mesmo e eu só tenho que agradecer a Deus por essa oportunidade! (CRISTAL)

A importância que o trabalho passa a ter na vida de cada sujeito e o valor atribuído a ele está de acordo com as experiências vividas, vez que os significados e sentidos do trabalho são (re) elaborados. Conforme as experiências no trabalho e sentimentos positivos relacionados a ele vão ocorrendo, passam a ter valor também em outros campos e esferas de constituição da vida do indivíduo/trabalhador (MOW, 1987; VILELA, 2003).

Ágata, 46 anos, nascida em 03 de novembro de 1976 no município de Valença, conta que vivia na zona urbana da cidade. Ao se casar, no município de Santo Antônio de Jesus, diante das adversidades da vida e pelo custo de vida muito alto naquela cidade, retornaram para viver em Valença, na zona rural. Na roça, viveu exclusivamente do que plantava e frisa que não tinha oportunidade de ser reconhecida pelo trabalho. *“Eu fazia as coisas, entregava para o marido, o marido ia para rua vendia e trazia como ele queria, como ele entendia, eu não tinha autonomia”*. Ágata conta, ainda, que nesse tempo a vida dela era sempre com crianças pequenas, *“os meninos com o caderninho lá no fundo da roça. Eu limpando na enxada e a menina estudando ali”*... e, com isso, o fruto do trabalho, no final da semana, ela mandava para a feira e o marido vendia. *“Só que eu não tinha o pertencimento de saber quanto que eu fazia com aquilo”*..., lembra ela.

Ágata revela também que sofria por parte do marido uma relação de subserviência e que, durante muito tempo, ficou *“debaixo dos pés dele”*, pois o marido detinha o controle de tudo que era produzido, inclusive por ela, bem como do dinheiro, além de sofrer outros tipos de abusos e violências ligadas, principalmente, às relações de gênero incrustadas no seu espaço e ambiente familiar.

Somente um bom tempo depois Ágata conheceu “Safira”, atual (2023) presidente da cooperativa de mulheres. Por esse encontro, teve acesso a alguns programas públicos do governo e, através disso, passou a ter o que ela chamou de *“o empoderamento que precisava”*, *porque as coisas que a gente produzia eu não sabia o valor, até porque quem gerenciava era meu marido*”. E completa dizendo que:

A partir daí a gente foi tendo pertencimento e começando a ser empoderada e a produzir nossas coisas que a gente já produzia e saber o valor, e aí a gente já tinha a feira, a gente já vendia algumas coisas... Antes da cooperativa eu vendia no grosso, assim, vendia pra atravessadores e depois, com a feira, a gente começou a vender e a gente começou a dar valor ao fruto do nosso trabalho.

Hoje eu trabalho com horta, exclusivamente com horta e com os produtos da agricultura familiar: com banana, com aipim, com a própria horta, o milho, feijão, amendoim, esses produtos são cultivados de forma... com os princípios orgânicos e agroecológicos, né? Hoje o meu trabalho representa a minha independência financeira e o meu empoderamento como mulher. (ÁGATA)

Nos relatos de Ágata, ficam explícitos os novos sentidos e significados do seu trabalho, em especial ao afirmar que “*o seu trabalho representa sua independência financeira e seu empoderamento como mulher*”, vez que durante boa parte da sua vida foi subserviente ao esposo, sendo o seu trabalho e a sua relação com ele algo que, de certa forma, a degradava. Após a sua ligação com o coletivo de mulheres, quando passou a fazer parte da cooperativa, a relação com o trabalho que realizava na roça mudou, tornando-a uma pessoa, como ela mesma professou por diversas vezes durante sua narrativa, “*empoderada*”.

Para Ágata, foram ressignificados os sentidos do trabalho a partir de uma configuração na perspectiva do cooperativismo em bases de economia solidária o que, para Veronese (2008), repercute na subjetividade dos/as trabalhadores/as que nela atuam, transformando suas posições de identidade, suas relações intersubjetivas, seus sistemas de crenças, suas emoções e suas vivências, sendo o trabalho, conforme aponta Luckács (1981), citando as concepções acerca do trabalho para Marx (1844), uma dimensão que não se pode eliminar da vida humana visto que, por meio dele, o homem tem a capacidade de (re)criar, livre e conscientemente a sua realidade, permitindo-se um salto da mera existência orgânica à sociabilidade: “*É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se constantemente, num processo de autocriação de si*” (LUCKÁCS, 1981, p. 12).

Trazemos também os significados e sentidos do trabalho para Esmeralda, 42 anos, cooperada da COOMAFES, filha de produtores rurais da região de Valença, mais precisamente na região do Cariri, próximo ao Baixão da Várzea, distrito de Serra Grande. Esmeralda conta que suas referências de trabalho partem da zona rural e que, tanto ela quanto a família de oito irmãos/ãs, sempre tiveram muitas dificuldades para terem acesso à escola, apesar do imenso esforço de seus pais para manter os/as filhos/as estudando. Eram dificuldades em relação ao transporte, recursos financeiros, aquisição de materiais para estudar, etc. Contudo, ela e os/as irmãos/ãs estudaram, a maioria concluiu o segundo grau (atual Ensino Médio) e, após, alguns/as deles/as buscaram o nível superior, como foi seu caso. Desde a infância e a adolescência, eles/as

sempre tiveram contato com o trabalho pois, como filhos/as de agricultores familiares, ajudavam na roça e no trabalho doméstico (no caso do doméstico, especialmente as filhas mulheres). Assim, foram entrando no mundo do trabalho, depois no mercado (referindo-se à venda de mercadorias), a partir dos produtos da agricultura familiar e o trabalho de casa. Na localidade onde moravam, tiveram formação religiosa na Igreja Católica e, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base⁵², desde muito cedo tiveram contato com o trabalho em comunidade, de cunho associativista, e em vários projetos sociais assistencialistas.

Eu lembro do meu primeiro trabalho: foi dentro do programa de erradicação do trabalho infantil, no qual comecei me apaixonar pela área da assistência. Esse trabalho, voltado para grupos, isso também, sendo fruto do trabalho em associações, no trabalho associativista que fui aprendendo desde criança e isso tudo quando eu ainda morava na zona rural (ESMERALDA)

Hoje em dia (2023), Esmeralda é funcionária pública, mora na zona urbana do município. Cooperada na COOMAFES, ela destaca que, apesar de não viver mais na roça, nunca perdeu a sua referência e identidade com o meio rural. Segundo ela, ainda possui seu pedaço de terra e produz gêneros da agricultura familiar e isso a aproxima das mulheres da cooperativa, que em sua maioria são agricultoras.

Em sua trajetória com o trabalho, ela relata que desenvolveu atividades no Centro de Referência da Mulher, equipamento da política da mulher que atua no enfrentamento à violência doméstica em seu município e “*em sintonia desse equipamento com outros equipamentos da rede de assistência social, com o programa de aquisição de alimentos, os CRAS, e ... nós conseguimos avançar e conhecer outras realidades das mulheres*”. Assim, já fazendo parte da COOMAFES, ela passou a realizar um trabalho de fortalecimento com todas as cooperadas para que sentissem seu trabalho valorizado e para que as mulheres pudessem ser motivadas e descobrissem sua própria autoestima. Nas palavras de Esmeralda:

... aí nós conseguimos, através de parceiros, trazer essas mulheres para mais próximo do trabalho coletivo e daí passar a fortalecer a comercialização porque elas produziam muito e muitas delas que comercializavam os seus produtos eram seus

⁵² São a base de um modelo de organização eclesial que tem como referência pastoral uma rede articulada de comunidades, circunscritas a um espaço territorial e que para além das atividades celebrações ligadas a fé, também se preocupa com os aspectos da realidade social que desrespeitam a dignidade humana, em especial a dos mais pobres. Por isso a dimensão social das CEBs costuma se expressar no apoio de seus membros a diversas formas de ação coletiva, como os movimentos reivindicatórios, e no incentivo à participação em organizações populares. Disponível em: < <https://portaldascebs.org.br/o-que-sao-cebs/> >.

esposos e a gente precisava fortalecer, porque a mulher precisava ter esse empoderamento de produzir, eu vou vender, e eu vou comprar aquilo que eu necessito e a gente...eu me sinto assim muito feliz de ter contribuído, né, porque foi um movimento revolucionário de mulheres que almejavam, que almejam essa emancipação de produção, de empoderamento de vendas, de dizer eu produzo, mas eu não sei só produzir, eu sei comercializar, eu estudo, eu preciso melhorar minha qualidade de vida...

Então, eu me sinto assim, muito realizada enquanto cooperada da COOMAFES, de ter também contribuído com essa formação dessas mulheres, e a gente vê que, hoje, a gente consegue agregar novas mulheres nesse processo de cooperativas e dizer que esse processo, nos aproxima dos outros. E dizer que a educação tem uma função específica, que é aproximar as pessoas. Eu acredito muito nisso, e essa é uma força que eu tenho para o trabalho, o meu trabalho, dentro da cooperativa.

Podemos perceber nos relatos de Esmeralda que, durante toda a sua trajetória de vida, o trabalho sempre esteve presente, desde o período da infância. Essa é uma característica que se repete ao longo das narrativas das mulheres pesquisadas e observamos que é um traço recorrente dos sujeitos rurais (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2015; OSORIO-CABRERA, 2013).

A forma de relacionamento com o trabalho, para Esmeralda, diferencia-se um pouco, em contraponto a outras narrativas já apresentadas porque, apesar desde muito cedo ela e os/as irmãos/ãs trabalharem, esse trabalho estava muito mais ligado a uma espécie de ajuda, pois tinham responsabilidade maior com os estudos. Para os pais de Esmeralda, a necessidade de oferecer escolarização aos/às filhos/as, mesmo tendo que lidar com inúmeras dificuldades, sempre foi priorizada. Desde muito cedo também, percebe-se uma preocupação com a convivência em grupo, da vivência em comunidade e da utilização de espaços e do trabalho coletivo. Isso fica muito claro em sua narrativa quando ela diz que *“nós tivemos uma formação muito boa, religiosa da Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base, que o nossos pais também incentivavam muito, e davam muito exemplo da convivência de comunidade, do trabalho associativista...”*

Portanto, para Esmeralda, o sentido do trabalho não teve significado opressor, mas de fonte de realização pessoal e de compromisso coletivo, podendo ser retomadas aqui as referências de Woodward (2008) em relação à representação do trabalho como fonte de realização pessoal e ato de civismo.

Nessa perspectiva, Oliveira (2010) diz, por meio de uma análise a partir de Marx (1844), que o ser humano possui potencial para realizar-se, ser livre e universal, efetivando-se no curso histórico e dando novos rumos a sua existência através de um processo de autoconstrução em suas dimensões subjetivas e intersubjetivas, possibilitada pela atividade essencial do trabalho, por meio do qual o homem objetiva seu espírito no mundo, materializando em objetos suas

inquietações, ideias e sentimentos, bem como toda a sua riqueza social, podendo modificar a realidade natural que o circunda, criando uma nova realidade, da qual dos demais indivíduos podem usufruir, constituindo assim um feixe de relações sociais.

Essa reflexão pode ser identificada em vários trechos da fala da cooperada, em especial quando ela afirma: *eu me sinto assim muito feliz de ter contribuído... porque foi um movimento revolucionário de mulheres que almejavam e almejam emancipação de produção, de empoderamento... de dizer eu produzo, mas eu não sei só produzir... eu sei comercializar, eu estudo, eu preciso melhorar minha qualidade de vida*. Expressada aqui, nessas palavras de Esmeralda, a sua realização em contribuir para o crescimento e melhoria da qualidade de vida de outras cooperadas, bem como: *“então, eu me sinto assim, muito realizada enquanto cooperada da COOMAFES, de ter também contribuído com essa formação dessas mulheres... esse processo, nos aproxima dos outros... essa é uma força que eu tenho para o trabalho, o meu trabalho, dentro da cooperativa”*. “É nessa relação com a natureza e os demais homens, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente, molda a sua essência” (MARX, 2004, p.80).

Por meio dos trechos das entrevistas apresentadas acerca dos sentidos e significados do trabalho para as mulheres da COOMAFES, temos um panorama de como o trabalho se (re)configura e se (re)organiza ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos, em especial para essas mulheres, e podemos inferir que o trabalho pode abarcar diversos significados a depender do contexto vivenciado pelo/a trabalhador/a em diferentes momentos da vida, podendo assumir uma configuração degradante em determinado momento ou realizador em outro, como ficou explícito nos relatos das mulheres que fazem parte da cooperativa.

É importante, sobretudo, destacar que novas configurações de sentidos e significados do trabalho para as integrantes da cooperativa emergiram, principalmente, da organização delas em um coletivo solidário, onde práticas e experiências produtivas assumiram novos contextos de “ser, fazer e lidar” com o trabalho, além das transversalidades que permeiam outras formas de se relacionar social, econômica, produtiva e reprodutivamente.

4.3 Mulher e Economia Solidária: protagonismo e participação⁵³

As experiências e práticas ligadas à Economia Solidária são fundamentadas por diversos/as autores/as, que as explicam como atividades econômicas organizadas coletivamente por meio de práticas de solidariedade e cooperação, amparadas em diferentes formas de autogestão que, arranjadas em redes de aprendizagem e produção, valorizam a vida humana (SINGER, 2002; GAIGER, 2004; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Tais experiências atuam como forma de valorização do trabalho (inclusive dos que são invisibilizados), bem como estão associadas ao suporte identitário, à inclusão social e à valorização da vida humana autônoma e digna constituindo, assim, redes de aprendizagem e fortalecimento dos grupos e empreendimentos solidários.

Além disso, o conceito de economia solidária representa o enfrentamento à precarização do trabalho causada por um padrão de reprodução capitalista neoliberal que, em países da América Latina e, especialmente no Brasil, assume a forma Neoextrativista⁵⁴ (ESCOBAR, 2015; GUPTA; POUW, 2017; BRAND; BOOS; BRAD, 2017; NIEDERLE et al., 2019). Essa prática agrava as desigualdades e a pobreza, contribuindo para crises e colapsos tanto ecológicos quanto sociais, em especial em grupos e comunidades de populações mais vulneráveis.

No Brasil, são múltiplas as experiências de economia solidária. São incontáveis⁵⁵ empreendimentos e grupos com atividades diferenciadas e, na composição de cada um deles, há diversidade de atores sociais e de experiências. Dessa forma e por essa razão, inúmeros

⁵³ Os trechos introdutórios desta seção, em especial os dados da participação das mulheres em EES, de acordo com pesquisas realizadas por autores/as citados/as, foi parte de um artigo intitulado: *Mulheres na Economia Solidária: motivações, desafios e participação na Rede Mata Atlântica...* publicado no livro *Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, Editora Conhecimento Livre, ano de 2020, porém são dados e informações coletadas como parte do processo de construção desta pesquisa de doutorado.

⁵⁴ Termo utilizado pelos autores para explicar um modelo de desenvolvimento baseado, principalmente, na exploração de recursos naturais, a exemplo da mineração, *commodities*, dentre outros e que geralmente são destinados ao comércio externo, favorecendo a manutenção, funcionamento e reprodução do sistema capitalista, que por sua vez, está ligado ao baixo crescimento econômico de longo prazo e associado a impactos sociais e ambientais diversificados (ESCOBAR, 2015; GUPTA; POUW, 2017; BRAND; BOOS; BRAD, 2017; NIEDERLE et al., 2019).

⁵⁵ De acordo com o último levantamento oficial realizado pelo SIES – Sistema de Informações de Economia Solidária, ligado à SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, extinta ainda no governo Temer, denominado de II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, que ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013. Identificou-se 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. No entanto, devido à extinção da SENAES, é importante salientar que não existem estudos mais recentes sobre números da Economia Solidária no Brasil, vez que o SIES deixou de ser alimentado/atualizado.

aspectos, elementos, histórias, comportamentos, relações produtivas e sociais, não podem ser tomados como experiências únicas e universalizantes, condição que se aplica perfeitamente à participação feminina no contexto solidário, pois as mulheres cada vez mais têm conquistado espaço em atividades cooperadas e associativas ligadas à Economia Solidária. De acordo com uma pesquisa realizada por Borges, Nunes e Borges C. (2020), as projeções em números de mulheres atuando em empreendimentos solidários têm crescido consideravelmente, levando-as a um patamar de participação cada vez maior nos espaços públicos e coletivos e, assim, tornando-as protagonistas das suas histórias, promovendo a (re) significação de seus papéis e obtendo o reconhecimento do seu trabalho.

A presença das mulheres na Economia Solidária, inclusive à frente dos EES (como nos referiremos, doravante, aos Empreendimentos Solidários), tem trazido reflexões acerca do papel da mulher na geração de vínculos econômicos e sociais, como também no reconhecimento e na construção da sua própria cidadania e daqueles/as que as circundam. Traz reflexões sobre como as mulheres podem atuar como agentes de desenvolvimento, buscando valorização social e produtiva, além de reelaborem a autoestima feminina, processos de autonomia e capacidade de influência e um novo *status* de participação política e social (TOURAINÉ, 2007).

Com efeito, a participação das mulheres nos EES e atividades ligadas à Economia Solidária nos últimos anos tem sido expressiva e, de acordo com Lima e Soares (2011), esse aumento ocorre, principalmente, em função da divisão sexual do trabalho, que as impulsiona ao enfrentamento da redução da invisibilidade e da marginalização produtiva. Dessa forma, observa-se que a proposta da Economia Solidária é de rompimento da divisão social do trabalho, apesar dos inúmeros desafios a serem ainda superados, bem como criar espaços de socialização mais amplos, calcados em uma perspectiva democrática e no estabelecimento de novas formas de distribuição da riqueza como bases para uma economia e uma sociedade mais justas e solidárias. Para isso, busca-se a construção de relações horizontais nas esferas de produção e distribuição, pelo exercício de novas práticas e convivências de igualdade e autonomia para as mulheres. Tais valores têm como foco possibilidades para construção de relações de gênero mais igualitárias no mundo do trabalho (LIMA; SOARES, 2011).

Bonumá (2015) também aponta o aumento gradativo da participação das mulheres na economia solidária, em especial em espaços de comercialização e representação. Elas compõem parte dos membros associados desses empreendimentos, demonstrando a sua relativa participação nesses espaços. No entanto, ainda é pouco visível a participação da mulher nos cargos de diretoria dos empreendimentos, de acordo sua pesquisa, que utilizou dados apontados pelo SIES – Sistema de Informações de Economia Solidária entre os anos de 2007 a 2015.

Segundo a mesma autora, por meio desses dados, percebe-se que as mulheres predominam nos EES, principalmente quando se trata de grupos menores e nos informais; já os homens predominam mais nas cooperativas e empresas solidárias maiores e formalizadas (BONUMÁ, 2015). Apesar desses números, que apresentam um panorama mais geral sobre a participação das mulheres na economia solidária em nível de Brasil, havemos sempre de contar com exceções, como é o caso da COOMAFES, a que se dedica o nosso estudo.

Outro ponto que suscita discussão é que, apesar da crescente participação da mulher em atividades ligadas à economia solidária e, além do que já foi citado, no que diz respeito à sua tímida participação nos cargos de diretorias de EES e em empreendimentos menores, há ainda o cuidado com os/as filhos/as no horário de trabalho, a falta de contribuição dos esposos ou companheiros, sendo obrigadas a levarem as crianças para o EES ou contar com as redes informais de parentesco e vizinhança (BONUMÁ, 2015). Contudo, parte significativa dessas mulheres é responsável por importante fatia da renda para sustentar a família, quando não ocorre de serem a principal e única renda familiar, como já citado na seção de caracterização das mulheres da cooperativa desta pesquisa, em que se apontou que parte expressiva das cooperadas é responsável pelo sustento de suas famílias.

Assim, ao se empreender discussões acerca da mulher a partir do lugar da divisão sexual do trabalho e das questões que permeiam as relações de gênero, também no contexto da Economia Solidária, pode-se perceber que, ainda que sejam considerados tímidos os ganhos financeiros, bem como a sua participação em cargos vistos como de importância e visibilidade junto aos EES (BONUMA, 2015; LIMA; SOARES, 2011; VERONESE, 2015; TOURAINE, 2007), a participação feminina nos espaços solidários tem proporcionado outras conquistas como os sentimentos de inclusão social, de engajamento, de emancipação, pertencimento, dentre outros, capazes de ressignificar suas vidas e trazer-lhes autonomia e novas perspectivas por meio da cooperação e da solidariedade.

Sobre a participação feminina na economia solidária no Território Baixo Sul da Bahia Borges, Nunes e Borges C. (2020), ao realizarem a análise descritiva de dados em um estudo sobre a participação de atores sociais em EES que compõem parte dos empreendimentos da então Rede Mata Atlântica, à época da pesquisa, a primeira constatação a chamar atenção foi a expressiva participação das mulheres, representando 72,5% da amostra, enquanto a proporção de homens foi da ordem de 27,5%. Apesar das circunstâncias que forçam mulheres a ingressar no setor produtivo sob condições precárias e de forma não espontânea, a participação e o engajamento das mulheres nos EES são destacados, como mostra Culti (2004) ao enfatizar a expressividade e liderança das mulheres nesse campo, assim como a sua representatividade

em setores considerados masculinos, contribuindo assim para desconstruir a ideia assimilada socialmente da superioridade dos homens nas atividades laborais.

É importante destacar que, no território em estudo, não foram encontrados em nenhuma base oficial dados atualizados sobre a participação das mulheres nos empreendimentos solidários, muito menos o percentual de ocupação delas em cargos de direção. Sobre esse aspecto, as últimas pesquisas e levantamentos de dados estruturais dos empreendimentos solidários no Brasil foi realizado entre os anos de 2010 e início de 2013, conforme aponta Relatório do IPEA sobre Análise das Dimensões Sócio Estruturais dos Empreendimentos Solidários no Brasil, publicado no ano de 2017 (SILVA, 2017).

O fato é que, por estar defasado, o banco de dados pode não retratar a atual realidade dos empreendimentos solidários no país, bem como no território estudado, vez que a base de dados deixou de ser alimentada desde 2013. Para piorar, no Governo Temer, seguido também do Governo Bolsonaro, os investimentos na Pasta da Economia Solidária foram diminuídos, praticamente interrompidos, e a situação se agravou ainda mais com a extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Os dados, portanto, deixaram de ser atualizados.

As mulheres da COOMAFES têm protagonizando em seu território importantes papéis, desde que alcançaram o que chamam de empoderamento de si mesmas, como também das demais companheiras da cooperativa, pois muitas delas passaram a *“tomar as rédeas da própria vida em todos os sentidos, como mulher, trabalhadora, como aquela que produz, vende seus próprios produtos, organiza as finanças”*, conforme relato de Ágata e também o de Esmeralda, quando dizem que a COOMAFES surgiu fruto do trabalho realizado com as mulheres, em especial quando mencionam:

...avancamos no conhecimento dessas e de outras mulheres de outras regiões do município de Valença e quando a gente começou a se aproximar dessas mulheres e a gente sentiu o potencial delas, muito produtoras, muito trabalhadeiras, muito esforçadas, mas a gente via que elas precisavam, de políticas públicas que fortalecesse o seu trabalho, que as valorizassem, que motivasse elas para autoestima...(ESMERALDA)

Esses relatos demonstram que, a partir da participação das mulheres nesse coletivo ligado à economia solidária, elas passaram a integrar a cooperativa e tornaram-se protagonistas de suas próprias histórias e, ao mesmo tempo, referências para outras mulheres em outros coletivos solidários no território, em especial quando se destacaram no quesito comercialização, como Amazonita cita em seu depoimento em uma das rodas de conversa realizadas durante o processo de coleta de informações em campo:

Depois que eu passei a fazer parte da cooperativa minha vida mudou muita coisa, porque a gente antigamente vivia lá na roça, não tinha tanto conhecimento, não tinha esse desenvolvimento, do jeito que a gente tem hoje... através da cooperativa, então para mim houve muitas mudanças. Por exemplo, antes a gente vivia lá na roça, também não tinha muita comunicação com as pessoas, comunicação direta mesmo (se referindo ao contato direto com o cliente) e, através da cooperativa, a gente passou a ter... e isso melhorou muito a vida da gente, nos transformou. (AMAZONITA) (Extraído na realização da técnica grupo focal durante o trabalho de campo, 2021/2022

Comercialização sempre é um fator muito forte e citado entre pelos/as participantes de EES, conforme tem sido apontado em diversas pesquisas⁵⁶ (BORGES, 2019; NISHIMURA, 2005; MOTA, 2009; NATIVIDADE, 2011), pois se trata de elemento fundamental para a sobrevivência, tanto dos empreendimentos solidários quanto de suas famílias. Com as mulheres que fazem parte de coletivos solidários do território Baixo Sul não é diferente, sendo a COOMAFES uma referência de coletivo de sucesso no assunto, em especial pela forma como estão organizadas e como é realizado todo o trabalho com as cooperadas. Sobre comercialização, identificação das mulheres da cooperativa e ser referência seja para outros coletivos ou para clientes, inclusive de outras cidades e regiões, Jaspe expressa e valida em sua fala ao dizer que:

A gente tem mais conhecimento, onde a gente chega já nos identificam – “olha onde estão as Dálias” (se referindo as mulheres da Associação das Dálias que faz parte da COOMAFES), e aí a gente já tem várias pessoas que nos fazem pedidos, gente de longe, de outras cidades, por exemplo, de Cachoeira-Ba. As meninas já levaram várias coisas: já levaram azeite, já levaram temperos, já levou tapetes, como esse aqui (mostra o tapete feito de fuxico) e várias outras coisas que a gente faz também... E aqui nem se fala mais, porque a gente vende na feira, a gente vai para outras feiras também vender, como nas cidades de Teolândia-Ba, em Camamu-Ba, sempre a gente vai... (JASPE) (Extraído na realização da técnica grupo focal/Roda de Conversa durante o trabalho de campo, 2021/2022

Nos relatos, depoimentos e falas das pesquisadas, aos poucos, é possível constatar tanto a participação quanto o protagonismo dessas mulheres, seja no espaço do território, seja em seu ambiente familiar, seja na comunidade da qual fazem parte, na roda de amigos, em espaços públicos e privados, em espaços de tomada de decisões, de acesso às políticas que possam contribuir para o crescimento do seu empreendimento e, conseqüentemente, de seu trabalho, entre outras conquistas, após fazerem parte desse coletivo solidário.

⁵⁶ Pesquisas realizadas sobre fomento de políticas públicas, em especial sobre apoio a cadeia produtiva, comercialização e geração de trabalho emprego e renda por parte de pesquisadores/as em estudos de mestrado e doutorado em diversas universidades e incubadoras de economia solidária em estados e municípios do Brasil.

Podemos captar nas falas o sentimento de transformação pela via do trabalho e da economia solidária, de reconhecer-se por meio do seu trabalho, do orgulho de ser a mulher que se tornou, de terem seus nomes consagrados através da cooperativa, pois assim elas enxergam este coletivo, como aquele que foi o vetor de transformação de suas vidas, conforme Madrepérola relatou em uma das rodas de conversa durante a pesquisa de campo:

Oi, meu nome é Madrepérola, moradora da comunidade de São Fidelis. Faço parte da Cooperativa de Mulheres, a COOMAFES, onde nós estamos na economia solidária e na agricultura familiar. Eu faço parte dessa cooperativa há alguns anos e isso mudou muito a minha vida! Em que sentido? Me fez resgatar as minhas raízes, de quando criança e quando fui criada na roça, com meus pais...

Hoje, eu vejo, assim: aprendendo a fazer com as mulheres da cooperativa, que me fez assim... dá mais vontade de ser empreendedora, de ter meu próprio negócio, eu mesma conquistar, fazer, criar, então a gente planta, a gente colhe, a gente faz os nossos produtos de consumo, para venda, para consumo próprio também, e isso é muito bom né? A gente tem pimenta, a gente faz os bolos, nós temos criado galinha da terra, isso é importante, porque é das raízes na roça, só coisas da roça, das quais a gente precisa... A agricultura familiar ela busca essas coisas, entendeu? Que já estava meio perdido. E hoje a COOMAFES tem resgatado isso na gente, sabe? Também nas pessoas, através da gente, e isso, é tão fortalecedor! Isso me incentiva a querer ser mais, a fazer muito mais daquilo que eu já sei... E fazer tudo que eu tenho aprendido...

Na COOMAFES nós nos sentimos “supermulheres” mesmo! Realmente, só falta a capa. Mas, a capa tá aqui ó (mostra orgulhosa a blusa da COOMAFES), que é o nosso uniforme, do qual realmente fazemos parte e isso é muito importante, muito gratificante fazer parte dessa família COOMAFES. (Extraído na realização da técnica grupo focal/Roda de Conversa durante o trabalho de campo, 2021/2022).

O relato de Madrepérola, além de emocionar, reafirma que as mulheres têm despontado com efetiva participação e protagonizado iniciativas e experiências solidárias e construído caminhos que as têm tornado sujeitos políticos, participativos e empoderados, ressignificando seus papéis na superação da exclusão e a invisibilidade social, com o orgulho de reestabelecer sua identidade como mulher rural.

4.4 Economia Solidária, Gênero e Desigualdades: perspectivas feministas

Em nossa sociedade há, em todo o seu processo de construção e organização social, a diferenciação do que é ser homem e do que é ser mulher, cujos papéis estão alicerçados no patriarcado, o que estabelece e acentua as desigualdades e forja o funcionamento das relações de gênero. Os valores culturais que desembocam no processo que estabelece as desigualdades

nas relações de gênero são transmitidos o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, que é a própria família.

É nela que, desde que se nasce, é estabelecido o que é do masculino e o que é do feminino, através dos tipos de brinquedos para meninos e dos que são de meninas, quando “a cor rosa é de mulher e azul é de homem”, de como a menina tem de se comportar nos espaços e ambientes, quando é dito para o menino que “homem não chora”, entre outras regras, ideologias e valores estruturais, que determinam o preconceito e aos poucos vão definindo as desigualdades de gênero. De acordo com Bourdieu (2019), tudo isso serve para naturalizar as relações sociais e legitimar as diferenças entre o masculino e o feminino, amparadas em justificativas de caráter biológico, cujas bases não encontram respaldo na atual conjuntura de desenvolvimento social e econômico.

Bourdieu (2019) completa ainda que, para romper com o que sempre foi estabelecido pela estrutura societal, é necessário repensar a questão do gênero instituída pelo mundo masculino como forma de dominação, pressupondo a existência de esfera separadas e desvinculadas uma da outra e que foram naturalizadas, mas que essa estrutura não reflete mais a realidade de homens e mulheres em seu cotidiano. Dessa forma, a mulher tem que buscar se colocar no centro de sua própria vida e autoconstruir a sua imagem, sem reproduzir o retrato que fizeram a seu respeito, pensando seu gênero enquanto produtor de sua própria identidade (TOURAINÉ, 2007).

Apesar das desigualdades de gênero serem enraizadas no que foi diferenciado entre o que é do masculino e o que é do feminino ao longo do processo de construção das sociedades como forma de dominação, especialmente no mundo do trabalho, conforme afirma Biroli (2018), tais desigualdades, especificamente, são produzidas pela divisão sexual do trabalho, servindo como base de opressão para as mulheres, sendo o gênero produzido na forma de exploração de seu trabalho e das vulnerabilidades relativas que incidem sobre elas.

A mesma autora destaca ainda que essas desigualdades não se organizaram (ou ainda se organizam) em um mesmo padrão, tendo, portanto, que se considerar as relações de classe e de raça. Para além desses elementos, é importante trazer para a discussão sobre gênero o trabalho reprodutivo naturalizado na sociedade capitalista como “serviço de mulher”, partindo do pressuposto de que o cuidado, o doméstico e todas as atividades necessárias à manutenção da vida não possuem valor econômico e devem ser realizadas exclusivamente pelo feminino, o que faz com que a mulher vá sendo progressivamente invisibilizada, assim como desconsiderado todo seu trabalho de reprodução e de cuidado com a vida humana (BIROLI, 2018).

Na COOMAFES, é possível identificarmos, nos relatos de vida das mulheres, inúmeras passagens impregnadas de relações de poder e dominação contra elas:

Quando eu trabalhava com algum roçado meu, ele (se referindo ao esposo) me tratava como se eu fosse um estranho... pior... reclamava comigo, sempre... ele tinha um jeito brusco, assim, por exemplo, eu plantei um aipim e o aipim não saiu de qualidade, mas aquela outra roça que ele plantava já saía melhor, ele dizia: pode levar o meu, mas você me paga como se você tivesse vendendo na feira (se referindo que ela tinha que pagar para ele, que ele não daria o que ele havia plantado de graça). Como faz isso com a parceira? ... Até eu me reunir com as mulheres da cooperativa, sempre fiquei debaixo dos pés do meu marido, de todos os modos... (ÁGATA)

Esse trecho do relato de Ágata sobre trabalho e relação com o marido demonstra referências que fizemos acerca das relações de poder e de opressão sobre a mulher, construídas e enraizadas no comportamento do homem, no tratamento dado à companheira, na forma de separar o que é seu e o que é “de mulher”, nas relações do poder de decisão e também no sentido de posse da mulher e do próprio resultado do trabalho da parceira. Podemos inferir que esse tipo de tratamento e condução das relações configura, inclusive, uma relação de violência, perpetrada pela condição do gênero. Outro trecho que evidencia essa condição é quando Ágata relata: “*nesse meio tempo eu ainda levei um par de chifre*” (se referindo a traição do esposo), o que denota o que o homem pode fazer porque é homem nos relacionamentos afetivos e que foi visto como natural durante séculos pela sociedade.

Da mesma forma, quando se tratava do trabalho reprodutivo, doméstico, Ágata conta como se organizava:

Mulher tem jornada dupla, tripla, na verdade. Nós não tínhamos energia. A energia é uma novidade de onze anos para cá, as crianças iam pegar água, a gente sempre revezava né, eu e meus filhos... Eu tenho uma filha que não trabalhava na enxada, mas ela ajudava com porco, com a galinha, a outra já fazia faxina na casa, e eu na fonte lavando roupa na mão, ia para fonte, colocava a cangalha no jegue, levava para fonte, lava aquela roupa, depois trazia aquela roupa pra casa para poder estender, isso geralmente sábado e domingo, porque durante a semana até quinta, era a roça, sexta-feira era feira, e sábado era que era voltado para roupa. O meu marido ajudava assim: ele botava a lenha, quando podia botava água. Essa era ajuda dele.

Ou seja, mais uma vez reafirma-se a invisibilidade do trabalho doméstico pois, conforme notamos no relato, “*durante a semana até quinta, era a roça, sexta-feira era feira...*” e os finais de semana eram destinados às atividades reprodutivas, cuja responsabilidade era inteiramente da mulher e das filhas da casa.

Entendemos, não apenas pelo relato de Ágata, mas pelo que notamos ao longo das trajetórias de vida de outras mulheres da COOMAFES cujas narrativas já foram apresentadas

até aqui, que todas elas dividiam seu tempo entre o trabalho do cuidado com os/as filhos/as, as atividades domésticas e o trabalho na roça. A maioria delas não contava com redes de apoio, fosse de vizinhança ou parentesco e, conforme notamos em muitos dos relatos, a maioria delas carregava os/as filhos/as para a lida e lá os/as acomodavam para estudar ou brincar, mesmo os/as muito pequenos/as.

Aquelas cujas filhas já estavam em condições de contribuir também já as inseriam no trabalho doméstico. Toda a organização reprodutiva é centrada na mulher desde muito cedo, a partir de suas infâncias e das infâncias de suas filhas. Partindo da condição apresentada pelos relatos, reforça-se o pensamento de Osorio-Cabrera (2013, p. 44) de que, historicamente, o trabalho reprodutivo recai sempre sobre as mulheres e a “função reprodutiva é vista como uma das funções femininas normatizadas. ”

Do mesmo modo, Coral, separada, nascida e criada na zona rural, parte do seu tempo vivido na cidade, quando arrumou trabalho de doméstica, casou-se aos 15 anos e tornou-se mãe de sete filhos (quatro mulheres e três homens. Ela compartilha trechos de sua vida que considera tempos muito difíceis, devido à falta de apoio e responsabilidade do esposo com a criação, educação e cuidado com os/as filhos/as. Segundo ela, “*foi bastante difícil*” porque, apesar de casada, o marido assumia apenas seu lugar de “*homem da casa*”, seu espaço e poder de decisão por ser “homem”, usava de violências verbais para com ela e, para completar, toda a responsabilidade de manutenção financeira dos/as filhos/as era dela, conforme consta em suas palavras:

Morei na cidade, trabalhando de doméstica, e deixava meus filhos pequenos na creche. Primeiramente com a da idade de zero a dois anos eu pagava uma pessoa, mesmo do pouco que eu ganhava e a partir de dois anos ficava na creche. Meu marido não trabalhava. Só vivia assim, de biscate, nunca trabalhou para ter um futuro melhor. Acabou que eles só tiveram mãe, porque pai, só teve para fazer, mas para assumir a responsabilidade, foi só a mãe, entendeu? ... A gente conviveu 30 anos. Hoje eu sou separada. (CORAL)

Ela lembra com tristeza dos tempos difíceis que vivenciou enquanto estava casada, das relações verbais abusivas sofridas, da falta de responsabilidade por parte do marido e, ainda assim, ela estar submissa ao esposo, fosse por estar casada, fosse pelos/as filhos/as, fosse pelos valores aprendidos ao longo da vida sobre o seu papel, seu lugar e o comportamento “correto” e “esperado” para uma mulher dentro da sociedade.

Além disso, estava mais do que estabelecido qual seu papel como mulher trabalhadora: ela deveria realizar “serviço de mulher”, ou seja, trabalho doméstico, ainda que fosse para

terceiros/as, de forma remunerada. Isso fica evidente quando ela diz que o *“trabalho que a gente aprende é o de casa, trabalho de mulher mesmo. A gente aprende e faz para os outros e vai ganhando um dinheiro para se sustentar assim”*. Não se pode deixar de analisar também esse último trecho do relato de Coral, que traz uma discussão feita por Biroli (2018, p. 41) acerca do que é “trabalho de mulher”, refletido no serviço doméstico, cujas ocupações são marcadas pela precariedade, expondo formas cruzadas de desvantagens em relação ao trabalho de outras mulheres que têm acesso a profissões de “prestígio”. Essas formas cruzadas de desvantagem se dão justamente quando há uma forma de hierarquia e diferença entre as ocupações e não na semelhança e compartilhamento de posições, pois *“é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais técnicas frequentemente irão se apoiar para poderem se dedicar à sua própria carreira”*.

Continuando os relatos das mulheres que apontam as múltiplas relações de gênero em seu cotidiano, Pérola revela os fortes traços das relações e violências de gênero sofridas por ela em relação ao seu esposo, enquanto esteve casada. Em várias fases de sua vida ficou muito perceptível o quanto Pérola viveu momentos difíceis impostos por seu companheiro: *“A gente conviveu 20 anos juntos, mas foi uma vida muito complicada também para mim. Eu sofri muito do meu primeiro marido”*. Nesse trecho, Pérola se emociona ao lembrar essa parte de sua vida, mas não consegue expor em muitos detalhes o seu sofrimento, apenas deixou transparecer que sofreu múltiplas violências.

.... Trabalhava na roça com ele, no meu terreno. Sempre eu trabalhei com ele no meu terreno. Ele e eu só. Trabalhava, mas no começo a gente vai trabalhar, quando começar a colher é nosso, mas quando começava a colher, eu só via mesmo as comprinhas da casa, mas o dinheiro era só para ele, eu não tinha direito (Pérola sente-se triste e injustiçada).

Mas com certeza foi muito sofrimento! Eu sofri muito nessa minha vida! ... Ele não ajudava a cuidar dos meninos, era eu só e Deus. Era todo o trabalho na roça e todo o trabalho de casa. Carregava água na cabeça, fazia serviço pesado, cuidava dos menino, e tinha que fazer pra ele também. E ele me tratava... (a voz embarga e ela não continua). Aí quando ia fazer 21 anos de casada eu não aguentei mais e aí eu separei dele.

Esses trechos dos relatos e lembranças de Pérola foram carregados de muita dor e, por muitas vezes, ela não conseguiu completar o que pretendia falar, fosse por não querer voltar a lembrar tão profundamente as dores que viveu, fosse porque sentia vergonha de contar o que havia passado, fosse porque era melhor para ela deixar memórias tão difíceis no passado. Ficaram claras as múltiplas violências vivenciadas por ela, de gênero, doméstica, entre outras.

Partes difíceis da vida vivenciadas por uma mulher, negra, rural, cujas violências e desigualdades sofridas sempre estiveram presentes histórica e culturalmente em nosso meio.

Contudo, nem sempre a divisão sexual do trabalho como produtora de gênero, conforme citado em outro trecho desta seção a partir de Biroli (2018), fundamenta-se em uma relação de violência ou brutalidade por parte do homem opressor, que detém o poder e a tomada de decisão no espaço familiar e do trabalho. Muitas vezes, essa configuração faz parte, inclusive, do universo feminino, conforme identificamos em parte da história de Ametista.

Ametista é uma mulher branca, nascida e criada na zona rural de Valença-Ba, em outubro de 1981. Faz parte da COOMAFES a partir da participação em uma associação de moradores em sua comunidade rural, por meio de um curso de costura ofertado para as mulheres da comunidade, quando conheceu Safira, atual (2023) presidente da cooperativa. Como ela já era costureira de profissão, ofício aprendido de família antes do casamento, passou a contribuir com o curso em sua comunidade. Sua região fica a 50 km da sede do município. Ela conta que a sua família tinha “*certas posses*”, ou seja, ela não fazia parte da fatia mais vulnerável da população das comunidades rurais do território Baixo Sul. Relata ainda que vem de uma família com muitos/as irmãos/ãs e que se casou muito cedo, aos dezesseis anos. “*O que a gente percebia quando a gente ia crescendo é que o nossos pais nos educava para arrumar um noivo e casar*”... E continua:

Aaaaaaaahhh, fui muito bem-criada! Meus pais, na medida do possível, eles queriam que eu aprendesse as coisas, eu fui criada “prendada nas coisas”, eu era costureira, eu tive oportunidade de ter uma professora particular em casa para me ensinar a costurar e quando eu me casei eu já tinha essa profissão de costureira. Estudei até a 4ª série, então, quando eu me casei eu me deparei como as outras minhas irmãs, como algumas vizinhas, estudei até ali, e estacionei. (AMETISTA)

Aos dezoito anos Ametista já tinha seu primeiro filho. Após casar-se, ela ajudava o marido na roça.

Então, eu ajudava meu esposo na roça, quando dava, porque com filho pequeno é mais difícil e ele também não me cobrava tanto e minha vida era resumida a cuidar do meu filho, da casa e ajudar ele quando dava. Eu tinha uma profissão, que era um complemento, e tinha agricultura.

Pelo relato de Ametista percebemos como a questão do gênero, da divisão de tarefas do que é “tarefa de homem” e do que é “tarefa de mulher”, está naturalizada nos valores familiares de pais, irmãos/ãs e, inclusive, em seus próprios valores. Isso lhe foi ensinado desde a infância e em todo o seu processo de construção como pessoa, nas suas relações com irmãos/ãs e também depois que se casou.

Ametista traz como valor o “ser mulher” como aquela feita para casar, criada para casar, para cuidar dos filhos e do esposo, da casa, esse é o lugar que ela tem como referência e que está naturalizado em si em relação ao seu papel como mulher: *Aaaaaaaahhh, fui muito bem-criada!!! fui criada “prendada nas coisas...” “eu ajudava meu esposo na roça, quando dava, porque com filho pequeno”... “minha vida era resumida a cuidar do meu filho, da casa...”* Em seu relato, percebemos que há casos em que nem sempre a questão do gênero é imposta por uma relação de poder, opressão e violência em relações íntimas, pessoais, específicas, sendo naturalizada também no valor da mulher, que se vê e ao seu trabalho fruto da divisão sexual imposta pelo processo de construção da própria sociedade, como mostra Biroli (2018, p. 44): “a divisão sexual do trabalho como produtora de gênero fundamenta formas de organização da vida que são apresentadas e validadas como naturais e necessárias, tanto por homens quanto pelas próprias mulheres”.

Ou seja, o uso do conceito “mulher”, conforme explica Bairros (2020, p. 208), por meio de uma análise em Grant (1991), traz implícitas as dimensões biológicas, assim como a construção social de gênero. Todavia, ainda que a reinvenção da categoria mulher ocorra constantemente, em consequência das múltiplas reivindicações que ocorrem na sociedade, ela fará uso e utilizará os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal, passiva emocional, etc, como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática, de modo geral, aceita-se a existência de uma “*natureza feminina*” e outra masculina, o que faz as diferenças entre homens e mulheres serem percebidas como fatos da natureza, sendo a opressão sexista entendida como “fenômeno universal” nos diferentes contextos históricos e culturais (BAIRROS, 2020, p.208).

Tantos os relatos de Ágata, de Coral, assim como os de Ametista, corroboram o pensamento de Bourdieu (2019), ao afirmar que:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas em esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que

não tem que se pensar e se afirmar como tal, e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 2019, p.61).

Refletindo sobre o que foi apresentado e discutido até aqui acerca dos relatos das pesquisadas e das leituras realizadas por meio dos/as autores/as referenciados/as, entendemos que a divisão sexual do trabalho faz parte do desenvolvimento histórico e estruturante das sociedades e das diversas culturas e, apesar dos avanços ocorridos ao longo dos séculos, a assimetria de poder se mantém e se sustenta em relações desiguais de gênero e estabelece hierarquia de papéis em que a inferioridade e a invisibilidade da mulher são demonstradas de várias formas.

É nesse contexto, focando as discussões mais voltadas à dimensão da divisão sexual do trabalho, que surgem as perspectivas feministas como teorias políticas e sociais que buscam a contramão da desigualdade de gênero e dos sistemas de opressão que afetam as mulheres, ao colocarem em pauta a discussão pela igualdade de salários, acesso à educação e à saúde e contra a violência de gênero e, mais recentemente, com as perspectivas de reconhecimento também do trabalho reprodutivo, de forma valorativa, inclusive economicamente, vez que esse tipo de trabalho é essencialmente necessário para a manutenção da vida humana. Nas palavras de Carvajal (2020, p. 195), “feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”.

Não pretendemos detalhar aqui as teorias feministas e toda a sua trajetória, tampouco as diversas correntes e escolas de pensamento sobre economia, a exemplo da neoclássica, marxista, funcionalista, entre outras, como também não abordaremos os conceitos e o surgimento das economias feministas, pois este não é o foco do nosso estudo. Porém, faz-se necessário pelo menos apontarmos as diferentes correntes do feminismo pois, além de trabalharmos com mulheres nesta pesquisa, temos apontado, a partir dos seus relatos de vida, diferentes momentos de suas histórias, bem como suas lutas e conquistas no que se refere a mudanças em suas trajetórias e em suas vidas que carecem dos fundamentos de autoras que se baseiam nas teorias feministas.

Além disso, temos também a própria economia solidária e suas políticas públicas que, muitas vezes, transversalizam diversas discussões que envolvem os feminismos e as correntes das economias feministas, seja para apresentar caminhos e desafios que ainda precisam ser vencidos, seja para demonstrar ganhos positivos nessa nova forma de organização de trabalho e da vida material, bem como as nuances das relações sociais que as mulheres vivenciam no

cotidiano com as demais companheiras. Ou seja, há, por parte dessas teorias, conforme destaca Carrasco (1999), um composto de interdisciplinaridade nas análises dos fenômenos sociais.

Os feminismos são descritos e classificados no meio acadêmico por meio de diversas correntes, conforme as reivindicações de cada movimento em diferentes épocas da história, baseadas em questões fundamentais sobre como é pensado o grupo social “mulheres” e a sua relação com outros grupos sociais; as formas de ação política e perspectivação da mudança e, por fim, a relação com o Estado. (BAIRROS, 2020)

Dessa forma, encontramos na literatura as correntes feministas tanto nos contextos nacionais como internacionais desde a década de 1950, denominadas por feminismo pela igualdade, radical, socialista/marxista, liberal e institucional e, mais recentemente, os ecofeminismos, os feminismos negros, pós-coloniais e do Sul, feminismos LGBT, feminismos comunitários, economias feministas e economia do cuidado, entre outros, denotando uma pluralidade de movimentos frente às lutas e reivindicações, na tentativa de transformar as realidades das mulheres, em especial para uma nova visão das relações de gênero. (BAIRROS, 2020; BARRAGÁN, et al., 2020)

É nesse contexto das discussões mais contemporâneas, mas sem menosprezar a história das lutas e dos estudos, que trazemos elucidacões acerca das economias feministas, justamente por ser esse um campo de estudos que traz uma abordagem política desenvolvida nos mais diversos espaços como os de pesquisa, política feminista, organizações não governamentais (ONGs), organizações e movimentos sociais, associações de mulheres trabalhadoras, como é o caso do nosso estudo, dentre outros. Conforme reforça Pérez-Orozco (2005, p. 53), há uma pluralidade de “economias” que rompem com as lógicas mercantis e não ocultam “as mulheres cujas vozes têm menor espaço em um contexto de hegemonia ocidental”, abarcando os debates acerca dos estudos de gênero e do trabalho reprodutivo que, como já referido, não é tratado com a mesma importância das atividades de produção, mas integra a economia, pois sem o trabalho reprodutivo o mercado de trabalho e toda a sustentação da vida não funcionaria.

A economia solidária é um modelo econômico que prioriza o bem-estar coletivo e a cooperação entre indivíduos e grupos, ao invés do lucro individual. Isso pode incluir práticas como agricultura comunitária, cooperativas de trabalho, empresas com propriedade coletiva e outras formas de produção e distribuição baseadas em princípios éticos e solidários. Já o feminismo pode ser visto como forma de combater as desigualdades de gênero reforçadas por sistemas econômicos desiguais. Assim, o feminismo e a economia solidária podem trabalhar juntos para construir sociedades mais justas e igualitárias.

Nesse sentido, quando pensamos sobre as experiências das mulheres vinculadas às atividades produtivas ligadas ao associativismo e cooperativismo solidário, Guérin (2005) afirma que a inserção das mulheres na Economia Solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero (apesar de que ainda nos espaços coletivos solidários é muito comum encontrar vários contextos de desigualdades de gênero) e que tais experiências se configuram como espaços intermediários entre público e privado, contribuindo para o rompimento de dificuldades impostas às mulheres. A partir disso, desconstrói-se a ideia de que somente o homem detém a função nas atividades geradoras de renda para a família e que a mulher é apenas responsável pela criação dos/as filhos/as e pelas obrigações de casa, sendo impossível trabalhar fora de casa (GUÉRIN, 2005).

Em uma das últimas pesquisas com resultados de dados de base oficiais que temos conhecimento, realizada em 2013/2014 pela SENAES em parceria com o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa – Ecosol da UNISINOS, dos 19,7 mil EES e dos 1,4 mil associados, 620 mil são mulheres e 803 mil são homens. Desses 54,8% atuam na área rural, 34,8% na área urbana e 10,4% simultaneamente no espaço rural e urbano. 60% estão classificados como associações, 30,5% são grupos informais, 8,9% são cooperativas e 0,6% são sociedades mercantis. A participação das mulheres como sócias e nos cargos que envolvem poder de tomada de decisão para além da participação em assembleias com direito a voto se concentram com predominância nos grupos informais, enquanto os homens predominam em maior número, inclusive, em cargos diretivos nas cooperativas e sociedades mercantis, bem como predominam em EES rurais os homens à frente dos empreendimentos. Esses números variam de região para região do país (GAIGER e ECOSOL, 2014).

Contudo, continua Gaiger e ECOSOL (2014), ainda assim, a pesquisa também demonstrou que, apesar da predominância de homens nos empreendimentos e nos cargos diretivos dos EES, a renda auferida pelas mulheres para sustentar a família é a única disponível em 15,4% das famílias, a principal em 16% e de 14,7%.

Percebe-se, portanto, que tanto os princípios da economia solidária quanto as contribuições dos feminismos podem, juntos, colaborar, inclusive, nos processos de ressignificação de papéis das mulheres que desenvolvem atividades produtivas em coletivos solidários, pois se trata de experiências que podem favorecer o despertar de maior consciência de seus direitos, das suas necessidades, das suas potencialidades, do seu poder (no sentido de empoderar-se) e de seus papéis nos espaços públicos e privados, para além da necessidade do aprofundamento nas questões que cercam as relações de gênero. Desse modo, pelas discussões empreendidas até aqui percebemos que, apesar da economia solidária abarcar fundamentos e

princípios de inclusão social, no caso das mulheres, ainda dentro dos espaços solidários ocorrem dificuldades acerca da divisão sexual do trabalho e de acesso aos postos de tomada de decisão.

4.5 MULHERES DA COOMAFES: ressignificação de papéis sociais, processos de empoderamento, mudanças de trajetórias

... E aí eu tive oportunidade de fazer o meu primeiro contato com um coletivo, porque assim, por mais que eu fosse criada numa família com bastante pessoas, mas a agricultura familiar era resumida entre nós. A gente... eu não fui criada no princípio coletivo associativista. Eu não conhecia nada disso!

Então, quando eu cheguei no coletivo, no curso de roupa íntima, (Seu primeiro contato com as bases associativistas e cooperativistas comunitária e solidárias) eu vi que ali tinha alguma coisa que eu ia me encaixar. Depois eu me vi no processo... eu vi que aquilo ali era o que eu queria, que talvez, talvez não, eu tinha certeza que ia me proporcionar novos conhecimentos... aprendi muito dentro do associativismo e de lá para cá, foi deslanchando. Tive meu segundo filho, passei a estudar, concluí meu ensino médio, tive outros conhecimentos, fiz outros cursos, me capacitei, consegui ser instrutora para outras turmas de corte e costura e aí minha vida melhorou financeiramente, porque eu comecei a trabalhar, melhorou intelectualmente, eu conheci pessoas, eu conheci lugares, eu comecei a viajar... (AMETISTA)

O espaço coletivo da COOMAFES tem sido um lugar de inúmeras transformações para as mulheres que fazem parte da cooperativa, conforme observamos até aqui nos mais diversos trechos de seus relatos e de suas histórias de vida. É nesse espaço, na troca com as demais cooperadas, que as mulheres têm ressignificado suas trajetórias, suas histórias e seus papéis como mulheres e agricultoras no território Baixo Sul da Bahia. Nesse coletivo solidário elas se ressignificam como trabalhadoras, enxergam um novo sentido para seu trabalho, participam e assumem papéis em espaços públicos, modificando relações também no ambiente privado. Tornam-se sujeitas participativas e políticas.

É importante destacarmos que, até o surgimento da COOMAFES, essas mulheres começaram a se organizar, participavam e, aos poucos, iam se inserindo em grupos e projetos comunitários, especialmente na zona rural, já que a maioria delas são agricultoras familiares. Algumas eram beneficiárias de políticas públicas, a exemplo do PAA e do PNAE, que são políticas da agricultura familiar e, a partir dessas iniciativas, fundou-se de fato a COOMAFES. Participaram de associações comunitárias em suas localidades, de cursos de profissionalização, a exemplo de corte e costura, etc, por meio dessa inserção na busca por acesso a melhores condições de vida tanto no econômico quanto para darem novos sentidos a suas vidas, como no caso do relato de Ametista no início desta seção.

A partir da inserção de Ametista em um grupo, cujos princípios e bases eram ligadas ao associativismo, ela passou a ressignificar seu papel que, antes, era de mãe, esposa e do lar, conforme podemos lembrar no trecho de seu depoimento nos relatos que discutimos sobre desigualdades e relações de gênero.

Do mesmo modo, podemos identificar no relato de Safira que, apesar de sempre ter tido experiências comunitárias ligadas ao associativismo e cooperativismo de base solidária e de participar de movimentos para acessar políticas públicas que trouxessem benefícios para si e para a sua comunidade, entendeu que participar ainda mais ativamente, inserindo-se nos espaços públicos, em espaços de poder e tomada de decisão poderia contribuir ainda mais e melhor na sua qualidade de vida, na de outras pessoas, comunidades e das mulheres da COOMAFES, cooperativa da qual ela é hoje presidente.

Safira é casada, nasceu na década de 1970 na comunidade do Baixão, na região do Cariri e se afirma como mulher rural:

Eu sou uma mulher rural. Eu sou uma mulher do campo. Nasci, me criei e vivo no campo até hoje e pretendo continuar no campo. Desenvolvo também outras atividades também... eu, sempre digo assim, eu sou do campo e eu estou em alguns espaços, mas, sou uma mulher do campo. Sou uma agricultora familiar, de origem (SAFIRA).

Ela vem de uma família numerosa, de nove irmãos/ãs. Desses, seis são mulheres e, desde muito cedo, a mãe preocupava-se com as expectativas de vida das filhas; então, apesar da condição financeira ser muito difícil à época, sua mãe ensinou todas as filhas a costurar, na esperança de que elas pudessem ter uma vida um pouco mais tranquila, já que haviam aprendido uma profissão – a de costureira.

Safira conta que começou a sua vida e, desde adolescente, aos 12 anos, estava inserida na economia solidária, ou seja, dentro dos princípios do associativismo e cooperativismo de base solidária, quando ingressou na militância e nos movimentos sociais da igreja católica, ainda na catequese quando, ela diz, “*encontrei Deus na luta, na luta pela transformação da vida do povo*”. Tornou-se catequista, animadora de comunidade na Pastoral da Juventude, participou de movimentos sociais e populares das Comunidades Eclesiais de Base. Na década de 1990, juntamente com outras pessoas, criou uma associação na comunidade para que pudessem lutar contra o êxodo rural, pois as pessoas deixavam o campo para ir para a cidade com a ilusão de uma vida melhor porque no campo não tinha luz, não tinha água, não tinha expectativa de vida. Segundo ela, conseguiram muita coisa para a comunidade rural.

Casou-se aos 21 anos, ajudava o marido nas coisas da roça e costurava em casa. Conta que, o início do casamento, também teve uma vida com dificuldades financeiras, o que a ajuda a reconhecer que ocorria e, às vezes, ainda ocorre na maior parte dos casamentos de pessoas que possuem poucos recursos, mas que os dois participavam juntos dos movimentos sociais da igreja, da associação e que ela e o esposo sonhavam juntos. Em suas palavras: “*e a gente sonhava junto né, porque eu tenho um companheiro que sonha junto comigo e isso também é bem importante*”. Mesmo com a fundação da associação comunitária Safira começou a perceber que, apesar da maior parte das associadas serem as mulheres, as atividades e o espaço de tomada de decisão eram mais voltados para o público masculino.

Então aí me veio também uma ideia na época e então resolvi partilhar o que eu sabia, assim como minha mãe partilhou com as filhas o que ela sabia, que era a questão da costura. Eu vi as mulheres na associação e eu comecei a lutar, por a gente fazer uns cursos e não tinha quem ensinasse nada e eu me coloquei à disposição, procurei os órgãos que tinham como ajudar, a gente colocou um curso de corte e costura. Aí eu passei a ensinar essas mulheres a costurar e a gente fez o curso de costura, depois fez um curso de roupa íntima. Muitas mulheres participaram e muitas mulheres aprenderam e depois, quando a gente terminou o curso, as mulheres pensaram em uma forma de continuar trabalhando, costurando, aí veio a ideia: vamos então juntar para gente construir a sede da associação, porque a gente teria um espaço coletivo para produzir. (SAFIRA)

Dessa forma, deu início a uma associação comunitária, junto com as mulheres de três comunidades rurais. Safira e as mulheres foram assumindo novos papéis, se ressignificando, experimentando maior autonomia, passando a fazer parte de espaços públicos, inclusive com poder de decisão, tornando-se sujeitas participativas e políticas ativamente.

Podemos observar até aqui, pela história que Safira conta acerca da sua trajetória de vida, que ela sempre desempenhou consciente e ativamente um papel de mulher inserida nos movimentos e nos coletivos. Sua participação sempre foi ativa e política, de maneira que ela sempre estava atenta e em busca de melhores condições de vida e trabalho para a comunidade, visando ao crescimento coletivo.

Ao mesmo tempo, quando relata, no trecho acima, que resolveu partilhar o que sabia com outras mulheres e, a partir disso, construir a sede de uma associação para que elas pudessem continuar trocando saberes, realizando cursos e aprendizados em comum, desenvolvendo atividades produtivas que pudessem gerar renda para ela e as demais mulheres das comunidades, entendemos, conforme apontam Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), como a oportunidade de acesso ao trabalho e à renda podem garantir não apenas o sustento, mas a inclusão social de mulheres, a sua participação em espaços de decisão, contribuindo para maior autonomia de cada uma delas.

Isso permite observar que existem dimensões simbólicas das práticas e das culturas de trabalho que diferem das formas de produção capitalista em função do gênero, da classe e da raça, do pertencimento a um território ou a uma rede, das maneiras de se conectar ao contexto político e social global e dos questionamentos sobre as relações de poder e sobre as capacidades de ação (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2016). Por meio de tais práticas, podemos entender como Safira e as mulheres ressignificaram seus papéis sociais a partir da nova configuração de trabalho que passaram a idealizar, partilhar sonhos e capacidades, reunidas em um coletivo e com um propósito em comum.

É imprescindível apontar também que os ganhos da união de mulheres por meio de um coletivo ultrapassam a mera busca por melhoria de condições financeiras, econômicas ou obtenção de uma renda. Podemos identificar que, a partir da organização das mulheres da COOMAFES, desde as ideias mais embrionárias, quando ainda se resumia à participação em associações comunitárias, elas passaram a participar ativamente das decisões em suas comunidades, a lutar e buscar políticas públicas que pudessem beneficiá-las em termos de equipamentos e programas que contribuíssem para o crescimento de todas, mas também de seus/suas filhos/as, de suas famílias, para a geração de trabalho, entre outros resultados. Isso lhes possibilitou entenderem seu potencial, bem como que o seu papel como mulher não precisaria se restringir apenas às atividades domésticas, do lar, de mãe e esposa ou cuidado com familiares.

Desse modo, em conjunto, começavam a despontar “novas mulheres” no território, de origem rural, capazes de participar, lutar, reivindicar, conquistar e decidir, dentro de suas casas, na relação com a família, com os/as filhos/as e, principalmente, com os seus esposos “... *hoje meu marido é aposentado e hoje, ele me apoia, mas foi uma luta, não foi fácil...*” (ÁGATA), como também nos espaços públicos, como aponta Safira em uma das suas falas: “*a gente construiu a sede da associação, a gente construiu um posto médico com o esforço da comunidade, a associação conseguiu fazer o PAA da CONAB pra gente comercializar os produtos da agricultura familiar*”. Todas essas conquistas se originaram da ressignificação dos papéis de mulheres, que foram se descobrindo cheias de força, potencialidades e capacidades.

Depois a gente conseguiu trazer outros cursos para dentro da comunidade e, nesses cursos, muitas mulheres se adaptaram mais, buscaram outras formas de viver e aí umas foram trabalhar com doces, outras com salgados aí foi os outros, os cursos que a gente trouxe para comunidade e cada um foi se seguindo né, a sua vocação. E hoje, lá nas comunidades, elas têm grupos que fazem beiju, outros que fazem biscoitos, outros que fazem festa, que organizam as festas, enfim, uma diversidade muito grande já de trabalho. (SAFIRA)

Safira continua dizendo que, depois dessas experiências com as mulheres das comunidades na associação, elas ainda conseguiram participar de um programa do governo do estado que alfabetizou digitalmente muita gente na comunidade e somente depois foi que ela recebeu um convite para fazer parte da diretoria de associativismo e cooperativismo do município de Valença, quando então conheceu outras mulheres através do PAA e daí se organizaram para fundarem a COOMAFES:

...eu passei um bom tempo na associação, na direção da associação. Depois mesmo não sendo mais presidente da associação a gente continuou: a gente construiu a sede, a gente construir um posto médico com o esforço da comunidade, a associação conseguiu fazer o PAA da CONAB, pra gente comercializar os produtos da agricultura familiar, a nossa associação foi a primeira conseguir no município de Valença um centro digital do Governo do Estado, foi a associação que trouxe a questão da tecnologia para a comunidade. A gente alfabetizou muita gente digitalmente na comunidade e daí depois eu recebi um convite do município para vim prestar um serviço para o município que era ser diretora de associativismo e cooperativismo no município. Eu aceitei o convite porque eu tinha isso como uma missão, porque eu vinha para o governo municipal fazer desenvolver as outras comunidades de Valença. A minha missão era essa! Desenvolver outras comunidades do município de Valença, como a gente tinha feito dentro da minha comunidade de origem. Então eu vim com essa missão para o município. Foi aí que eu conheci as outras mulheres (SAFIRA).

Foi então, que segundo Safira, por meio de um projeto que ela assumiu no governo municipal ela passou a ter um contato mais efetivo com mulheres de outras comunidades. Começavam aí os primeiros movimentos para que surgisse a ideia da cooperativa de mulheres, conforme ela relata, emocionada:

Daí eu fiz um projeto, que foi o projeto do Programa de Aquisição de Alimentos. A gente conseguiu trazer, efetivar o Programa de Aquisição de Alimentos dentro município de Valença a nível municipal e através desse projeto né, tinha uma exigência que tivesse 30% do público participante tinha que ser mulher, então, a gente fez um trabalho dentro do município para que essas mulheres inscrevessem.... Porque o PAA é o programa que compra o produto do agricultor e faz a doação para as famílias em vulnerabilidade social. Esse era o projeto do município. Então nesse meio né, as mulheres começaram a produzir...

Por isso que eu digo assim: o município de Valença ele tem, ele tem um marco, O marco da produção de alimento da Agricultura Familiar antes do Programa de Aquisição de Alimentos e depois do programa, porque antes as pessoas não tinham incentivo para produzir depois do programa as pessoas passaram a ter incentivo, principalmente as mulheres.

Então as mulheres elas... quando elas vinham, a gente conversava muito ali, a gente já vinha da nossa comunidade com aquele desejo de fazer algo diferente dentro município, então a gente começou a visitar as comunidades, a incentivar as mulheres a criar grupo de produção, a gente começou levar cursos para essas comunidades... Por isso que hoje dentro do município de Valença, tem muitas comunidades que tem cozinhas comunitárias, tem trabalhos de associações comunitárias, trabalhos de

hortas comunitárias, tem vários outros trabalhos que são feitos coletivamente que é fruto desse trabalho de associativismo cooperativismo que a gente fez dentro do município. E daí a gente começou a conviver com essas mulheres ali e todo mundo sonhando por uma vida melhor e a gente teve a ideia né, que a gente podia criar e formalizar uma cooperativa de mulheres (SAFIRA)

Os relatos de Safira permitem entrever os primeiros movimentos para o nascimento da cooperativa de mulheres da agricultura familiar e da economia solidária de fato e como, a partir da estruturação do que “*elas chamam de sonho*”, se concretizou e transformou trajetórias e vidas de mulheres do campo e da agricultura familiar no município de Valença-Ba.

Do mesmo modo, através da participação na cooperativa, outras mulheres tiveram seus papéis ressignificados e despontaram para uma participação política mais ativa. Foi o caso de Rubi, filha de agricultores familiares de uma comunidade quilombola chamada Kandimba, que fica na região do Orobó (uma das comunidades cujas mulheres, juntas, fundaram a associação da qual contamos a história na trajetória de vida de Safira). Ela é casada, tem dois filhos e fez questão de frisar que seu esposo sempre esteve e está ao seu lado, apoiando-a em todos os seus projetos e no seu trabalho, especialmente na COOMAFES. Rubi conta que, a partir do coletivo, hoje ela é formada em Pedagogia e está cursando uma pós-graduação no Ifbaiano de relações étnico-raciais, na qual ela busca compreender e entender melhor como funcionam as comunidades quilombolas, para que ela possa contribuir com a comunidade na qual nasceu e cresceu. Hoje ela também faz parte da equipe do Centro Público de Economia Solidária do Baixo Sul da Bahia, o CESOL, onde tem a oportunidade de colaborar com comunidades quilombolas e grupos produtivos, principalmente no que diz respeito à participação e atuação para que alcancem melhor comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária. Rubi assim define a economia solidária:

Eu percebo assim, a gente vivia no processo de economia solidária só que a gente não sabia, né? Desde criança meu pai e minha mãe, que são agricultores, e a gente viveu o processo da coletividade. Trabalhava com mutirões em casa de farinha, sempre assim, mas a gente não via e hoje acredito que muita gente não vê esse como processo de economia solidária. A partir do CESOL eu comecei a entender melhor como funciona o processo da economia solidária. Esse é um dos princípios da economia solidária, que é a coletividade. E a cooperação também né, então assim, para mim tá sendo uma vivência muito boa, muita proveitosa.

Nesse trecho da narrativa de Rubi podemos identificar fortemente os princípios e características fundamentais da economia solidária no processo de desenvolvimento de sua história de vida, quando ela diz: “*Desde criança meu pai e minha mãe, que são agricultores, e a gente viveu o processo da coletividade*”, ou seja, coletividade que em sua própria narrativa

está ligada a cooperação, conforme ela explica nos trabalhos realizados em “*mutirões em casa de farinha*”, forma de trabalho muito característica das comunidades quilombolas, conforme Silva (2013, p. 55), no Capítulo II deste estudo, sobre os “adjuntos”.

Quanto aos princípios e características fundamentais da economia solidária cooperação, democracia, participação, autonomia, solidariedade e autogestão, conforme aponta Borges (2019), há também “partilha de sentimentos, opiniões, dificuldades, dores e propicia atuar de forma dependente, estabelecendo relações recíprocas entre as pessoas” (LIMA, 2013, p.39), o que significa que, para aqueles que enfrentam os mesmos problemas, o melhor caminho para enfrentá-los e compreendê-los é uma nova forma de pensar e agir por meio da consciência grupal e da cooperação, ao contrário de se optar pela estreiteza e pelo confinamento do seu eu individual. É, portanto, a ação solidária dos que se unem por possuírem o mesmo problema, por uma necessidade, buscando um benefício comum (SINGER, 2003).

Ela continua sua história relatando que, atualmente (2023), além de fazer parte da equipe do CESOL, também está Diretora de Comercialização da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença da COOMAFES, na qual ela teve a oportunidade de se cooperar, quando também conheceu Safira, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e que, a partir daí, aprendeu a dar outra importância, entendimento e sentido para a vida de muitas mulheres.

Então, foi surgindo a oportunidade dos grupos se juntarem e entender a importância de formar uma cooperativa, porque a gente trabalhava com PAA com vários grupos de mulheres de várias comunidades rurais, só que elas, elas produziam no coletivo, mas para comercializar era mais difícil e aí a gente foi percebendo que a cooperativa veio para fortalecer, tinha como fortalecer a economia solidária e também a comercialização. Então, assim as mulheres se reuniram e passou a conhecer como funciona a cooperativa, a gente teve várias formações, para depois criar essa cooperativa e isso nos proporcionou um aprendizado muito grande. E hoje a gente tem a cooperativa e todas passaram por formação para entender o princípio da cooperativa, de como funciona, de que forma a gente vai gerir uma cooperativa, e se ainda a gente não aprendeu tudo porque é um processo de aprendizagem, né? É um processo lento que a gente vai aprendendo aos poucos, então assim, a gente ainda precisa se aperfeiçoar muito mais, mas a gente hoje, já entende qual o papel de uma cooperativa e a gente tem essa cooperativa hoje dentro do município como o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, das mulheres, do empoderamento... então assim, a cooperativa veio muito para somar dentro do município, com as mulheres. Então as mulheres do campo hoje têm uma identificação através da cooperativa, então isso para gente é muito gratificante!

O relato de Rubi tem forte significado em relação a vários aspectos e elementos que favorecem o crescimento e a ressignificação de papéis do indivíduo, no nosso caso, das mulheres, tanto pelas vias do trabalho como também da participação política, do crescimento

peçoal e em grupo, do econômico-financeiro, das relações sociais e dos vínculos que foram e são criados, entre outros fatores. Podemos identificar isso em sua fala nos trechos:

- a) Em que ela conta que foi uma “...oportunidade dos grupos se se juntarem e entender a importância de formar uma cooperativa”. “...aí a gente foi percebendo que a cooperativa veio para fortalecer, tinha como fortalecer a economia solidária e também a comercialização... Com isso, ela mostra a importância dos arranjos produtivos solidários para o fortalecimento da comercialização, elemento que muitas vezes traz dificuldades para o pequeno agricultor e o pequeno empreendimento solidário, que comumente tem seus produtos desvalorizados, negociado por atravessadores, desvalorizando sua produção, a forma como se produz, seus investimentos de tempo, esforço braçal e saberes;

- b) Sobre a importância do aprendizado, através das formações pelas quais passam todas cooperadas, realizadas pela cooperativa, o que desperta a necessidade de estarem qualificadas, de buscarem conhecimento para que se sintam capazes nos processos de tomadas de decisões, do valor da participação como sujeitas políticas para alcançarem seus objetivos, para terem conhecimento, inclusive, sobre como acessarem políticas públicas que lhes permitam avançar: “E hoje... todas passaram por formação para entender o princípio da cooperativa, de como funciona, de que forma a gente vai gerir uma cooperativa... um processo lento que a gente vai aprendendo aos poucos.

Importante destacar também, quando Rubi narra sobre o processo de formação pela qual passam as cooperadas para fazerem parte do coletivo, assim como foi citado também por outras entrevistadas (Ametista, Safira, Pérola, Coral, etc.) em outros trechos do estudo, pois as formações são promovidas pelas próprias mulheres que fazem parte da cooperativa, fortalecendo a troca de saberes entre elas, como também pelas parcerias com o CESOL do território, UNEB, IFBAHIANO, UFRB, políticas públicas, entre outras parcerias buscadas por elas. Esse processo tanto reforça a qualificação das mulheres como também a cultura das práticas solidárias e do cooperativismo, além de proporcionar o fortalecimento dos processos de empoderamento, autonomia e participação. Apresentamos nas imagens abaixo alguns desses momentos de formações.

Figura 20 - Fotos Formações na COOMAFES



Imagens Formações da COOMAFES

Fonte: Rede Social Cooperativa. <https://www.facebook.com/coomafes.ba>

- c) E, por fim, quando Rubi fala que “...hoje a gente tem a cooperativa dentro do município como o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, das mulheres, do empoderamento”, mostra não só as transformações pelas vias do trabalho, mas também nas relações e papéis sociais que as mulheres passaram a ter com a participação no coletivo, do crescimento pessoal que muitas demonstraram nas transformações de suas trajetórias de vida a partir de um “empoderamento” que se repetiu em diferentes relatos de diferentes mulheres, seja na participação nos espaços públicos, seja nos espaços privados como os de suas casas, nas relações com

esposos e filhos/as, entre outras. Mulheres que voltaram a estudar, que recebem formação política e que aprendem a importância da comunicação, que entenderam a cooperativa como espaço de trabalho em que é possível conversar e ter seus problemas validados.

Ou seja, associamos as análises das falas de Rubi realizadas nos itens A, B e C ao entendimento de Berth (2019) que, dos estudos feministas, entende que a partir da ligação de forças e competências individuais, sistemas naturais de suporte e comportamento proativos no âmbito das políticas e mudanças sociais, é possível validar o processo de construção do empoderamento dos sujeitos, sendo, portanto, o empoderamento entendido como processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos.

Isso também aparece, por exemplo, em um dos relatos de Pérola, ao falar de seu processo de valorização, cuidado com a autoestima e de reconhecer-se como mulher, seu lugar de mulher:

*Na verdade, assim eu sempre fui uma pessoa que eu sempre gostei de me cuidar, eu sempre me valorizei, mesmo morando na roça, sempre gostei de me arrumar, mas depois que a gente consegue um algo financeiro, aí a gente pode se cuidar melhor e pode melhorar também o estilo de vida e a gente se olha no espelho e diz: estou ficando coroa, mas **estou ficando mais bonita** e aí, eu me sinto assim, porque a COOMAFES, ela nos ensinou que lugar de mulher é onde ela quiser estar. Porque antigamente, para muitos homens, que eu não vou agravar todos né, para muitos homens dizia que lugar de mulher era na cozinha, lavando prato, lavando roupa, mas eu aprendi, a COOMAFES me fez ver que **lugar de mulher é onde ela quer estar**. Então, **eu me sinto poderosa né?** Depois que eu cheguei né, que eu tô na COOMAFES, eu vejo as mulheres, todas as mulheres são poderosas! (PÉROLA)*

A fala dessa mulher demonstra que, a partir da participação coletiva com as outras mulheres na cooperativa, na troca de saberes e de experiências vivenciadas por elas, na proposta do próprio coletivo em proporcionar conhecimento, formações e qualificação, desenvolve-se um sentimento de autonomia e de empoderamento, como fica explícito em sua fala “...**me fez ver que lugar de mulher é onde ela quer estar**. Então, **eu me sinto poderosa né?** Depois que eu cheguei né, que eu tô na COOMAFES, **eu vejo as mulheres, todas as mulheres são poderosas!** Nesse sentido, as teorias feministas contribuem, ao entenderem o empoderamento de mulheres como processo da conquista e da autodeterminação, ao mesmo tempo que o empoderamento torna-se um instrumento/meio e um fim em si próprio (BERTH, 2019), pois implica na

libertação das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal às quais as mulheres foram (e, muitas vezes, ainda são) submetidas.

Do mesmo modo, os relatos de Esmeralda fortalecem nossa discussão, quando ela expõe que, na cooperativa, as mulheres têm, veem, se percebem e encontram um espaço de acolhimento de uma para com as outras:

A gente precisa ser acolhedor e não é só da parte de quem tá dentro do processo de direção, de diretoria não. É de todas, né. Porque o espaço da cooperativa somos todas nós. De você chegar no espaço onde eu quero falar algo e eu sou ouvida, isso é muito importante para mulher. Eu tô com esse sentimento hoje, e eu preciso externar e eu preciso de alguém que me ouça... isso, traz alegria, felicidade... E o espaço hoje da COOMAFES, traz uma certa tranquilidade, e uma certa felicidade para as mulheres porque elas têm essa abertura. De falar, de externar, da forma como elas sabem falar e a gente precisa compreender também da forma como ela se expressa. (ESMERALDA)

O estabelecimento de vínculos sociais, afetivos, de confiança, de ajuda mútua expressados na fala de Esmeralda revela a importância da participação nesse grupo como fonte de ajuda, de um despertar para as capacidades e potencialidades de cada uma, de saberem que são ouvidas e de que existem outras mulheres com os mesmos problemas, dificuldades e desafios que os seus, ou semelhantes, quiçá até mais difíceis, mas que através dos vínculos criados no grupo, elas podem se sentir à vontade para compartilhar, sabem que serão ouvidas e veem ali uma fonte de apoio e ajuda para conseguirem seguir em frente.

Outro relato que mostra a importância dessa rede de relações entre as mulheres após a união delas na cooperativa é de Ágata. Mais uma vez, encontramos o reconhecimento de como as relações entre os pares pode contribuir nos processos de ressignificação de papéis, de mudança de trajetórias e empoderamento das mulheres unidas pela economia solidária:

Na verdade, pelo fato de ser negra e pelo fato de ser da roça, a gente tem muita vergonha de entrar em alguns ambientes. A gente sempre entrava nos ambientes de cabeça baixa, como se a gente devesse algo. Mesmo que fosse para comprar a gente não tinha autonomia. Depois, através de muitas conversas, de muita socialização a gente aprendeu que a gente tem o mesmo direito que todo mundo, porque a gente é igual. Apesar de morar na roça, de viver com as mãos calejadas, de não ir na manicure toda semana como algumas mulheres da cidade, mas que a gente é igual. Eu hoje me sinto uma mulher bonita. E foi depois da cooperativa. Hoje eu sinto que eu já posso soltar os cabelos, entrar numa loja, antes era sempre o cabelo preso, como se pelo fato de eu já ter mais de 40 não me fosse mais permitido usar uma um decotezinho, uma calça rasgada, que era feio...(ÁGATA)

E continua seu relato enfatizando a importância da rede de relações vivenciada por ela e pelas outras mulheres na cooperativa:

*Há quatro anos atrás eu tive um problema muito difícil na minha vida e se não fosse as meninas da cooperativa, da feira, eu acho que eu tinha entrado em depressão... E eu chegava naquela feira triste, e aí... as meninas lá na cooperativa, a gente ia conversando, distraíndo e dialogando... eu esqueci dos problemas e com isso eu empurrei esse problema para frente **eu venci. Eu superei**, a perda de um carro que eu tinha comprado com tanto esforço, **eu superei** meu marido ter me trocado por uma menina de 22 anos e não entrei em depressão durante essa fase. (ÁGATA)*

Por meio dos relatos, entendemos que a concepção de solidariedade está muito ligada à noção de ajuda, de olhar para a outra, de partilha, de valorização, com ênfase em elementos intersubjetivos relativos à autoestima, cooperação, compreensão. Significa enfatizar o reconhecimento dos elos que constituem o indivíduo e que ultrapassam seu cotidiano, considerando a interdependência como umnexo de redes e condições sociais que tornam a vida possível (BUTLER, 2010; PÉREZ-OROZCO, 2014).

*Para mim a cooperativa ajudou muito a muitas mulheres, porque através dela, teve muita mulher que criou muita coragem. Algumas que não tem coragem de enfrentar o que a gente enfrentou... eu mesmo, por exemplo, **eu tomei muitas decisões**, porque **através da gente se juntar com as mulheres a gente cria coragem para poder tomar algumas decisões**, tipo eu mesmo tinha.... As conversas, sabe? Os conselhos.... Uma ajuda que faz a gente conseguir levar as dificuldades de uma forma mais natural e conseguir vencer e hoje **eu tô melhor ainda** (AMAZONITA)*

Estabelece-se então, de acordo com Butler (2010) e Pérez-Orozco (2017), o reconhecimento de um vínculo multidimensional de materialidades e afetos, forma de ampliar os esquemas normativos de compreensão que estabelecem o que vai ser e o que não vai ser humano, o que é uma “vida vivível e uma morte infeliz.” A vivência grupal é o principal potencializador desses processos, à medida que é nos grupos que as mulheres acessam informação, trocam ideias, refletem suas dificuldades, produzem, discutem, crescem, se empoderam.

Nas reflexões acerca do empoderamento e das redes de relações que podem contribuir para o processo de empoderar, conforme temos notado nos relatos das mulheres da COOMAFES, Friedmann (1992) destaca três pilares essenciais, os quais definiu como empoderamento psicológico, social e político, que se estabelece em um processo contínuo e simultâneo. No caso das mulheres da COOMAFES, esse processo se constitui em uma rede

social de relações de empoderamento que contribui sobremaneira para uma mudança social e de vida.

O autor assegura também que as ações coletivas são capazes de intensificar o processo de empoderamento social, psicológico e político das mulheres, através da mobilização social e do acesso a bases de poder (FRIEDMANN, 1992), como no caso das experiências da economia solidária, sobretudo, quando se trata de coletivos de mulheres, bem como através de debates sobre relações afetivas carregadas de violências de gênero, domésticas, patrimoniais, debates sobre divórcio, ambiente, trabalho, custo de vida, independência financeira, entre outras temáticas estão presentes.

Quanto ao empoderamento psicológico, podemos notar seus elementos nos relatos nas mais diversas falas das mulheres, especialmente em trechos como *“eu tomei muitas decisões”, “através da gente se juntar com as mulheres a gente cria coragem para poder tomar algumas decisões”, “Eu hoje me sinto uma mulher bonita”, “chegar no espaço onde eu quero falar algo e eu sou ouvida” “eu venci, eu superei”...* pois se refere à percepção do indivíduo, no caso da mulher, em relação a sua força individual, manifestada em comportamentos autoconfiantes, resultado de relações intersubjetivas, que favorecem o resgate da autoestima, do sentimento de pertencimento, das práticas de empatia vivenciadas dentro do coletivo, do reconhecimento de si e do outro, bem como da valorização de cada integrante e de como essa dinâmica interfere na autoimagem (FRIEDMANN, 1992).

Já o empoderamento social, para Friedmann (1992), compreende o acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações sociais e ao acesso a recursos financeiros. Refere-se ao poder de acesso a níveis de escolaridade e educacionais, bem como a qualificações e técnicas laborais. Quando analisamos o processo histórico-cultural acerca do lugar da mulher na sociedade, imediatamente identificamos as inúmeras relações de poder e subalternidade a que elas foram submetidas, baseadas na própria relação de gênero que se constituiu ao longo dos séculos e que “retirou” da mulher o acesso à participação, conhecimento, educação, pois seu papel se restringia apenas ao casamento, trabalho doméstico e do cuidado.

No caso das mulheres rurais e da agricultura familiar este cenário é ainda pior, em especial na realidade brasileira, vez que, para além da divisão sexual do trabalho, há uma forte marca também das relações patriarcais que, no campo, se configuram como a família é compreendida, como “um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos/as (FARIA, 2011).

Tais relações patriarcais se ancoram e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho restritos ao âmbito de mercado, em que o espaço masculino é aquele da esfera produtiva e das relações do econômico e das trocas de mercado e às mulheres é destinada a esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, reforçado pelo não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho, para além da sua própria subalternidade, silenciamento, invisibilidade.

Da mesma forma, as mulheres da COOMAFES, conforme observamos ao longo dos mais variados trechos e relatos de suas histórias de vida, atravessaram a falta de acesso à educação, qualificação profissional, conhecimento, fosse pela falta de condições econômico-financeiras, com inúmeras dificuldades, sempre presentes em boa parte de suas trajetórias de vida, fosse pela falta de oportunidade de participação em organizações políticas e sociais, de recursos financeiros, poder de tomada de decisão, inclusive, dentro dos seus próprios lares, trabalho, negócios e situações familiares, desde muito cedo, enquanto ainda viviam com os pais, e depois com os maridos, o que as impediu durante parte de suas vidas de se tornarem empoderadas também socialmente, se considerarmos a proposta de Friedmann.

A condição de muitas das mulheres da COOMAFES, em relação à falta desse tipo de empoderamento, quando identificamos que muitas viviam em condições de pobreza desde a infância e várias não tiveram oportunidade de acessar a escolaridade ainda crianças; já outras cursaram até certo ano escolar com muita dificuldade dos pais em conseguirem mantê-las na escola, outras tantas tinham que trabalhar e ajudar na roça, nos trabalhos da casa, com os/as irmãos/ãs menores. Ao casarem, passaram a sofrer de seus maridos as opressões gênero por meio de proibições, da necessidade de trabalharem na roça para ajudá-los ou ainda para cuidarem dos/as filhos/as pequenos/as, para além da desqualificação do seu trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo, o que é bem característico do que vem a ser “trabalho de mulher”, em especial no meio rural.

A Economia Solidária traz, em seu bojo, o processo de educação e qualificação profissional como princípio fundamentalizador; dessa forma, um de seus pilares é fomentar, segundo Borges (2021), a educação e qualificação daqueles/as que desenvolvem atividades associativas e cooperadas solidárias, inclusive, a própria legislação que regulamenta as políticas públicas de economia solidária no estado da Bahia, em seu Artigo 4º da Lei 12.368/2011⁵⁷,

⁵⁷ Essa Lei dispõe sobre a criação da Política Estadual de fomento à Economia Solidária no estado da Bahia e sobre o Conselho Estadual de Economia Solidária e trata a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, cujas ações estão ligadas, principalmente, à Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva e a outros programas como acesso a crédito e finanças

institui como instrumento da política a formação, a qualificação profissional e a capacitação técnica.

Nesse sentido, a COOMAFES, como empreendimento da economia solidária no Baixo Sul da Bahia, tem proporcionado às mulheres participação em projetos de formação, educação e qualificação técnica, conforme trecho do relato de Madrepérola: “*eu já tenho vários cursos, que a COOMAFES dá para gente, curso de todos os tipos: de como participar de eventos, cursos pra gente de capacitação, de vendas, tudo isso...*” ou ainda, como podemos identificar no já citado relato de Ametista, que aponta o retorno aos estudos após anos de casada a partir da sua inserção no coletivo solidário:

...o coletivo me proporcionou conhecimento intelectual, conhecimento pessoal...a gente conseguiu realizar um projeto né, fazer um projeto, participar de editais, a gente conseguiu equipamentos...conseguiu um carro, uma Kombi, e aí veio a coragem de ir para auto escola, de fazer auto escola, de conseguir minha a minha CNH, de dirigir com essas mulheres e aí a gente fez um reboiço todo, então eu vejo isso como um crescimento para mim, se não fosse o coletivo eu não tinha experimentado nada disso, não tinha aprendido nada disso e não tinha me proporcionado também tá junto com outras mulheres, ensinando outras mulheres alguma coisa também.
(AMETISTA)

Conforme apontam os depoimentos, entende-se que as formas e maneiras de acesso ao conhecimento e seu processo de retroalimentação reforçam a ideia de que saber é poder, contribuindo para o autodesenvolvimento das mulheres, mediado pela valorização do seu saber e pelo aprendizado de novas informações capazes de alicerçar seus novos posicionamentos, baseados em argumentos, sustentação e autonomia (FRIEDMANN, 1992).

Por fim, o empoderamento político, tal como postulado por Friedmann (1992, p. 8), apresenta-se no processo de tomada de decisão e apropriação do poder. Seu significado se ancora em “ter vez, ter voz e na ação coletiva”. Ou seja, suas vozes serão ouvidas não apenas nas assembleias locais, não apenas na voz do direito a voto, mas, também, quando surgem com outras vozes, em associações políticas maiores, como os movimentos sociais, partidos e sindicatos, por exemplo, que corroborará com o poder psicológico, fruto da consciência individual de força e autoconfiança, geralmente resultado de uma ação bem-sucedida nas esferas sociais e políticas, o que indica que o empoderamento psicológico, social e político se conectam e se desenvolvem de forma interligada no decorrer dos processos pelos quais o indivíduo vai vivenciando.

solidárias, promoção, vendas e acesso ao mercado, assistência técnica aos EES e suas redes territoriais, entre outros.

Os coletivos solidários, mais conhecidos como EES, em especial associações e cooperativas, trazem em sua essência o estímulo voltado ao empoderamento político, pois se ancoram em princípios como a participação e, por conseguinte, a autogestão, já que as relações de trabalho estão baseadas na apropriação coletiva dos meios de produção, assim como na apropriação coletiva dos resultados de produção, conforme relato de Rubi:

A cooperativa me proporcionou um aprendizado melhor, me fortaleceu enquanto mulher, me ajudou a ensinar também, eu tô aprendendo dentro da cooperativa muitas, muitas coisas. Por exemplo, a união da economia solidária, assim a partir da cooperativa a gente vem aprendendo e vivendo o processo coletivo, a gente tem voz. Porque a gente aprendeu que a gente sozinha não chega a lugar nenhum, então assim, a economia solidária a gente aprende muito a não andar só. Então, a cooperativa foi quem também contribuiu para esse caminho da economia solidária e vem fortalecendo a gente cada dia mais, não só eu, mas acredito que a todas as cooperada. Todas se sentem mais fortalecida...

Safira relata que, além da participação na própria cooperativa, há também a atuação em processos e movimentos para terem acesso a políticas públicas que possam beneficiar o grupo, o que reflete as vozes das mulheres na conquista por melhorar condições de vida e de trabalho.

A gente teve uma luta muito grande no Baixo Sul para trazer as políticas públicas de economia solidária né, então a gente fez eu lembro que a gente fez uma conferência no território com muita luta. Dessa conferência a gente foi para Conferência estadual, a gente foi para conferência nacional e a gente conseguiu muitas propostas, colocar muitas propostas e hoje a gente tem, por exemplo, Centro Público de Economia Solidária no Baixo Sul. Nossa! foi uma luta! Luta pra dizer que o território tem potencial, aí depois veio uma outra luta, não a luta que tá perto, mas a luta política, a luta de ter articulação pra gente conseguir o que a gente acredita.

De acordo com Friedmann (1992), para além do empoderamento político, social e psicológico, há também a conquista de cidadania, vez que o indivíduo cria seus espaços vitais, passam a lidar com problemas de necessidades básicas, descobrem e desenvolvem capacidades para vencer e superar os problemas, tanto individuais quanto socio-estruturais.

Encerramos este capítulo refletindo sobre as histórias de vida das mulheres da COOMAFES, suas lutas e conquistas ao longo das suas trajetórias de vida desde a infância, as múltiplas violências sofridas, as (re)produzidas pelas relações de gênero, perpetuadas pela divisão sexual do trabalho, entre tantas outras, as dificuldades atravessadas pelas raízes do patriarcalismo em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo, mas também demonstrando avanços, mudanças de trajetórias e ressignificação de seus papéis a partir do trabalho, da união e participação no coletivo de mulheres que transformou suas vidas por meio das atividades ligadas à economia solidária. No próximo capítulo, problematizamos abordagens da economia

solidária tanto como reforço ao modelo capitalista quanto como caminhos para a emancipação e autonomia das mulheres cooperadas.

CAPÍTULO V – PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COOMAFES: reforço do modelo capitalista ou caminhos para autonomia e emancipação?

Abordamos aqui as práticas de economia solidária vivenciadas pelas mulheres da COOMAFES, tentando compreender como elas se localizam em um contexto de tensionamentos entre uma perspectiva de reforço da exclusão social e instrumento de autonomia e emancipação do coletivo solidário do qual fazem parte. Diversos/as autores/as debatem e oferecem argumentos nessa direção (GAIGER, 2003; NOBRE, 2003; HILLENKAMP e NOBRE, 2018; JUNIOR, 2013; HILLENKAMP, GUÉRIN e VERSCHUUR, 2016; SIMON e BOEIRA, 2017), pensando na compreensão e na atuação dos atores sociais que desenvolvem atividades nesses arranjos produtivos.

Em um breve percurso sobre as contradições entre o modo de produção capitalista e os modos de vida de comunidades e atores sociais no âmbito territorial, abordamos possíveis incongruências também na economia solidária, situando-a em relação a outras economias. Além disso, questionamos se, de fato, a economia solidária constitui alternativa ao capitalismo em sua vertente neoliberal. Com esse objetivo, discutimos também sobre o cooperativismo, entendendo que os fundamentos da economia solidária já existiam em comunidades tradicionais como, por exemplo, quilombolas e indígenas, antes mesmo do surgimento de estudos e políticas nessa temática.

As reflexões propostas estão fundamentadas para além dos/as autores/as acadêmicos/as que estudam o assunto, baseando-se também em considerações sobre a Política Pública de Economia Solidária do Estado da Bahia, vez que tal política tem assistido e fomentado atividades produtivas solidárias em diversos grupos ligados à economia solidária nos Territórios de Identidade do estado baiano, visando promover a inclusão socioprodutiva, bem como trabalho, emprego e renda, considerados na concepção da política como elementos promotores de autonomia e emancipação.

Este capítulo sustenta-se na observação necessária de que a economia solidária, apesar de fundamentos, princípios e características distintas do processo de acumulação de capital, coexiste no paradoxo da lógica de mercado e da lógica da solidariedade num mesmo empreendimento. De forma mais pragmática, é necessário considerar que ambos os tipos de empreendimentos, a empresa tradicional e o empreendimento solidário, convivem e concorrem num mesmo sistema (COSTA, 2003). Daí se deduz que os empreendimentos solidários precisam enfrentar esse paradoxo, na garantia de sua sustentabilidade, ou seja, precisam manter seus valores e princípios, enquanto se adequam e buscam sobreviver em um mercado cada vez mais exigente (BORGES, 2019). Assim, além da discussão teórica, abaixo, somam-se discussões pautadas na pesquisa de campo, orientada para o entendimento de como as mulheres da COOMAFES formulam suas experiências e práticas em suas falas e relatos de histórias vividas.

5.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA, MODOS DE PRODUÇÃO X MODOS DE VIDA: será essa economia uma alternativa ao capitalismo?

Movimentos, eventos e advenços da história como a revolução industrial, a globalização, assim como seu processo de intensificação, a evolução do cenário pós-II Guerra, a queda do regime socialista, o crescimento hegemônico norte-americano, consolidação da união europeia e ascensão econômica da China provocaram mudanças profundas no comportamento dos mercados e da economia, bem como alteraram os modos de produção, fortalecendo a expansão do capitalismo.

Por modos de produção, podemos entender todas as maneiras pelas quais os sujeitos produzem seus meios de subsistência e como se associam economicamente em sociedade. No entanto, quando se pensa em modos de produção baseados no sistema socioeconômico, mais especificamente ligado ao sistema capitalista, de acordo com as premissas de Marx, ele envolve elementos como produção, circulação de bens e consumo, estabelecendo-se as forças produtivas e as relações sociais de produção (GAIGER, 2003).

Em comunidades e povos tradicionais, nas quais o objetivo principal era que os meios de subsistência favorecessem a produção para alimentação, por meio do trabalho coletivo, a mesma recompensa ou partilha era feita a partir dos bens produzidos. Nesse sistema, segundo Polanyi (2012), não costuma haver divisão de classes sociais ou a presença do Estado, nem

mercadoria, nem dinheiro. As trocas de bens eram feitas de maneira simples, em caráter mais celebrativo e solidário de uns para com os outros.

Podemos considerar que, partindo dos modos de vida e de como as atividades produtivas eram realizadas nas comunidades tradicionais e povos originários, seja no passado, seja no nosso presente, já eram conhecidos e praticados os fundamentos da economia solidária, o que se observa também em formas de comercialização de produtos na contemporaneidade.

Ou seja, os modos de vida, de produção, de subsistência e de distribuição de bens produzidos (incluindo o dinheiro), para essas comunidades, não estão submetidos à acumulação de capital e seus excedentes são distribuídos igualmente entre os membros, pois a premissa é o fortalecimento de sua aldeia/tribo/povo/comunidade. Portanto, os princípios solidários têm sido praticados historicamente e no contexto atual de modo radicalmente distante das premissas eurocêntricas centradas no capital e o que nos dá a ideia de que os traços ligados a economia solidária não surgem na década de 1990, mas sempre estiveram presentes no modo de vida de comunidades tradicionais.

A fim de exemplificar as afirmações (acerca dos princípios e premissas da economia solidária), podemos citar experiências atuais na comunidade quilombola de Matinha dos Pretos, município de Faria de Santana – Bahia, conforme apresentado em um estudo realizado por Ferreira e Velloso (2022), em que os moradores fundaram uma associação, cujo objetivo é buscar novas parcerias para contribuir nas lutas por melhorias para a comunidade e que, através desse arranjo, as mulheres da comunidade se organizaram para trabalharem com o beneficiamento de frutas, bem como de plantio e diversificação de culturas frutíferas da comunidade para a agricultura familiar, sendo responsáveis pelo gerenciamento das atividades, cuidados com a roça, venda, comercialização dos produtos e renda familiar. A experiência pesquisada pelas autoras revela que o grupo de mulheres dessa comunidade quilombola caracteriza-se como empreendimento coletivo, constituindo “uma das principais armas para enfrentar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista” (FERREIRA e VELLOSO, 2022, p. 95).

Do mesmo modo, localizamos a experiência dinamizada por mulheres, etnias indígenas e pequenos/as agricultores/as da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer e a Associação de Mulheres Cantinhos da Amazônia, localizada na região noroeste de Mato Grosso, que se tornou exemplo para o Brasil na exploração de recursos florestais não madeireiros pelo processo de fabricação de macarrão, farinha, biscoito, azeite, amêndoas e barras de cereais derivados da castanha-do-pará, gerando renda para índios e extrativistas, preocupando-se também com a inclusão da mulher no sistema produtivo. Essa experiência tem

fortalecido a preservação florestal e a sustentabilidade financeira de famílias de agricultores/as, extrativistas e comunidades indígenas, amparando-se nos princípios que balizam a economia solidária (SANTOS, 2014).

Outras experiências de comunidades e grupos tradicionais em diferentes territórios e países que têm como premissas os fundamentos da economia solidária podem ser localizadas em diversos estudos (HILLEMKAMP e NOBRE, 2018; CASTILLO, 2001; CABRERA, et.al.2019; GAMA e VELLOSO, 2022; CERRUCI e ANJOS, 2022) e, apesar dos exemplos citados demonstrarem como as premissas da economia solidária fazem parte de seus modos de vida e produção, muitas, antes mesmo de se popularizarem os debates acerca da temática, bem como de se ter cunhado o termo “economia solidária”, já vivenciavam modos de vida e culturas singulares.

De acordo com Gaiger (2003), modo de produção pode ser definido como a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Localiza-se na maneira como os indivíduos, de dada sociedade, se organizam em relação aos processos de produção, distribuição e consumo dos bens materiais considerados necessários à sua subsistência, bem como na forma como esses indivíduos assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.

O modo de produção capitalista, nas palavras de Giannotti (1976), citado por Gaiger (2003), está fundado numa relação social entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de valor de sua capacidade de trabalho, ou seja, o capitalismo se estabelece por meio de uma relação das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias.

Dessa forma, o sistema capitalista, ao longo da sua trajetória, foi e continua sendo guiado por um modelo de produção-distribuição-consumo que, invariavelmente, reproduz-se a partir da concentração e da centralização do capital e, conseqüentemente, da desigual distribuição de renda e riqueza. Pensando sob esse prisma, Marx (1996) já parecia antever que a dinâmica na relação capital-trabalho, que se iniciou após a revolução industrial, continuaria a persistir no século XIX e, mais intensamente, no século XX, em sua forma neoliberal.

A expansão da acumulação capitalista, impulsionada pela onda neoliberal e globalização da economia, favoreceu modificações profundas na estrutura produtiva em níveis nacionais e

mundiais, especialmente a partir dos efeitos da expansão da transnacionalização⁵⁸ do capital, que foi acelerada na segunda metade do século XX, quando foram alteradas, inclusive, as relações entre os países centrais e periféricos, marcado pela transição da internacionalização da esfera da circulação de mercadorias à da esfera da produção, além dos mercados monopolistas. (FURTADO, 1961; BENAKOUCHE, 1980; GONÇALVES, 2002; BRUM, 2005).

Para além de todo esse processo, o modo de produção baseado no capitalismo promoveu efeitos danosos ao/à trabalhador/a, vez que acentuou o desemprego estrutural, isto é, o surgimento inevitável da massa de trabalhadores/as que não encontraram lugar na nova dinâmica entre o capital e o trabalho, pois a composição orgânica do capital é sempre alterada com o aumento do capital fixo mais que, proporcionalmente, ao capital variável. Surge, assim, o exército industrial de reserva⁵⁹ que, se por um lado, constitui-se como condição *sine qua non* para o processo de acumulação capitalista, por outro, é, também, uma das fontes de tensões internas próprias desse modo de produção (BORGES, 2019).

Nessa perspectiva, Nun (2000) alerta para o surgimento de um contingente de trabalhadores/as não absorvíveis pelo capitalismo, denominado por ele de “massa marginal”, que iria além do desemprego. Trata-se de um contingente em que a produção tão prontamente repele como volta a atrair (MARX, 1996). A massa marginal representa excedentes não funcionais de mão-de-obra. Diante dessa condição, o trabalho e o emprego na sociedade capitalista configuram-se e (re)configuram-se na atual conjuntura política, econômica e social, desencadeando inseguranças dos/as trabalhadores/as quanto à manutenção de seus postos de trabalho. O temor pelo desemprego envolve não apenas a sobrevivência concreta do/a trabalhador/a e de sua família, mas, também, tem implicações subjetivas, vez que o

⁵⁸ Entende-se por transnacionalização um fenômeno que impacta diretamente a economia mundial. Grosso modo, empresas multinacionais, com suas filiais espalhadas por diversos países, passam a superar o comércio mundial em termos de valor de produção. Trocando em miúdos, Furtado (1961) explica que se trata da interação entre economias homogêneas-diversificadas (centrais) e heterogêneas-especializadas (periféricas) em um mesmo sistema de comércio internacional que reproduz a desigualdade de ritmos de desenvolvimento. Assim, as economias classificadas como periféricas estariam determinadas por três tendências: o desemprego da força de trabalho, (excedente estrutural de mão-de-obra), o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de troca, sendo, portanto, a estrutura que mantém os países periféricos presos em um tipo de armadilha que os tornam ainda mais dependentes enquanto o capital se acumula, principalmente em decorrência do seu processo de concentração e centralização, materializado pela transnacionalização do capital. Essa é a condição que define tais países como subdesenvolvidos e, como explica Furtado (1961, p. 191), o subdesenvolvimento é “um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (...) um subproduto do desenvolvimento, uma estrutura historicamente determinada pela evolução do capitalismo europeu”.

⁵⁹ Conceito desenvolvido por Marx correspondente à força de trabalho que excede as necessidades de produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantia do processo de acumulação de capital, é necessário que parte da mão de obra ativa esteja permanentemente desempregada pois, dessa forma, segundo Marx, o contingente de desempregados atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários (Marx, 1996).

reconhecimento social do indivíduo na sociedade ocorre também pela sua inserção no universo do trabalho.

Dessa forma, a importância do trabalho na vida das pessoas não se dá apenas pelo seu caráter pragmático, mas, sobretudo, pelo reconhecimento e valorização de suas subjetividades nas sociedades contemporâneas (LIMA, 2013). Monteiro (2009) acrescenta ainda que o modo de produção capitalista trouxe dupla afetação ao/a trabalhador/a, haja vista que além de ameaçar a empregabilidade e sobrevivência econômica, criou a falácia de que dependeria do esforço próprio do/a trabalhador/a a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, isto é, os/as mais esforçados/as e qualificados/as seriam reabsorvidos/as, como se a questão fosse meritocrática e individual, no lugar de socialmente determinada.

Assim, podemos entender e criticar o modo de produção capitalista, ainda que hegemônico, como responsável por uma importante crise paradigmática no mundo contemporâneo, que envolve aspectos econômicos e sociais, de um lado, e aspectos éticos e morais, de outro, sendo causador de crises econômicas e sociais, marcadas pelo elevado número de marginalizados/as do mercado de trabalho e de crise paradigmática dos valores preceituados pelo capital, como o individualismo, a meritocracia, o consumismo, o pragmatismo e o funcionalismo nas relações interpessoais e de trabalho

Ou seja, ao afirmamos sobre a crise do capitalismo, conforme descrito no parágrafo anterior, podemos sustentar tal afirmação refletindo que as crises do sistema capitalista não se vinculam a uma adversidade específica, conforme aponta Santos (2020), ao abordar que a crise capitalista, acentuada nas desigualdades e vulnerabilidades sociais que o sistema provoca, não passou a existir, por exemplo, após a crise do coronavírus mas, sobretudo, esse sistema já vivia em intenso estado de crise mesmo antes da pandemia, ocasionando inúmeras dificuldades, principalmente às classes e grupos menos favorecidos, não sendo capaz, portanto, de dirimir seus impactos negativos à classe trabalhadora e aos mais pobres. Dito de outra maneira, significa:

A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise (SANTOS, 2020, p. 05).

Isto quer dizer que o modo de produção capitalista, conforme aponta Harvey (2018), evidencia as vulnerabilidades sociais vivenciadas por indivíduos, fragilizados por fatores como pobreza, fome, desemprego, etc. e, portanto, podemos dizer que a vulnerabilidade está

correlacionada com o surgimento da questão social e do capitalismo. Ou seja, “no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador [...] que ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”, portanto, um sistema produtor e reproduzidor de crises (MARX, 1976, p.720).

Dessa maneira, é inevitável aventar a necessidade de se pensar em formas alternativas de produção e distribuição que promovam a emancipação do indivíduo e a inclusão social da massa marginal produzida pela economia capitalista globalizada, buscando uma nova lógica de economia preocupada em se constituir uma sociedade mais justa e igualitária e de se alterar a relação entre capital, trabalho e renda, de modo que o homem passe ao centro do processo, no lugar da exacerbação e maximização de lucros que privilegiam uma minoria.

Partindo dessas reflexões, o estudo sobre a temática da economia solidária ganha força nos mais diversos espaços, sejam acadêmicos, políticos, organizacionais, em grupos e comunidades, espaços governamentais, entre outros. Mas, de fato, seria a economia solidária uma alternativa ao capitalismo?

Para Santana Júnior (2012), do ponto de vista da economia solidária, os/as participantes do “movimento” criticam a estrutura social capitalista e apontam uma série de propostas, visando o bom viver para todos/as, de forma colaborativa e integrada, desenvolvendo arranjos socioprodutivos distintos das empresas capitalistas. Os atores participantes do movimento defendem outra lógica de mundo, em que a competição dê lugar ao relacionamento fraterno, as agressões ao ambiente sejam substituídas por uma convivência harmoniosa com a natureza, a atividade laboral deixe de ser alienante e desinteressante e passe a ser criativa e fonte de realização.

Lima (2013) discorre sobre a economia solidária como proposta de trabalho e de vida que visa transpor a lógica capitalista diante das fragilidades que tal sistema apresenta, por meio do estabelecimento de relações solidárias e cooperativas, considerando a dimensão humana e o contexto socioambiental por outras formas de desenvolvimento econômico e social que vão além do modelo do trabalho assalariado, sendo o desenvolvimento solidário protagonizado por todos/as, sendo todos/as beneficiados/as e não apenas uma minoria.

Nessa perspectiva, as iniciativas de economia solidária, de acordo com Gaiger (2004), constituem uma das formas mais ambiciosas e promissoras de organização de setores populares, cuja modalidade econômica baseia-se em alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, apoiados na autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação,

autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, vez que o compromisso com o todo social é realizado por práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador.

Ou seja, as bases da economia solidária devem considerar outros aspectos do comportamento econômico, conforme destaca Polanyi (2012), pautados no reconhecimento e no fortalecimento da pluralidade econômica, fundamentado não apenas no mercado, mas também em outros princípios como domesticidade, reciprocidade e redistribuição. Esses elementos revelam importantes dimensões do pensamento econômico e permitem que a economia mostre uma pluralidade de formas, não reduzindo as atividades econômicas unicamente ao princípio mercantil, por meio de um mercado autorregulável que funciona apenas pela oferta e procura, de acordo com Gibson-Graham (2003), ao comparar a economia puramente mercantil e cumulativa do capital a um *iceberg*, em que somente o modo de produção capitalista fica visível, enquanto são invisibilizadas outras formas de organização da vida material e das relações sociais.

Diante do exposto até aqui, analisando a economia solidária como alternativa ao capitalismo, Gaiger (2003) aponta que os empreendimentos solidários, de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão sujeitos e compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, ou seja, os processos materiais de produção introduzidos continuamente, configurando-se uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma. “Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios” (GAIGER, 2003, p. 201).

O autor complementa sua análise apresentando como exigências aos empreendimentos solidários, para que possam manter seus traços distintivos:

- a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca (GAIGER, 2003, p.201).

A partir dessas premissas, constata-se que a experiência econômica pautada na ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não constituem meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no “âmago da produção da vida material e social” (GAIGER, 2003, p.201).

Assim, depreende-se que, ainda que a economia solidária não seja uma alternativa ao modo de produção e ao sistema capitalista em sua totalidade, modificando por completo a economia e as relações do processo de acumulação, ela é capaz de gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática, vez que tais experiências são capazes de motivar a busca de novas possibilidades. Conforme aponta Gaiger (2003), não significa dizer que os empreendimentos solidários irão prevalecer sobre as empresas capitalistas, tornando-as disfuncionais ao sistema econômico e colocando em risco o próprio capitalismo, mas, certamente, a tentativa é de que a economia solidária possa exercer o papel de “prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas” (SINGER, 2000, p. 28), dispondo de vantagens comparativas, derivadas da sua forma social de produção específica.

Sobre as relações de gênero, Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016) reforçam a ideia da economia solidária como alternativa ao capitalismo, enfatizando que as práticas ligadas a ela não tentam derrubar a ordem patriarcal nem o sistema “capitalista”, mas, sobretudo, se definem como “lugares onde sujeitos (homens e mulheres) constroem nesse território, soluções e esboços de novas relações entre homens e mulheres.”

Do mesmo modo, Santana Júnior (2012) assinala que a economia solidária tem dado passos largos para se constituir como novo modo de produção, ressaltando que ainda há muito a ser feito para que tal economia seja instrumento de emancipação e alternativa ao capitalismo. Contudo, quando se analisa, por exemplo, a comercialização em mercados locais/comunitários, municipais e microrregionais, com lojas próprias, feiras livres e entregas diretamente a clientes, percebe-se nitidamente ação territorial que favorece o estabelecimento de vínculos sociais e internalização de cadeias produtivas.

Em resumo, a ideia da economia solidária como alternativa ao capitalismo valida-se com a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, correspondente à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Trata-se de um modo de conceber o funcionamento da economia real, permitindo ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de economia de mercado, considerando certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO, 2007).

5.2 Situando a economia solidária, outras economias e as suas contradições

O termo “outras economias” refere-se a diferentes abordagens econômicas que buscam se diferenciar do modelo hegemônico de economia capitalista, o qual é baseado na competição e no lucro máximo. Dessa forma, identificamos como principal característica das chamadas outras economias a adoção de práticas mais inclusivas, solidárias e sustentáveis. Assim, vários termos têm sido cunhados para denominar outras economias, como Economia Solidária, Economia Social, Economia do Comum, Economia Popular, entre outras.

Trata-se de uma variedade de termos que englobam experiências do setor mercantil, não mercantil e não monetário que trabalham com o conceito de solidariedade em oposição ao individualismo utilitário, mas que, dependendo de como e onde são utilizados, remetem a sentidos diferentes e que, conforme aponta França Filho (2001), é o caso de terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular, economia plural, economia informal. Nesta tese, abordamos algumas apenas, com a finalidade de situar principais diferenças e características básicas.

Ao caracterizarmos outras economias como, por exemplo, a economia social, podemos definir seus princípios como abordagem que visa integrar dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento com foco na criação de emprego, na inclusão social e na proteção do meio ambiente, cujas características principais são a busca da promoção do interesse na participação democrática seja de trabalhadores, consumidores ou membros de uma determinada comunidade na tomada de decisões e na gestão de empresas e/ou organizações (SIMON e BOEIRA, 2017). A economia social tem características particulares para responder a um enquadramento econômico ao qual as esferas públicas e privadas não conseguem dar resposta, ou seja, atua num intervalo entre o Estado e o mercado e pode ser entendida com base em valores que evidenciam a finalidade social da atividade e uma racionalidade própria dos agentes (CAEIRO, 2008). Mais precisamente, de acordo com Defourny (2009, p. 156), economia social remete “às atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social”.

Já a economia do comum baseia-se em uma abordagem econômica centrada na gestão compartilhada de recursos comuns, como a água, o ar, o solo e a biodiversidade e na promoção da colaboração e da solidariedade. Esse conceito não é novo e tem sido utilizado por diferentes correntes de pensamento. Na Europa, de acordo com Silveira e Savazoni (2018), o conceito tem sido amplamente utilizado nas últimas décadas para fundamentar movimentos sociais e

protestos na reivindicação, inclusive, de políticas públicas e solicitações de ferramentas participativas para a democracia, leis para o comum, moedas e financiamento do comum, direito à cidade, produções do comum: comida, saúde e lazer e “a solidariedade como um comum.”

No Brasil, os autores citados referem que a utilização do conceito de comum tem sido objeto de atenção, sobretudo, de ativistas e pesquisadores/as do campo da cibercultura, do meio ambiente e dos estudos sobre o direito à cidade e das comunidades tradicionais, sem que se possam registrar muitos/as autores/as produzindo conhecimento específico sobre o tema (SILVEIRA e SAVAZONI, 2018)⁶⁰.

Outra denominação ou outro tipo de economia é a chamada economia popular, designada como conjunto de formas de ocupação econômica desenvolvidas pelos/as excluídos/as do trabalho assalariado, muitas das quais são desenvolvidas na informalidade (TIRIBA, 2001). Definindo-a de maneira mais conceitual:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas tanto materiais como imateriais (TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 101). Seu objetivo não é a acumulação do capital e, sim, a reprodução da própria vida (TIRIBA, 2001, p.109).

Ou seja, são aquelas atividades desenvolvidas normalmente no contexto doméstico e comunitário, os quais têm como fatores fundamentais os laços culturais, relações de parentesco, vizinhança, afetividade, cuja principal ideia é satisfazer as necessidades básicas de forma autossustentável, sem depender de redes de filantropia. Essa e outras economias têm em comum a busca por um modelo econômico mais justo, inclusivo e sustentável, que valorize não apenas o lucro, mas também as pessoas e o meio ambiente. Como exemplo da economia popular podemos citar a potência das redes de economia que se formam, desde entregadores, motoristas de aplicativos aos incontáveis vendedores ambulantes que ofertam os mais diversos itens, como comidas típicas e objetos artesanais, conforme nos aponta Bernardi e Derbortoli (2022), ao

⁶⁰ Apesar da pouca produção científica acerca da economia do comum, em especial estudos de casos e pesquisas no Brasil, conforme citam os autores SILVEIRA e SAVAZONI (2018), trazemos aqui o estudo de Fernanda Hellmeister Martins (2021), que apresenta o caso da Feira Cultural – Encontro na Praça, no Município de Santa Cruz Cabrália-Ba, cujo trabalho traz também outras experiências de outros autores como: Tonucci (2017) estuda o fazer-comum de uma ocupação em Belo Horizonte; Alana Moraes (2018) estuda o comum a partir das cotidianidades de um acampamento do MTST em São Paulo; Rodrigo Savazoni (2018) descreve em seu livro alguns exemplos de produção do comum no Brasil, como a Praia da Estação em Belo Horizonte e o Ocupe Estelita em Recife; Mariana Ferreira (2015) estuda a produção do comum no ItsNoon e Mineo, plataformas *online* de trabalho criativo.

discorrerem sobre os impactos da COVID-19, para a economia popular durante a festa do Círio de Nazaré em Belém do Pará.

Buscando focar em um dos nossos objetos de estudo, que é a economia solidária, e entendendo que exibimos aqui um pequeno panorama acerca das outras economias, nos debruçamos sobre a economia solidária tentando defini-la (se é que é possível, frente à diversidade de concepções que cercam a temática) como abordagem econômica baseada na cooperação, solidariedade e autogestão, que busca criar condições para que as pessoas possam trabalhar juntas para atender às suas necessidades e melhorar suas condições de vida.

Na literatura, há vasta discussão e muita divergência entre autores/as com relação à expressão economia solidária, não havendo consenso quanto ao seu significado no espectro de correntes e concepções (CALBINO e PAULA, 2013). Lisboa (2003), por exemplo, argumenta que ela emerge juntamente com o feminismo, a agroecologia e o revigoramento da agricultura familiar num contra movimento de defesa da sociedade em relação à hegemonia do mercado, amparando-se em possibilidades de novos formatos organizacionais, com lógica distinta tanto do mercado quanto do Estado, organizando-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações sociais por meio da reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade (SIMON e BOEIRA, 2017).

França Filho (2007, p. 160) identifica três singularidades sobre as práticas de economia solidária:

A primeira dessas singularidades diz respeito à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção, no nível micro ou mesosocial, do conceito macro-social de economia plural. A segunda, concerne à possibilidade de compreender a economia solidária como uma articulação inédita entre as três formas de economia [...] economia mercantil, não mercantil e não monetária [...] inventando assim um outro modo de definir o ato econômico – ao invés de concebê-lo como uma “nova economia”, que viria somar-se às formas dominantes de economia numa espécie de complemento que serviria de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente, como se a economia solidária tivesse a função de ocupar-se dos pobres e excluídos do sistema econômico, constituindo uma espécie de setor à parte, com um papel funcionalmente bem definido em relação ao conjunto. A terceira singularidade remete à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Neste sentido, enfatiza-se o desafio da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas, em meio à tensão dessas lógicas.

Isso quer dizer que a economia solidária e suas singularidades têm ganhado relevância no cenário atual, em especial nas reconfigurações entre mercado e Estado, ao propor um tipo de articulação específica entre as esferas econômicas, políticas e sociais em razão das diferentes lógicas que perpassam essas experiências. Dessa forma, ela não pode ser considerada um setor

(terceiro setor), mas interage com as formas econômicas dominantes numa perspectiva particular de princípios econômicos diversos, considerando outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como projeto associativo (FRANÇA FILHO, 2003).

Assim, a economia solidária é construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa e envolve pessoas que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, pelo estímulo à criação de atividades socioeconômicas. Importante ressaltar, sobre as associações, que são pessoas jurídicas constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos/lucrativos, em prol de um mesmo ideal, objetivando determinado fim. Ou seja, a associação não persegue lucros nem partilha lucros ou dividendos, mas não está impedida de gerar renda para manutenção das atividades e pagamento do quadro funcional e toda receita é gerada em benefício da própria associação. São regidas pelo Código Civil Brasileiro (SEBRAE, 2007).

Quanto às cooperativas, são um tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam a contribuir com bens e/ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum e sem objetivo de lucro. São regidas por legislação específica (Lei 5.764/71 e demais leis complementares). Possuem número ilimitado de associados/as, distribuem os excedentes das atividades, inclusive de comercialização, devem ser registradas em órgãos como Receita Federal e Junta Comercial, entre outros órgãos governamentais (OCB, 1996).

Os primeiros fatos históricos oficiais que deram origem ao cooperativismo no mundo apontam que essa forma de organização política e social se constituiu em consequência da relação entre capital e trabalho na tentativa de encontrar soluções para os problemas econômicos advindos dessa relação, em especial quando do advento da Revolução Industrial.

Se pensarmos sob o prisma da ajuda mútua, em todas as civilizações, segundo Gomes (2005), sempre houve características de amparo, apoio, auxílio, etc, e é daí que resultam bons exemplos de associativismo. O autor cita a união de comunidades indígenas ou tribos étnicas africanas contra inimigos comuns ou para a realização de algum trabalho, formas de associações na antiga Grécia para garantir sepultamentos decentes a associados, entre outras.

Mas, o cooperativismo no mundo organiza-se e surge, de fato, ligado ao movimento europeu no século XIX, em reação às condições de extrema exploração à qual os/as trabalhadores/as estavam submetidos/as, em consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial. A primeira experiência data de 1760, na Inglaterra, nos estaleiros de Woolwich e Chatan e, posteriormente, em 1844, em Rochdale, liderada pelo inglês Robert Owen, considerado o “pai da cooperação”, por suas ideias socialmente reformadoras e preocupação

com o bem-estar econômico e social dos trabalhadores. A partir da experiência de Rochdale, surgem movimentos de caráter cooperativista em outras partes do mundo como, por exemplo, a França (GOMES, 2005; OCB, 1996).

Na América Latina, as experiências cooperativas não são uma novidade. Estão presentes em todos os países da região e têm peso significativo em diferentes setores de atividade (agricultura e pecuária, serviços financeiros, habitação, trabalho, consumo, etc.). As cooperativas da América Latina foram pioneiras na tradição de solidariedade e, há mais de cem anos, contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos países da região (MARTI, 2014). Já no Brasil, as primeiras indicações cooperativistas datam de 1610, com os jesuítas, no processo de construção de sociedades solidárias, fundamentada no trabalho coletivo que valorizava o bem-estar do indivíduo e da família, em detrimento do interesse econômico de produção (OCB, 1996).

Mas, foi no final do século XIX, que surgiu no Brasil o cooperativismo propriamente dito, para atender aos interesses da elite agrária. Nas décadas de 1980 e 1990, conforme traz Gomes (2005) e OCB (1996), se acentuou o movimento, devido à crise econômica, abertura de mercados, crise do desemprego, dando espaço ao surgimento de outras formas de organização do trabalho, a exemplo da cooperativa do grande ABC paulista.

Após essa breve narrativa histórica sobre o surgimento do cooperativismo e buscando entender os principais aspectos acerca das cooperativas ligadas à economia solidária, é de fundamental importância pontuar que nem toda cooperativa tem os mesmos princípios e características da economia solidária como cooperação, democracia, participação, autonomia, solidariedade e autogestão.

Entre esses princípios, dois podem ser entendidos como fundamentais da economia solidária: a autogestão e a solidariedade. Com base nesta explicação, conforme apontam Chiariello e Eid (2010), entende-se que algumas cooperativas têm orientação voltada para a busca de níveis de eficiência exigidos pelo mercado, com gestão a espelhar a performance das empresas capitalistas. Nesses casos, a cooperativa forma-se com o intuito de fortalecimento do(s) negócio(s) para se manter competitiva no mercado, de concentração de renda e centralização da gestão.

Nesse contexto, identificam-se duas vertentes do cooperativismo, em especial se tratando do Brasil: a) a abordagem mais direcionada para a gestão empenhada em apresentar uma performance econômica e financeira mais ligada ao cooperativismo tradicional, identificada com a gestão de empresas de capital; e b) outra vertente, que analisa a revitalização das práticas cooperativas mais autênticas, inscritas na dinâmica da economia solidária,

potencializando as demandas sociais por trabalho e renda na formação de cooperativas populares, originadas geralmente de movimentos sociais atuantes no campo e nas cidades (SINGER, 2002).

Especificamente no que tange ao papel das cooperativas, além de promover diversas formas de trabalho aos/às cooperados/as com a finalidade de alcançar objetivos em comum, muitas delas, inclusive as ligadas às atividades de economia solidária, exercem papel social e político relevante, para além do econômico, baseando-se em valores e princípios voltados às suas próprias comunidades. As rurais, em especial as da agricultura familiar, conforme apontam Andrade e Alves (2013), atuam apoiando o desenvolvimento de pequenas propriedades que, juntas, reúnem forças para ganharem espaço, principalmente, para comercializar seus produtos, produzir e conseguir financiamentos, bem como lutam por políticas públicas, cujas ações possam beneficiar os/as cooperados/as em termos de autonomia e crescimento de suas atividades produtivas e negócios.

E é nesse contexto das cooperativas, mais particularmente nas discussões empreendidas acerca das mulheres, que enfrentam desigualdades de gênero, de raça e cor, para além das “desigualdades e conflitos fundiários somados a objetificação, controle, expropriação, subestimação e estigmatização”, conforme aponta Souza (2022, p. 09), por serem mulheres do campo, todas desigualdades são ainda potencializadas nas violações de seus direitos. Nisso se inserem também as mulheres da COOMAFES, sujeitas deste estudo, as quais se tornaram protagonistas de histórias individuais e coletivas através da cooperativa da qual fazem parte.

A “cartografia política das mulheres rurais se confunde com o processo de reconhecimento de direitos sociais e de desenvolvimento do campo” (SOUZA, 2022, p.09), vez que são mulheres que plantam, colhem, cultivam, utilizam de manejo sustentável, se inserem na defesa de seus territórios e na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, defendem seus modos de vida e de produção, baseadas em princípios solidários e de cooperação, sendo esse também o papel da cooperativa da qual fazem parte, dentro da proposta da ECOSOL.

Contudo, não se pode deixar de apontar que mesmo dentro dos grupos ligados às atividades da Economia Solidária iremos encontrar aspectos desiguais principalmente em relação às relações de gênero. É comum encontramos dentro dos grupos, em especial nas cooperativas, cargos de direção ocupados majoritariamente por homens, apesar da expressiva participação das mulheres nas iniciativas solidárias, dificuldades na comercialização dos produtos, quando esta é feita por mulheres, conforme foi relatado por Pérola, uma das mulheres cooperadas à COOMAFES, dificuldades que muitas das mulheres encontram para realizar seu

trabalho dentro da sua própria unidade familiar, uma vez que, muitos de seus companheiros não oferecem suporte com o trabalho, as atividades domésticas e de cuidados com os filhos, o que caracteriza fortemente a divisão sexual do trabalho, entre outros aspectos que demarcam as relações de gênero.

Sendo assim, a economia solidária, organizada seja em grupos coletivos, sejam informais, associações ou cooperativas, apesar de suas proposições, estudos e experiências positivas apresentadas nos mais diversas pesquisas e publicações citadas e discutidas neste trabalho, ainda que tais grupos revelem o importante papel de organizações como as cooperativas, sejam elas urbanas e, principalmente, as rurais, a economia solidária carrega também algumas contradições que precisam ser observadas para que ela possa ser instrumento de autonomia e emancipação de forma efetiva.

Analisando alguns aspectos que podem ser apontados como possíveis contradições, por meio da lente da eficiência e da competitividade do próprio sistema capitalista, com o qual a economia solidária é compelida a coexistir, observamos desafios em equilibrar a solidariedade e a eficiência pois, tendo por base a solidariedade e a colaboração, em lugar do lucro e da competição, o modo de produção capitalista vê como possibilidade de eficiência reduzida, pois o processo de tomada de decisão de forma democrática pode levar mais tempo do que a gestão autocrática, o que pode atrasar a resposta a oportunidades de mercado.

Explorando o aspecto da gestão dos empreendimentos solidários acerca da peculiaridade da autogestão, Lima (2013), reforça que a implantação da cultura autogestionária não costuma ser tão fácil. Demanda tempo e amadurecimento, pois muitos/as trabalhadores/as que passam a fazer parte dos empreendimentos solidários trazem consigo suas histórias de vida e a marca forte do modelo de trabalho assalariado. Ao coletivizar-se, o/a trabalhador/a é requisitado/a a resgatar sua singularidade, abrindo-se para manifestações subjetivas que caracterizam cada ser como único, deixando expressar seus contornos aparentes e vivos em seus afazeres diários; portanto, é um processo de construção.

Apesar de tudo isso, é inegável que a economia solidária abarca aspectos plurais da economia que não apenas o mercantil, além de que o processo da autogestão surge muito mais como modelo de gestão alternativa ao modelo de práticas sociais e políticas balizadas na exploração dos/as trabalhadores/as e na alienação e desigualdades de classes.

Outro fato a se considerar é que as atividades produtivas da economia solidária são realizadas em menor escala em relação à economia convencional, não sendo possível competir, ainda que competição não seja uma prerrogativa dos empreendimentos solidários, já que seu principal esforço é a própria sustentabilidade como negócio para geração de trabalho e renda

para os atores sociais. No entanto, o principal desafio de tais empreendimentos, muitas vezes, é a dificuldade e limitação ao acesso a recursos financeiros e capacidades tecnológicas, para além da qualificação profissional dos atores sociais envolvidos.

Outra contradição da economia solidária são as tensões entre os objetivos sociais e econômicos, pois, embora a economia solidária busque promover a justiça social e a igualdade, também pode ser necessário gerar lucro para manter uma organização funcionando, melhor dizendo, é necessário manter a sustentabilidade dos empreendimentos para que eles possam continuar gerando trabalho e renda a associados/as e cooperados/as. Esse equilíbrio pode ser difícil de alcançar, especialmente quando os objetivos sociais e econômicos entram em conflito e, nesse contexto, há outra contradição, que é o risco de exclusão de atores ou encerramento ou abandono do empreendimento. Nesses casos, a implementação de uma cultura voltada aos princípios da economia solidária deve ser muito bem trabalhada e difundida entre todos os membros do coletivo.

Um exemplo acerca da implementação dessa cultura é o da própria COOMAFES, por meio das formações que ela promove para as cooperadas do coletivo e para aquelas que desejam se cooperar, pois um dos critérios para que possa se incluir é participar das formações iniciais e, depois de cooperadas, participar das formações continuadas. Essas formações, para além de outras qualificações, visam, principalmente, à difusão do conhecimento na implementação princípios solidários, conforme apresentamos na figura abaixo um desses momentos.

Figura 21 - Formação Princípios Solidários para as cooperadas da COOMAFES



Fonte: Pesquisa de Campo (2021-2022).

Outro exemplo foi o trabalho realizado pelo Instituto Mãe Terra, através do projeto Bahia Solidária, com 20 empreendimentos solidários no Território de Identidade da Costa do Descobrimento-Ba, através da Superintendência de Economia Solidária do Estado da Bahia – SESOL, ligada à Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte – SETRE, em que foram realizadas formações com os/as participantes dos empreendimentos sobre a implementação da cultura dos princípios solidários como fonte de maior chance dos empreendimentos darem certo (IMT/SETRE, 2020).

Sobre esse aspecto, Gaiger e Côrrea (2001) explicam que, nos empreendimentos solidários, valores e práticas de mutualidade, compromisso social e gratuidade, no âmbito interno e externo do empreendimento devem ser trabalhados e podem ser traduzidos por indicadores tais como práticas de convivência e ajuda mútua, práticas de intercooperação, dispositivos de amparo aos membros do empreendimento, coletivização do processo produtivo, inexistência de divisão social do trabalho, engajamento comunitário e participação em movimentos sociais.

Nessa perspectiva, podemos citar o trabalho de Nishimura (2005), com seis grupos Geração de Trabalho e Renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária no município de Londrina. A autora concluiu que os grupos de geração de trabalho e renda vinculados à economia solidária passaram a valorizar suas capacidades produtivas, os princípios de solidariedade e as relações interpessoais, instalaram a articulação em redes, reconheceram os princípios e diretrizes da economia solidária e expressaram tais princípios por meio da capacitação e apoio do poder público, dentre outros aspectos, através das ações da política Pública de economia solidária do município.

Outro elemento que pode ser relacionado às contradições da economia solidária refere-se à adoção e uso de ferramentas de gestão da administração clássica aos empreendimentos solidários como instrumentos que possam potencializar o desempenho e a sustentabilidade financeira dos EES, pois muitas das ações gerenciais da área de administração não atendem de forma satisfatória a toda problemática dessas organizações. São poucos os estudos voltados ao aspecto da dimensão técnica da gestão de empreendimentos econômicos solidários e, segundo França Filho (2004), isso ocorre porque os/as autores/as da área de administração voltaram suas pesquisas sobre a gestão e técnicas de empresas cujo objetivo é meramente o econômico, esquecendo-se, portanto, das particularidades das organizações que atuam na área social, concebendo-as a partir dos mesmos princípios e instrumentos aplicados às organizações públicas e privadas tradicionais.

A respeito da problemática que envolve a gestão dos empreendimentos solidários em termos da adoção de ferramentas e técnicas que possam contribuir na organização e no desenvolvimento das atividades dos coletivos, adaptando-as, é claro, às peculiaridades desse tipo de empreendimento, Borinelli (2011) realizou uma pesquisa sobre *Avanços e Limites da Política Pública de Economia Solidária no município de Londrina-PR*, no qual apresenta que os integrantes dos grupos que compõem a Economia Solidária em Londrina possuem extrema precariedade quanto à formação em gestão, amadorismo quanto ao planejamento de mercados e produtos, gestão estratégica e econômica, entre outras limitações, o que compromete a sustentabilidade dos empreendimentos.

No Território Baixo Sul, tenta-se dirimir essa problemática pela atuação do CESOL, da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva da Economia Solidária, por meio da assistência técnica jurídica, contábil, administrativa, comercial, de viabilidade econômica, etc., prestada aos empreendimentos solidários (BORGES, 2019). Podemos citar exemplos com diversos grupos solidários, como a Associação de Mulheres Nova Esperança, do município de Taperoá, Grupo de Mulheres do Artesanato, do município de Teolândia, Mãos que fazem Arte, em Ituberá, entre outros, todos assistidos pelo CESOL e que têm apresentado avanços no sentido de adotar ferramentas que possam contribuir para melhor desempenho e desenvolvimento das atividades produtivas, de rotina e organização dos empreendimentos, fazendo com que os grupos possam estar mais fortalecidos para atuarem na comercialização. Na figura abaixo trazemos uma postagem das redes sociais do CESOL, que demonstra parte desse trabalho através de oficinas oferecidas aos empreendimentos.

Figura 22 - Formação para Empreendimentos Solidários no Baixo Sul da Bahia



Fonte: Rede Social do CESOL. Disponível em: <https://www.facebook.com/cesol.ba>

Entende-se, portanto, que os métodos e ferramentas tradicionais da administração de empresas capitalistas não são suficientes ou não atendem completamente as necessidades e características dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, pode-se dizer que tais empreendimentos convivem em um mesmo contexto, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários precisam sobreviver no mercado e, dessa forma, o cenário que se apresenta para esses empreendimentos também é o capitalista. É o cenário da concorrência, da competitividade, da busca por clientes, do melhor preço de fornecedor, do produto que traz uma boa embalagem, uma boa apresentação, que traz qualidade, dentre outros atributos.

Em suas considerações, Gaiger (2007) chama a atenção para este cenário, quanto à debilidade estrutural dos EES, que se caracteriza em condições precárias de vida dos atores sociais ligados a essas atividades, a sua baixa formação escolar, profissional, às dificuldades de comercialização, baixa capacidade de gestão, de capitalização dos empreendimentos e de atendimento dos direitos trabalhistas básicos a seus membros. Essas debilidades estruturais impactam o reconhecimento desses empreendimentos no mercado, reduzindo sua capacidade de gerar excedentes que possam garantir autonomia econômica e, conseqüentemente, retribuir

seus ganhos aos/às trabalhadores/as e, finalmente, diminuem a possibilidade dos EES tornarem-se grupos coesos e com o quadro de sócios/as qualificados/as (GAIGER, 2007).

É necessário, portanto, que os empreendimentos da economia solidária também estejam preparados para disputarem espaço no mercado, que possam alcançar sustentabilidade e permanecer ativos, gerando a inclusão, o trabalho e a renda tão necessários à sobrevivência das famílias que atuam neste tipo de empreendimento (BORGES, 2019). Para isso, como podemos perceber, o próprio mercado tem seus padrões de exigência de qualidade e os produtos oriundos da economia solidária, já que coexistem nesse mesmo mercado, precisam atender em termos de qualidade, apresentação embalagem, etc. às exigências, porém evidenciando as características que representam a economia solidária, ou seja, aquele que não é produzido em larga escala, preço diferenciado e justo, mais artesanais, oriundos da agricultura familiar, entre outros elementos, o que não configura menor qualidade.

Gaiger (2004) defende que, apesar dos EES diferenciarem-se dos empreendimentos capitalistas tradicionais, estão sujeitos aos efeitos da lógica e às regras de acumulação capitalista, vez que são expostos à base técnica do capitalismo para serem competitivos e sobreviverem, sendo levados a enfrentarem tensionamentos tanto da lógica solidária quanto da capitalista. Tal fato, segundo o autor, leva a maioria deles a atuarem em situações precárias, enfrentando dificuldades na gestão, na comercialização, no acesso aos recursos financeiros e conhecimentos tecnológicos.

Sobre esse aspecto, Rutkowski (2008, p. 2) discorre que:

[...] os empreendimentos econômicos solidários padeçam dos mesmos problemas que as micro e as pequenas empresas: além de dificuldades de gestão, há deficiências na comercialização dos produtos e dos serviços e de acesso a crédito para investimentos e mesmo capital de giro. Atuando no mercado capitalista, entende-se que estes empreendimentos, assim como as demais empresas, deveriam lidar com estratégias competitivas a fim de aumentar a capacidade de relacionamento e o poder de barganha com clientes, concorrentes, e fornecedores, para sobreviver. (RUTKOWSKI, 2008, p. 2)

Dessa forma, pode-se concluir que os problemas dos EES se assemelham, ou quase são da mesma natureza, das empresas privadas com fins lucrativos, contudo, não há como se transferir, de forma simplória ou automática, os instrumentos e ferramentas utilizados em empresas comerciais para os EES, pois os valores, princípios e formas de organização que norteiam a Economia Solidária reconhecem outras formas plurais de constituição e organização do trabalho que não são considerados pelas empresas tradicionais (RUTKOWSKI et. al 2002).

Para além das contradições já citadas até aqui, Nobre (2003), Hillenkamp e Nobre (2018), Simon e Boeira (2017), entre outros/as autores/as, aludem às mulheres como majoritárias em várias iniciativas de economia solidária. Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), especialmente, apontam que, tanto em países do norte quanto em países do sul, tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sub-representadas, especialmente em cargos de diretoria e liderança. Assim, apesar da economia solidária se basear em organizações de produção, de financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios descritos por Karl Polanyi (2012), como os de mercado, de redistribuição e de autossuficiência, ainda assim, é atravessada por assimetrias nas relações de gênero, que resultam em aspectos fundamentais como, por exemplo, saber se as mulheres encontram na economia solidária um caminho para a emancipação ou se a solidariedade entre mulheres, muitas vezes pobres, reproduz os mecanismos da sua própria exploração, ou ainda se, de fato, a economia solidária funciona como instrumento de autonomia ou reforço para o modelo hegemônico capitalista.

Estudos de Oliveira (2008), Valadão Júnior, Herk e Medeiros (2014), Bonumá (2015) e Simon e Boeira (2017) explicam que os empreendimentos ligados à economia solidária têm se mostrado alternativa positiva em relação à inserção das mulheres no mundo do trabalho, que são, na maioria das vezes, as primeiras a sentir as consequências do desemprego, da desigualdade e do subemprego (GAIGER, 2007). A autonomia, a autoestima e a participação democrática e solidária têm sido interpretadas como pilares dessas organizações, dando margem à redução das desigualdades e ao discurso de mudança de comportamento feminino em suas próprias vivências (MORAES, et.al, 2022).

Diante das reflexões realizadas até aqui, é importante notar que essas contradições não são exclusivas da economia solidária e podem ser enfrentadas por outras abordagens econômicas também. Ainda assim, é fundamental reconhecer as contradições e trabalhar para superá-las, a fim de tornar a economia solidária mais eficaz e sustentável, autônoma e emancipatória, dotada de processos que possam contribuir para a superação de todas as desigualdades vivenciadas pelos atores sociais e comunidades dedicadas às atividades produtivas desse tipo de economia.

Assim, entendemos que os desafios permanecem em torno de ações e práticas ligadas à economia solidária que visem à promoção de melhores condições de vida para grupos e comunidades. Portanto, ainda há um longo caminho a percorrer, no entanto, muito também já foi feito, inúmeras experiências foram contadas. Em cada uma, potencialidades e realizações

exitosas, grupos, pessoas, comunidades, organizações, entidades governamentais e não governamentais envolvidas, políticas públicas empreendidas. Tudo isso demonstra que há desafios, limitações e sucessos ligados a essa outra economia, que visa não apenas ao aspecto econômico-financeiro dos coletivos e seus atores sociais, mas, sobretudo, perpassa e transversaliza outras potencialidades alcançadas por quem vivencia diariamente essas atividades produtivas e fazem parte dos grupos solidários.

É o caso da cooperativa em estudo, a COOMAFES, cujas práticas são entendidas aqui como instrumentos de autonomia e emancipação pelas mulheres que empreendem nas atividades solidárias e da agricultura familiar. Práticas essas que transformam não só a sua condição econômica, mas, sobretudo, as fortalecem como mulheres políticas, empoderadas, reconhecendo seu potencial, sua autoestima, seu papel e seu lugar na sociedade. Essas práticas e esse reconhecimento constituem a base da discussão da próxima seção.

5.3 PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COOMAFES: caminhos para autonomia e emancipação

A COOMAFES, é uma cooperativa formada somente por mulheres, a maior parte delas, mulheres rurais da economia solidária e da agricultura familiar do município de Valença, na Bahia. No capítulo seguinte (capítulo IV), contamos as histórias e mudanças de trajetórias de vida dessas mulheres após a inserção nesse coletivo solidário, bem como as práticas solidárias desenvolvidas, desde as atividades produtivas realizadas por elas, bem como as práticas das relações sociais, permeadas pelos aspectos de ajuda mútua, companheirismo e solidariedade, além de trazer trechos de falas sobre suas histórias de enfrentamento a violências vividas, relações de gênero dentro e fora da família, conquistas, ressignificação de papéis no individual e no coletivo, no social, econômico e político, no trabalho produtivo e também no reprodutivo.

A cooperativa e suas cooperadas, no âmbito das práticas diárias do trabalho, são assistidas por programas como o PAA e o PNAE a agricultura familiar e as Políticas Públicas de Economia Solidária do governo do Estado da Bahia, entre outros projetos. A principal delas é a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, operacionalizada pelo CESOL, que tem como uma de suas frentes de atuação mais importantes do Programa *Vida Melhor*, por meio da oferta de Assistência Técnica aos Empreendimentos Associativos

Populares Solidários e às Redes de Economia Solidária e Comércio Justo Solidário, através da criação dos Centros Públicos de Economia Solidária – CESOL's. Esta política pública é regulamentada pela Lei n. 12.368/2011 que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária (REIS e ALMEIDA FILHO, 2016).

Os CESOL's são espaços multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários assistência técnica multidisciplinar em diversas áreas importantes, visando à sustentabilidade dos grupos, tais como assistência técnica de cunho administrativo, comercial, produtivo, contábil e jurídico, além de atividades de formação e comercialização, espaço para eventos, atividades culturais, reuniões, fóruns e redes de economia solidária e articulação de ações de desenvolvimento local e territorial (BORGES, 2019).

Assim, a Política de Assistência Técnica visa motivar um desenvolvimento que ultrapasse as fronteiras de cada grupo, alcançando microrregiões, sobretudo por meio da constituição e fortalecimento das redes de produção, distribuição e consumo. Também busca gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e solução de problemas, no âmbito do território (BORGES, 2019).

Sendo a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva uma das principais frentes, cujas ações estão voltadas para incentivar, fomentar e apoiar os empreendimentos solidários nos Territórios de Identidade do Estado, a COOMAFES se insere com o apoio de tal política, através do CESOL, e tem empreendido atividades produtivas e de comercialização exitosas, inclusive, no que tange à articulação para participação em editais de comercialização nas mais diversas entidades e instituições governamentais e não-governamentais, como foi o caso de sua participação em editais de dispensa de licitação da UFSB, conforme citado em nota de rodapé no Capítulo III, seção 3.4 (pág. 98), durante a Pandemia de COVID-19. Tais atividades promovidas pelas ações da política pública têm como principal finalidade a geração de trabalho, emprego e renda aos/às assistidos/as.

Contudo, ao refletirmos sobre as práticas de economia solidária das mulheres da COOMAFES notamos que, mesmo assistidas por programas e políticas públicas que fortalecem especialmente a produção, comercialização e a renda das empreendedoras e de seus empreendimentos solidários, não se pode deixar de perceber e identificar as transversalidades dessas políticas e das práticas do trabalho ligado à economia solidária no sentido de

proporcionar a essas mulheres outras capacidades⁶¹ como autonomia, emancipação, empoderamento, pertencimento, senso de identidade, participação política, entre outras.

É o que podemos perceber no depoimento de uma das cooperadas, a Jade, que se identifica como mulher rural do distrito de Serra Grande de Valença-Ba, filha de agricultores e hoje também agricultora e cooperada. Ela conta que chegou à cooperativa por volta dos anos de 2015/2016, enquanto as mulheres estavam no processo ainda de formalização, através do mestrado em Educação do Campo da UFRB, e ela pôde contribuir no processo de formalização. Em sua avaliação:

[...] a gente fez um trabalho muito bonito, não só no aspecto visual, mas o resultado em si, que eu trago como um resultado pessoal, acadêmico e coletivo, porque a gente conseguiu construir documentos, arquivos, enfim, que vieram a contribuir para a formalização da cooperativa, que se deu no final de 2017, mas ao mesmo tempo, a gente construiu laços que se dá até hoje, por isso que eu tô aqui, fazendo parte dessa entrevista. (JADE)

Jade conta que concluiu o mestrado em 2019, mas sua vinculação com a cooperativa não terminou com o fim de sua pesquisa; ela permaneceu na cooperativa, dessa vez no *status* de cooperada, tendo passado por todo o processo formativo como qualquer outra associada e, hoje, ela integra o grupo de mais de 90 mulheres na condição de Diretora de Educação. Jade considera o grupo de mulheres referência tanto para o território quanto para si. “*Referências no âmbito do trabalho, da honestidade, da alegria, do modo de viver, porque com cada uma eu consigo aprender algo*”. Ela considera o processo do coletivo um momento de trocas e que, devido a ele, passou a se identificar, de fato, como agricultora.

[...] eu me encontrei dentro dela (da cooperativa), ainda mais dentro da agricultura. Porque uma coisa você está na condição de filho de agricultor, que sai para estudar e volta e hoje eu já consigo fazer, trabalhar nessa área, pesquisar nessa área e também viver mesmo de fato a lida, pensando na chuva, pensando no sol e nas dificuldades que elas encontraram e vivenciaram né, das estradas e tudo mais... então um pouco disso. (JADE)

Além do reconhecimento da importância da cooperativa para si, Jade avalia as “capacidades” adquiridas e vivenciadas pelas mulheres pelas transversalidades das políticas

⁶¹ O termo capacidades, utilizado no texto, coaduna com a definição de “capacidades” em Amartya Sen, que se refere à habilidade de uma pessoa em realizar escolhas e tomar decisões sobre a vida que deseja viver. A capacidade de uma pessoa não se limita apenas a suas habilidades físicas e mentais, mas também inclui oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis. Assim, o conceito de capacidade em Amartya Sen é fundamental para entender a relação entre o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, e destaca a importância de medidas mais abrangentes e inclusivas para avaliar a qualidade de vida e realização das pessoas (SEN, 1999).

públicas e alguns dos programas que assistem as cooperadas e a cooperativa. Analisa os aspectos para além da renda, do financeiro, do econômico, a partir do que as vivências e práticas da economia solidária podem trazer para os sujeitos que fazem parte dos coletivos. Essa reflexão fica muito bem identificada em sua fala quando ela diz que:

Desde 2015 que eu acompanho essas mulheres que vivenciam suas trajetórias de vida e é notório, assim, os avanços que elas tiveram a partir desse movimento de unir-se. Eu nem vou falar só da cooperativa, porque há dado documental, ela tem seu registro em 2017. [...] a partir do acesso a políticas públicas e a política pública mais marcante foi o programa de aquisição de alimentos - o PAA. Então, a partir dessa junção delas, dizer assim ó: nós somos de comunidades diferentes, nós temos as mesmas dificuldades, ao mesmo tempo os mesmos sonhos, né, então, por que não unir forças para construção disso?

E aí a gente vai notar muitas, muitas conquistas que vem a partir dessa união, por exemplo, a superação de uma autoestima baixa, muitas mulheres não se reconheciam enquanto pessoas bonitas, que possuem saberes, que possuem conhecimento, não se enxergavam desta maneira, a gente vai identificar a melhoria, no sentido do conhecimento, do desejo de aprender, elas possuem muitos saberes e isso faz né, com que elas estejam aqui na cooperativa, que elas têm o poder de fala...(JADE)

Da mesma forma, podemos identificar outros elementos oriundos das vivências e práticas da economia solidária nos relatos de Rubi:

A cooperativa me proporcionou um aprendizado melhor, me fortaleceu enquanto mulher, me ajudou a ensinar também, eu tô aprendendo dentro da cooperativa muitas, muitas coisas. Por exemplo, a união da economia solidária, assim a partir da cooperativa a gente vem aprendendo e vivendo o processo coletivo. Porque a gente aprendeu que a gente sozinha não chega a lugar nenhum, então assim, a economia solidária a gente aprende muito a não andar só. Então, a cooperativa foi quem também contribuiu para esse caminho da economia solidária e vem fortalecendo a gente cada dia mais, não só eu, mas acredito que a todas as cooperada. Todas se sentem bem melhor através da cooperativa, mais fortalecida...

Esse relato evidencia, justamente, as transversalidades que podem ser alcançadas pelas práticas de economia solidária vivenciadas cotidianamente pelas mulheres desse coletivo. São aprendizados, trocas, relações construídas e fortalecimento de pessoas e de vínculos. Isso fica totalmente evidenciado também na fala de Ametista:

Possa ser que as pessoas que não estejam dentro desse processo achem que você organizar uma cooperativa é porque você vai ter potencial de comercialização e faturamento, mas talvez, não conheçam esse outro lado do social, que muda a vida das pessoas, que você dentro do coletivo você consegue almejar outras situações que te elevam. [...]. Meu pai foi um homem que trabalhou muito, ele deixou muitas terras para gente, a gente poderia sobreviver, eu poderia sobreviver financeiramente sem estar no coletivo, mas para mim não foi suficiente não! Suficiente é estar junto, é

trabalhar junto com essas mulheres, porque é diferente. O que eu aprendi no coletivo eu jamais ia aprender lá, jamais, então, aí eu vejo, volto para trás e vejo assim, as minhas irmãs que não, que não entrou no coletivo como eu, elas são felizes? São, mas eu não estaria satisfeita de estar como elas estão, porque eu me sinto livre! Eu me sinto livre!

Então a cooperativa de mulheres ela mudou não só minha vida, como outras, bem outras, muito mais mulheres.

É também sobre as liberdades conquistadas por meio da troca entre os pares, é entender como a partir de processos de participação política há possibilidades de transformação e de realizações individuais e coletivas. É sobre perceber que, juntas, elas puderam identificar potencialidades para alcançar a autonomia e a emancipação feminina e poderem dizer que são protagonistas de suas histórias, que valorizam muito suas trajetórias e que se sentem orgulhosas de serem o que cada uma delas julga ser hoje.

Todo esse processo pode ser refletido também sob a perspectiva de tomada de consciência de classes baseada nos pressupostos de Paulo Freire (1980; 1987), que entende a tomada de consciência de classes como processo fundamental para a transformação social e a emancipação dos oprimidos. Ou seja, para Freire, a tomada de consciência de classes é uma etapa crucial na luta contra a opressão, pois permite que os oprimidos se reconheçam como sujeitos históricos e capazes de transformar a realidade em que vivem. Esse processo é facilitado por uma educação libertadora, que busca promover a conscientização crítica dos indivíduos, sendo estimulada a participação ativa na transformação social, conforme aponta Ribeiro (2018):

A conscientização é um processo histórico que se desenvolve pela tomada de consciência, possibilitando ao homem sua emancipação e integração ao mundo real. Ela tem como fundamento a ação-reflexão dos indivíduos e é um compromisso histórico-político-social através do qual as pessoas podem assumir o papel singular de ressignificar e reconstruir o mundo dentro de uma relação dialética e dialógica (RIBEIRO, 2018, p. 18).

No caso das mulheres da COOMAFES, podemos perceber e identificar essa tomada de consciência que as levou a outro patamar de suas histórias e trajetórias, permeadas tanto pelas relações e vínculos sociais estabelecidos por meio da participação no grupo como também pela própria estrutura organizacional adotada, em especial, no que tange aos diversos processos de formação para as mulheres da cooperativa, pelos quais todas elas devem passar ao se tornarem

cooperadas, conforme identificamos em diferentes relatos ao longo deste estudo e, mais especificamente, no relato de Esmeralda ao abordar a educação transformadora:

Enquanto cooperada da COOMAFES, eu me sinto muito feliz de ter também contribuído com essa formação dessas mulheres, e a gente vê que hoje, a gente consegue agregar novas mulheres nesse processo de cooperativas e dizer que esse processo, nos aproxima dos outros, né? E dizer que a educação tem uma função específica, que é aproximar as pessoas. Eu acredito muito nisso. Então, o processo educativo, que não gera esse sentimento, de pertencimento, de valorização da nossa história e de valorizar, de compreender que cada um tem um processo de história específico, e ele precisa ser visto ser valorizado, né... a gente precisa acreditar nesse perfil de educação e fruto desse trabalho.

Todo esse caminhar gera uma tomada de consciência de classes, conforme descreve Freire (1980), que as tornam conscientes das estruturas sociais que as mantêm muitas vezes em uma posição de opressão, fazendo-as refletir criticamente sobre as relações de poder existentes em suas vidas e incrustadas na sociedade. É uma consciência que se dá através das práxis, da atuação ativa do homem na realidade, que ocorre quando o sujeito sai de uma consciência ingênua para uma consciência crítica (FREIRE, 1980).

É o que fica claramente explícito na fala de Safira quando ela se refere a uma tomada de consciência das mulheres no processo de participação em coletivos solidários e de vivências na economia solidária:

Eu acredito muito, muito, muito que a participação em coletivos solidários e as vivências na economia solidária são capazes de promover a transformação de vida e da realidade das pessoas. Eu ouço isso muito das mulheres. [...] A gente teve uma luta muito grande no Baixo Sul para trazer as políticas públicas de economia solidária, então a gente fez, eu lembro que a gente fez uma conferência no território com muita luta. Dessa conferência a gente foi para conferência estadual, a gente foi para conferência nacional e a gente conseguiu muitas propostas, colocar muitas propostas e hoje a gente tem, por exemplo, o Centro Público de Economia Solidária no Baixo Sul. Nossa! Foi uma luta! Luta pra dizer que o território tem potencial, aí depois veio outra luta, não a luta que tá perto, mas a luta política, a luta de ter articulação pra gente conseguir o que a gente acredita. Isso só foi possível com a gente junto.

É um processo, conforme apresenta Souza (2022, p. 9-10), de percepção, entendimento e constatação de que as mulheres lutam e conquistam e tais lutas sociais fazem a história. Por isso, reconhecer a luta feminina pela agricultura familiar, reforma agrária, dentre outras políticas, considerando as limitações de acesso a tais políticas, leva à compreensão de que as mulheres “potencializaram o desenvolvimento rural, cultivaram outra sociabilidade,

comandaram projetos anticoloniais e imprimiram uma outra conotação política à luta”, por meio de seus saberes, práticas e tecnologias populares, resistindo ao avanço do imperialismo e, ao mesmo tempo, se impondo para resolverem conflitos, demarcarem e se organizarem territorialmente.

Dessa forma, todo esse processo vivenciado especialmente pelas mulheres da COOMAFES, apontado neste estudo, é um processo de tomada de consciência também de suas próprias identidades, conforme evidenciado no relato de Jade:

...É também na questão da afirmação enquanto mulher rural. Muitas vezes isso não é nem tão discutido... Muitas vezes já foi possível notar que elas tinham receio de falar: Eu sou do Orobó, ou do Gereba, do Baixão, etc. Muitas mulheres tinham esse receio de se identificar, porque o comércio olha de outro modo né, porque as relações, às vezes são baseadas quem você é, e a partir desse processo da cooperativa, das formações que elas tiveram, dos cursos, delas próprias tentarem se mostrar, melhorar essa autoestima, a gente viu que elas em todo esse processo de construção, elas perderam esse medo de se afirmar: “Eu sou uma mulher rural”! E de ter alegria, prazer... e se identificar, se valorizar e se afirmar enquanto uma mulher rural. Isso é muito bonito, porque a gente vai ver que as comunidades rurais de modo geral, elas enfrentam muitos desafios, a começar pela juventude, que não se identifica e acaba não ficando e quando a gente vê lideranças mulheres, que assumem esse papel e se fortalece na construção do enfrentamento, de não tirar os sujeitos do campo, essa identidade, essa beleza, essa riqueza que eles possuem.

Ou seja, para além de um processo de tomada de consciência de classes, se insere nesse contexto um processo de tomada de consciência de quem se é, um processo ligado a um movimento conjunto, de participação política de cada uma delas, da tomada de consciência de seu potencial como mulher, como cidadãs, como trabalhadoras, de seu papel nos grupos e comunidades onde vivem.

E, nesse cenário, nas práticas diárias vivenciadas por essas mulheres, nas trocas de experiências, no estabelecimento dos vínculos e relações sociais que elas foram ao longo de suas trajetórias construindo e conquistando autonomia e emancipação através da COOMAFES, por meio das práticas e atividades produtivas ligadas à economia solidária. Práticas e vivências que transformaram vidas no aspecto econômico, que ressignificaram seus papéis e estabeleceram novos laços produtivos, reprodutivos e sociais.

Dessa forma, podemos concluir, por todas as discussões que empreendemos até aqui, trazidas também nas referências dos/as autores/as citados/as, que as práticas e experiências da economia solidária vivenciadas pelas mulheres da COOMAFES funcionam muito mais como instrumentos de autonomia e emancipação para essas mulheres, podendo, inclusive, serem

replicadas em outros coletivos solidários, do que são reforço para o modelo capitalista, conforme podemos identificar na fala de Esmeralda:

Os princípios da Economia Solidária trazem muitos benefícios. A gente tem mulheres, né, quando a gente começou o projeto da feira, que as mulheres vinham para feira e muitos diziam, vai perder tempo, que os produtos, não tem qualidade, os produtos são poucos, mas é agricultura familiar, são os quintais produtivos. Então, a gente teve uma resistência em relação a essas questões (resistência no sentido de não deixar se abater de ir em frente com o projeto da feira). e aos poucos a gente foi crescendo, foi construído caminhos e hoje a gente tem mulheres que vem para feira e que seus maridos que ajudam trazer esses materiais, porque às vezes é pesado, com um saco pesado, é uma caixa pesada... e os maridos estão ajudando elas a organizar seu espaço de trabalho, de venda... isso é muito importante. Quando a gente diz que a mulher ela precisa ter empoderamento não é para ela viver isolada não. É para ela melhorar a qualidade de vida da família, ela não pensa nela não, ela pensa nela, pensa nos filhos, pensa no esposo, pensa em algo a mais que pode comprar para dentro de casa, pensa em um curso que pode fazer, ela pensa em uma melhor estrutura que ela pode oferecer para família.

Pelo relato, Esmeralda ressalta as conquistas das mulheres da cooperativa em busca de uma vida melhor para a família, filhos/as, esposos, em termos de uma melhor renda, a superação das dificuldades nas relações de gênero em suas próprias vidas cotidianas e familiares, a busca por crescimento por meio das formações oferecidas pela COOMAFES. Tudo isso fez que muitas delas buscassem a escolaridade formal, o resgate da autoestima, bem como a tomada das “*rédeas de suas vidas*”, referindo-se aos processos de autonomia, emancipação e empoderamento. Isso só foi possível pelas práticas produtivas solidárias diárias vivenciadas por cada uma delas ao longo dessa união, na caminhada dentro do coletivo.

Para fundamentar as afirmações do parágrafo anterior, recorreremos a Simon e Boeira (2017), que apontam para a economia solidária como preocupação em buscar visibilidade às mulheres ligadas ao movimento, assim como possibilitar formas econômicas de sustentação material diminuindo, desse modo, as desigualdades de toda ordem entre os gêneros, além de trazer em seus princípios a preocupação com a equidade, com a conscientização política, com a formação de cidadãos/ãs que possam de fato exercer sua cidadania nos espaços públicos e privados, contribuindo para a ideia de empoderamento feminino por meio das dimensões sociais, políticas e psicológicas, e que pode ser entendida como instrumento na transformação do papel da mulher na economia solidária. E complementam que a economia solidária propicia às mulheres:

Acesso à informação, participação social e recursos (poder social); participação no processo de decisão – ter vez e voz (poder político); adquirindo uma maior consciência individual, mais confiança (poder psicológico) que habilita as mulheres

para o processo de empoderamento e, a partir daí, passam a não viver mais sob tutela, dependência ou impotência, tornando-se mulheres ativas, que lutam pela sua autonomia, e tomam as rédeas da própria vida (SIMON e BOEIRA, 2017, p. 540-541).

Do mesmo modo, Nobre (2003, p. 03-04), a partir da teoria econômica feminista, traz uma reflexão sobre a tarefa de ativistas e pesquisadoras, especialmente na França, Quebec e Brasil, ao discutir o “Papel e lugar das mulheres no desenvolvimento da economia solidária”:

O reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar das sociedades, o que implica sair de uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação de capital.

O reconhecimento de que “sem um mínimo de confiança, civilidade e reciprocidade, apreendidas nas relações familiares e entre amigos, nenhuma troca econômica é realmente possível. Os meios econômicos constroem sua riqueza extraindo este ‘bem particular’ que são os ‘laços sociais’ como se fossem um recurso inesgotável, que não tem preço. Esta ignorância do papel fundamental da economia não monetária ao desenvolvimento torna invisível e desvaloriza boa parte do trabalho das mulheres na sociedade”

Essa perspectiva permite estabelecer novas formas de distribuição da riqueza e firmar as bases de uma economia e sociedade solidárias, cabendo considerar as mulheres sujeitos desses processos e aprofundar o diálogo com o pensamento e o movimento feminista, pois a economia solidária “é um terreno privilegiado para exercitarmos novas práticas e proporcionarmos vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres” (NOBRE, 2033, p. 9).

Igualmente, Hillenkamp e Nobre demonstram, com os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto a uma rede de mulheres agricultoras no Vale do Ribeira, em São Paulo, a ressignificação da produção agrícola, a valorização do trabalho das mulheres, provocando algumas renegociações das relações de gênero e um novo engajamento das mulheres em questões políticas, por meio das solidariedades observadas, que se fortaleceram com base em objetivos comuns dentro e entre os grupos de mulheres cuja natureza e lugar foram se transformando gradualmente, por meio de uma dinâmica baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas solidárias e relações sociais que visam a uma maior autonomia e formas ecológica e socialmente mais sustentáveis de reprodução da vida (HILLENKAMP e NOBRE, 2018). Isso corrobora a ideia de que a economia solidária é capaz de promover processos de autonomia e emancipação, o que não foi e não é diferente para as mulheres da COOMAFES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos notar, nas mais variadas publicações no campo científico, citadas, inclusive, em capítulos deste estudo, as reflexões e debates acerca da Economia Solidária, suas potencialidades e limitações, mas, sobretudo, as diversas formas de organização econômica, seja na prestação de serviços, como também na produção, nas finanças, na comercialização, no consumo, considerando aspectos ligados à auto-organização socioeconômica e política. Nesse contexto, para além desses elementos, nos chama a atenção as experiências protagonizadas pelas mulheres, não só pelo desenvolvimento da geração de trabalho e renda, mas, principalmente, pelas transversalidades que acompanham as mudanças nas histórias de vida de muitas mulheres que desenvolvem atividades produtivas ligadas à Economia Solidária.

As mulheres desempenham papel fundamental em diversas áreas da sociedade, incluindo economia, política, educação, saúde, cultura, entre outras, e essa afirmação pode ser amplamente comprovada nos mais diversos meios, seja por divulgação e matérias jornalísticas, publicação científicas, relatos de experiências e estudos de casos, por teorizações sobre a temática, debates e estudos feministas, ou mesmo pela observação da realidade social. Não é diferente com as mulheres que protagonizam experiências nas atividades ligadas à Economia Solidária, o que pôde ser amplamente evidenciado durante o estudo realizado com as mulheres da COOMAFES.

Na economia solidária, as mulheres desenvolvem práticas econômicas baseadas na cooperação, solidariedade, autogestão e sustentabilidade, promovendo trabalho coletivo, promoção de igualdade de gênero, preservação do meio ambiente, participação em espaços públicos e privados e o desenvolvimento de uma economia mais justa e equitativa.

O Território de Identidade Baixo Sul, onde foi realizado esse estudo, há diversas experiências de empreendimentos solidários. São cooperativas, associações e grupos informais que desenvolvem atividades produtivas, estão organizados e são assistidos pela política pública de Economia Solidária do Estado da Bahia, através da política pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, entre outros programas. Tais ações têm fortalecido

empreendimentos e atores sociais e proporcionado a esses grupos trabalho e renda, por meio do apoio e incentivo à comercialização de seus produtos, sendo, portanto, as ações da economia solidária um importante vetor de desenvolvimento econômico para atores sociais, famílias e empreendimentos, principalmente por ser o Baixo Sul um rico território, mas que ainda carece por exemplo, de espaços e oportunidades de geração de trabalho, emprego e renda para a população, em especial a rural e os mais vulneráveis.

Dessa forma, buscamos entender a importância do papel das mulheres em especial como personagens e protagonistas de iniciativas no campo da Economia Solidária e se, e como, essas iniciativas foram capazes de provocar modificações em suas vidas e na vida de suas famílias. Assim, retomando os propósitos iniciais do estudo, analisamos como e de que forma as práticas de economia solidária podem contribuir nos processos de ressignificação dos papéis sociais, empoderamento e de construção de laços produtivos, reprodutivos, sociais e econômicos das mulheres trabalhadoras da COOMAFES, de maneira que, a partir do trabalho realizado com esse coletivo, fosse identificadas transformações nas histórias e trajetórias de vida das mulheres, que foram trabalhadas através do método de história de vida.

Nessa perspectiva, a análise ancorou-se nas teorizações acerca das teorias feministas, relações de gênero, processos de empoderamento, autonomia, emancipação, significados do trabalho, participação política em espaços públicos e privados, entre outras. Pela aplicação de questionários, bem como realização de entrevistas individuais e aplicação de técnicas em grupo, foi possível tanto caracterizar o perfil das mulheres que fazem parte da cooperativa quanto identificar, por meio dos relatos, as transformações nas histórias e nas trajetórias de vida das mulheres, impulsionadas pelas atividades ligadas à economia solidária dentro da cooperativa, nos mais diversos âmbitos e aspectos de suas vidas, considerando a ressignificação de seus papéis e identidades.

Importante ressaltar que os relatos e depoimentos das mulheres estão identificados com codinomes de pedras preciosas, visando preservar suas identidades a pedido das próprias entrevistadas e a escolha da utilização de codinomes de pedras preciosas se deram em função do filme do gênero documentário que foi realizado com elas como produção complementar a esta tese.

Os dados iniciais do estudo apontaram que a maior parte das mulheres que compõem a cooperativa estão na faixa etária de 40 anos de idade, possuem o ensino médio completo e manifestaram, durante as entrevistas, a preocupação com o quesito qualificação, pois entendem que, quanto mais qualificadas estiverem, mais preparadas estarão para lidar com atividades produtivas, negociação e comercialização de seus produtos. Quanto à predominância da

cor/raça das mulheres, a maioria se declarou parda ou preta, e a renda declarada fica em torno de um salário mínimo.

A cooperativa, segundo os relatos, foi um “*sonho de todas elas*”, a partir do encontro dessas mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA do município de Valença-Ba, a partir do qual passaram a gestar a ideia da cooperativa, oficialmente registrada no ano de 2017 e que vem desenvolvendo um trabalho com as mulheres inicialmente pensado para fortalecer a comercialização, gerar trabalho e renda, mas que, a partir do coletivo e da participação das mulheres no dia-a-dia, trouxe outros ganhos para as cooperadas, excedendo o econômico.

Dessa forma, podemos entender que sendo a COOMAFES um importante coletivo no território para o desenvolvimento do trabalho dessas mulheres, ainda que sejam transversalizados ganhos para além do econômico, após a junção delas na cooperativa, tudo tem início a partir de uma política pública da agricultura familiar no município de Valença-BA – o PAA.

Essa participação demonstra a importância de implementações de políticas públicas que possam favorecer, incentivar e encorajar pessoas, grupos e comunidades a ocupar espaços de trabalho e participação política, uma vez que, a partir de uma política pública como foi o caso das mulheres da COOMAFES, elas vislumbraram o “sonho” e a necessidade de se organizarem coletivamente de maneira que pudessem desenvolver atividades produtivas e geração de renda, em especial em territórios mais vulneráveis.

De acordo com os mais diversos relatos e depoimentos das mulheres entrevistadas, tanto individualmente, por meio de suas histórias de vida, quanto as que participaram da realização das rodas de conversa, os significados da noção de trabalho para as mulheres da COOMAFES, sofreram inúmeras transformações após a inserção de cada uma delas no coletivo. Devemos lembrar que a maioria dessas mulheres trabalham desde crianças, na lida da roça e no trabalho doméstico para ajudar os pais, pois a grande maioria delas são agricultoras familiares e, após casarem-se, passaram a ajudar seus esposos no mesmo tipo de trabalho.

Contudo, é importante destacar que, enquanto para algumas essa “ajuda familiar” quando criança e também depois de casadas era um trabalho para fortalecer a unidade familiar e fonte de busca de melhoria de qualidade de vida e alcance de melhores condições econômicas, para outras, esse trabalho tinha significado opressor, permeado por violências de pais e esposos, sem significado libertador, autônomo e emancipatório, aspectos que alienam o ser social pelo trabalho, pois ele se estrutura não como fonte de realização, mas é estabelecido por demarcações do sistema capitalista e pelas demarcações das relações de gênero que oprimem e invisibilizam a mulher e a sua força de trabalho.

Quanto ao processo de ressignificação de papéis sociais das mulheres a partir das práticas de economia solidária vivenciadas por elas quando do ingresso no coletivo da COOMAFES, o estudo apontou que as mulheres passaram a ressignificar não só os seus papéis, mas a si mesmas em suas subjetividades. Os relatos demonstraram que elas elevaram a autoestima, passaram a se achar mais “*bonitas e poderosas*”, como citado em alguns depoimentos, passaram a se enxergar como mais autônomas e empoderadas economicamente, em espaços públicos, a exemplo dos espaços de comercialização, nos privados, dentro do próprio seio familiar, em suas casas, passaram a “*ter voz*”, e a tomarem “*as rédeas da própria vida*”, conforme foi apontado em diversas falas das entrevistas.

Muitas delas usaram o termo “*empoderadas*” para explicar a autonomia financeira, quando passaram a organizar a produção, comercialização e destino do dinheiro de seu trabalho em seus pedaços de terra, a reorganização do trabalho e autonomia para realização dele entre seus familiares (maridos e filhos/as), de forma a se tornarem protagonistas, enquanto os/as familiares passaram a ser coadjuvantes. Assumiram suas identidades como mulheres rurais, tornando-se orgulhosas de tal identidade e de seu trabalho, identificando que não se viam mais invisibilizadas, pois sua participação política lhes permite figurar em vários espaços.

Dessa forma, o estudo apontou que o trabalho associativo e cooperado na COMMAFES, ligado à economia solidária, favoreceu inúmeras mudanças nas trajetórias de socialização dessas mulheres, de modo que lhes permitiu superar a exclusão e a invisibilidade social a que foram e se sentiram submetidas por anos de suas vidas. A participação no coletivo foi fundamental, pela união com outras mulheres e a contribuição das formações pelas quais passaram, desde a entender os princípios da economia solidária, como também as formações sobre como desenvolver o trabalho, como comercializar, entre outras formações ligadas à superação das relações de gênero, de superação de violências domésticas, etc.

Mais uma vez, reforçamos aqui a importância das políticas públicas dentro do nosso atual contexto, dessa vez destacando a política pública de Economia Solidária do Estado da Bahia, que, apesar de sua principal finalidade ser a geração de emprego, renda e trabalho decente, vão além de tais proposições, perpassando outros campos como as relações sociais, resgates de autoestima, fortalecendo processos de empoderamento, e transformando histórias de vida, como foi o caso das mulheres da COOMAFES. Assim, entendemos que as políticas públicas são fundamentais e funcionam como uma espécie de conexão entre os indivíduos e o Estado, especialmente as políticas *bottom-up*, que são aquelas mais próximas às demandas dos atores locais e mais propícias à viabilização de ações coordenadas entre eles, tendo em vista a geração de processos que se originam do desenvolvimento local.

Analisamos também se as práticas de economia solidária vivenciadas pelas mulheres da COOMAFES se inserem em um contexto de tensionamentos entre uma perspectiva de reforço da exclusão social determinada pelo modelo capitalista ou de autonomia e emancipação e o estudo demonstrou que a economia solidária, para as mulheres da cooperativa estudada, foi e é capaz de promover processos de autonomia, emancipação e empoderamento, bem como foi capaz de ressignificar papéis e favorecer mudanças nas trajetórias de vidas das mulheres, o que comprova que as práticas de economia solidária não funcionam como reforço para exclusão provocados pelo capitalismo para as mulheres da COOMAFES.

Além disso, as práticas vivenciadas demonstram que pode ser estabelecida a construção de novos laços produtivos, reprodutivos, econômicos e sociais, a partir das vivências dentro do coletivo solidário, através dos princípios que balizam a economia solidária.

Podemos entender que a economia solidária é, sim, instrumento que pode promover mudanças nas histórias e nas trajetórias de vida de quem desenvolve atividades produtivas ligadas a ela, e, especificamente neste estudo, mudanças transformou as histórias de vidas das mulheres da COOMAFES.

Portanto, a experiência das mulheres da COOMAFES, pode servir de modelo para outros grupos da economia solidária, sejam mistos ou de mulheres, a partir de como elas se organizam, de como as experiências de cada mulher é valorizada, da importância que a cooperativa dá às formações dos membros do coletivo em termos de comercialização, organização de atividades produtivas, controle econômico-financeiro, bem como o incentivo à participação nos espaços, à busca por reconhecimento, autonomia, emancipação, através da ajuda mútua, valorizando as histórias individuais e a cultura das comunidades, fortalecendo laços sociais e identitários e buscando acessar a políticas públicas que possam fortalecer as pessoas com a geração de trabalho e renda, bem como desenvolver os empreendimentos econômicos solidários do território.

Para finalizar, todo estudo traz consigo limitações e potencialidades para aprofundamento ou futuros estudos e, no caso desta tese, não é diferente. Podemos citar como uma das principais limitações do nosso estudo a Pandemia da COVID-19, que, além dos aspectos econômicos causados, houve também impactos na saúde mental dos indivíduos, em virtude do confinamento e temor de contrair a doença, além do afastamento social, tão necessário às relações entre os pares, agravando as condições de saúde das pessoas. Muitas apresentaram casos de depressão, apatia, estados mentais confusos, que impediram, principalmente, a produção científica, em especial de nós, estudantes de pós-graduação, como foi o meu caso, para além de outros problemas no campo das relações trazidos pela pandemia.

Além disso, outra limitação trazida pela COVID-19, foi o impedimento de acessarmos o campo de pesquisa, por conta dos *lockdowns*. Nesse período, não tive oportunidade de realizar a pesquisa de campo com as mulheres, momento que só pôde ocorrer a partir do segundo semestre de 2021 e no ano de 2022. Novas rotas tiveram que ser traçadas, a exemplo de reuniões virtuais com as mulheres e nova agenda de pesquisa de campo estabelecida, com tempo menor do que o inicialmente planejado.

Dentre as potencialidades de aprofundamento e/ou futuros estudos, apontamos possibilidades de realização de pesquisas que demonstrem outras potencialidades de outros grupos solidários no território, como também estudos ligados à temática da economia solidária e de como os coletivos solidários que existem no território lidam com a questão do meio ambiente e das tecnologias, por exemplo, pois o território Baixo Sul tem se apresentado com um grande potencial de empreendimentos solidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHIM, G.S. et. al. As Estratégias dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar do Baixo Tocantins na Comercialização do Açaí Orgânico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. A INTEGRAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS COM A ABORDAGEM DA MANUFATURA SUSTENTÁVEL, 28.2008, Rio de Janeiro. **Anais...** RJ: ENEPEG, 2008.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em 17. out. 2022.

_____. Relatório institucional da Secretaria de Agricultura Familiar. Brasília: PNUD, Projeto BRA-98/012, jun./2002. (Relatório de Pesquisa).

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. ed. São Paulo: EDUC, 1996. v. 53.

ANDRADE, A. O. de. **O Semear de uma Construção Coletiva**: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia de Valença-BA (COOMAFES). 2019. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, amargosa-Bahia, 2019.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C.. COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: Um Estudo de Caso. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p.194-208, dez. 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5061341>>. Acesso em: 05 MAR 2023

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional: Editora Liber Livros: Brasília, 2008. 68 p.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

_____, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista de Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 79-86, abr. 1996.

ARAUJO, C. R. M. de, CASTRO J. G. S. Desafios Enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco (IPEPS) para Consolidar seus Empreendimentos. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, V.18, n.2, p.59-91, 2016.

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO (SEPLAN). **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul da Bahia – PTDSS, 2018**. Disponível em:<[https:// www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDSS_BAIXO_SUL_.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2022.

BAHIA, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO (SEPLAN). **Política Pública dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. 2016.** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>> Acesso em: 11.ago.2018.

BAHIA, SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO RENDA E ESPORTES (SETRE). **Sobre a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária na Bahia.** Disponível em:<<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em: 02.ago.2017

BARONE, L.A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In. DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Hollanda, H. B. de. (Org). 1 Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

BAUHARDT, C. Solutions to the crisis? The Green New Deal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. **Journal Elsevier.** June, 2013.

BRAND, U.; BOOS, T.; BRAD, A. ScienceDirect Degrowth and post-extractivism : two debates with suggestions for the inclusive development framework. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 24, p. 36–41, 2017

BRASIL. **Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm >. Acesso em: 10 abr 2001.

BENAKOUCHE, R. A Transnacionalização do Capital. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 79–90, 1980.

BERNARDES, B.B.; DEBORTOLI, J.A.O. Fé, festas e economia popular: implicações da pandemia de Covid-19 sobre as celebrações do Círio de Nazaré. **Revista Antropolítica**, v. 54, n. 3, Niterói, set./dez., 2022. P92-117. Disponível em:<<http://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/54847/33122>> Acesso em: 10.Abr.2023.

BERTH J. **Empoderamento.** Coleção Feminismos Plurais.São Paulo: Pólen, 2019.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** 1Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOESNER, D. **Relaciones Internacionales de América Latina: breve história.** Venezuela: Editora Nueva Sociedad, 1996.

BONFIM, R.A.; VELLOSO, T.R. Inclusão socioprodutiva de mulheres rurais de Valença. In. VELLOSO, T.R. e ANJOS, E.G. dos. (Orgs.) **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas,** Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol.2. n1. janeiro/julho, 2005. p.68-80. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de set.2005.

BONUMÁ, H. **As Mulheres e a Economia Solidária**: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor.2015. 97 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BORDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BORGES, A.V.B. **Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva**: um olhar dos empreendedores da economia solidaria da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia. 2019. 200 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro-Ba, 2019.

_____. A. V. B. **Economia solidária e políticas públicas**: novos olhares sobre a inclusão socioprodutiva. Salvador: EDUFBA. Itabuna: UFSB, 2021.

BORGES, A. V. B.; BORGES, C. H. L.; MATURINO, N. E. M. Efetividade da política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva na Bahia: uma avaliação a partir da percepção dos empreendedores da economia solidária da Rede Mata Atlântica, no Baixo Sul da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v. 29, n. 1, p. 6–39, jan-jun. 2019.

BORGES, A. V.B. NUNES, S. A. N. BORGES, C.H.L. Mulheres na economia solidária: motivações, desafios e participação na Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia. In. ULHÔA, J. RIBEIRO, L. (**Orgs**). Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Priracanjuba –GO. Editora Conhecimento Livre, 2020.

BRIOSCHI LR; TRIGO MHB. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Revista Ciência e Cultura**. 1987; v. 39, n.7. p. 631-7. Disponível em: <<http://http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=49418>> Acesso em: 30 Out. 2020.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis: Ijuí: Vozes, FIDENE, 2005.

CAEIRO, J.M.C. ECONOMIA SOCIAL: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**. V.11, N. 1, 2008. p.61-72.

CANCLINI, N. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4 Ed.. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

CALBINO, D.; PAULA, A.P.P. de. ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**. V. 10:, 2013. p. 371-397.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. **Anais... XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Natal – Rio Grande do Norte. Ago, 1997.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: C. CARRASCO. **Mujeres y economía**. Barcelona, Icaria, 1999.

CARVAJAL, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Hollanda, H. B. de. (Org). 1 Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

CARVALHO, S. S. de. Uma visão sobre a reforma trabalhista. **Política em Foco**. n. 63. Out/2017. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf>
Acesso em: 01. Out. 2020.

CASTILLO R. A. H. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico Las mujeres indígenas y sus demandas de género. **Debate Feminista**. Año 12, Vol. 24 Octubre,

CHIARIELLO, C. L.; EID, F. Singularidades na Gestão de Cooperativas Tradicionais e Populares: estudo de caso em cooperativas rurais do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 98-112, 2010.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE – CEB’s. **O que são as CEB’s**. Disponível em:<[https:// portaldascebs.org.br/o-que-sao-cebs/](https://portaldascebs.org.br/o-que-sao-cebs/)>. Acesso em: 06.04.2023.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. Demarcação de Comunidades Quilombolas Reconhecidas no Brasil. Disponível em:< <http://conaq.org.br/noticias/so-cerca-de-5-das-32-mil-comunidades-quilombolas-reconhecidas-no-brasil-sao-demarcadas/>> Acesso em: 10 de out.2022.

CRUZ, T. C. SILVA da. **Qual é o teu trabalho, mulher?** Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária. (Tese Doutorado). 2006. Departamento de Sociologia – Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

DAVIS, A. **Muçheres, Raça e Classe**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFOURNY, J. Economia social. In: P. HESPANHA et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Almedina, 2009. p. 156-161

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DELPHY, C. **L’Ennemi Principal: Économie Politique du Patriarcat**. Vol. 01. Coleção Nouvelles Questoes Féministes. Paris: Éditions Syllepse, 2013. 262p.

DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, G.C. Atualidade da Questão da Terra no Brasil: embates e ressignificações. In. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/118314959/A-disciplina-e-a-pratica-da-pesquisa-qualitativa>>. Acesso em 22 nov. 2018.

ESCOBAR, A. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. **Sustainability Science**, n. 10, p. 451–462, 2015.

ESMERALDO, G.G.S.L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S.de. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** (Orgs). Niterói. Alternativa, 2013.

ESTEVA, G. Development.). **The Development Dictionary**. A guide to knowledge as power. In: SACHS, W. Second Edition. London: Zed Books, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B. et. al. NA TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S.de. (Orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** Niterói. Alternativa, 2013.

FLYBERG, B. Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de casos. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. n.106, 2004, p. 33-62.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANÇA FILHO, G.C; LAVILLE, J.L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, ano III, n. 5, 2001.

_____, G. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v.12, n. 1, 2002. p. 9-19.

_____, G. TEORIA E PRÁTICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2007. p. 155-174

FERREIRA, G. B.; VELLOSO, T. R. Grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos. In. **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas** (Org) Tatiana Ribeiro Velloso e Eliene Gomes dos Anjos. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FRIEDMAN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. 1. ed. São Paulo: **Editora** Fundação Perseu Abramo, 1992.

FURTADO, C. M. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GAIGER, L. I. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. **CADERNO CRH**. Salvador, n. 39, jul./dez. 2003. p. 181-211

_____. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista Dados**, n. 3, v. 50, 2007

GAIGER, L.I.; GRUPO ECOSOL. 2014. A economia solidaria no Brasil: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, Oikos.

GAMA, A. A. da.; VELLOSO, T. R. Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros. In. **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas** (Org) Tatiana Ribeiro Velloso e Eliene Gomes dos Anjos. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

GIANNELLA, V. Epistemoloque? Epistemologia Para Não Filósofos, Guiando a Ação Para O Tempo Que Vem. **Revista Terceiro Incluído**, v. 5, n. 1, p. 339–354, 2015.

GIANNOTTI, J. A. **Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos**”. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 17, p. 161-168.

GIBSON-GRAHAM, J K. **A diverse economy: rethinking economy and economic representation**. 2003. <http://www.communityeconomies.org/papers.php>. Disponível em: [http://: ssc.wisc.edu](http://ssc.wisc.edu)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8 Ed. Rio de Janeiro. Record: 2004.

GOMES, A.J. Origem e Evolução do Cooperativismo no Mundo e no Brasil e sua contribuição para constituir o segmento Educacional Brasileiro. **Linguagens. Educação e Sociedade**. N.12, 2005, p. 13-15

GONZÁLEZ, L. El estudio de casos bajo el enfoque transdisciplinar. **Multiciências**. n. 9, vol 3, p. 303-312.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A. Dez anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 50, n.2, p.351-370, 2012.

GUPTA, J.; POUW, N. Towards a trans-disciplinary conceptualization of inclusive development. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 24, p. 96–103, 2017.

HARAWAY D.: "Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980's", IN *Socialist Review*, 80, 1985 (tradução brasileira: "Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80" In. Buarque de Hollanda, Heloisa (org.): **Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Ed.Rocco, 1995).

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

HESPANHA, P.; NAMORADO, R. Os desafios da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v.84, p. 3-5, 2009

HESPANHA, P.; SANTOS, L.L. dos. O nome e a coisa: sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da economia solidária em Portugal. In: **Revista de Economia Solidária**. As relações entre Economia Solidária e o Estado. Portugal,n. 09,Junho 2016. p.22-65

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates Feministas - SOF**, n. 03, p. 1–34, 2016.

HILLENKAMP, I; NOBRE, M. Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas**. N.26, Campinas, ago/dez, 2018.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Revista Feminista**, Recife, n.2, 2010

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Estimativas de População, 2014**.Disponível em:<http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014>. Acesso em Set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD**. Estudos sobre condições de vida, desigualdade e pobreza. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>>. Acesso em: 21.set.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2016**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 02.set.2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato de Desigualdade de Gênero e Raça, 2018**. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em 02.set.2022.

JÚNIOR, V. M.; VAN HERK, A. C.; MEDEIROS, C. R. de O. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor em Uberlândia/MG. **Gestão & Planejamento**. Salvador, v. 15, n. 2, maio/ago. 2014. p. 321-340

JUNIOR, G.S. Acumulação Capitalista e Economia Solidária. In. **Reflexões de Economistas Baianos**. (Org) Gustavo Casseb Pessoti e Livio Andrade Wanderley. Salvador, Ba: CORECON, 2012.

KOROSUE, A.; GUIMARAES, V.N. Autogestão e Relações de Trabalho: transformações ou manutenção das condições precárias do trabalho no capitalismo. In: PITAGUARI, S.O et.al. (Org). **A Sustentabilidade da Economia Solidária: Contribuições multidisciplinares**. Londrina, 2012.

LIMA, G. de. SOARES, M. L. de. Mulheres, História e Saberes: construindo economia solidária. In: Estado Desenvolvimento e Crise do Capital, 23 a 26, 2011. **Anais...** V Jornada Internacional de Políticas Públicas, PPGSS/UFPB, 2011. Disponível em:<www.joinpp.ufma.br/...>. Acesso em: 22 de Nov.2018

LINS, R. N. **O Livro do Amor**: do iluminismo à atualidade. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2012.

LISBOA, A. de M. ECONOMIA SOLIDÁRIA: incubando uma outra sociedade. **Proposta**, n. 97, 2003. p.50-58.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Belo Horizonte, 2000.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Hollanda, H. B. de. (Org). 1 Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Traduzione di Alberto Scarponi. v. II. Roma: Riuniti, 1981

MALUF, R.S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

MATOS, L. S. L.; VIEIRA, S. V. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza:Demócrito Rocha, 2001.

MANCE, E.A.A. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como alternativa pós capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTI, J.P. Notas para la construcción de una historia del Cooperativismo en América Latina MORAIS, E. de Souza. et.al. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VIÉS

PROPOSITIVO À SUPERACÃO DA DISPARIDADE SEXUAL NO CAMPO: uma análise entre o gênero e a sucessão da propriedade rural potiguar. **Anais... VI EIGEDIN – NOVAS DINÂMICAS DA SOCIEDADE: desafios e soluções**, 2022

MARTINS, J.S. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, A.M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

MARTINS, F.H.O. de. **Fazer-comum: perspectivas de resistências e [re]existências em práticas de produção coletivas**. (Dissertação de Mestrado). 2021. Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Sul da Bahia – UFSB, Porto Seguro-Ba, 2019, 105f.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo II (capítulos XIII a XXV)**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1996.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEDEIROS, L.S. de. Luta por Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In.: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Grisa, C.; SCHNEIDER. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Editora: Vozes, 2001.

MOCELIN, D. G.; GEHLEN, I. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais In: Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin **Organização social e movimentos sociais rurais**. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOTA, J.R.D. **Políticas Públicas e economia solidária: Avaliação do Projeto sementes da solidariedade**. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

MOW. Meaning of Work International Research Team. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

MESZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 2002, pp. 621-626. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>>. Acesso em 22 de nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. de. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Perfil Territorial: Território do Baixo Sul da Bahia – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em:

<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf>. Acessado em 18 de jul de 2018.

MONTEIRO, P. C. **A economia solidária como política pública: desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana.** 2009. 152f. (Dissertação de Mestrado – Escola de Administração). Universidade Federal da Bahia, 2009

MORGAN, D. **Focus Group as Qualitative Research: Qualitative Research Methods Series.** 16 London: Sage Publications, 1997.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 11a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

MOURA, G. Ilhas negras num mar mestiço. Carta: falas, reflexões, memórias. Publicação do gabinete do senador Darcy Ribeiro, Brasília 4, n. 13, 1994.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito científico histórico-social. **In.: O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 2 Ed. Brasília/Rio de Janeiro: fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002. P. 269-274.

NATIVIDADE, E. A. **Gestão de política pública de geração de renda e trabalho: Análise do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas populares.** Dissertação de Mestrado (mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Mg, 2011

NEVES, R.C.; STOPILHA, A.L.S.de. Reflexões sobre saberes necessários para a criação e compartilhamento de conhecimentos de mulheres camponesas em Valença (ba). **Revista Ambivalências.** V. 7. N.14. p.143-168. Jul/Dez/2019.

NIEDERLE, P. et al. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil : Conservative Attacks and Restricted Countermovements. **Latin American Research Review,** v. 54, n. 3, p. 707–720, 2019.

NISHIMURA, S.R. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina.** 2005. 187 f. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, 2005.

NUN, J. O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal. **Revista Novos Estudos,** n. 56, p. 43–62, 2000.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – SISTEMAS OCB. **Cartilha Cooperativas versus Associações,** 1996.

OLABUÉNAGA, J. **Metodología de la investigación cualitativa.** España: Universidad de Deusto, 2007.

OLIVEIRA, J.P.de. Sociedade e Cultura. **Revista UFG.** v.11, n 02, Jul/Dez, 2008.

OSORIO-CABRERA, M. D. Economía Solidaria e interdependencia: aportes desde perspectivas feministas. **Quadernos de Psicologia,** v. 16, n. 1, p. 153–165, 2014.

_____, M. D. **Modos de Vida vivibles: Economía(s) Solidaria (s) y**

Sostenibilidad de la Vida. (Tese de Doutorado). 2017. Departamento de Psicologia Social do Programa de Doctorada em Psicologia Social. Univeridad Autónoma de Barcelona. Barcelona – Espanha, 2017.

OSORIO-CABRERA, D. et. al. **Claves para el debate de los comunes , la economía social y solidaria en diálogo con perspectivas feministas**, 2019.

OST, S. Mulher e mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, n.64, Rio Grande, Mai/2009.

PAULILO, M.I.S.; BONI, V. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In. DELGADO. G. Costa. BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PEDREIRA G. C.; ARAÚJO, C. C. de. Os conselhos territoriais quilombolas no estado da Bahia: mecanismos para um processo de controle social e governança territorial. **GeoTextos**, vol. 14, n. 2, dezembro 2018, p. 35-63. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26949>> Acesso em: 19 MAR. 2023.

PÉREZ-OROZCO.A. **Subversión Feminista de La Economía**. Ed. Traficante de Sueños. Madrid, 2015.

_____, A. Economía del género y economia feminista ¿Conciliación o ruptura??. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, Vol. 10 - Nº 24, 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTO, J. R. S. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: Os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento**. 2016. 308 f. (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2016.

PRIGOGINE, I. O Fim das Certezas. In. **Representação e Complexidade**. Candido Mendes (Org.) Rio de Janeiro: Enrique Larreta Editora, 2003.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Editora Univer-sidade de Brasília, 1991.

RAMUNDO STADUTO, J.; ALVES NASCIMENTO, C., & DE SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 10 (72). 2013.

REIS, T.A.; FILHO, M.B.A.de Institucionalização e Instrumentos da Política de Economia Solidária: Reflexões à luz da experiência da Bahia. In: **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**. v.1; n.1; jul-dez 2016.

RIBEIRO, A. da S. Conscientização e Emancipação em Paulo Freire. **Sinergia**. São Paulo, v. 19, n. 1, jan./jun. 2018. p. 16-20

ROSA, M. V. de F P do C; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RUTKOWSKI, J. et.al. Interação Engenharia de Produção e comunidade: uma proposta metodológica. **Revista Científica eletrônica de Engenharia da Produção.** Vol. 3, n.1, ABEPRO. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em:<<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/608>>. Acesso em: 22.Ago.2018.

SANTOS, L. L. dos. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 114, dezembro 2017.

SANTOS, B.S.de; MENESES, M. P.**Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina. S.A, 2009.

SANTOS, K. M. O.dos. Nas linhas da história: feministas socialistas e experiências de resistência. **Mouro - Revista Marxista** - Núcleo de Estudos d'O Capital - Ano 11 - No. 14 – Janeiro, 2020.

SANTOS, R. MELHORES PRÁTICAS: economia solidária une povos da floresta. **IPEA.** Ano 10 . Edição 78. 2013. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2966:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 26. Fev. 2023.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESAS. **Cartilha Associações**, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p.21-49

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** Abril, 2001.

SILVEIRA, S. A. da.; SAVAZONI, R. O CONCEITO DO COMUM: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio, 2018. Disponível em: <[http:// https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150](http://https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150) >. Acesso em 21 Fev. 2023.

SIMON, V.P.; BOEIRA, S.L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos.** Vol. 53, n. 3, São Leopoldo, Set/Dez, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento, 2004. 71-107

SILVA, E. R. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011).** 2013. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2013.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais no Nordeste Brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 127-144.

SILVA, S. P. Análise da Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. Rio de Janeiro: **IPEA**, Texto para Discussão, 2017. p.7-57

_____, Sandro. P. O campo de Pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Rio de Janeiro: **IPEA**, Texto para Discussão, 2018. p. 7-37.

SOUSA, B de S. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora@Almedina.net, 2009.

SOUSA, J. A. P.de. **Memórias do Centro Missionário de Evangelização e Educação Popular- CEMEP da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus do Município Valença- Ba nos seus Dez Anos de Evangelização e Educação Popular – 1987 a 1997**. 2015.

(Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Teologia. Faculdades EST. São Leopoldo – RS, 2015.

SOUSA, L.P.; GUEDES, D.R. A desigual Divisão Sexual do Trabalho: um olhar sobre a última década. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 30 n.87, 2016. p. 123-139. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>>

SOUZA, I. M. de **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas** (Org) Tatiana Ribeiro Velloso e Eliene Gomes dos Anjos. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.

STAKE R. The Case study method in social inquiry: Em Roger Gomm, Martyn Hammersley y Peter Foster (Eds.). **Case study method: key issue texts**. London: SAGE, 2000.

TAYLOR, S. J; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 2010.

TIRIBA, L. V. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí, RS : Edit. UNIJUI, 2001.

_____, L.V. O Trabalho no Olho da Rua Fronteiras da Economia Popular e da Economia Informal. **Revista Proposta/Fase**. n.97, jul/ago, 2003.

TIRIBA, L.V.& ICAZA, SARRIA A. M.. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David. (org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003.

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e trabalho**. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007

VEIGA, L; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**.2001, vol. 2, n. 1. pág 1-15.

VELOSO, R.T. **Uma Nova Institucionalidade do Desenvolvimento Rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. 2013. (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Núcleo de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE, 2013.

VERONESE, M.V. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo: Idéias & Letras. 2007.

VILELA, E. C. **Significado do Trabalho e Escolha Acadêmico-Profissional**: Um Estudo com Universitários Primeiranistas. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Federal do Rio Grande no Norte, Natal, 2003

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre- RS: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Este questionário é um instrumento de pesquisa destinado a colher informações para fins unicamente científicos e é garantido o total sigilo das informações aqui contidas. A pesquisa tem como tema MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia

Questões sociodemográficas:

1.Sexo

1. Masculino 2. Feminino

2.Indique seu grau de escolaridade

1. Primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
 2. Últimas séries do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)
 3. Ensino Médio/Técnico incompleto
 4. Ensino médio/Técnico completo
 5. Ensino superior incompleto
 6. Ensino superior completo
 7. Pós-Graduação incompleto
 8. Pós-Graduação completo

3.Indique a sua renda média mensal

1. Até 1 salário mínimo
 2. Mais de 1 e até 2 salários mínimos
 3. Mais 2 e até 3 salários mínimos
 4. Mais de 3 e até 4 salários mínimos
 5. Acima de 4 salários mínimos

4.Indique seu Estado Civil

1. Casada
 2. Solteira
 3. Viúva
 4. Divorciada/separada judicialmente
 5. Convivem juntos

5.Como você considera:

- 1. Branca
- 2. Negra
- 3. Parda
- 4. Amarela

6. Indique a sua faixa de idade

- 1. De 18 a 25 anos
- 2. De 26 a 35 anos
- 3. De 36 a 45 anos
- 4. Acima de 45 anos

7. Indique quantas pessoas moram na sua casa

- 1. Apenas Eu
- 2. Apenas eu e meu esposo
- 3. De 02 a 04 pessoas
- 4. De 04 a 06 pessoas
- 5. Mais de 06 pessoas

8. Quantos filhos você tem

- 1. Apenas um filho
- 2. Dois filhos
- 3. Três filhos
- 4. Quatro filhos
- 5. Mais de quatro filhos

9. Você tem filhos casados e netos morando em sua casa?

- 1. Sim

Quantos? _____

- 2. Não

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – ROTEIRO ENTREVISTA

Este roteiro é um instrumento de pesquisa destinado a colher informações para fins unicamente científicos e é garantido o total sigilo das informações aqui contidas. A pesquisa tem como tema MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia

Roteiro de Entrevista

1. Quanto tempo você faz parte da COOMAFES?
2. Qual tipo de atividade você desenvolve em seu empreendimento solidário?
3. Você sempre trabalhou?
4. O que você fazia antes da COOMAFES?
5. Descreva um pouco como era a sua vida (rotina) antes de você fazer parte dessa cooperativa.
6. Agora descreva sobre como é a sua (vida) rotina depois que você passou a fazer parte da cooperativa.
7. Fale um pouco da sua rotina de trabalho hoje, depois das atividades ligadas a Economia Solidária.
8. Seu esposo, filhos ou outro familiar te ajudam ou trabalham com você?
9. Você tem alguém que colabore com você nas atividades do seu empreendimento? (um funcionário, meeiro ou outro)
10. Quanto às atividades domésticas, como você administra essas tarefas e as tarefas e atividades do seu empreendimento?
11. Você tem filhos pequenos?
12. Com quem eles ficam enquanto você trabalha?
13. Nas atividades da sua casa, cuidado com filhos, netos, esposo, etc, como isso acontece?
14. Como a sua família viu a sua decisão quando passou a fazer parte da cooperativa?
15. Você se sentiu apoiada?
16. Houve resistência dos filhos?
17. E do seu esposo?

18. Quanto à questão da renda para sustento da casa e da família, você pode falar de quem é a maior responsabilidade? (compras de mercado, pagamento de energia elétrica, água, remédios, vestuário, material escolar, etc)
19. Em relação à produção do seu empreendimento, como também a venda do que é produzido, de onde é ou será vendido o que você produz como ocorre o processo de tomada de decisão? (ou seja, quem decide o que vender, onde vender, como vender, a quantidade, o que fazer com o que é obtido com os valores das vendas).
20. Fale um pouco o que a COOMAFES representa para você ou para a sua vida.
21. Depois que você passou a fazer parte da cooperativa o que mudou na sua vida?
22. Essa mudança foi para melhor ou para pior? Fale um pouco
23. Você se sente uma pessoa que é reconhecida por seu trabalho?
24. Quem reconhece isso?
25. As mulheres da própria cooperativa?
26. Seus familiares? Filhos? Esposo?
27. Sua comunidade?
28. E quanto ao reconhecimento como mulher, pessoa capaz de tomar suas próprias decisões, de contribuir para seu próprio crescimento, melhoria de condições de sua família, como pessoa capaz de contribuir com as demais mulheres com quem você divide os mesmos espaços, como você se sente?
29. Participar da cooperativa tem significado para você?
30. O que você aprendeu com o grupo?
31. Nas reuniões, o que você mais gosta?
32. Deseja acrescentar mais alguma coisa, além do que você já expressou até aqui?

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Este roteiro é um instrumento de pesquisa destinado a aplicação da Técnica de Grupo Focal, cuja finalidade é colher informações para fins unicamente científicos e é garantido o total sigilo das informações aqui contidas. A pesquisa tem como tema MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia

ROTEIRO APLICAÇÃO TÉCNICA GRUPO FOCAL

Temas discussão a serem desenvolvidos:

Significados e Sentidos do Trabalho

Trabalho Produtivo e Reprodutivo

Trabalho na Cooperativa: antes e depois

Depois da cooperativa: ser mulher, família, filhos, trabalho doméstico, cuidado, relação com esposo/companheiro

Trabalho e Renda

APENDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAR DA PESQUISA

Você está sendo convidado a participar de uma Pesquisa que tem como tema a “*MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia*”. O principal objetivo dessa pesquisa é analisar como e de que forma as práticas de economia solidaria podem contribuir nos processos de ressignificação dos papéis sociais, empoderamento e de construção de novos laços produtivos, reprodutivos, sociais e econômicos das mulheres trabalhadoras da COOMAFES. Ao aceitar participar voluntariamente desse estudo, será pedido que você preencha um questionário cuja finalidade é colher informações suas informações pessoais, mas que **NÃO** deverá conter seu nome. Em uma segunda etapa do estudo você participará de uma entrevista que será gravado por meio de voz e vídeo. O tempo estimado para o preenchimento dos questionários é de 10 minutos e das entrevistas terão no mínimo 30 minutos e no máximo 01 hora. Além disso, lembramos que **NÃO** existe respostas certas ou erradas nos questionários, nem tão pouco durante as entrevistas que visam conhecer sua história de vida e as transformações que sua história e suas trajetórias sofreram após sua inserção na cooperativa de mulheres – a COOMAFES, por isso solicitamos que você seja o mais **sincero possível** ao respondê-las.

Ao preencher os questionários todas as suas respostas serão mantidas em absoluto **sigilo**, bem como as suas histórias relatadas durante as entrevistas, de modo que **somente os pesquisadores** terão acesso a elas, e **sua identidade e privacidade** serão **preservadas**. Além disso, você tem plena liberdade de se recusar a responder aos questionários ou participar da entrevista. De fato, mesmo aceitando participar, pode recusar-se a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal. Finalmente, você não terá nenhum tipo de despesa ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi impresso em frente e verso, em duas vias iguais, e uma delas ficará com você. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (73) 99965-0369 ou do e-mail adrianaguerrieri@hotmail.com, da pesquisadora responsável. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma voluntária para participar desta pesquisa.

Devido a pandemia realizaremos também encontros virtuais por meio do *Google Meet* e dos contatos de *Whatsaap*, mas todas informações cedidas por você durante a pesquisa, somente a pesquisadora terá acesso. Tudo ficará gravado no computador pessoal da responsável pelo estudo, sem que mais ninguém tenha acesso a ele, pois ele estará protegido por senha. Não serão divulgados para

terceiros seus endereços de e-mail e/ou qualquer outro contato eletrônico, e portanto, os convites para participar das reuniões virtuais ou questionários enviados serão feitos de forma individual.

Adriana Vilas Bôas Borges

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista as explicações constantes nesse termo, eu, de forma voluntária e esclarecida, afirmo que compreendi do que se trata e aceito participar da pesquisa intitulada “*MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia*”.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura Participante da Pesquisa